

Valdete Boni

**DE AGRICULTORAS A CAMPONESAS: O MOVIMENTO DE
MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA E SUAS
PRÁTICAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de doutora em Sociologia Política.
Orientador: Profa. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo.

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Boni, Valdete

De agricultoras a camponesas [tese]/Valdete Boni; orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo - Florianópolis, SC, 2012.

253 p.; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Campesinato. 3. Ecofeminismo. 4. Movimento de Mulheres Camponesas.
- I. Paulilo, Maria Ignez Silveira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
- III. Título.

A todas as mulheres que trabalham a terra, que cultivam alimentos e sonhos.

AGRADECIMENTOS

Nada se faz só. Assim, este trabalho (e sua autora), receberam valiosas contribuições.

A Deus, um nome criado pelos homens, para simbolizar um colo carinhoso, uma mão que nos enxuga lágrimas, nos levanta das quedas e nos faz cócegas para rirmos e que preenche nossa alma quando caímos em vazios existenciais.

Agradeço à minha orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo que esteve sempre presente. Seu conhecimento, sua dedicação e sua paciência para corrigir o trabalho, fizeram com ele fosse concluído. Por mais que eu tente tecer palavras de agradecimento, talvez nenhuma delas seja suficiente para refletir a realidade. Fica então um misto de carinho e gratidão.

Aos meus pais, por todo o carinho dedicado, pelas orações que me animaram em muitos momentos. Saber que tenho um lugar no seu abraço é reconfortante.

Um agradecimento a minha irmã Nilva, meu cunhado Ari e minha sobrinha Jheine. Foi em sua casa que me refugiei várias vezes nestes quatro anos e meio. Foi ali, ao lado do fogão de lenha que escrevi muito deste trabalho.

A amiga Sirlei, pela hospedagem na fase final desta tese, por contribuir na discussão sobre o tema, pela leitura final.

Aos amigos Eleani e Gilmar, Edenilse e Francisco, Jaimir e Maria, Marta e Paulo, Verônica, Eliane, Melissa, Rosana, Leilse, com os quais convivi neste processo.

Um agradecimento especial aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política: Albertina, Otto e Fátima pela dedicação aos alunos do programa.

Aos companheiros e companheiras de núcleo, Flávia, Ana, Lara, Kelem e Cléber.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política.

Aos professores Cristina Scheibe Wolff e Carlos Eduardo Sell pelas contribuições na qualificação do projeto.

Agradeço à Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, a qual estive vinculada durante quatro anos de curso de doutorado, por ter me concedido a licença remunerada para que me dedicasse integralmente à formação. Um agradecimento especial a Geraldo da Silva Gomes, pelo incentivo à formação dos professores, sem ele esta licença não teria sido possível.

Agradeço à Capes pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche que me propiciou trocar experiências com outros pesquisadores fora do Brasil.

A Rosário Sampedro Gallego, minha orientadora de estágio sanduíche. Sua simplicidade, conhecimento e carisma contribuíram para que minha estadia na milenar Segóvia fosse não somente proveitosa em termos acadêmicos, mas também agradável.

Agradeço também a Maria Olmos Sacristan e Eduardo Gutierrez que tornaram minha estadia em sua casa em Segóvia, um tempo de muita tranquilidade e risos. Foi com eles que aprendi o espanhol que não se ensina nos cursos.

E por fim, não poderia esquecer (e jamais irei fazê-lo) de agradecer as camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Não citarei nomes, porque não quero cometer a injustiça de esquecer alguma destas mulheres. Em cada trabalho de campo aprendi mais delas. Sua coragem, sua determinação e ânimo me comoveram em diversos momentos. Este aprendizado segue comigo...

SEMEIA SEMPRE

No campo tu és uma semeadora.

Não podes fugir à responsabilidade de semear.

Não digas que o solo é árido, que não chove frequentemente, que o sol queima, que a semente não serve.

Não é tua função julgar a terra e o tempo. Tua missão é semear e cuidar.

A semente é abundante! Um pensamento, um sorriso, um olhar de alento, uma palavra suave, um gesto de compreensão, um copo de água são mentes que germinam facilmente.

Não semeies descuidadamente como quem cumpre uma missão superficial ou forçada.

Semeia com interesse, com amor, com atenção, como quem encontrou nisso o motivo central de sua felicidade.

E, ao semear, não penses, quanto receberei em troca? Quanto demorará a colheita?

Recorda que não semeias para envaidecer-te, para receberes agradecimentos. Tu semeias, porque não podes viver sem dar, sem doar-te, porque não podes servir a Deus sem servir a todos(as)!

És dona de ti mesma, da vida e do universo! Tua semente, pois, não cairá no vazio, sem encontrar o solo fértil da organização, da luta daqueles que acreditam na vida.

Sem esperar recompensa, tu a receberás sem esperar riquezas, enriquecer-te-ás, sem contar com a colheita, tudo se multiplicará!

E com isso, porque tu semeias no Reino onde dar é receber, onde perder a vida é encontrá-la, onde gastar servindo é aumentar.

Semeia, semeia sempre, em todo o terreno, em todo o lugar a boa semente, com amor e interesse como se estivesses semeando o próprio coração.

(autor desconhecido – retirado das cartilhas do
MMC)

DE AGRICULTORAS A CAMPONESAS: O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA E SUAS PRÁTICAS

RESUMO

O objetivo desta tese foi estudar o momento atual do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina – MMC/SC, no qual as agricultoras tornam-se camponesas. Para isso busquei sua história, nas três décadas de existência deste movimento, passando pelas diversas fases do MMC. Busquei abranger os aspectos mais importantes para o entendimento do que está presente nesta mudança de nome, como o conceito de campesinato, desde sua concepção clássica até concepção adota pelas mulheres. Também o feminismo e o ecofeminismo como conceitos básicos neste momento, especialmente o ecofeminismo por compor o modelo de agricultura camponesa propagado pelo MMC. Nesse contexto surgem também conceitos como agroecologia, segurança alimentar, soberania alimentar que se mesclam neste conjunto que compõem os discursos e práticas do MMC, como a recuperação de sementes crioulas trazendo para o cotidiano a vivência do que representa tanto a segurança como também a soberania alimentar.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres. Campesinato. Ecofeminismo.

FROM FARMING TO PEASANT WOMEN: THE PEASANT WOMEN'S MOVEMENT IN SANTA CATARINA AND ITS PRACTICES

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to study the current status of the Peasant Women's Movement in Santa Catarina – the MMC/SC. To achieve that, I looked into the organization's thirty-year history to understand the different stages it has gone through. One of the most important moments was in 2004, when the name of the movement was changed from *Movimento de Mulheres Agricultoras* (Farming Women's Movement) to MMC (Peasant Women's Movement), a change that requires a deep understanding of what peasantry means, from its classical conception to that which is adopted by the women under study. It was also necessary to delve deeper into the concepts of feminism and ecofeminism, particularly the latter, since these are key elements (whether conscious or not) of the peasant farming model that is promoted by the MMC in opposition to capitalist agriculture or agrobusiness. Against this backdrop, other concepts stand out, such as agroecology, food security and food sovereignty, and intertwine in the set of discourses and practices of the MMC, as in, for instance, the recovery of crioulo seeds which brings into daily life the meaning of food security and sovereignty.

Keywords: Farming Women's Movement. Peasantry. Ecofeminism. Gender and Family Agriculture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 _____ 121

Tabela 2 _____ 137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CF – Campanha da Fraternidade
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNA – Confederação Nacional de Agricultura
CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EPAGRI – Empresa
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF – Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MCP – Movimento Camponês Popular
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR/PE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
MMTR/RS – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAF – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar
ONU – Organização das Nações Unidas
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PT – Partido dos Trabalhadores
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR – Sindicato de Trabalhadoras Rurais
TdL – Teologia da Libertação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	29
1. MMC – uma trajetória	29
1.1. Agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina	30
1.2. A reação dos agricultores	34
1.3. O nascimento do MMA – 1983	36
1.3.1. Os primeiros passos – sair de casa	43
1.4. O MMA e a relação com a Igreja	47
1.4.1. A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres	51
1.4.2. Temas da Campanha da Fraternidade	51
1.4.3. O papel de D. José Gomes	63
1.5. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR – o início da transição	66
1.5.1. MMC – a consolidação da transição	67
1.5.2. Para além de um movimento autônomo de mulheres – o que está em jogo	69
1.6. Encaminhando a discussão	71
CAPÍTULO 2	73
2. Ecofeminismo – um conceito a discutir	73
2.1. As Mulheres na história	74
2.2. O surgimento do feminismo	76
2.2.1. O feminismo no Brasil	77
2.2.2. O feminismo marxista	83
2.3. A interlocução entre feminismo e ecofeminismo	89
2.4. Distinguindo os Ecofeminismos	92
2.4.1. Construtivismo & essencialismo	101
CAPÍTULO 3	106
3. Campesinato – um conceito atual	106
3.1. O conceito de campesinato	111
3.1.1. Teorias Clássicas	111
3.1.2. Campesinato e pluriatividade	117
3.1.3. Campesinato e participação no mercado	119
3.1.4. A discussão sobre o campesinato no Brasil	122
3.1.5. Os diferentes paradigmas sobre o campesinato	125
3.1.6. O campesinato como modo de vida	130
3.2. O conceito de agricultura familiar	134
3.3. A agroecologia e o campesinato: duas tendências associadas	139
3.4. Campesinato – interlocução com soberania e segurança alimentar	145

3.4.1. Soberania alimentar – saúde, risco e fome _____	145
3.4.2. Soberania alimentar – independência das multinacionais e autonomia _____	151
3.5. Encaminhando a discussão _____	154
CAPÍTULO 4 _____	156
4. O conceito de camponês para o MMC _____	156
4.1. Ser camponês e camponesa sob a ótica do MMC _____	159
4.1.1. Definição de camponês pelas mulheres _____	159
4.1.2. Da definição clássica à definição do MMC _____	162
4.1.3. O campesinato como resistência _____	175
4.2. A recuperação de sementes pelo MMC – um projeto de agricultura camponesa _____	185
4.2.1. Um pouco sobre a recuperação de sementes _____	186
4.2.2. A recuperação de sementes crioulas de hortaliças _____	192
4.2.3. Sentido religioso das sementes _____	198
4.2.4. Transgênicos _____	199
4.3. As mulheres e a alimentação – segurança e soberania alimentar _____	201
4.3.1. Segurança alimentar e os agrotóxicos _____	203
4.3.2. Plantar para o auto consumo – soberania e segurança alimentar _____	206
4.4. Agricultura camponesa e feminista – a nova definição do MMC _____	212
4.4.1. Ecofeminismo _____	217
4.5. Encaminhando a discussão – a importância do movimento, como as mulheres veem a luta do movimento _____	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	233

INTRODUÇÃO

Quem é o MMC? Quem são as mulheres das quais falo? O que elas representam em termos de mulheres rurais?

O objeto deste trabalho é o Movimento de Mulheres Camponesas. Mas, e o foco? Segmentei um pouco, mostrando aspectos deste movimento. Primeiro a contextualização de sua criação, o momento político e histórico em que as mulheres agricultoras do Oeste de Santa Catarina começam a “abraçar” a luta pelos seus direitos. Depois a caminhada deste movimento, a ligação com dois conceitos-chave para entender o seu papel na atualidade, o ecofeminismo e o campesinato e as suas práticas de movimento, principalmente seus projetos e discursos sobre recuperação de sementes crioulas e alimentação saudável, soberania e segurança alimentar. Então, onde está o foco? O foco está nesta organização de mulheres trabalhadoras rurais que já conta com quase 30 anos de história e, nesse período, passou por diversos momentos que foram diferentes em alguns aspectos, mas que somados mostram a trajetória de um movimento social rural somente de mulheres que *se* iniciou no bojo da efervescência política dos movimentos sociais, tornou-se grande em número de participantes, atravessou um momento de diminuição da participação e, finalmente, renovou suas bandeiras de luta que, atualmente, acompanham o desenrolar das políticas públicas para o campo.

A ideia de estudar o MMC era um projeto antigo, fruto de uma trajetória¹ de estudos sobre mulheres agricultoras na região oeste de Santa Catarina. A mudança de nome do movimento, em 2004, e a invasão do laboratório da Aracruz Celulose em 2006² pelas mulheres

¹ Em 2001 concluí a graduação em Ciências Sociais com a pesquisa sobre a participação política das mulheres no sindicato de trabalhadores rurais. Em 2005 concluí o mestrado com uma dissertação sobre a participação das mulheres nas agroindústrias familiares.

² Em 8 de março de 2006, no município de Barra do Ribeiro, estado do Rio Grande do Sul, cerca de duas mil mulheres agricultoras ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas/MMC e à Via Campesina, destruíram laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa Aracruz Celulose, uma transnacional de origem norueguesa. Nesse período, ocorria em Porto Alegre a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que tinha como objetivo discutir políticas para o campo.

ligadas à Via Campesina, organização a qual o MMC está vinculado, foram o impulso decisivo para iniciar este trabalho.

A princípio o enfoque era a relação das mulheres com as florestas plantadas e o conceito de ecofeminismo. Porém, com o início do trabalho de campo, as questões mais ligadas à produção de alimentos e à ressignificação do conceito de camponês/camponesa para as mulheres apareceram com mais força que a luta contra os chamados desertos verdes, ou seja, as plantações de *pinus* e eucaliptos. Vamos então introduzir um pouco esse movimento.

É na década de 1980 que surgem e se consolidam organizações de mulheres rurais em diversos estados. No estado de Santa Catarina, surge o Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA, um dos mais atuantes entre os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. O MMA teve apoio da Corrente Progressista da Igreja Católica, que defendia a Teologia da Libertação³. Por esse motivo carregou por muito tempo, e ainda carrega, traços do discurso da Igreja. Durante certo tempo a Igreja, apesar de pregar a igualdade entre homens e mulheres, tentou manter as mulheres afastadas das ideias feministas. As trabalhadoras primeiro se interessaram pelas questões trabalhistas e, a partir dos anos 1990, foram surgindo questionamentos de gênero influenciados pelo discurso feminista que penetrava entre as militantes, especialmente no que se refere à saúde e a reprodução. Nesse período, então, as questões postas pelo Movimento de Mulheres Agricultoras incorporaram algumas questões de gênero, afastando-se, de certa maneira, da Igreja Católica, pois as discussões sobre sexualidade, entre elas o controle da natalidade, ainda são consideradas tabu pelos religiosos.

Em 1995, os movimentos autônomos nos estados se organizaram por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, que reunia as *agricultoras* que haviam participado, ou que continuavam participando, de outros movimentos, como os Movimentos Autônomos de Mulheres, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a Pastoral da Juventude Rural - PJR, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens –

³ De uma forma bastante resumida podemos dizer que a Teologia da Libertação foi um movimento que surgiu na América Latina a partir das deliberações do Concílio Vaticano II (1962) e das Conferências Episcopais de Medellín, (1968), e Puebla, (1979), e que consagraram "a opção preferencial pelos pobres" da igreja latino-americana. Essa opção marcava a ligação da Igreja às comunidades eclesiais de base e seu compromisso com as lutas sociais e políticas. Esta temática será mais desenvolvida no primeiro capítulo.

MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Com o fortalecimento das suas lutas e a organização em rede *com* outros movimentos, incluindo a Via Campesina⁴, os movimentos de mulheres se unificaram, em 2004, em torno de uma outra denominação. Nascia assim o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC⁵.

Segundo o histórico do movimento, “toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe” (MMC, 2004). Conforme documentos do MMC, o movimento define a mulher camponesa como aquela que “produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas” (MMC, 2004).

Partimos da ideia que o movimento teve três momentos principais. No primeiro momento o discurso era voltado para as questões trabalhistas, de cunho mais classista, com influências do sindicalismo rural que também se organizava em novas bases na região. No segundo momento, o discurso reforça a ideia de gênero e não apenas de classe. O discurso atual do movimento é voltado para a segurança alimentar, contra o plantio e consumo de alimentos geneticamente modificados e em defesa do meio ambiente, das sementes crioulas e florestas nativas.

A preocupação com a segurança alimentar fica clara em seus discursos sobre a recuperação da propriedade das sementes nativas. Para essas mulheres, ter o controle das sementes significa não ficar na dependência das empresas multinacionais que controlam a produção e a

⁴ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. As principais bandeiras de luta da Via Campesina são a Reforma Agrária e a defesa da soberania alimentar. Isso é importante para entendermos as ações dos movimentos sociais contra as empresas de reflorestamento que, na sua concepção, utilizam-se da terra que serve para a produção de alimentos.

⁵ Vale ressaltar que o MMC não representa a totalidade dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil. Conforme Bordalo (2007), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco – MMTR/PE, foi um dos movimentos que não faz parte do MMC. Este movimento é bastante próximo à Confederação Nacional de trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

comercialização das sementes. As sementes híbridas têm sua produtividade garantida apenas na primeira geração, sendo que os frutos dessa colheita perdem as características originais que permitiriam um novo plantio com uma produtividade semelhante à primeira. Já em relação às sementes transgênicas, soma-se a polêmica das patentes e do pagamento de *royalties*. Por isso, essas sementes são chamadas pela Via Campesina e MMC de “sementes suicidas”.

A preocupação das mulheres com as florestas plantadas se reflete também na água que essas plantações consomem. Conforme dados levantados por Paulilo e Matias (2006), na África do Sul, os 1.600.000 hectares de eucaliptos plantados consomem duas vezes mais água do que a produção de alimentos. Relacionando com a nossa realidade, no Brasil já havia, em 2006, cerca de 260 mil hectares de eucaliptos, com a projeção de alcançar um milhão de hectares em dez anos. Com relação a países vizinhos do Brasil, a Argentina possui 500 mil hectares, o Uruguai 700 mil e o Chile dois milhões de hectares plantados. Além disso, essas plantas, devido ao espaçamento utilizado, não podem ser produzidas consorciadas com outras espécies. Quando chegam a certo tamanho, sequer ervas daninhas crescem sob elas. O cultivo dessas duas espécies se destina à produção de celulose para as empresas multinacionais e para suprir o mercado internacional, uma vez que dados revelam que o consumo de papel no Brasil é de 38 quilos/pessoa/ano, enquanto que nos EUA é de 347 quilos/ pessoa/ano (PAULILO e MATIAS, 2006). Outro fato importante se refere aos empregos gerados pela produção em larga escala. Estima-se que, no Brasil, apenas um emprego é gerado para cada 185 hectares plantados. O censo de 2000 mostra que, no Uruguai, cada mil hectares de reflorestamento geram 4,5 empregos (PAULILO e MATIAS, 2006). Esses dados são muito diferentes se comparados aos empregos gerados pela agricultura familiar, por exemplo. Conforme censo agropecuário de 2006, divulgado recentemente pelo IBGE⁶, cerca de 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). A agricultura familiar emprega em torno de 15,3 pessoas por 100 hectares.

Outro dado importante se refere à posição do Brasil entre os maiores plantadores de florestas com espécies exóticas. Conforme Matias (2007), o Brasil está entre os sete maiores plantadores de florestas para fins industriais, com cerca de 5,2 milhões de hectares

⁶ Dados disponíveis em www.ibge.gov.br.

plantados até 2005. No ano de 2006, mais 627 mil hectares foram plantados. Essas plantações concentram-se basicamente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Bahia e Minas Gerais. Gonçalves (2006), ao analisar o trabalho assalariado nas plantações florestais em Minas Gerais, constatou que as plantações de eucaliptos tomaram o espaço que anteriormente era destinado ao plantio de alimentos, como a mandioca, cana-de-açúcar (para a produção de rapadura), arroz, banana, feijão, melancia, milho e laranja. Os empregos oferecidos pelas empresas sujeitam os trabalhadores à lógica da exploração do grande produtor, muito diferente da anterior, em que a organização e a gestão da unidade produtiva era responsabilidade deles.

Nas ações das mulheres encontra-se também a crítica ao modelo de desenvolvimento que o Estado impõe aos agricultores familiares, privilegiando as grandes propriedades e corporações. Na região oeste de Santa Catarina, o plantio dessas espécies foi estimulado também para garantir o fornecimento de lenha para os frigoríficos.

Entre as militantes do MMC é comum relacionar o fato de a mulher gerar a vida humana com uma preocupação maior em relação à natureza, que garante a existência de todas as formas de vida. Essa noção das camponesas é encarada por muitas feministas como uma visão essencialista, conforme as ideias de Vandana Shiva, que trataremos mais profundamente adiante. De uma forma bastante resumida, essa visão relaciona a mulher à natureza devido à sua capacidade de gerar a vida, ou seja, associa à natureza algo inato às mulheres, independente de classe, etnia, momento histórico ou espaço geográfico, por isso a denominação “essencialista”.

As camponesas já perceberam que esse modelo de desenvolvimento baseado em uma agricultura feita com insumos e agrotóxicos, em um tipo de criação que concentra a produção de suínos e aves e, mais recentemente, em plantações de *pinus* e eucaliptos destruiu a natureza, tirou-lhes o direito a decidir livremente sobre sua produção e impôs padrões de consumo, o que afetou sua própria identidade de camponesas. As agroindústrias impedem os agricultores de criar determinados animais. Por exemplo, se um agricultor tem uma criação de frangos para a agroindústria, não pode criar a espécie caipira ou crioula, pois os frangos “industriais” são muito suscetíveis a doenças. E os frangos caipiras, como são criados soltos e com alimentação natural, têm resistência maior às doenças. Com isso, além de perderem uma fonte de proteínas mais saudável, a carne do frango criado solto, perdem também os ovos. A exigência em atingir uma cota de produção

leiteira também diminuiu a produção dos derivados de leite para o consumo familiar. Muitas famílias que comercializam leite *in natura*, não produzem queijo para o consumo próprio. Esse tipo de exigência fez que muitos produtos antes cultivados e criados pelas famílias passassem a ser adquiridos nos supermercados.

Em diversas regiões do mundo, iniciativas de enfrentamento aos problemas ambientais gerados pela expansão do modelo de desenvolvimento que agride a natureza e a população emergem das ações de mulheres. Exemplos como o das camponesas do Movimento Why! do sudoeste da Alemanha, que foram os membros mais ativos dos movimentos anti-nucleares naquele país ou o movimento de Chipko na Índia, onde as mulheres abraçavam-se às árvores para impedir que fossem derrubadas (ALIER, 2007, p. 173); mostram como as mulheres se organizaram para defender o meio ambiente. No Brasil, as camponesas do MMC ligadas também à Via Campesina, que destruíram laboratórios da empresa Aracruz Celulose⁷ no Rio Grande do Sul, em um protesto contra o aumento das florestas de *pinus* e eucaliptos, agressivas ao meio ambiente, são outro exemplo.

Porém, o que o MMC discute vai além do dia-a-dia, ou seja, da garantia de sobrevivência por meio da produção de alimentos. O discurso das militantes aponta para além de um desenvolvimento mais ecológico no campo; o objetivo final é a construção de um mundo socialista. Esse discurso de cunho marxista ganhou força entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais da região pela influência da Teologia da Libertação, conforme já dissemos.

Prendemos ver como esse discurso carregado de utopia é necessário para aglutinar as mulheres em torno de uma luta comum que, mesmo elas, sabem que não alcançará o socialismo⁸. A religião, com a Teologia da Libertação, deu a essas militantes as categorias

⁷ A Aracruz Celulose responde por cerca de 30% da produção de celulose branqueada de eucalipto mundial. No Brasil, possui plantações nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Possui também laboratórios de pesquisa (dados obtidos no site: <http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/quem.htm>).

⁸ Há trabalhos que mostram a importância da utopia para os movimentos sociais. Ver, entre outros, Paulilo (1990) que recupera a visão de utopia de Karl Mannheim, no sentido de que existem utopias absolutas e relativas. As relativas são as que parecem irrealizáveis apenas do ponto de vista da ordem vigente. São essas que mobilizam os movimentos sociais.

solidariedade e anticapitalismo. Com essas categorias, elas construíram um elo de discussão com o ecofeminismo religioso ou espiritualista.

Também a noção de segurança alimentar, discutida por essas militantes, traz no seu âmago a ideia de luta anticapitalista, pois é contra a dependência das grandes multinacionais e valoriza sua própria autoestima, ao reconhecer que as camponesas detêm o conhecimento da produção de alimentos, uma produção que não foi muito alterada pela Revolução Verde, isto é, a produção em pequena escala para consumo da família (a horta, as pequenas plantações, ervas medicinais, etc) e também valorizam a presença de certa autonomia, que permite aos camponeses ter a propriedade das sementes que lhes garantirão a alimentação.

A metodologia, o campo, a autora

Antes de falar do trabalho de campo cabe uma ressalva ou observação em relação à autora que julgo pertinente.

Vivi metade da minha vida no campo, ajudando minha mãe no cuidado da casa, de uma avó idosa e também na lavoura. Nesse tempo as expectativas para uma moça no campo eram casar e continuar na agricultura ou buscar emprego nas cidades próximas, realidade muito bem mostrada por Stropasolas (2002) em sua tese de doutorado sobre a juventude rural. Meu pai, como quase todos os pais da região, estimulou os filhos homens a continuar na agricultura e as mulheres a estudar. E como a mais nova, herdei dele uma inquietude, a migração. Então, contrariei um pouco as expectativas e fui estudar um pouco mais longe. Porém, jamais consegui me afastar da agricultura. Assim, na universidade, fui parar no NAF – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar. Em 12 anos participando do mesmo núcleo realizei muitos trabalhos de campo sob a orientação da professora Maria Ignez Paulilo. Foram tantas entrevistas, gravações, transcrições, eventos dos movimentos de mulheres agricultoras (e camponesas), marchas, caminhadas. E toda essa bagagem e o resultado destes tantos trabalhos de campo para diversas pesquisas tanto minhas como do Núcleo estão comigo. Tenho acesso e permissão para utilizar esse material. Falo isso para dizer que essa tese não iniciou há quatro anos com o doutorado, mas ainda em 2001 com os primeiros trabalhos de campo com o Movimento de Mulheres Agricultoras, ou antes, ainda ao entrevistar mulheres que militavam no MMA e também no sindicato de trabalhadores rurais, tema do meu trabalho de conclusão de curso da

graduação ou entrevistando e transcrevendo entrevistas para uma pesquisa sobre herança das mulheres na agricultura para a professora Maria Ignez.

Mas todo esse “material” citado não é fonte principal, porque esta reside no trabalho de campo realizado especialmente para a tese. Vários encontros das Mulheres do MMC, todos gravados com a autorização do movimento, entrevistas, viagens com elas e observações de campo, além das fontes secundárias que são o material produzido pelo movimento, como cartilhas, jornais, panfletos, e entrevistas que foram concedidas a outros integrantes do NAF.

Essa justificativa também quer alertar para alguns atos falhos como não explicação de determinados fenômenos comuns na agricultura e para momentos “saudosos” ao ir a campo. Por exemplo, perceber que muitas coisas ficaram menos penosas para as mulheres com a chegada de eletrodomésticos no campo, como a máquina de lavar roupa, ou equipamentos para o trabalho na propriedade como a ordenha, mas perceber também que o processo de integração às agroindústrias se tornou mais rigoroso e exigente, não permitindo, por exemplo, que se possam criar galinhas na propriedade. Quando menciono a criação de galinhas quero tocar num assunto mais amplo, o cultivo dos gêneros alimentícios básicos para a família. Vejo com surpresa que muitos agricultores da região vão ao supermercado nas cidades e suas compras não diferem muito das compras dos moradores das áreas urbanas.

A metodologia e as técnicas utilizadas

Um problema de pesquisa não surge do nada. Ou surge de um interesse pessoal, da própria vivência do pesquisador, ou do contexto social em que ele vive ou viveu. No entanto, a transformação de um interesse difuso em objeto de investigação científica exige a “construção do problema de pesquisa”, ou seja, a delimitação do que se vai estudar com base em fundamentações teóricas sólidas, em conhecimentos já previamente adquiridos, pois apenas a paixão ou o apego do pesquisador ao tema não são suficientes. O conhecimento teórico é fundamental não só para a análise dos dados de campo, como até mesmo para se “entrar” em campo, para se saber que caminho trilhar. Outra fonte indispensável ao pesquisador são os trabalhos empíricos anteriores sobre o mesmo tema ou temas semelhantes, que auxiliam na delimitação do trabalho de campo.

As pesquisas científicas, especialmente nas áreas de antropologia e sociologia, passaram por um processo, a partir dos anos 1970, em que a valorização do discurso em si ganhou proporções relevantes. As pesquisas passaram a ser avaliadas pela capacidade de “dar voz aos oprimidos”, sem que o rigor metodológico ficasse em primeiro plano. Com o advento dos movimentos sociais na década de 1980, o marxismo mais ortodoxo e o estruturalismo, muito presentes na década de 1970, não deram conta de explicar as ações coletivas que estavam surgindo com grande intensidade e novas abordagens teóricas, como as teorias da ação, foram recuperadas e desenvolvidas. Mas, a princípio, houve um grande entusiasmo pela fala dos entrevistados. Partia-se do pressuposto de que o discurso continha seu próprio entendimento, falava por si próprio e, com isso, uma análise mais apurada foi deixada de lado. O discurso passou a valer por si mesmo, sem que um embasamento teórico fosse empregado com rigor. Ao mesmo tempo em que se criticava o positivismo, fazia-se uso de seus preceitos empiricistas, ou seja, da ideia de que “dados bem coletados devem falar por si mesmos” (CARDOSO, 1986, p. 99).

Ainda nesse contexto de movimentos sociais, a observação participante se torna uma das formas de pesquisa mais valorizada. O pesquisador passa a ter um papel de engajamento, transformando a pesquisa científica em denúncia e ele próprio em porta-voz dos grupos sociais. O engajamento do pesquisador, ao mesmo tempo em que possibilitou uma maior proximidade e aceitação dos grupos sociais pesquisados, fez com que se perdesse o “estranhamento” fundamental para o distanciamento necessário à pesquisa científica. A crítica ferrenha à neutralidade e objetividade do positivismo fez com que se caísse no outro extremo, uma subjetividade sem bases teóricas sólidas.

A escolha por métodos/técnicas como a observação assistemática, a observação participante, as diferentes modalidades de entrevista enriquecem o trabalho com detalhes, porém, exige do pesquisador um tato maior no que tange à sua ligação com o campo de investigação. Como já descrevemos acima, além do contato com a literatura, o conhecimento prévio do campo é essencial. Como coloca Flick (2004, p. 55), “é por isso que a questão do acesso ao terreno, e às pessoas e processos que nele são de particular interesse, merece especial atenção”.

Um pesquisador em campo não é um ser invisível, assim, sua presença sempre vai causar impacto, com maior ou menor intensidade dependendo da situação, do seu preparo, do momento vivenciado pelo grupo ou comunidade, entre outros. A negociação da entrada do

pesquisador em campo passa pelo estabelecimento de uma relação entre pesquisador e grupo/instituição/comunidade. Os discursos dos atores devem ser analisados à luz dos lugares que ocupam na comunidade, deve-se pensar nas condições sociais de sua produção.

A primeira etapa de uma pesquisa, mesmo uma pesquisa de campo, deve ser a pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido. Conforme Luna (1999), o levantamento bibliográfico pode ser baseado em livros, jornais impressos ou on-line, revistas, vídeos, internet. Esta última tem se mostrado uma fonte importante de consulta nos últimos anos. Muitos dos grupos que são estudados mantêm páginas atualizadas na internet.

O processo de entrada no “meu” campo ocorreu de maneira tranquila, porque já havia contatos prévios com o MMC, tanto de minha parte como também por parte de minha orientadora. Entretanto, isso não significou um campo totalmente aberto. A confiança entre pesquisadora e movimento foi sendo construída ao longo *dos* quatro anos de duração da pesquisa.

O estudo de caso

Nos últimos anos os estudos de caso difundiram-se com mais força no Brasil. Conforme Roesse (1998, p. 189) isso se deve a dois fatores principais. Um deles se refere à certa reação aos estudos macrosociológicos que tendem a reduzir as explicações das microrealidades a um contexto de análises mais amplas, não levando em conta as particularidades existentes. Surgem também como mais uma opção aos estudos qualitativos. Outro ponto importante diz respeito à redução nos orçamentos, pois pesquisas mais abrangentes nem sempre são viáveis. Com relação a este último ponto, cabe uma ressalva. A opção por uma metodologia mais econômica implica num investimento maior em termos teóricos, pois exige maior aprofundamento. Voltaremos a essa discussão mais à frente.

Conforme Yin (2001, p.19), o estudo de caso é uma metodologia utilizada quando o pesquisador tem pouco controle dos eventos a serem estudados e quando o foco da pesquisa se encontra em fenômenos contemporâneos, inseridos em algum contexto da vida real. Esse estudo pode ser exploratório, descritivo ou explicativo. A definição de qual dessas estratégias ou modelos será utilizada vai depender do objetivo do

estudo, ou melhor, do que se pretende investigar. É a questão levantada que vai determinar o tipo de estudo a ser desenvolvido.

O estudo de caso é especialmente interessante ao se analisarem fatos e acontecimentos contemporâneos (como a luta das mulheres camponesas contra as plantações de pinus e eucaliptos, por exemplo) e permite o uso de diferentes técnicas em um mesmo estudo, porque “[...] o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional” (YIN, 2001, p. 27). Assim, o estudo de caso não é considerado por esse autor como uma técnica de pesquisa mas como uma estratégia de pesquisa abrangente, que pode ser aplicada ao estudo de um único ou de múltiplos casos. Para Roese (1998, p. 193), o estudo de caso aborda com êxito as questões ligadas a instituições e movimentos sociais, porque pode mostrar que o que aparenta ser banal para a comunidade, às vezes suscita grandes questões sociológicas.

A acusação de ser um tipo de investigação demasiado empiricista não é absurda, pois o estudo de caso permite intenso contato com a realidade empírica, o que favorece a obtenção de dados. Mas é preciso lembrar que o que configura um bom estudo de caso é a junção de três fatores importantes, como um prévio suporte teórico, uma boa coleta de dados empíricos e a análise desses dados. No entanto, pode-se incorrer no risco de se usar o estudo de caso apenas para legitimar uma teoria. No outro extremo, a falta de base teórica pode transformar o trabalho em uma mera descrição da realidade, caindo, aí sim, no empiricismo (YIN, 2001).

Há uma certa distância entre a descrição e a explicação. É importante lembrar que o pesquisador deve ter clareza que a mera descrição da realidade não configura um trabalho científico. Os dados empíricos devem ser apenas um dos suportes desse trabalho, os demais são a pesquisa bibliográfica, a reflexão teórica e a metodologia. “A pluralidade das técnicas auxiliares (qualitativas e quantitativas) para a composição de um quadro detalhado do caso, a contemporaneidade (que o diferencia de um estudo histórico) e análise intensiva, completam o quadro da metodologia do estudo de caso” (ROESE, 1998, p. 193).

Ao decidir pelo problema de pesquisa estava clara também a técnica a ser empregada ou, como coloca Yin (2001), o estudo de caso se converteu em uma estratégia de pesquisa mais abrangente para abarcar as diferentes situações que encontrei em campo.

O trabalho de campo

Uma tese de doutorado supõe um amadurecimento para o pesquisador e espero ter, ao menos em parte, alcançado isso. Meus trabalhos de campo para esta tese começaram tímidos. Eu ia aos encontros do MMC em Chapecó e me sentia um tanto deslocada, era talvez mais observada do que observadora. E foram vários encontros, até o último em novembro de 2011. Esse e outros sentimentos, ou mesmo aventuras, que me acompanharam durante a realização do trabalho de campo não me impediram de ver o campo com o olhar sociológico, por isso não temo descrevê-los. Ao chegar ao encontro do MMC, em novembro de 2011, algo me tocou profundamente: a calorosa recepção das camponesas presentes. Percebi, então, que havia conseguido o que temia não conseguir, ou seja, um bom entrosamento com elas. Uma relação de confiança tinha sido criada.

Uma das primeiras vezes que efetivamente permaneci alguns dias em campo para a realização desta pesquisa foi em 2010, durante um curso de formação para monitoras de sementes. Antes disso, as “idas a campo” aconteciam nas mobilizações do movimento, como nas datas de 08 de março. A partir de 2010, sempre que possível, estive presente nos cursos de formação do movimento, como no curso para as monitoras de sementes nos dias 27 a 29 de março desse mesmo ano. Logo depois, em maio, uma oportunidade única, a de participar do intercâmbio entre três países africanos (Moçambique, Namíbia e África do Sul) e o MMC e o MCP (Movimento Camponês Popular). Ainda em 2010, em agosto, aconteceu a 11ª Assembleia do Movimento de Mulheres Camponesas, no período em que eu estava realizando estágio sanduíche na Espanha. Todo o encontro foi gravado por Maria Ignez Silveira Paulilo e disponibilizado para meu uso. Em fevereiro de 2011 ocorreu o curso de formação do projeto sobre a Mata Atlântica⁹. Em março de 2011, participei da 5ª Festa Nacional das Sementes Crioulas em Anchieta/SC, onde havia representantes do MMC e da Via Campesina. Foi um momento importante para perceber o que os demais movimentos ligados à Via Campesina, entre eles o MPA, estavam fazendo. Foi lançada ali

⁹ Como não há possibilidade de encaminhar projetos para a inclusão produtiva nos moldes que o MMC quer trabalhar, o movimento encaminha projetos para editais que se aproximam de suas práticas. O projeto que tratava da Mata Atlântica estava voltado para a formação das mulheres na preservação ambiental e culminou também com as discussões do Novo Código Florestal.

uma campanha nacional contra o uso de agrotóxicos, tema que o MMC tem discutido muito nos últimos tempos.

Durante todo o tempo em que realizei o campo, fui me familiarizando com as mulheres e elas comigo. Sempre havia participantes novas em cada evento, porque nem sempre é possível que as mesmas agricultoras deixem a propriedade para participar dos encontros, cursos e mobilizações do MMC. Isso fez com que eu pudesse ter contato com mais mulheres. O fato de me hospedar com elas na sede do movimento e partilhar das refeições, das viagens e dos cursos fora da sede do MMC também abriu espaço para outras considerações, como ouvir delas a percepção em relação a experiências que tinham ido conhecer em Francisco Beltrão no Paraná. Assim, o campo foi um espaço rico em muitos aspectos mas, principalmente, porque foi aberto, o que me permitiu usufruir do uso várias técnicas de coleta de dados.

Os capítulos

No primeiro capítulo procuro contextualizar o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Início tratando da região oeste de Santa Catarina e da agricultura neste local, fatores fundamentais para a compreensão do nascimento deste movimento. A análise do MMC começa já pelo Movimento de Mulheres Agricultoras, o MMA, que nasceu em 1983 no distrito de Nova Itaberaba¹⁰, pertencente ao município de Chapecó no Oeste Catarinense, e se desenvolve em fases divididas por momentos importantes do movimento. Essas mesmas fases coincidem com as décadas de 1980, 1990 e anos 2000 e também com os acontecimentos que marcaram cada um destes períodos. Os anos 1980, por exemplo, foram marcados pela formação de diversos movimentos sociais rurais, sendo que na região oeste de Santa Catarina tal fato foi bastante expressivo. Entre esses movimentos havia algumas matrizes comuns, como o fato de seus membros serem todos trabalhadores rurais e terem o apoio da Igreja, que naquele momento era orientada pela Teologia da Libertação. Esta influencia fortemente o movimento de mulheres em diversos aspectos, como a orientação religiosa de suas ações. Estes aspectos serão tratados ainda neste capítulo.

¹⁰ Nova Itaberaba se emancipou de Chapecó no ano de 1991. Em 1992 ocorreram as primeiras eleições municipais e, em 1993, tomou posse a primeira administração do novo município.

Outro momento importante foi a passagem da década de 1980 para a de 1990, na qual a postura do movimento mudou um pouco. Se na década anterior o MMA tratava de questões trabalhistas e de direito das agricultoras, o que se estendeu até mais ou menos 1993/1994, a partir daí a discussão se voltou mais para as questões de gênero e de saúde das mulheres.

Assim, no início dos anos 2000, o movimento inicia o que considerei como a terceira fase e as mudanças são ainda mais significativas. Nesse momento, o MMA muda de nome, e isso evidencia uma transformação mais profunda nas posturas do movimento. De agricultoras a camponesas, essas mulheres passam por um período de amadurecimento na organização. Se antes o movimento tinha maior participação porque as agricultoras eram atraídas a lutar pelos direitos, nessa fase, com os direitos já garantidos, a participação caiu muito, mas as mulheres passaram a ter compromissos diferentes. A discussão nesse capítulo segue até esse momento, porque essa terceira fase será objeto principal da tese e constituirá o último capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo introduzo o feminismo e o ecofeminismo como conceitos importantes para a análise da terceira fase do movimento. Esses conceitos são fundamentais porque o MMC hoje considera em seus discursos que o movimento é camponês e feminista, da mesma forma como nas suas práticas demonstra claramente uma postura ecofeminista em duas de suas principais vertentes, a construtivista e a espiritualista. Veremos então um pouco da história do feminismo, com ênfase para o feminismo marxista, que é aquele que mais se aproxima do discurso do movimento estudado.

Em relação ao ecofeminismo, trataremos de duas correntes principais, a saber, o ecofeminismo construtivista e o ecofeminismo espiritualista. No primeiro, a relação com o MMC se dá através da vida cotidiana destas mulheres e sua inserção no processo produtivo. Já o que as aproxima da segunda corrente é sua influência religiosa, seja pela socialização na Igreja Católica e Luterana, seja pela veia da Teologia da Libertação.

O terceiro capítulo trata de outros conceitos que permeiam as práticas e discursos do MMC, como campesinato, agroecologia, segurança e soberania alimentar. O que é ser camponês? Ou ainda, quem é hoje o camponês no Brasil? E ao tratarmos do Sul do Brasil ou de uma região específica de Santa Catarina, como a região oeste, quem é o camponês? Estas indagações são parte deste capítulo. Iniciamos com a discussão do conceito clássico de campesinato e a contribuição de

Chayanov, a revisão de Nazareth Wanderlei, passando pelas contribuições de autores como Horácio Martins de Carvalho e Bernardo Mançano Fernandes que dialogam com os movimentos sociais, especialmente os ligados à Via Campesina, e pela contribuição atual de Jan Douwe Van der Ploeg no que esse autor considera como processo de recampesinização.

Outra discussão importante se refere à agroecologia. Muito embora seja uma discussão breve, é importante por levantar a perspectiva de associação que as camponesas do MMC fazem em relação à agricultura camponesa e agroecológica. Trago assim as contribuições de Miguel Altieri e Martinez Alier, por serem autores cujas discussões se aproximam mais do discurso do MMC.

Para concluir este capítulo levanto a discussão de segurança e soberania alimentar, diferenciando esses dois conceitos e, ao mesmo tempo, mostrando que não podem ser dissociados ao retratar as práticas e discursos do MMC. Se, por um lado, práticas de recuperação de sementes e discurso contras as grandes empresas de sementes e agrotóxicos nos remetem à soberania alimentar, essas mesmas ações garantem a segurança alimentar ao proporem a produção de alimentos livres de origens transgênicas e de agrotóxicos.

No quarto e último capítulo trato do casamento entre os conceitos e as práticas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Aqui aparecem as noções de campesinato sob a ótica das mulheres que participam do MMC, como elas se auto definem enquanto camponesas e como definem o que não é campesinato.

Além dessa definição, trato do seu projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças, qual a importância dessa prática para elas, que culmina na prática efetiva de segurança e soberania alimentar, e a importância que dão a produzir alimentos saudáveis, principalmente para o autoconsumo.

Passo então para a discussão do que considero como um discurso mais próximo ao ecofeminismo, mostrando como a influência da Igreja pode ser percebida nos seus discursos. Esses aspectos são retratados nas falas e nas suas publicações.

É uma parte do trabalho em que utilizo muito o discurso das militantes. Em diversos momentos são suas falas que expressam suas posturas ideológicas. Suas falas são identificadas ou não, dependendo do momento em que foram pronunciadas. Isso se deve ao fato de que muitas falas decorrem de entrevistas e outras são frutos das gravações dos eventos promovidos pelo movimento. Naquelas identificadas, a

autorização foi concedida pelas mulheres, que, inclusive, fizeram questão de ter seus nomes revelados.

CAPITULO 1

1. MMC – Uma trajetória

O Movimento de Mulheres Camponesas – MMC - foi criado apenas em 2004, mas a sua história é anterior. Mesmo que o MMC seja resultado da articulação de diversos movimentos de trabalhadoras rurais de vários estados brasileiros foi, sem dúvida, o Movimento de Mulheres Agricultoras de SC – MMA e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – MMTR/RS, que lideraram essa articulação. Assim, optei por iniciar este trabalho a partir do MMA/SC, porque esse movimento remonta a uma história de luta das trabalhadoras que se torna emblemática para a discussão aqui desenvolvida, uma história que entrelaça movimentos sociais, política, religião e gênero.

O MMC tem uma história de luta que é importante ser destacada para se analisar o atual momento. A criação de um movimento específico de mulheres agricultoras foi a primeira grande conquista. Sair de casa para participar das reuniões, contrariando o machismo muito presente na agricultura (e na sociedade como um todo), buscar a aceitação de seus companheiros para participar das ações do movimento ou ir contra sua negação e mesmo assim persistir, ouvir comentários maldosos da vizinhança, da família. Tudo isso teve que ser enfrentado pelas mulheres que assumiram lideranças ou mesmo as que simplesmente participavam (e participam) do movimento. Muitas das mulheres ficaram pelo caminho, desanimaram com as dificuldades, não fizeram frente às imposições de seus maridos e da comunidade em geral, outras tantas esmoreceram depois das conquistas trabalhistas e algumas se projetaram politicamente.

Mas o importante é que o MMA criado em 1983 foi seguindo seu caminho, em uma trajetória sem grandes rupturas, cada década trouxe uma grande questão ou uma bandeira de luta mais específica, mas nunca desconectada. Este capítulo traz um levantamento dessa história do movimento desde sua criação até a composição do MMC, em 2004. Uma história marcada pela realidade cultural e econômica da região oeste de Santa Catarina, pela cultura camponesa e pelas transformações que a agricultura sofreu nas últimas décadas. Mas, principalmente, uma história de mulheres camponesas fortes, obstinadas, que não têm medo de passar horas e dias fora de casa para lutar por seus direitos. Mulheres que, simples e sem uma formação em bancos escolares se atrevem a pegar um microfone, fazer passeatas, protestos, acampar no Congresso

Nacional, bater nos gabinetes dos deputados e concorrer a cargos públicos. Mulheres que buscaram seus direitos trabalhistas, lutaram por acesso à saúde e que, hoje, defendem um modelo de agricultura camponesa.

1.1 Agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina

A lógica imposta pelo capital para o meio rural brasileiro, a partir dos anos 1960, se baseou num modelo em que o Centro-Oeste e o Norte do país foram marcados pela existência de grandes propriedades voltadas à criação extensiva de gado de corte, produção de soja e milho, seja para alimentar a indústria interna, seja para a exportação. E ainda, que o Sul, pela sua tradição de minifúndios, se consolidasse como produtor de suínos, aves, leite e produção de alimentos para abastecer o mercado interno, sendo que as aves e suínos seriam destinados tanto para o mercado interno como para a exportação.

Essa lógica fica bastante evidente durante o governo militar (1964-1985) por suas políticas de favorecimento aos grandes produtores, pelo incentivo à expansão da fronteira agrícola, quando produtores dos estados do sul avançam em direção ao Norte, e pelo processo de concentração da produção nos estados meridionais. Todo esse processo tido como modernização da agricultura foi sentido de maneira intensa no oeste de Santa Catarina. Essa região é tradicionalmente agrícola e composta por pequenos produtores que têm como base a produção familiar e que passam a sofrer as consequências do novo modelo.

A colonização da região oeste de Santa Catarina se deu a partir de 1920 e, basicamente, por descendentes de imigrantes vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul, onde já estavam esgotadas as terras destinadas à colonização (POLI, 2001, p. 27). Nas décadas de 1950 e 1960 a ocupação chegou ao seu auge, sendo que, nos anos 1970, a região estava praticamente toda ocupada (MELLO, 1998, p. 28). Segundo Prim (1996, p. 15), a partir desse momento, a região oeste passou a gerar excedentes populacionais que se dirigiram para as regiões Norte e Centro-Oeste do País.

No início da ocupação da área estudada, o governo do Estado fez grandes concessões de terras às empresas colonizadoras. Estas, por sua vez, demarcavam e vendiam os lotes de terras aos agricultores recém-chegados. Esses colonos, como são denominados os agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães, encontraram terrenos montanhosos e de difícil acesso. No entanto, a maioria deles já estava

habituada a este tipo de relevo em seus países de origem. Em grande parte da região havia caboclos e índios que habitavam as matas, sem deter o título de propriedade. O governo, ao ceder as terras às empresas colonizadoras, ignorou a presença desses moradores. Muitos deles tornaram-se agregados¹¹ nas propriedades adquiridas pelos colonos.

Segundo relatos de alguns agricultores já idosos, as companhias colonizadoras apenas vendiam as terras, sem provê-las de infraestrutura. Muitas estradas da região, principalmente as que ligavam as comunidades entre si e estas com as vilas, foram construídas por eles em forma de mutirão. O transporte da produção era feito por carroças e o meio de locomoção mais usado era o cavalo. Para pegar um ônibus que os levasse às cidades maiores tinham que andar muitos quilômetros a pé ou a cavalo.

Os caboclos que não eram agregados trabalhavam como diaristas nas propriedades dos colonos. Para alguns restou morar às margens dos rios, onde as terras eram ainda mais acidentadas. Ali plantavam pequenas roças destinadas à subsistência. Os colonos, por sua vez, tinham uma lógica de trabalho que visava a produção de excedentes com vistas ao mercado. Já estavam acostumados ao comércio na Europa, antes de emigrarem para o Brasil. Além disso, muitos tinham que terminar de pagar as terras à companhia colonizadora. Desde o início praticam o sistema de policultura, com lavouras diversificadas e com a criação de aves, suínos e bovinos. Com a abertura de estradas e a instalação de redes de energia elétrica, os colonos puderam aumentar e diversificar ainda mais a produção, especialmente a criação de animais para a venda.

Mais tarde, com a instalação de agroindústrias, passaram a produzir em maior escala e a se dedicar a criações mais específicas (MELLO, 1998, p. 29). Nos anos 1960 surge uma nova fase na produção de suínos, com a interferência direta das agroindústrias e do Estado neste processo que visava modernizar a agropecuária nacional, fato que retomaremos adiante. A produção de suínos foi a primeira a se destacar após a instalação dos frigoríficos na década de 1970¹². Os agricultores que já produziam para o consumo passaram a produzir em

¹¹ Agregado é um termo bastante usado para designar o empregado que mora na terra do proprietário, trabalha para ele, e recebe um pequeno pedaço de terra para plantar.

¹² As principais agroindústrias instaladas na região oeste são: Sadia, Perdigão, Seara (o frigorífico pertence hoje a outras empresas, mas a marca foi mantida) e Cooperativa Aurora.

maior escala e fornecer ao mercado, utilizando novas técnicas para o aumento de produtividade e transformando essa produção na principal atividade econômica da região.

No Oeste do Estado, outro fator de modernização foi a expansão dos frigoríficos. Essas empresas trabalham na forma de 'produção integrada', isto é, fornecem insumos e assistência técnica ao produtor e compram toda a produção. Essa é uma forma oligopólio-oligopsônica de comércio, porque o agricultor se obriga a só comprar os insumos da agroindústria e a vender o produto para ela. Para ser integrado o agricultor tem que obedecer padrões de qualidade bastante altos e mesmo internacionais, quando os bens são exportados. Caso não o faça, ou não consegue ligar-se às empresas ou é delas desligado, porque nada lhe assegura a continuidade do contrato (PAULILO, 1998, p.113).

Uma das consequências da integração analisada por Paulilo (1990) é a perda de autonomia sobre o processo produtivo. Ao se integrarem, o controle deste processo passa para os frigoríficos. O trabalho desenvolvido pelo agricultor é ditado pelos técnicos das empresas. A alimentação, as instalações e o manejo dos suínos e aves são feitos conforme as diretrizes impostas pelo frigorífico. Outra consequência é a dependência do produtor em relação à agroindústria, que fornece os leitões pequenos para os produtores responsáveis pela engorda, ou os pintinhos para os avicultores, a ração e os medicamentos e cobra exclusividade para a compra dos insumos e para a venda da produção.

Juntamente com a produção de suínos está a produção de milho e feijão. Os agricultores não se dedicam a uma única cultura ou criação. Com o aumento da produção de suínos na região, surge a necessidade de aumentar as lavouras de milho e, mais tarde, a de soja que será usada para a produção de óleo vegetal e de ração para a suinocultura e a avicultura. Muitos agricultores dedicaram-se então, somente à criação de suínos e aves para as agroindústrias. A partir dos anos 1990 se desenvolve com mais intensidade a produção comercial de leite, até mesmo como uma alternativa aos problemas enfrentados na suinocultura. Muitos agricultores que abandonaram a criação de suínos e também os que a mantiveram passaram a se dedicar ao leite como forma

de diversificar a produção, aumentar a renda e ter uma alternativa que lhes possibilitasse enfrentar futuras crises.

Voltando à suinocultura, segundo Mello (1998, p. 46), no período inicial, as agroindústrias passaram a selecionar agricultores com o objetivo de integrá-los aos seus departamentos de fomento. Essa seleção incluía os agricultores que tinham condições de aumentar o número de suínos e possuir terras suficientes para o plantio, principalmente de milho, utilizado na ração. Porém, como o aumento de produção nas propriedades diminuía os custos para as agroindústrias tanto no transporte de ração como no de animais e, também, com a assistência técnica, as empresas consideraram mais vantajoso ter um número menor de produtores que lhes fornecessem matéria-prima suficiente. Assim começou a exclusão de muitos suinocultores.

Conforme dados do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa, em 1985 o número de produtores de suínos em Santa Catarina era de 54,2 mil produtores. No ano de 1996 esse número caiu para 24,4 mil produtores e em 2010 para 15,3 mil. Segundo a mesma fonte, a diminuição do número de produtores não acarretou redução da produção. Altmann¹³ (2003) cita dados idênticos para esse período, acrescentando na sua análise valores de produção em toneladas de suínos. Os cerca de 55 mil produtores (este autor se refere a 60 mil no ano de 1985), produziram 242.000 toneladas de suínos neste ano. Em 2003, os cerca de 15 mil suinocultores citados por Altmann produziram 668.000 toneladas, ou seja, quase três vezes mais que em 1985, apesar de seu número ter se reduzido a um quarto. A queda no número de produtores deve-se, entre outros fatores, a uma nova reestruturação imposta pelas agroindústrias. A produção através do ciclo completo vai desde a criação das matrizes até a engorda dos suínos destinados ao abate, ou seja, o animal terminado. Essa produção passou a ser feita por fases. Cada produtor fica responsável por uma etapa, produção de leitões ou de terminados. Para isso produtores que não tinham o número de matrizes exigidas pelas agroindústrias adquiriram mais animais ou abandonaram o sistema de integração. Hoje, mesmo com as quedas de exportação de carne suína que o estado sofreu de 2006 a 2009, Santa Catarina teve um crescimento no volume de produção acima da média nacional que foi de 17,5%, enquanto que no estado foi de 22,7%.

¹³ ALTMANN, Rubens. Informe Conjuntural. Crise na suinocultura ou crise da pequena agricultura? (22/05/03). Disponível em <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>

1.2 A reação dos agricultores

Quando se percebeu que o modelo modernizante havia acirrado ainda mais uma exclusão que já estava presente no campo, no início dos anos 1980 começam a aparecer em Santa Catarina, como resposta aos novos problemas, diversos movimentos sociais ligados à agricultura. Esses movimentos fazem parte de um movimento mais amplo chamado, pelos cientistas sociais, de Novos Movimentos Sociais. Conforme Scherer-Warren (1987, p. 42), os novos movimentos sociais são movimentos contestadores da realidade excludente gerada pelo modelo capitalista, que assumem uma forma de participação interna mais igualitária, democrática. Eles também “representam um novo momento dentro da história do campesinato brasileiro, o qual passa a romper com alguns dos seus principais limites no que diz respeito à sua participação política” (POLI, 1999, p. 165).

Outro fenômeno que também contribuiu para a formação de movimentos sociais no oeste catarinense foi o fim da fronteira agrícola. Mas deve-se entender essa afirmação como o final da fronteira agrícola na região, o que não significa que a migração para outras regiões do país não ocorriam mais. Ao contrário. Nesse período, intensifica-se a migração para o norte e centro-oeste do Brasil. Havia uma escassez de terras no oeste catarinense, as famílias eram numerosas e já não havia terra para todos os filhos. É importante lembrar que, embora não seja legal, segundo a legislação brasileira, não era comum (e ainda não é) as mulheres nessa região herdarem terras, pois supunha-se que ao se casarem teriam terra devido à herança de seu marido. Mesmo assim, as terras não eram mais suficientes para que todos os filhos homens fossem contemplados na partilha da propriedade. Com a implantação e crescimento das agroindústrias de carnes, como a Sadia e a Perdigão, havia o incentivo para que alguns migrassem para as cidades para servir de mão-de-obra urbana. Além da falta de terras, logo não haveria mais trabalho para todos na propriedade, uma vez que, com a concentração da produção, veio também a modernização e a utilização de máquinas, que diminuía o volume necessário de trabalho manual.

A Igreja, na região Oeste, como em outros locais, teve papel fundamental na organização dos movimentos sociais. A Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II e dos Encontros Episcopais de Medellín e Puebla, desencadeou um movimento de renovação de suas práticas e concepções. Na região Oeste de Santa Catarina essas ideias foram largamente difundidas, principalmente após a chegada do bispo Dom

José Gomes à Diocese de Chapecó em 1968. Em parte com o apoio da Igreja, foram surgindo diversos movimentos. Entre os principais estão:

a) O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, que surge em Santa Catarina no ano de 1980 com a ocupação da Fazenda Burro Branco em Abelardo Luz. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA¹⁴, entre 1979 e 2005 foram desapropriados 142 imóveis rurais em Santa Catarina para assentamentos. Grande parte destes assentamentos estão localizados justamente no Oeste do Estado.

b) O Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, MAB, organiza-se em torno das desapropriações de terras para a construção das barragens. Na região Sul foram construídas as Usinas de Itaipú na bacia do Rio Paraná, e as de Machadinho e de Itá na bacia do Rio Uruguai¹⁵. Em 1989 acontece o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens. A sua organização em termos de movimento social organizado em nível nacional só aconteceria dois anos mais tarde, em 1991.

c) As Oposições Sindicais ganham força em 1982, quando a chapa de oposição conquistou a direção do sindicato através de eleições. A partir de então, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapecó passou a se organizar com base nas propostas de sua campanha. Assim, começou a promover ações, mobilizações e manifestações em favor dos preços dos produtos agrícolas, contra os altos juros dos financiamentos e contra a política agrícola como um todo. Entre as ações podemos citar as reivindicações de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, como a de crédito diferenciado.

d) O Movimento de Mulheres Agricultoras, MMA¹⁶, surgido em 1983, foi o que colocou a temática de gênero em discussão.

¹⁴ Dados obtidos através do site www.incra.gov.br/

¹⁵ Conforme REIS. Maria José (2009, p. 266), somente no vale do Rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o projeto inicial era para a construção de 25 hidrelétricas.

¹⁶ Em 2004, o MMA, juntamente com os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR da maioria dos outros estados do Brasil, se uniram sob a sigla MMC- Movimento de Mulheres Camponesas e se uniram à Via Campesina. Em 1995 já havia sido criada uma articulação nacional – ANMTR.

1.3 O nascimento do MMA - 1983

O MMA surge em meio a essa dupla transformação vivenciada no Brasil, muito clara no oeste de Santa Catarina: por um lado havia a modernização da agricultura que exclui agricultores do processo de produção e, como consequência disso, o êxodo rural e, de outro lado, a opção da Igreja local pelas causas sociais. Com a criação das pastorais sociais pela Igreja, o surgimento de movimentos sociais no campo foi uma questão de tempo.

A renovação dos sindicatos foi o passo inicial para uma série de outros movimentos como o próprio MMA, o MAB, o Movimento de Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em Chapecó a chapa de oposição à diretoria do sindicato começou a ser organizada tendo a CPT e a Igreja como apoio. Apoiados pelo trabalho das alas Progressistas da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Rurais, as oposições sindicais foram conquistando vários sindicatos considerados conservadores. Entre eles, como já foi dito, destaca-se o STR de Chapecó, conquistado em 1982, um dos maiores sindicatos de trabalhadores rurais do estado. Nesse processo a participação das mulheres começou a ser incentivada.

A sindicalização das trabalhadoras foi uma das principais bandeiras da campanha da oposição sindical em Chapecó, uma vez que até o início dos anos 80 eram poucas as mulheres rurais associadas a sindicatos da categoria. Destas associadas, muitas eram viúvas. As casadas, na sua maioria, eram tidas como dependentes do marido, enquanto as solteiras eram dependentes do pai. Poucas insistiam em se associar, sendo que os sindicatos não incentivavam a filiação das mulheres. Elas não eram consideradas agricultoras, eram "esposas de agricultor".

Uma vez conquistada a direção do STR de Chapecó em 1982, foi promovida uma campanha para a sindicalização da mulher. Logo depois foram feitas campanhas também pela documentação, ou seja, as mulheres foram incentivadas a requerer carteira de identidade, título de eleitora, CPF e a também insistir para que seu nome constasse no bloco de produtor, documento que registra as transações comerciais da propriedade. Isso fazia com que a mulher fosse reconhecida enquanto trabalhadora rural, garantindo seus direitos à aposentadoria, a salário maternidade e auxílio doença, direitos já garantidos às trabalhadoras

urbanas. Em 1983 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) é criado definitivamente.

As mulheres começam a se organizar em 1981. Nos anos de 1982 e 1983 elas se organizam enquanto movimento e, ainda em 1983, o MMA surge como organização das trabalhadoras rurais catarinenses. Mas é em 1985 que o MMA se consolida, aumentando sua base em vários municípios. Vale destacar que, em 1986, a agricultora e liderança do MMA, Luci Choinaski, se elege como deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Luci entra para a história das mulheres em Santa Catarina como a segunda deputada mulher eleita para a Assembleia Legislativa do Estado¹⁷. Foi também a primeira representante de um partido de esquerda e a primeira deputada catarinense eleita pelo Partido dos Trabalhadores. Mesmo com a discriminação e o preconceito enfrentados, primeiro por ser mulher e segundo por ser agricultora, Luci e o MMA conseguem organizar um grande número de mulheres em torno da luta pelos direitos previdenciários. Luci Choinaski foi eleita em 1986 para deputada estadual e em 1991 para deputada federal. Realizou mais dois mandatos como deputada federal e atualmente é deputada federal (2011/2014). Por ser a primeira agricultora e a única até hoje na Assembleia Legislativa de SC, Luci enfrentou muitas críticas preconceituosas dos políticos de oposição e de membros do seu próprio partido, porém se manteve firme. Florestan Fernandes, em 1992, elogia a atuação e a coragem de Luci e das agricultoras ao irem em busca de seus direitos. Refere-se à comemoração do Dia Internacional da Mulher, quando as mulheres se organizaram em caravanas e foram a Brasília para exigir o cumprimento da lei de aposentadoria e do salário maternidade para as trabalhadoras rurais previstas na constituição de 1988 (PAULILO e SILVA, 2010, p. 56).

Além de Luci, outras mulheres entraram na política (se elegeram vereadoras em seus municípios), porém foi ela a que mais se destacou. A presença das mulheres do MMA na política também foi analisada por Daboit (1996, p. 54),

“[...] as mulheres agricultoras descobriram que para chegar à realização de seus objetivos o Movimento deveria ser político. Necessitavam além de sua organização, a elaboração de

¹⁷ A primeira Deputada catarinense foi a professora Antonieta de Barros, eleita em 1934. Além ter sido a primeira deputada de Santa Catarina, foi também a primeira representante da etnia negra no legislativo.

propostas e o seu encaminhamento através da política, inclusive necessitando de aproximação de um partido que se identificasse com a causa da mulher. O partido dos trabalhadores é aquele com quem as mulheres mais se identificam [...]”.

A aproximação com o PT é bastante fácil de compreender. As lideranças que estavam à frente dos movimentos sociais no oeste são as mesmas que criaram o PT na região. Assim, quando as mulheres do MMA não lançavam uma representante para concorrer aos cargos políticos, apoiavam os “companheiros” de outros movimentos sociais, como o MST, por exemplo, ou até mesmo o movimento sindical no início dos anos 1980.

Entre 1986 e 1988 as agricultoras organizam caravanas a Brasília para pressionar os deputados a reconhecerem as mulheres como trabalhadoras rurais e terem assim os benefícios que são concedidos às trabalhadoras urbanas, como licença maternidade, auxílio doença, entre outros. Outra reivindicação era a diminuição do limite de idade para a aposentadoria das mulheres trabalhadoras rurais, que passa a ser 55 anos para as mulheres e 60 para os homens. A constituição de 1988 equiparou os trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos no que concerne aos direitos previdenciários, com a diferença que os rurais tornaram-se segurados especiais¹⁸. Essa condição foi garantida pela lei nº 8.213/91, alterada posteriormente pela lei nº 11.718/08¹⁹.

¹⁸ Os segurados especiais são trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada ou que a utilizem em períodos esporádicos desde que não ultrapasse o limite de 120 dias ao ano (§ 8º da Lei n. 11.718 de 20 de junho de 2008). Estão incluídos também nessa categoria os cônjuges, os companheiros e os filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural. Também são considerados segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural, e os familiares que participam da produção (regime de economia familiar). A contribuição do segurado especial ao INSS ocorre na venda de sua produção. O valor da contribuição é de 2,3% sobre o valor bruto da comercialização de sua produção rural. Deste montante, 2,0% é destinado à Seguridade Social, 0,1% para financiamento benefícios decorrentes de riscos do trabalho e 0,2% para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). (Fonte: Ministério da Previdência Social – www.mpas.gov.br Acesso em 01 de novembro de 2011)

¹⁹ A lei 8.213/91 garantia aos trabalhadores rurais a condição de segurados especiais por um período de 15 anos. Com a organização dos trabalhadores,

Percebe-se que os primeiros anos de luta do MMA giraram em torno de reivindicações classistas e trabalhistas, além do direito à participação nos sindicatos, o que, em consequência, somaria forças à classe dos agricultores. No ano de 1990 ocorre em Chapecó a 4ª Assembleia Estadual do MMA e é possível perceber uma mudança nítida de suas prioridades, pois se passa a valorizar mais as questões de gênero. Como diz Casagrande (1991, p. 43), “[...] na 4ª Assembleia Estadual, constaram que os problemas mais graves giravam em torno da discriminação social, da subordinação e da submissão”. O movimento a partir daí começa a questionar a participação das mulheres na sociedade e as relações desiguais no que diz respeito ao acesso ao crédito e também de participação política, relações essas que são delegadas ao homem, considerado o chefe da família. É ele que tem a função de manter relacionamento com as instâncias que vão além da propriedade, como os bancos, a cooperativa, os partidos políticos, os sindicatos, os técnicos, entre outros; enquanto que à mulher são atribuídos papéis ligados à esfera da reprodução e dos cuidados, seja cuidados com a família, seja com o que necessite desse tipo de atenção na propriedade. A ela cabe o cuidado com as crianças e os idosos, com a organização da casa e também o cuidado com os pequenos animais e lavouras para uso doméstico, como as hortas.

É bom fazer uma observação em relação à criação de pequenos animais, cultivo de plantas como hortaliças e obtenção de outros produtos que são destinados diretamente à alimentação da família. Isso porque se entende que a alimentação é de responsabilidade principalmente da mulher, pois os alimentos mais consumidos são cultivados (como as hortaliças), criados (como as galinhas que fornecem carne e ovos e vacas que fornecem carne, leite e derivados²⁰) ou transformados (como os pães, por exemplo) nas propriedades e estas tarefas são assumidas pelas mulheres.

Outro ponto discutido na 4ª Assembleia do MMA foi em relação à educação dos filhos. Na casa a educação era de responsabilidade da mãe e nas escolas havia mais professoras que professores, assim levantaram a preocupação de não dar continuidade a uma educação que

conseguiu-se manter essa condição e também algumas alterações na referida lei que garante direitos importantes. Essas mudanças podem ser vistas na lei nº 11.718/08.

²⁰ Os suínos também oferecem carne e derivados, no entanto sua produção em muitas propriedades é em larga escala, pela ligação existente com os frigoríficos, e, geralmente, já não fica a cargo da mulher.

reforça a divisão sexual rígida dos papéis, definidos para homens e mulheres. As mulheres queriam também delegar aos filhos homens a responsabilidade na execução das tarefas domésticas, retirando esse fardo exclusivamente dos ombros das filhas mulheres. A 4ª assembleia foi decisiva, na opinião de Casagrande (1991, p. 44), para a definição das linhas de ação do movimento. Foi neste evento que foram definidos seis eixos básicos, seja de avaliação, seja de diretrizes de futuras ações. Vamos citar brevemente cada um desses eixos, pois todos trazem contribuições importantes às análises que faremos no decorrer deste texto.

O primeiro eixo se refere à democracia. Conforme as mulheres, o movimento é um espaço bastante democrático. Como é uma organização só de mulheres, é o espaço onde elas detêm o poder de decisão. O mesmo não ocorre nos outros movimentos nos quais algumas militam ou militaram como, por exemplo, nos sindicatos e também no PT, nos quais se sentem discriminadas e sua palavra não tem o mesmo peso que a dos homens. Paulilo e Silva (2007) mostram como as agricultoras podem encontrar no movimento de mulheres um espaço de convivência que lhes permite “desabafar as mágoas” da opressão que sentem em suas casas, o que não aconteceria se o movimento fosse misto, ou seja, com a participação de homens e mulheres. Elas declaram o movimento como democrático, pois as questões relacionadas aos seus interesses são discutidas nos grupos de base e seguem até a coordenação e daí são levadas para as assembleias onde são discutidas e aprovadas ou não pelas mulheres presentes, que geralmente foram eleitas nas instâncias menores.

O segundo eixo se refere à sua organização. A organização interna do movimento sofria de algumas particularidades advindas de fatores como diferenças regionais, tempo de organização, diversidades étnicas e culturais e da própria história de luta de cada região. Enquanto no Oeste a organização estava mais consolidada, o mesmo não acontecia com as demais regiões, o que era um entrave à consolidação do movimento em âmbito estadual. Assim, nesta assembleia, foram discutidas e aprovadas instâncias de organização que pretendiam propiciar a participação mais efetiva e igualitária das regiões. Esse novo modelo contemplava desde representantes das comunidades rurais, dos municípios, das regionais, até comporem uma coordenação estadual. A maior instância, no entanto, seria a Assembleia Estadual, composta por representantes eleitas nas Assembleias Regionais, que antes haviam sido escolhidas em Assembleias Municipais.

O terceiro eixo se refere à formação das militantes. Por formação elas definem o conhecimento da realidade das trabalhadoras rurais e da política estadual e nacional de interesse das mulheres, seja na área de gênero, previdência, saúde ou agricultura. Essa formação é feita por meio de reuniões nas comunidades e, de forma mais aprofundada, em cursos de capacitação para lideranças mais atuantes com formadores que estão habituados a esse tipo de assessoria para os movimentos sociais. Foram definidos temas de interesses das mulheres, como feminismo, violência contra as mulheres, sexualidade e afetividade, a utilização de métodos contraceptivos, discriminação das mulheres, entre outros (CASAGRANDE, 1991, p. 50). Percebe-se, por alguns desses temas, que o MMA já demonstra certo afastamento da Igreja Católica, pois pretende debater temas que ainda são polêmicos para essa instituição. Voltaremos ao tema mais adiante quando discutiremos a relação do MMA com a Igreja.

O quarto eixo diz respeito à divulgação no movimento e do movimento. A divulgação no movimento refere-se àquela realizada internamente e que visa estimular a participação das mulheres, bem como mantê-las informadas dos acontecimentos que sejam de seu interesse. É feita com cartilhas, cartazes, camisetas, folhetos, entre outros. Já a divulgação do movimento é aquela realizada externamente e diz respeito às informações propagadas nos meios de comunicação. Foi constatado que estes não abrem espaço para a divulgação do MMA e o movimento não dispõe de recursos para fazê-la. O MMA vive de coletas que as mulheres fazem em seus municípios. Aqui a Igreja exerce um papel importante, fazendo arrecadações nas missas e celebrações nas comunidades rurais²¹. Outro ponto importante ainda é a divulgação do movimento nas casas das próprias militantes, para que seus maridos passem a incorporar novos valores, o que contribuiria na construção de uma sociedade diferente. Utilizo este ponto especialmente para mostrar um ideal de sociedade que o MMA (como outros movimentos sociais) tinha desde o início de sua trajetória. Pretendo, adiante, analisá-lo mais profundamente ao discutir a incorporação do MMC à Via Campesina em 2004.

²¹ Igrejas e Organizações Não Governamentais do exterior ocasionalmente financiam alguns projetos destes movimentos, embora, em relação ao MMC, as militantes não façam questão de deixar isso claro. Há uma certa reserva, também observada por Schaaf (2001).

As conquistas do MMA até aquele momento foi o tema debatido no quinto eixo. A grande conquista levantada por elas foi com relação aos direitos previdenciários. Vale destacar que a conquista desses benefícios se refletiu, mesmo que de maneira tímida, em mudanças nas relações familiares, com maior participação das mulheres nas decisões da propriedade, uma vez que agora recebem um benefício (a aposentadoria) em seu nome. É interessante também perceber a valorização que as mulheres dão a esse fato, já que foi o avanço mais insistentemente relatado. Suponho que não pelo fato de ser o único, mas por ser o principal na opinião delas.

O último eixo discutido foi em relação às dificuldades enfrentadas pelo movimento. A principal delas era o machismo e não apenas por parte dos homens, mas de mulheres que têm o machismo impregnado em sua cultura. É bom fazer uma ressalva a esse respeito. As mulheres foram criadas para serem filhas e esposas obedientes. Assim, não é tão fácil mudar suas ações. Mudar o *habitus*, como coloca Bourdieu (1995), não depende apenas das mulheres, mas também de seus maridos, uma vez que elas vão incorporar outros papéis além de mãe, esposa e trabalhadora. Muitas vezes será necessária uma reordenação das tarefas rotineiras, com maior participação do parceiro, para que a mulher assuma um lugar no sindicato, por exemplo. Quando é o homem que assume esse papel, a mulher, na maioria das vezes, desempenha o trabalho que seria realizado pelo homem na propriedade, geralmente com a ajuda dos filhos. No caso da mulher assumir um determinado cargo, há diferenças, principalmente se os filhos são pequenos e não há nenhuma filha mulher que possa substituí-las no papel de mãe.

O peso do *habitus* não é do tipo que se possa suprimir por um simples esforço da vontade, baseado numa tomada de consciência libertadora (BOURDIEU, 1995, p. 147). A socialização da mulher rural foi muito dura. Ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, pelo menos para não se opor. Para a mulher não é fácil abandonar o *habitus* de ser dominada e para o homem é também muito difícil deixar de ser o dominador.

Percebe-se nas militantes, principalmente nas mais atuantes, uma visão romantizada de se alcançar um modelo de mundo em que as mulheres deixarão de ser machistas, alterando então as relações de poder. [...] “as coordenadoras chegaram à conclusão de que o machismo só será suplantado quando as próprias mulheres deixarem de ser

machistas e conseguirem dar uma nova educação para os seus filhos” (CASAGRANDE, 1991, p. 54).

Outro ponto importante levantado por Casagrande (1991, p. 61-62) se refere à afirmação das mulheres sobre o MMA ser um movimento só de mulheres, o que lhes permite mais liberdade de participar sem constrangimentos. Isto é particularmente interessante, pois, na atualidade, o MMC está diretamente ligado à Via Campesina, o que leva ao questionamento se será possível esta autonomia. Mas essa é uma discussão para o futuro.

1.3.1 Os primeiros passos – sair de casa

Para as agricultoras, sair de casa para frequentar reuniões, no início da década de 1980, foi muito difícil. A cultura patriarcal era bastante consolidada na região Oeste²². Até mesmo os direitos de herança não funcionam como a lei determina, ou seja, que todos os filhos têm direitos iguais na partilha dos bens²³. A propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que à mulher (PAULILO, 2003). Com relação à divisão dos bens, Paulilo (2003) constatou que em Santa Catarina e nos demais Estados do Sul, nas regiões de colonização alemã e italiana, o costume é o de dividir a propriedade entre os filhos homens. As mulheres só herdaram em alguns casos especiais: filhas únicas, ausência de filhos homens, e, quando casadas, se cuidam dos pais na velhice. As mulheres, quando casam, ganham apenas um dote, mesmo se também trabalharam nas lavouras. O valor do que recebem não guarda correspondência com o valor das terras que lhes caberiam se a partilha fosse igualitária.

O fato das mulheres herdarem proporcionalmente menos que os homens evidencia que seu trabalho é menos valorizado, pois é visto como ajuda, como secundário. Segundo Paulilo, nem todos os filhos homens herdaram, visto que nem sempre a quantidade de terra e as

²² É interessante lembrar que essa região foi colonizada por descendentes de imigrantes italianos e alemães, na sua maioria e também por caboclos. Na história do Oeste pouco se fala dos índios e dos caboclos. Como não é a intenção deste artigo dissertar sobre a colonização da região, vale apenas ressaltar que há algumas obras que tratam do assunto, como A Luta da Erva, de Arlene Renk (2006).

²³ Para maiores esclarecimentos ver a lei nº 10.406 de 10.01.2002 que dispõe sobre o Novo Código Civil.

condições econômicas da família permitem, mas quando se faz a partilha, o valor dos bens que cabem aos homens é mais próximo do valor que teria a terra, como um terreno urbano ou um caminhão, por exemplo. Mas no momento em que alguém tem que ser excluído da partilha, esse alguém é a mulher.

Os direitos de herança têm suscitado importantes discussões. Os códigos civis latino-americanos preveem que quando uma pessoa morre intestada, a herança deve ser dividida igualmente entre os filhos, independentemente do sexo. Quando há testamento, apenas uma parte pode ser doada livremente. O restante deve ser dividido entre o viúvo ou a viúva e todos os filhos. Sobre isso Deere e León (2002) dizem que, estando casada sob o regime da Comunhão Universal de Bens, a mulher poderia ter certo grau de barganha dentro da relação, pois em caso de divórcio (muito raro até há pouco tempo na agricultura familiar) ou viuvez, metade dos bens lhe pertence. Isso, no entanto, não garante muita segurança à mulher, já que seu marido pode fazer boa ou má administração deles enquanto estiverem casados. O resultado de pesquisas feitas por essas autoras na América Latina demonstra o fato de que, primeiro, nem toda a renda gerada pela família como um todo é reunida em um fundo comum; segundo, a renda comum não será, necessariamente, gasta por todos na mesma proporção; a renda controlada pela mulher pode contribuir mais na garantia da alimentação da família e no bem-estar dos filhos, enquanto que o homem tem mais probabilidade de gastar parte do dinheiro com desejos pessoais, como bebidas alcoólicas e fumo.

O que ocorre, no entanto, é que em muitas regiões as mulheres não são consideradas agricultoras, logo, perante sua comunidade, não é legítimo que ela herde. Espera-se que a mulher, na partilha dos bens, abra mão de sua parte da terra na herança, ou que a venda, por um valor irrisório, a um de seus irmãos. As mulheres são constrangidas a vender a sua parte. Em pesquisa anterior (BONI, 2005), ouvi relato de uma agricultora cuja mãe lhe deixou herança em terra e seu pai a aconselhou a repassar a propriedade para o nome de seu marido.

A liberdade das agricultoras no oeste catarinense na década de 1980 era bastante restrita. A Igreja favoreceu essa saída para o mundo público, pois frequentar as reuniões religiosas foi sempre permitido por seus maridos. Além disso, o incentivo à criação de uma identidade de agricultora significava direitos trabalhistas para essas mulheres e, conseqüentemente, um aumento da renda na família, logo os maridos não foram contra. No entanto há vários relatos de mulheres que se

sentiam discriminadas não tanto pelos maridos, mas pela comunidade, por passar muitos dias fora em encontros de formação do Movimento. A fofoca é uma prática um tanto comum nas comunidades rurais, como em outros locais pequenos. A mulher, pode-se dizer, é como que a base da reputação do casal. Sobre ela recai a responsabilidade de manter o seu valor e também o do seu marido. Cláudia Fonseca (1991), ao pesquisar um bairro de classe popular em Porto Alegre, assim define a fofoca: “Nas fofocas da vizinhança, as aventuras da mulher adúltera são comentadas principalmente pra dizer algo do seu marido (que ele é um coitado, um palhaço), quase nunca para desprestigiar a própria mulher e seus consanguíneos”. E mesmo que não haja comprovações de traições, as fofocas são disseminadas. Assim, mesmo que o marido concordasse com a participação da esposa, o falatório, que sempre atenta para a moral masculina, acabava por restringir a sua participação mais efetiva no MMA. A honra masculina se reflete na sua posição social e também no corpo feminino. Um homem que fracassa nos negócios, ou nas finanças ou que é traído pela esposa perde sua honra²⁴. Então, no decorrer do processo, muitas mulheres foram abrindo mão da militância no MMA e ficando apenas nos sindicatos, pois era um espaço visto por eles como não perigoso, ou seja, não iria mudar a visão das mulheres nem colocar ideias feministas em sua cabeça. Muitas mulheres relatam que, para começar a participar dos encontros do MMA, convenciam a sogra a ir junto, assim era mais fácil os maridos permitirem, para não contestar a autoridade de suas mães. É interessante notar que a presença de mulheres idosas nas reuniões foi sempre uma constante.

Porém nem todas as mulheres sofreram discriminação. Muitas foram apoiadas por seus maridos e suas famílias. Há casos em que marido e mulher participavam em movimentos sociais e partido político. Assim, as tarefas são divididas e a aceitação da participação da mulher no espaço público se dá de maneira mais tranquila. Conforme Daboit (1996, p. 65),

²⁴ O filme “a crônica de uma morte anunciada”, dirigido por Francesco Rosi e baseado na obra de Gabriel Garcia Márquez mostra como a honra masculina está relacionada ao comportamento feminino. No filme, como no livro, Santiago é morto pelos irmãos de uma jovem que ele havia “desonrado”. Quando o homem é casado é a esposa que deve zelar por sua honra. Mas há também a honra que deve ser zelada pelas filhas ou irmãs. A honra mora no corpo feminino.

[...] as reações dos homens são diversificadas. Na verdade os camponeses passam por momentos difíceis na área rural. E as carências na vida do campo obrigam que mulher e homem sejam mais parceiros, unam suas forças na busca de soluções para os seus problemas na área sócio-política. Isso também facilita na redefinição dos papéis formais dentro da casa. De repente os homens passam a encontrar na mulher uma grande companheira na defesa dos direitos de si próprias e enquanto agricultores e ambos militam juntos.

Parte das mulheres que lutaram por mudanças no sindicato, como já foi dito, fundaram o MMA em 1983 e, durante algum tempo, estiveram no movimento. Lá elas sentiram-se mais representadas e também mais à vontade para se exporem e exporem suas ideias. Porém, esse movimento, na opinião de algumas militantes, constituiu-se mais num meio que num fim, cumprindo o papel de “preparar” as mulheres para assumirem outros papéis. Conforme relatos dessas militantes, “o MMA, é pra preparar realmente as mulheres e qualificar as mulheres. É um espaço onde a mulher passa a sair de casa, [...] a partir daí têm que ir ocupando outros espaços [...]” (BONI, 2002, p. 28). Salienta-se que essas opiniões vêm, geralmente, de mulheres que passaram a atuar mais no movimento sindical e algumas no Partido dos Trabalhadores, candidatando-se, inclusive, a vereadoras. As militantes do MMC não concordam com essa visão de que o movimento de mulheres seja esse espaço “preparatório” para as mulheres irem para outras esferas de atuação. Porém, quando entram para as direções executivas dos sindicatos, as mulheres acabam, muitas vezes, deixando de lado o movimento de mulheres.

Já, para outras, a demanda de trabalho no STR pode exigir tanto que não sobra tempo para militar também no MMA. Um bom exemplo disso é que as mulheres agricultoras têm diferentes militâncias que vão desde a comunidade, passando pela Igreja, até os movimentos sociais e partidos políticos. Essas são as tarefas na esfera pública que os homens também assumem. Porém, existe também a esfera privada, onde as mulheres são mais cobradas, uma vez que tradicionalmente foram considerados seus papéis a educação dos filhos, os afazeres domésticos, a lida com as pequenas criações e também o trabalho na lavoura. Conciliar tantas atribuições com militância não é uma tarefa fácil. As próprias dirigentes se cobram muito por não terem o mesmo ritmo que

os homens têm, por terem que assumir seus outros papéis (mãe, esposa), enquanto justificam que, para os homens, essas questões são mais “tranquilas”.

Motivos financeiros podem explicar um pouco a priorização da militância no STR, já que esse remunera os dias dispensados ao trabalho no sindicato ou reuniões e cursos que duram alguns dias. O Movimento de Mulheres, como não possui muitos recursos, não dispõe desse ressarcimento. Ainda existem dirigentes que tentam conciliar a atuação no sindicato e no MMA. Mas a pressão é muito grande. De um lado, a demanda de trabalho aumenta no STR e elas têm que garantir o espaço conquistado. De outro, a cobrança e a discriminação dos companheiros dirigentes sindicais em relação aos movimentos só de mulheres contribui para desestimular a dupla militância.

Bourdieu afirma que a dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificação. Ou seja, não há necessidade de argumentar ou justificar uma posição superior ao homem. As práticas, os discursos, reproduzem a dominação. Daboit (1996, p. 46) ressalta que o MMA, no período de 1982 a 1987, atuou mais no sentido de capacitar as mulheres a ocuparem cargos nas direções dos STRs e buscar o fim das discriminações que sofriam, que consolidar um movimento próprio.

1.4 O MMA e a relação com a Igreja

O MMA surge com o apoio da Igreja, já que era nesse espaço que as mulheres mais participavam da vida comunitária, assim como nas escolas e na catequese, onde as mulheres eram a maioria. É a partir dos grupos de reflexão que os agentes de pastorais (padres e ministros de Eucaristia) vão estimulando a organização das mulheres. Após a organização inicial do movimento, ou seja, quando o MMA incorpora discussões mais feministas, há um afastamento da Igreja. Os motivos são bastante simples. Mesmo a Igreja sendo progressista²⁵, as questões ligadas à sexualidade persistem como tabus. Este afastamento, porém, não é total, principalmente quando se trata de valores mais profundos, mais inconscientes²⁶.

²⁵ Por Igreja Progressista entenda-se a Igreja que seguia a orientação da Teologia da Libertação, a qual será apresentada no decorrer deste capítulo.

²⁶ Ver, entre outros, Paulilo (2010) – Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista de Estudos Feministas**, vol 18, n. 3. Florianópolis: UFSC, p: 927/940.

Ao estudar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, Alie van der Schaaf, em seu livro “Jeito de Mulher Rural” (2001), reforça a ideia da influência da Teologia da Libertação sobre as mulheres agricultoras organizadas e mostra que o feminismo não encontrou muito espaço junto a essas mulheres, principalmente no início de sua organização. Schaaf mostra que, quando essas mulheres resolveram “caminhar com seus próprios pés”, houve um afastamento da Igreja que não concordava com determinadas posturas (a discussão em relação ao aborto, por exemplo) e uma ligação maior com as ideias feministas (SCHAAF, 2001). É interessante destacar que há diferenças claras entre o feminismo mais urbano e de classe média do feminismo difundido entre o movimento rural. As mulheres agricultoras têm muito forte a ideia de família que suas raízes na Teologia da Libertação reforçam.

Os grupos de reflexão propostos pela Igreja e que se organizavam nas comunidades, rurais ou urbanas, favoreceram a organização dos movimentos sociais. Da mesma forma que contribuíram para a organização das mulheres agricultoras, incentivavam os grupos de jovens nas comunidades, o que gerou a formação de um novo quadro de lideranças políticas. Della Flora (2007), ao estudar a Teologia da Libertação na formação política dos jovens rurais no oeste catarinense, ressalta a importância que a Diocese de Chapecó teve na elaboração de um discurso que esses jovens passaram a ter. E é essa geração estimulada pela Igreja que hoje está no comando de sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

Conforme Daboit (1996, p. 35-36), o início da organização das agricultoras se deu muito mais pelo incentivo da Igreja, especialmente do bispo Dom José Gomes²⁷, que de uma iniciativa das próprias mulheres. Este autor cita a fala de D. José, na qual o bispo assume que, caso as mulheres permanecessem como uma categoria “do lar”, não seriam aposentadas, não teriam os direitos previdenciários como agricultoras. Assim, para a Igreja, foi muito mais uma questão de classe no seu início que uma questão de gênero. É claro que a Igreja também previa uma relativa igualdade da mulher por entender que são todos filhos de Deus. Mas isso será discutido mais adiante. O importante agora é destacar o papel da Igreja na construção de uma identidade de agricultora. Essa semente foi lançada pela Igreja em um momento que já

²⁷ Dom José Gomes foi bispo da Diocese de Chapecó entre os anos de 1968 a 1999.

havia grande receptividade por parte das mulheres, tanto assim que, a partir daí, elas iniciaram sua organização e, não muito tempo depois, caminhavam com as próprias pernas e mostraram à sociedade o seu poder de organização e a coragem de enfrentar seus medos e suas dificuldades, impostas por séculos de cultura machista.

Daboit (1996, p. 38) destaca o papel da Igreja tanto na opressão, quanto na libertação da mulher. A Igreja é “um poderoso instrumento que aliena ou liberta”. Aliena ao delegar às mulheres as tarefas rotineiras na comunidade, como catequista, como “parte” da equipe de liturgia, como zeladora da capela, tarefas que não estimulam seu lado crítico, aquele que a ajudaria a pensar, a refletir. Por sua vez, a Igreja ajuda na libertação ao abrir espaço nos debates, ao estimular a sua participação na comunidade. Foi esse momento de mudança e de renovação da Igreja na Diocese de Chapecó que favoreceu a saída de casa das mulheres, a tomada de consciência de sua subordinação e a sua organização. Foi com o estímulo que a Igreja lhes deu para participar que as mulheres foram se descobrindo enquanto pessoas capazes de pensar, de agir, de sentir; foram percebendo que tinham direitos e que tinham força para lutar por eles.

Para as mulheres agricultoras ver este mundo de forma crítica marcou uma nova etapa em suas vidas, apesar de as entrevistas demonstrarem que elas não sabiam desde o início por onde caminhar. Alimentavam sim uma forte esperança de modificar suas vidas na área da produção, da reprodução, da saúde, no redimensionamento dos papéis no espaço doméstico, nas relações de gênero, no planejamento familiar, na educação sexual, no futuro dos filhos na área rural, entre outras questões (DABOIT, 1996, p. 40).

Percebe-se pela colocação de Daboit que as agricultoras foram se descobrindo durante a caminhada. A Igreja as ajudou a sair de casa, a partir e mesmo sem ter claro o que fariam, elas foram caminhando e nesta caminhada descobrindo como alcançar os objetivos que sentiam dentro de si, mas que não sabiam que podiam realizar. Como já foi dito em outros momentos, é muito difícil mudar o *habitus*, as mulheres foram socializadas para permanecerem caladas e a Igreja também foi crucial nesse processo. Ao incentivar as mulheres a se organizarem, D. José fez muito mais que dar voz às mulheres, tentou de certa forma

corrigir um erro que a Igreja cometeu durante muito tempo ao salientar a obediência da mulher ao homem. A Igreja teve (e ainda tem) entre seus princípios a ideia de que a mulher deve ser obediente, subserviente ao pai ou marido. Se as agricultoras do oeste catarinense foram durante muito tempo caladas e submissas, muito se deve ao que a religião pregava. Assim:

as mulheres agricultoras ao irem se organizando, formando o seu coletivo, foram também recuperando a sua individualidade, foram se interessando mais por si mesmas. Não se sentiram arrastadas somente por uma força exterior a si mesmas, não se esqueceram de si, não se entregaram inteiramente aos fins comuns. Começam a viver a experiência de um novo começo, seja individual como coletivamente (DABOIT, 1996, p. 41).

Conforme Daboit (1996, p. 43), a Igreja ajudou na “tomada de consciência” das agricultoras e, a partir daí, elas foram abrindo seu próprio caminho, definindo por elas mesmas por onde haveriam de trilhar. A primeira iniciativa da Igreja se deu em relação à sindicalização das agricultoras. Este autor cita D. José Gomes.

As próprias mulheres ao irem trabalhando na tomada de consciência de que eram agricultoras, começaram a se organizar para outras lutas, no sentido dos direitos da mulher, de participar de atividades não somente agrícola e familiar, mas inclusive sócio-políticas. De serem reconhecidas como mulheres agricultoras, com direitos sócio-políticos e familiares. Reconhecidas como alguém que também tem voz ativa dentro da família. Que podem se expressar e lutar pelos seus direitos. Então elas começaram a organizar grupos e pouco a pouco criar o Movimento de Mulheres Agricultoras na luta pelos seus direitos. Também dentro da família que houvesse uma relação mais igualitária, onde a mulher também tivesse o direito de poder falar e discutir problemas sócio-políticos no que diz respeito aos direitos que ela tem, pois normalmente era o homem que

determinava o que devia ser feito (D. JOSÉ GOMES. *Apud*: DABOIT, 1996, P. 43).

Como o início da organização das mulheres que culminou com a MMA se deu em torno da sindicalização das agricultoras, por um período as mulheres buscaram seu espaço dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais na região Oeste. Esse ponto é levantado tanto por Casagrande (1991) como Daboit (1996), o que esse dois autores pouco discutem é a tensão que se dá entre o MMA e os sindicatos com o passar do tempo. Na década de 1980 as mulheres buscaram espaço também nas lideranças dos sindicatos e conseguem inclusive as direções de alguns deles. Um fato importante é a presidência do STR de Chapecó, que em 1996 foi assumida por uma mulher que veio do movimento de mulheres.

Em trabalho anterior (BONI, 2002), discuto a participação das mulheres na direção deste sindicato. Concluo que para serem aceitas, respeitadas e integradas à direção, muitas mulheres assumem posturas mais duras, ou abrem mão de um tempo maior do que é necessário à mulher para desenvolver suas atividades no lar e na propriedade. Para assumirem a direção se sobrecarregavam com as funções de mãe, agricultoras e líderes sindicais. Muitas vezes também acabavam tendo que decidir se militavam no MMA ou no sindicato. O que não levantei no momento daquela pesquisa foram as mudanças que a direção feminina trouxe ao sindicato e também ao MMA. Até aquele momento a sede do MMA funcionava em uma sala alugada do STR e as reuniões e cursos do MMA eram feitos no espaço do sindicato. Mesmo que o movimento tenha conseguido sua sede própria, não se pode negar que com a troca de direção do sindicato, a relação entre esses dois movimentos, que havia sido mais próxima no seu início, ficou abalada.

1.4.1 A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres

A palavra Teologia vem do grego *Theos* que significa Deus e *Logos* que significa conhecimento. Uma visão simplificada então, nos mostraria que Teologia seria o conhecimento ou estudo de Deus. No entanto essa explicação não é suficiente para dar conta da complexidade da palavra Teologia e, mais ainda, do que adiante vamos ver como a Teologia da Libertação. De uma maneira ou de outra, a história da humanidade foi marcada pela propagação da existência de um ser superior, um Deus, ou de vários seres superiores, os Deuses. Com o tempo, o que era crença se institucionaliza e passa a ser uma religião, ou

várias, e nesta passagem da crença para a religião é que surge a teologia (GEBARA, 2006, p. 25).

Conforme Gebara (2006, p. 25-26), não se pode falar de apenas uma teologia. Como a teologia está intrinsicamente relacionada às religiões, ela também é vista em sua pluralidade. As teologias estão a serviço das religiões para sistematizar suas doutrinas e dar parâmetros que serão a base que orientará os seguidores. Mas é importante ressaltar que a teologia cristã foi uma criação masculina e toda sua teorização foi elaborada por homens. Só recentemente, já no século XX, é que começa a se desenvolver uma corrente de teologia feminista que não é oficialmente aceita pelas elites religiosas. Na tradição cristã, especialmente a católica, a teologia passa por transformações que acompanham o movimento histórico. A crucificação de Jesus marca o início do cristianismo. Ivone Gebara (2006, p. 30) escreve sobre cinco fases para uma leitura da teologia através dos tempos. A primeira diz respeito ao próprio nascimento de Jesus e sua passagem pela Terra.

A história de Jesus, contada no Novo Testamento pelos quatro evangelistas, Mateus, Lucas, João e Marcos, teve interpretações diferentes em determinadas passagens em seus evangelhos. O importante é notar como a figura de Jesus foi descrita, mesmo diversa em alguns momentos. Jesus nasceu em meios aos judeus, sendo um deles, inclusive. No entanto, no evangelho de Marcos, nota-se uma tensão entre Jesus e a sinagoga dos judeus (GEBARA, 2006, p. 36). Os judeus nesse tempo podiam professar sua fé desde que isso não desagradasse o Império Romano que dominava uma extensa área. Jesus demonstrou claramente que não compactuava com essa prática e isso fica claro em passagens nos quatro evangelhos, não aceitava nem o domínio romano, nem a passividade dos judeus frente a isso. Os relatos dos evangelhos mostram um Jesus que se preocupava com os pobres, os doentes, os marginalizados da sociedade, um personagem rebelde para os moldes judeus da época. Com sua morte, Jesus deixa uma espécie de herança, ou seja, os seus ensinamentos, os “milagres”, a sua “rebelia” frente aos desmandos do Império Romano que atraiu seguidores para além dos seus doze apóstolos. Isso gerou a perseguição e massacre destes primeiros cristãos pelos romanos. Aliada à morte de Jesus na cruz e ao martírio dos cristãos, funda-se uma ideia de dar a vida em nome de Deus. Até hoje são venerados como santos pelo catolicismo muitos destes cristãos mártires.

A segunda fase se inicia com a conversão ao cristianismo de Constantino, imperador romano, no ano de 312 da era cristã. Assim, os

cristãos tiveram garantida a liberdade de professarem sua fé sem serem perseguidos. Esse fato marca também a união entre religião e política. Outro ponto importante nessa fase foi a formação teológica de padres cristãos. Deus passa a ser considerado um ser supremo e Jesus seu filho e herdeiro. É nesse momento que surge a Santíssima Trindade, Deus Pai, Filho e Espírito Santo.

A terceira fase diz respeito à Idade Média, em um período compreendido entre os séculos VI e XV. Na primeira fase a teologia cristã se dividia entre a Ocidental, cujo poder estava em Roma e a Oriental, com sua base em Constantinopla. A luta pela supremacia sobre a Igreja culminou na separação das duas vertentes. A parte da Europa Ocidental passa a ter o domínio supremo sobre o cristianismo e as Cruzadas são o marco dessa supremacia. A Igreja do Ocidente, considerando-se dona da fé e da verdade, viu-se no direito (e no dever) de conquistar terras e povos para convertê-los. Nesse período, também, a Igreja passa a subjugar a ciência à religião. Todo o conhecimento que se mostrasse diferente do pregado pela Igreja era considerado herege e, portanto, seus pregadores deveriam se calar, ou eram calados pela Igreja. “O comportamento de defesa das verdades cristãs fez nascer o chamado ‘Santo Ofício’, a Inquisição católica romana, que tinha como finalidade proteger as verdades da fé consideradas imutáveis” (GEBARA, 2006, p. 44). A caça às bruxas propagada pela Igreja Católica queimou muitos pensadores e cientistas nas fogueiras da Inquisição. A hegemonia católica começou a ser quebrada com o surgimento de críticos que tiveram apoio de governantes poderosos, como foi o caso de Martinho Lutero.

A quarta fase se refere aos tempos modernos e à ruptura ocorrida no interior da Igreja Católica com a Reforma Protestante, que provocou uma reorganização religiosa e política na Europa Ocidental. Com a perda da hegemonia da Igreja Católica, abrem-se espaços para o desenvolvimento das artes, da filosofia e da ciência não atreladas aos dogmas religiosos. Com os novos inventos e a expansão das fronteiras por meio das grandes navegações, chegamos a uma nova forma de dominação religiosa, a dominação sobre os povos “conquistados” além mar. E é nesse momento, com a exploração da América Latina, incluindo aqui o Brasil, que chegam os padres para ensinar uma nova religião à população considerada selvagem.

No contato com os povos nativos da América do Sul, ocorre uma divisão do pensamento entre os grupos religiosos que são enviados para evangelizar. De um lado há um grupo que acredita que os povos nativos

ou “selvagens” não possuíam alma, portanto deveriam conhecer e adotar o Deus dos conquistadores. De outro, havia religiosos que viam os povos nativos como filhos de Deus e, portanto, seus costumes e direitos deveriam ser respeitados (GEBARA, 2006, p. 47). Como vimos na história, o que prevaleceu foi a força dos conquistadores, com a Igreja apoiando a escravatura e o domínio sobre os povos latino- americanos.

Por fim, a quinta fase se refere ao momento contemporâneo. Falar desse período significa falar do pós Segunda Guerra e das consequências e pensamentos que foram gerados a partir daí. A partir dos anos de 1950 muitas das questões levantadas pelo marxismo no século anterior voltam a aparecer, como a dominação de classe. É nesse momento que os ensinamentos de Jesus de amor ao próximo encontra eco em alguns elementos do marxismo e, como assinala Gebara (2006, p. 50), “a teologia passa nesse momento a assumir uma dimensão mais social e a ação social identifica-se à espiritualidade”. Muitos religiosos começam a fazer uma interpretação diferente do Novo Testamento. As parábolas contadas por Jesus passam a ser interpretadas tendo em vista a realidade atual e não mais de maneira dogmática, como a Igreja havia feito durante séculos. Toda a simbologia contida nas palavras de Jesus estimulam grupos de religiosos a romper com a visão católica predominante. A figura de Deus ganha uma nova roupagem, não é mais um Deus a quem devemos temer ou inacessível. Nas palavras do teólogo Leonardo Boff (2008, p. 127),

O Deus bíblico é alguém que escuta o grito – seja o dos judeus no cativeiro egípcio, libertando-os, seja o de Jesus que grita na cruz, ressuscitando-o, seja, hoje, o dos milhões que já não aceitam sua opressão e buscam vida e liberdade, dando legitimidade à sua luta de libertação. Deus opta por eles, não porque são bons, mas porque são oprimidos. Eles podem contar com Deus. O projeto de Deus passa pelo projeto dos pobres.

Surge assim uma nova teologia, a Teologia da Libertação. Nas décadas de 1950 e 1960, aparecem os primeiros traços do que, na década seguinte, se consolidaria como a Teologia da Libertação. Ou seja, uma nova teologia fundamentada no comprometimento de membros da Igreja, principalmente a Católica, com os mais necessitados. Entre 1962 e 1965, durante o papado de João XXIII, ocorreu em Roma o Concílio Vaticano II. Este episódio abriu espaço para que fosse formulada,

principalmente na América Latina, uma nova proposta de evangelização, mais comprometida com as lutas sociais do que propriamente com uma hierarquia secular que privilegiava a religião em detrimento do bem-estar do povo. O sacerdote dominicano Gustavo Gutiérrez foi um dos principais protagonistas da Teologia da Libertação (TdL) na América Latina. Conforme Löwy (1991), o teólogo Gustavo Gutiérrez em seus escritos faz referência a muitos autores marxistas, entre eles, Ernst Bloch, Althusser, Marcuse, Lukács, Gramsci, entre outros. Nas suas análises, “privilegia temas do marxismo como o humanismo, a alienação, a práxis, a utopia e rejeita outros como a ‘ideologia materialista’, o ateísmo” (LÖWY, 1991, p. 95). No Brasil, o nome que mais se destacou foi o de Leonardo Boff, no entanto Frei Betto, Clodovis Boff, Dom Hélder Câmara, entre outros, também tiveram grande relevância na construção da TdL no Brasil e na América Latina como um todo.

Algumas obras dos autores acima citados foram importantes para a teorização da Teologia da Libertação. O livro “Jesus Cristo Libertador” de Leonardo Boff, publicado em 1972, foi um dos primeiros estudos sobre a Teologia da Libertação no Brasil. Com esta obra Boff influencia religiosos no que seria a prática desta teologia, a combinação das escrituras contidas na Bíblia com a realidade social e política da América Latina.

Para a TdL era importante dar voz aos oprimidos. E naquele período a América Latina vivia momentos difíceis. Assim, na visão desses teólogos era necessário que a Igreja se posicionasse em favor do povo sofredor, assim como ocorreu com a libertação do povo do Egito e assim como Jesus havia feito sua opção pelos mais necessitados. Essa, segundo os novos pregadores, era a verdadeira missão da Igreja e não o que a Igreja Católica tradicional fazia. Outro ponto importante para entender o destaque que a TdL alcançou na América Latina se deve à história que se construiu no novo mundo, uma história baseada na conquista dos europeus, que ignorou o povo que aqui vivia; uma história sangrenta que dizimou populações indígenas. Ao assumir o lado das vítimas, os novos teólogos queriam cumprir com um papel que, segundo eles, a Igreja já devia ter cumprido, mas se omitiu ou ficou do lado dos poderosos.

Conforme Löwy (1991), são os processos de mudança que ocorrem dentro da Igreja e fora dela no século XX que propiciam a formação do que ele chama de um movimento social baseado na teologia. As principais mudanças internas da Igreja ocorrem a partir de

transformações geradas pela Segunda Guerra Mundial, que fazem muitos sacerdotes refletirem sobre o seu papel junto ao povo. E as mudanças externas são as visíveis na sociedade, com o crescimento da pobreza e da exclusão social. Na América Latina esse “novo movimento social” teve um desenvolvimento maior devido aos acontecimentos vividos, principalmente a partir de meados do século XX, como a estagnação econômica impostas a muitos países, os governos ditatoriais, o crescente êxodo rural e o inchamento das cidades, sem que estas estivessem preparadas para receber esse contingente populacional vindo do campo. Também a vitória da Revolução Cubana em 1959 trouxe um novo ânimo aos militantes de esquerda, afinal uma semente do marxismo finalmente conseguira ser lançada em um país latino-americano.

Era chegada a hora de se fazer a opção pelos pobres e marginalizados. Lemas como “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” marcaram a caminhada da TdL. Segundo Leonardo Boff (1998), “a Teologia da Libertação é um grande esforço de uma parte dos cristãos de fazer do Evangelho e da fé cristã um fator de mobilização social”.

[...] Pra mim, a chave da Teologia da Libertação é o seu método, que a maioria esquece nessa discussão, que é o de arrancar, não de uma encíclica, de uma página da Bíblia, de um credo qualquer da tradição, mas partir dos desafios da realidade, quais são as questões que os pobres levantam, que o Brasil suscita hoje. As comunidades de base com seus movimentos sociais por casa, por terra, por saúde, por alfabetização, arrancar disso e, junto com a organização do povo, com a consciência que ele vai desenvolvendo, dizer como os cristãos podem dar um primeiro impulso nisso, o cristianismo como força que dá clareza, que dá motivação pra gente se empenhar pela justiça, pela transformação, porque a gente é herdeiro de alguém que foi prisioneiro político, que morreu na cruz e não velho na cama, que é Jesus. Então, é resgatar essa dimensão, essa densidade histórica, um sentido público, político. A Teologia da Libertação se articula com quem já está dando uma caminhada e tenta pensar a partir da prática.

Por exemplo, o pessoal está lutando por terra, eu digo: "Vai ocupar uma terra aí". Então, os cristãos se reúnem e começam primeiro a ler o Êxodo, o povo que está no exílio sem terra, e quer a Terra Prometida. E eles dizem: "Não está em nenhum lugar da Bíblia que Deus deu a terra e a escritura para alguém, a terra é de todos, e Deus, o Senhor disse tudo". Então, quando vão conquistar a terra, o que significa? Que queremos trabalhar a terra para ter saúde, comida, a nossa casa. O sem-terra começa a pensar essa realidade e vê que o que temos é o contrário. A terra está na mão de alguns, impede a vida, impede a justiça, traz doença. Então temos de conquistar isso (BOFF, 1998).

Löwy (1991, p. 97) compartilha dessa ideia de que a libertação dos pobres dar-se-á por sua força e por sua luta. Para ele a Igreja sempre teve uma atenção especial em relação à pobreza, mas na Igreja tradicional essa atenção era traduzida na forma de caridade, enquanto que, para a TdL, essa pobreza deveria ser a força que impulsionaria os pobres a sair dessa condição, a lutar por mais justiça social. Aqui percebe-se a influência marxista presente na TdL, embora isso não seja declarado abertamente²⁸, como mostra Boff (2008, p. 120), “a opção da teologia da libertação não é pelo marxismo, mas pelos pobres. O marxismo ajudou a mostrar que na verdade o pobre é um oprimido, quer dizer, alguém feito pobre com violência”.

O Concílio Vaticano II abriu o debate para os problemas enfrentados pela grande maioria da população, especialmente na América Latina. Os religiosos, padre, leigos, missionários e missionárias que se identificavam com os mais sofridos passaram a assumir esse compromisso com o povo e a partir daí os encontros onde foram discutidas e formuladas as bases do que seria a TdL passaram a acontecer no Brasil e nos demais países sul-americanos. A compreensão

²⁸ A relação tanto de Boff e de Gebara com a Igreja não foi tranquila. A partir de um certo momento a Igreja “se fechou” (papa Paulo VI) e os dois tiveram que fazer o voto de silêncio. Leonardo Boff teve seu voto de silêncio obsequioso decretado em 1985 e depois 1992 e, ao sofrer nova ameaça de punição, resolveu desligar-se da Igreja. Já Ivone Gebara foi condenada a manter o voto de silêncio durante dois anos por expor uma questão considerada polêmica no interior da Igreja Católica, a validade do recurso ao aborto.

da realidade era baseada no marxismo, o que foi crucial para que as alas conservadoras da Igreja criticassem e tentassem soterrar essa nova prática evangélica. De acordo com Löwy (1991), na concepção de um dos principais mentores da TdL, o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, o povo deve construir sua história assim como na história da humanidade outros povos o fizeram. O povo deve lutar pelos seus direitos e não ficar esperando que milagres venham salvá-lo. O povo tem em suas mãos a capacidade de transformar a realidade excludente. Percebe-se claramente a influência marxista nesse discurso.

No final dos anos 1960, em 1968, ocorre em Medellín, Colômbia, a Conferência Episcopal Latino-Americana, conhecida como a Conferência Episcopal de Medellín. Nessa conferência, os bispos latino americanos já identificados com a TdL denunciam as injustiças no continente e se colocam claramente contra o imperialismo e o capitalismo opressor que agride os direitos humanos e sociais dos povos latino americanos. Além disso, apontam a necessidade de o povo lutar contra essas injustiças, pois elas não seriam extintas sem a intervenção de quem delas padecia.

É nesse período também que a Igreja comprometida com a pobreza incentiva a participação de leigos em seus órgãos. Assim, se criam e se fortalecem o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, a Comissão Pastoral da Terra – CPT; padres europeus também se envolvem com a TdL, vindo para os países da América Latina onde passam a prestar serviços às comunidades e desenvolver trabalhos junto às Pastorais Sociais.

Na década de 1970 aconteceram outros encontros que desenharam as ações da Igreja ligada à Teologia da Libertação. Um encontro que merece destaque foi o realizado em 1972 na cidade de Santiago, Chile. Nesse encontro confirma-se a opção por uma sociedade com bases socialistas. Partia-se da ideia de que o socialismo diminuiria as diferenças de classe, assim os cristãos deveriam se comprometer com esse novo modelo de sociedade, há uma aproximação dos ideais cristãos e o marxismo.

A Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla, México, que aconteceu em 1979, marca definitivamente a opção preferencial pelos pobres e consolida a Teologia da Libertação. Nesse momento a ditadura militar no Brasil já estava perdendo forças e os movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos estavam se reestruturando. Nesse ano é fundado o Partido dos Trabalhadores, além da intensa organização dos trabalhadores urbanos em sindicatos e paralisações. O

país havia se industrializado e urbanizado, o êxodo rural havia sido violento, como já vimos no início do capítulo. A população era, então, mais urbana que rural e as condições de trabalho e de moradia estavam sendo contestadas pelos mais pobres. As greves²⁹ aconteciam mesmo à revelia do governo militar. Esse não era mais capaz de calar a voz dos que tinham sede de democracia e justiça social.

Mesmo consolidada enquanto doutrina, a Teologia da Libertação não é totalmente aceita pelo Vaticano. A Igreja conservadora havia percebido que o movimento estava ganhando corpo na América Latina e queria garantir a manutenção do poder hierárquico da Igreja Romana. O processo de perseguição aos principais teólogos, padres e bispos envolvidos com a TdL estava deflagrado.

A Teologia da Libertação teve fortes influências no pensamento político de parte da esquerda no Brasil. Em várias regiões rurais padres e bispos se destacaram na defesa dos mais pobres. Foi o caso de Dom Pedro Casaldáliga, bispo em São Felix do Araguaia – MT e, em Santa Catarina, a figura mais expressiva desse pensamento foi o Bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes.

Uma das práticas mais comuns durante o período em que a Teologia da Libertação esteve mais forte no Brasil, foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. As CEBs são comunidades formadas por grupos de pessoas de bairros ou de localidades rurais. Tiveram origem nos anos de 1960 com uma orientação católica principalmente, mas também ligadas a algumas igrejas protestantes, tendo como diretriz o que, com os encontros episcopais de Medellín em 1968, se caracterizou como Teologia da Libertação. Uma das características principais das CEBs era a organização de base. Era muito comum ouvir-se a frase “os primeiros cristãos tinham tudo em comum” fazendo uma referência à passagem dos Atos dos Apóstolos do Novo Testamento, na qual tratam das primeiras comunidades cristãs. Durante os anos de 1960, 1970 até meados dos anos de 1980, as CEBs³⁰ tiveram sua expressão mais forte entre segmentos das classes populares, seja nas cidades, seja no campo.

Outra prática da TdL foram os direcionamentos dados às Campanhas da Fraternidade – CF, neste período. A Campanha da

²⁹ Foi nas greves do ABC paulista, região bastante industrializada, que surgiu o líder operário Luís Inácio Lula da Silva que, posteriormente, foi presidente por dois mandatos consecutivos (2003/ 2006 e 2007/2010), entregando o cargo a uma sucessora do mesmo partido.

³⁰ Para ver mais sobre as CEBs, consultar Betto (1981) e Boff (1986).

Fraternidade, realizada pela Igreja Católica no Brasil todos os anos durante o período da Quaresma³¹, teve seu início em 1962 na Diocese de Natal, Rio Grande do Norte. A iniciativa havia surgido, no ano anterior, por sugestão de padres ligados à Cáritas³². Com a realização do Concílio Vaticano II, a Campanha da Fraternidade foi lançada em âmbito nacional, iniciando em 1964 com o tema “Igreja em Renovação” e o lema “Lembre-se: Você também é Igreja”. Toda a primeira fase da Campanha que vai de 1964 a 1972 trata da renovação interna da Igreja. No quadro abaixo vemos os temas e lemas da CF desde que criada.

1.4.2 Temas da Campanha da Fraternidade

Quadro 1

NO	TEMA	LEMA
1ª Fase: Em busca da Renovação Interna da Igreja		
Renovação da Igreja		
964	Igreja em Renovação	Lembre-se: Você também é Igreja
965	Paróquia em Renovação	Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor
Renovação do Cristão		
966	Fraternidade	Somos responsáveis uns pelos outros
967	Co-responsabilidade	Somos todos iguais, somos todos irmãos
	Doação	Crer com as mãos!

³¹ Quaresma é o período de quarenta dias que antecedem o domingo da Páscoa, data considerada da ressurreição de Cristo. A quaresma se inicia na quarta-feira de cinzas e termina na quinta-feira Santa, considerada como o dia da última ceia de Jesus.

³² Cáritas Brasileira é uma entidade que faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social. Foi criada em 1956 por iniciativa da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Tem como missão atuar na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica.

968		
969	Descoberta	Para o outro, o próximo é você
970	Participação	Participar
971	Reconciliação	Reconciliar
972	Serviço e Vocação	Descubra a felicidade de servir
2ª Fase: A Igreja preocupa-se com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça		
973	Fraternidade e prisão	O egoísmo escraviza, o amor liberta
974	Reconstruir a casa	Onde está teu irmão?
975	Fraternidade é repartir	Repartir o Pão
976	Fraternidade e Comunidade	Caminhar juntos
977	Fraternidade na Família	Comece em sua casa
978	Fraternidade no mundo do trabalho	Trabalho e justiça para todos
979	Por um mundo mais humano	Preserve o que é de todos
980	Fraternidade no mundo das Migrações, Exigência da Eucaristia	Para onde vais?
981	Saúde e Fraternidade	Saúde para todos
982	Educação e Fraternidade	A verdade vos libertará
983	Fraternidade e Violência	Fraternidade sim, violência não
984	Fraternidade e Vida	Para que todos tenham vida
3ª Fase: A Igreja volta-se para situações existenciais do povo Brasileiro		

985	Fraternidade e Fome	Pão para quem tem fome
986	Fraternidade e terra	Terra de Deus, Terra de irmãos
987	Fraternidade e o Menor	Quem acolhe o menor, a mim acolhe
988	Fraternidade e o Negro	Ouvi o clamor deste povo!
989	Fraternidade e a Comunicação	Comunicação para a verdade e a paz
990	Fraternidade e a Mulher	Mulher e Homem: Imagem de Deus
991	A Fraternalidade e o Mundo do Trabalho	Solidários na dignidade do Trabalho
992	Fraternidade e Juventude	Juventude - caminho aberto
993	Fraternidade e Moradia	Onde moras?
994	Educação e a Família	A Família, como vai?
995	A Fraternalidade e os Excluídos	Eras tu, Senhor?!
996	Fraternidade e Política	Justiça e Paz se abraçarão
997	A Fraternalidade e os Encarcerados	Cristo liberta de todas as prisões
998	Fraternidade e Educação	A Serviço da Vida e da Esperança
999	Fraternidade e os desempregados	Sem trabalho...Por quê?
000	Dignidade Humana e Paz (<i>ecumênica</i>)	Novo Milênio sem Exclusões
001	Fraternidade e as Drogas	Vida sim, Drogas não
002	Fraternidade e Povos Indígenas	Por uma terra sem males
003	Fraternidade e Pessoas Idosas	Vida, Dignidade e Esperança

004	Fraternidade e Água	Água, fonte de Vida
005	Solidariedade e Paz (<i>ecumênica</i>)	Felizes os que promovem a Paz
006	Fraternidade e Pessoas com Deficiência	Levanta-te, vem para o meio!
007	Fraternidade e Amazônia	Vida e Missão neste chão
008	Fraternidade e Defesa da Vida	Escolhe, pois, a Vida
009	Fraternidade e Segurança Pública	A Paz é fruto da Justiça
010	Economia e Vida (<i>ecumênica</i>)	Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro
011	Fraternidade e Vida no Planeta	A criação geme em dores de parto
012	Fraternidade e saúde pública	Que a saúde se difunda sobre a terra!

Seriam necessárias várias teses para analisar os temas da Campanha da Fraternidade desde a sua criação. Como não me deterei nesta análise, vale somente observar como a orientação da Teologia da Libertação esteve presente nestas campanhas e como isso também refletiu na prática das mulheres do MMA/MMC durante sua caminhada. Como já mencionei, o espaço da Igreja era de livre acesso para as mulheres. Eram elas também que, muitas vezes, coordenavam os grupos de famílias na realização dos encontros das campanhas da fraternidade e também eram estimuladas a serem ministras de eucaristia e catequistas, favorecendo assim uma formação política nos termos pregados pela orientação da Igreja naquele período.

1.4.3 O papel de D. José Gomes

Dom José Gomes foi empossado como Bispo da Diocese de Chapecó em outubro de 1968. O Brasil passava por um processo de mudanças sociais, a ditadura iniciada em 1964 estava se tornando mais agressiva, no entanto na região estudada esses efeitos não eram muito sentidos. A cultura local não ameaçava o poder ditatorial tanto quanto nos grandes centros. Porém, os problemas sociais advindos do processo de modernização da agricultura começaram a ser sentidos no final dos

anos 1970. Neste período ainda havia crédito subsidiado que era destinado, em volume maior, para os agricultores que produziam para a exportação. Esse crédito era utilizado também para financiar máquinas agrícolas e uso de insumos químicos, já que a ideia era modernizar o campo.

Com relação à Teologia da Libertação, Dom José foi o nome mais forte na região de Chapecó, como também no estado de Santa Catarina. Em Chapecó o campo era propício para o desenvolvimento desse novo jeito de viver a evangelização, pois vivia-se um momento de forte exclusão social, com as grandes agroindústrias dando início ao processo de concentração da produção, o que excluía parte significativa de produtores rurais. Os produtores que se mantiveram na atividade continuam sujeitos às tensões do mercado. Também a construção de barragens na região, a demarcação de terras indígenas, o fim do crédito subsidiado para a agricultura e a organização de oposições sindicais fizeram com que a Igreja tomasse partido pelos pequenos agricultores expropriados de suas terras e pelos indígenas.

Dessa forma, a Diocese de Chapecó passou a se envolver mais diretamente com o povo, formando os grupos de reflexão, as pastorais sociais, que foram as sementes dos movimentos sociais que se formaram no oeste de Santa Catarina. A Igreja passou a organizar os grupos de reflexão. E foi a partir dos encontros nos grupos de reflexão e também dos encontros da CPT que os agricultores tomaram conhecimento das críticas a respeito das ações dos sindicatos e então passaram a questioná-las (POLI, 1999).

Dom José Gomes foi, sem dúvida, a figura mais emblemática da Diocese de Chapecó. Os trinta anos em que esteve à frente da Diocese foram os mais marcantes da Igreja na região. Conquistou o apoio, respeito e admiração de muitos, mas também provocou a ira de tantos outros. Acontece que o bispo sempre se posicionou do lado dos mais empobrecidos. Nos conflitos entre empresários e agricultores, durante o episódio da Peste Suína Africana, a Igreja colocou-se ao lado dos pequenos produtores e ajudou na organização de uma marcha contra o que foi considerada uma farsa³³, que tinha como intuito diminuir o

³³ Esse episódio, ocorrido no ano de 1979, é considerado uma farsa, porque muitos agricultores ao saberem que as tropas vinham eliminar sua criação, escondiam alguns animais para que nem todos fossem perdidos. Ao final esses suínos sobreviveram e não demonstraram sinais da doença. Além disso, os restos mortais dos animais abatidos se espalharam por córregos da região sem que contaminassem outros suínos e disseminassem mais ainda a doença.

número de criadores e aumentar a produção com novas espécies de suínos. Nesse período, quando morria um suíno em uma propriedade e essa morte era conhecida pelas autoridades, todos os suínos eram eliminados e enterrados em valas. Além de eliminar os suínos da propriedade supostamente contaminada, eliminavam também os de seus vizinhos mais próximos a fim de evitar o alastramento da suposta doença. Conforme relatos de agricultores, as autoridades já vinham com um pelotão do exército e com uma retroescavadeira para abrir as valas onde os suínos seriam depositados. Conforme Poli (1999, p. 70), a Igreja reagiu fortemente ao lado dos produtores, organizando em outubro de 1979 um grande protesto que reuniu cerca de 25 mil agricultores na cidade de Chapecó.

Foi um momento em que o Oeste Catarinense todo e os agricultores se reuniram para protestar contra a Peste Suína Africana e também contra o problema dos preços. [...] Deve ter chegado mais de 25 mil pessoas aqui em Chapecó, num protesto solene. Foi uma manifestação fantástica, porque 25 mil pessoas, aqui em Chapecó, naquela época, ninguém podia imaginar (palavras de Dom José Gomes. In. POLI, 1999, p. 70).

Percebe-se na fala do bispo a empolgação e o comprometimento com os agricultores. Esse comprometimento também se traduziu na organização das oposições sindicais, na organização das agricultoras em busca de seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, no apoio aos trabalhadores sem-terra e na organização de seu movimento - o MST-, entre outros.

Outra atuação marcante de Dom José frente à Diocese de Chapecó se refere à organização da Pastoral da Juventude, PJ. Essa pastoral era organizada tanto no campo como nas cidades. O que nos interessa no momento é a Pastoral da Juventude Rural, PJR, pois foi graças ao engajamento de muitos jovens nas décadas de 1970 e 1980 que se formaram quadros de lideranças políticas e de movimentos sociais. A pastoral, além de contribuir na formação política dos jovens rurais, preparando-os para refletirem sobre a realidade vivida no campo,

Supunha-se na época que essa era apenas uma medida para favorecer as agroindústrias que queriam implantar a criação de novas raças mais viáveis para a exportação.

promovia festas, bailes e encontros. Não era apenas um espaço de política, mas um espaço de socialização e lazer para a juventude rural. Além disso, cumpria a função da Igreja de encaminhar os jovens segundo os preceitos cristãos e católicos. Conforme Della Flora (2007), na década de 1990 houve um “esfriamento” na participação dos jovens rurais na PJ. Esse fator, segundo a autora, se deve, talvez, aos problemas de saúde enfrentados por Dom José Gomes e aos novos direcionamentos que a Diocese de Chapecó passa a ter com seu afastamento.

Com saída de Dom José, as diretrizes da Teologia da Libertação que ainda eram, mesmo que de maneira mais tímida, seguidas por muitos padres, perdem a força. Os novos rumos não são mais voltados para a TdL, o Movimento de Renovação Carismática começa a ganhar mais adeptos entre os católicos, embora essa não fosse a diretriz do novo bispo. Outro fator de enfraquecimento da PJR foi a intensa migração dos jovens rurais nas décadas de 1980 e 1990, principalmente nesta última. A quantidade de jovens diminuiu significativamente nas comunidades rurais da região oeste, primeiro porque as famílias passaram ter menos filhos e, segundo, pelo êxodo³⁴.

1.5 Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR – o início da transição

Conforme Daboit (1996, p. 81), já na década de 1990, o MMA estava articulado com os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Essa articulação dava-se principalmente pela semelhança das histórias desses movimentos e pela proximidade geográfica dos estados. Além disso, as histórias do oeste catarinense (onde o MMA nasceu), do Sudoeste do Paraná e do norte do Rio Grande do Sul por vezes se confundem. Acontece que a região oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, além de terem uma semelhança geográfica, foram colonizadas por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul, na expansão da fronteira agrícola a partir da década de 1940.

Em pesquisa realizada com o MMA e o MMTR/RS em 2001³⁵, foram constatadas diversas semelhanças entre esses dois movimentos.

³⁴ Sobre o êxodo dos jovens rurais, ver os trabalhos de Stropasolas (2002) e Abramoway et al (1998)

³⁵ Essa pesquisa fez parte do projeto **Agricultura Familiar: reestruturação social e capacitação humana** e foi desenvolvida pela prof.^a Dr.^a Maria Inez

Porém cada um deles tinha particularidades advindas de sua história e do contexto político de seus estados. Um exemplo claro era a composição política dos governos estaduais. Enquanto no RS, o governo na época era liderado pelo Partido dos Trabalhadores, em Santa Catarina a esquerda nunca tinha alcançado o poder. Assim, constatamos que para as militantes gaúchas as questões políticas estaduais estavam mais resolvidas, assim tinham algum tempo para as questões de gênero. Enquanto que, em SC, as militantes tinham um discurso mais voltado para as reivindicações políticas, era um discurso de oposição ao governo. Em Santa Catarina, uma mulher do MMA, Luci Choinaski, havia sido eleita deputada estadual e federal, o que não aconteceu no RS, entretanto, as militantes de lá nos disseram que um deputado do partido dos trabalhadores era o representante dos movimentos sociais na Câmara Federal e elas se sentiam representadas por ele.

Mesmo com as diferenças estaduais se refletindo na articulação dos diversos movimentos de mulheres rurais, ao que tudo indica são os movimentos dos dois estados mais ao sul que se destacam na organização do MMC. Isso se percebe, inclusive, pelo fato de em seus boletins informativos constarem “MMC/RS e MMC/SC”, o que sugere não apenas que são nesses estados que o MMC está mais atuante, como também uma certa hegemonia e concentração do poder do movimento.

1.5.1 MMC – a consolidação da transição

Conforme a história do MMC, contada pelo próprio movimento em seu sítio da internet³⁶, a partir da articulação com os demais movimentos dos outros estados, foi-se delineando o que seria o MMC.

Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida, começamos a potencializar

Silveira Paulilo com a participação de Valdete Boni, Elaine Müller, Marco Aurélio Loch e Rodrigo Nogueira Giovanni em 2001.

³⁶ Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/menu/historia_por.html acesso em 24/04/2009.

e unificar o movimento autônomo para ter expressão e caráter nacional (MMC, 2009).

O MMC foi criado oficialmente em 2004. A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”. Acontece que o termo ou o conceito de camponês nunca foi muito utilizado no Brasil entre os próprios agricultores. Uma das justificativas do MMC diz que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, seja as das agricultoras, das assalariadas rurais, das pescadoras ou das extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos.

Fizemos debates sobre a **categoria camponês** que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009).

Há também outras hipóteses para a mudança no nome. Ao criarem o MMC, esse movimento se incorporou à Via Campesina³⁷, por

³⁷ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e

ocasião da IV Conferência da Via Campesina que ocorreu em junho de 2004 no Brasil. Assim como o movimento das trabalhadoras rurais, o MST também passou a se denominar como movimento camponês; outro movimento social que integra a Via Campesina é o Movimento dos Pequenos agricultores, o MPA, o qual também segue essa tendência em relação à denominação de camponês. Essa discussão sobre o conceito de campesinato será aprofundada no capítulo três deste trabalho. Mas devemos deixar claro desde já que este termo sempre teve, no Brasil, uma conotação mais política que as outras denominações usadas regionalmente: pequenos agricultores, sítiantes, lavradores, trabalhadores rurais, colono, etc.

1.5.2 Para além de um movimento autônomo de mulheres – o que está em jogo

Assim como o MMA surgiu em Santa Catarina, em outros estados surgiram diversos movimentos de mulheres durante a década de 1980. No Nordeste, como foi dito acima, o que diferencia os movimentos de mulheres era, e ainda é, a forte ligação com os sindicatos. A Marcha das Margaridas é um evento que acontece a cada três ou quatro anos (2000, 2003, 2007 e 2011) ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Os movimentos de mulheres nos estados foram se articulando, apesar das diferenças. Em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que tentou integrar todos os movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais. No entanto, nem todos os movimentos de mulheres eram tão autônomos. Além disso, o MMA de SC e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS) traziam particularidades e um grau de organização que se diferenciava de outros movimentos pelo país afora.

Bordalo (2007) chama a atenção para as tradições distintas entre os movimentos do Sul e do Nordeste. Justifica que essas diferenças foram cruciais na não inserção do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste no MMC. Ainda, segundo Bordalo (2007), a análise da fusão dos movimentos ganha importância para além das perspectivas de gênero e de uma simples articulação de movimentos autônomos dos

estados. Deve-se levar em conta o amadurecimento das lutas de tais movimentos e as diferenças regionais e perspectivas políticas deles. Dessas duas perspectivas, a maturidade de suas lutas é o que menos interessa à autora, uma vez que foi um processo evolutivo próprio de cada movimento. No entanto, as diferenças políticas se mostram mais relevantes.

Para Bordalo (2007), o MMC conseguiu unir diversos movimentos de mulheres em torno de uma categoria: camponesa. No entanto, ela lembra que esses movimentos já estavam articulados desde 1995 na ANMTR, inclusive o movimento de mulheres do Nordeste. Essa afirmação nos leva a indagar qual o real propósito dessa mudança de nome. Será que a justificativa do MMC de que essa mudança veio para reunir os diversos movimentos é a única possível?

Bordalo (2007) sugere que a criação do MMC, ao invés de juntar os diversos movimentos, separou-os, pois o MMTR/NE não se faz presente no MMC.

Ou seja, além da mudança do nome do movimento, o resultado desse processo é a exclusão do MMTR-NE. Assim, longe de representar ‘a união das muitas experiências de luta das mulheres’, a formação do MMC acabou por revelar formas distintas de ação política. Sendo assim, e para além do discurso do movimento, ao alegar que a mudança do nome do movimento se relaciona às exigências de outros movimentos, a construção e a utilização da categoria por parte do mesmo podem ser indicativas mais de rupturas do que de supostos consensos (BORDALO, 2007, p. 5).

Conforme Daboit (1996, p. 86), o MMA havia estabelecido uma “forte e dinâmica aliança com o Sindicato de Trabalhadores Rurais”, construindo, inclusive, lutas conjuntas. Contudo, desde o final da década de 1990, não somente o MMA, mas outros movimentos sociais no campo se afastaram dos sindicatos. A criação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é resultado desse afastamento. A CPT, da mesma forma, ajudou tanto na estruturação do novo sindicalismo, quanto na criação do MPA, que não é oposição ao sindicato, mas que tem posturas e ideologias diferenciadas. É interessante notar que há um

recorte temporal nas alianças que o MMA e também outros movimentos sociais fizeram entre si desde a década de 1980.

O MMC, articulado com a Via Campesina, mostra a tendência de organização em rede dos movimentos sociais na atualidade. Conforme Scherer-Warren (2008), as redes de movimentos sociais tanto podem ter temáticas mais locais, como a luta por terra, por trabalho, por direitos humanos e em defesa da ecologia, etc, como também lutas mais amplas, contra o neoliberalismo, pela soberania alimentar, a busca de um mundo socialista, entre outros. O MMC mostra claramente essa dinâmica, pois luta por questões específicas para as mulheres rurais como saúde, educação, previdência. Mas também tem como bandeira a luta anticapitalista, a defesa do meio ambiente, a soberania alimentar, etc.

1.6 Encaminhando a discussão

O fato de o MMA ser um movimento só de mulheres contribuiu para que as mulheres tivessem liberdade de expor suas angústias, suas necessidades, seus temores, o que não teria acontecido se os homens tivessem participado do movimento desde o início. Mais do que apenas um movimento político, o MMA foi um movimento de mulheres que discutiu (e ainda discute) a saúde da mulher, as necessidades da mulher e as dificuldades de ser mulher num mundo onde homens e mulheres foram socializados tendo os homens como superiores e as mulheres como inferiores.

O fato de hoje o MMC estar muito articulado com o MST e com a Via Campesina não deve ser tomado como estranho. Os movimentos sociais foram se aliando desde suas constituições na década de 1980. Se, por um tempo, o MMA esteve mais ligado à Igreja e aos sindicatos de trabalhadores rurais e, hoje, está ligado mais ao MST, este fato se deve à sua história de luta. São momentos diferentes que examino a seguir.

Num primeiro momento a Igreja (entenda-se Teologia da Libertação) estimulou as militantes das organizações de mulheres rurais para que conseguissem garantir sua identidade como agricultoras. Nas palavras do próprio Dom José Gomes, a Igreja incentivou as mulheres, mas quis que elas caminhassem com as próprias pernas. Se tivessem permanecido sob a “proteção da Igreja”, não teriam as características atuais, pois, como vimos, logo suas ideologias se chocaram. A permanência nos sindicatos também se mostrou conflitiva, pois para os homens, acostumados ao poder, ceder muito espaço para as mulheres

significaria perder prestígio. Mesmo no MST, nem todas as mulheres se encaixaram, afinal as lutas do MST são de cunho classista e as questões de gênero são consideradas secundárias e, para as militantes do MMA, as questões de gênero devem permear também as lutas de classe. Para as mulheres do MMA, após um contato mais próximo com o feminismo, não há como mudar a sociedade sem que as estruturas de gênero também sejam alteradas.

Assim, a aliança das mulheres com a Via Campesina deve ser analisada tendo o cuidado de se pensar até onde as questões de gênero serão levadas em conta no projeto maior da organização. Não podemos esquecer que o objetivo principal dessa organização é a mudança da estrutura política da sociedade, é a conquista do socialismo. Aqui resulta também um dos motivos de separação dos movimentos sociais da estrutura sindical (mesmo da mais combativa, conhecida como novo sindicalismo). Enquanto os movimentos sociais ainda esperam e lutam por uma mudança social impactante, ou seja o socialismo, os sindicatos fazem suas lutas para viver dentro do sistema capitalista e não esperam mais por uma mudança radical.

Pensar o novo momento do MMC, a sua luta em torno da soberania alimentar é pensar talvez em uma nova bandeira. Desde sua criação, o MMA e demais movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais do país conquistaram direitos e conseguiram mantê-los quando estes foram ameaçados. Porém com as transformações sociais, novas questões são postas em cena e exigem novas posturas. Parto da ideia de que a aproximação do MMC com a as teólogas feministas e com o ecofeminismo contribuiu para essas escolhas. Além disso, podemos inferir que a Via Campesina também influenciou nessa opção por uma luta mais global. O que não se pode perder de vista é o fato de que o MMC se faz presente em ações como a que ocorreu em 2006, quando militantes desse movimento e de outros ligados à Via Campesina ocuparam um laboratório da Aracruz Celulose e destruíram milhares de mudas de eucaliptos e *pinus*. Essa ação também não pode ser simplificada a ponto de dizer que essas mulheres serviram como massa de manobra do MST. As lideranças do MMC têm uma formação política muito forte e também ligações com o que pode ser associado a uma teologia feminista. E, mesmo que não haja conhecimento dessas mulheres sobre as teorias do ecofeminismo, seus discursos e suas ações são repletos de sinais de que elas se sentem responsáveis pelo meio ambiente. E são essas noções de ecofeminismo, em suas diversas correntes, que vamos apresentar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

2. Ecofeminismo – um conceito a discutir

Como já apresentado na introdução, o MMC traz muito forte em seus discursos o que eu chamo base ecofeminista. Em suas fases mostradas no capítulo anterior, o MMC mostrou que mais que um movimento que luta por questões de classe, luta também por questões feministas. Se, durante seu início, pela forte influência da Igreja, esse feminismo não foi acentuado, isso não significa que as agricultoras estudadas não sejam feministas. Como camponesas que majoritariamente começaram sua militância junto à Igreja orientada pela Teologia da Libertação, seu feminismo tem bases marxistas.

O importante é que nesse atual momento, o MMC assume uma postura feminista, por isso é relevante pensarmos a que feminismo elas se associam e o quanto isso influencia novos padrões presentes no movimento hoje. Vou iniciar mostrando um breve resumo do que é o movimento feminista, qual sua contribuição na história, as suas fases desde que começou a assim ser denominado e sua repercussão nas organizações de mulheres rurais. Não vou discorrer sobre os detalhes do movimento feminista no Brasil em suas diversas fases, apenas ilustrar os momentos principais e fazer a relação dos mesmos com os propósitos deste trabalho.

Em seguida a discussão se volta ao ecofeminismo e suas correntes, o que é essencial para mostrar os elementos comuns entre o Movimento de Mulheres Camponesas e essa corrente, uma vez que é por meio do ecofeminismo que encontramos maior aproximação das camponesas com os ideais feministas. O ecofeminismo é uma teoria que faz interconecção entre ambientalismo e feminismo, fazendo uma associação entre a dominação da natureza com a dominação das mulheres. As camponesas tanto se associam a uma vertente denominada espiritualista, cuja representante mais expressiva é Vandana Shiva, quanto à outra denominada construtivista, que é defendida por, entre outras, Bina Agarwal. A primeira tem uma associação fortemente cultural e religiosa, seja na Índia por associação com a religião hindu, seja na América Latina pela influência do cristianismo ligado à Teologia da Libertação, que aproxima as mulheres da natureza, atribuindo-lhes uma essência feminina. Essa vertente, muito criticada por ser considerada essencialista, não associa somente a mulher com a natureza por questões biológicas, mas também pela influência religiosa, mística e

culturalmente apreendidas pelas mulheres. Dentro do construtivismo, Bina Agarwal sugere que o que aproxima mais as mulheres da natureza é o cotidiano, ou seja, sua relação socialmente construída que delega às mulheres tarefas ligadas à criação dos filhos, cuidado dos idosos e cultivo e preparação dos alimentos.

A discussão que será apresentada agora pretende mostrar as diferenças entre estas vertentes e o ponto que as une, que é relação que se faz entre mulher e natureza, relação defendida pelo MMC.

2.1 As mulheres na história

Falar ou pensar em feminismo significa muito mais do falar de um movimento organizado, ou da primeira onda do feminismo, ou da segunda onda ou do momento atual. Analisar essas mudanças é muito importante, mas significa também olhar o feminismo através das relações de gênero que permearam a vida das mulheres, seu trabalho, sua participação no âmbito público e privado, durante séculos de história. É pensar em conquistas trabalhistas, mas também em conquistas mais particulares, como ter o domínio do próprio corpo. Quando se fala em feminismo, podemos dizer que falamos da história das mulheres no mundo. E essa história construída pelas mulheres influencia muito a atuação de grupos feministas ou grupos de mulheres. Faço essa diferenciação porque no caso específico do MMC, as mulheres não se denominavam feministas no seu início. Porém essa não aceitação do feminismo tinha uma razão clara, como foi explicitado no capítulo anterior, a mão da Igreja sobre o movimento.

Podemos pensar que o Movimento Feminista é relacionado às mulheres urbanas e de classe média. Mas esta pode ter sido apenas uma fase do Movimento. Se pensarmos o feminismo mais amplamente, especialmente no que se refere à participação da mulher fora do espaço doméstico, poderemos falar do Movimento de Mulheres Camponesas como feminista desde seu início.

As mulheres sempre fizeram parte do processo produtivo na agricultura camponesa. Desde os primórdios da história da humanidade, foram as mulheres que se dedicaram ao plantio de alimentos e à criação de animais, enquanto os homens cuidavam da caça, pesca e segurança das aldeias. Quando ainda a agricultura era a principal atividade responsável pela alimentação, as mulheres eram vistas como importantes. O fato de a mulher gerar filhos, concedia a ela um título

especial, a de responsável também pela fertilidade da terra e assim pela produção de alimentos (ALAMBERT, 2004).

Durante o feudalismo, as camponesas trabalhavam nos campos com seus maridos, aliás, uma tarefa de toda a família, não esquecendo que os afazeres da casa, o cuidado dos filhos e o tear eram sua responsabilidade. O patriarcado já estava estabelecido na Europa Ocidental, entretanto, quando na ausência de homens, o que era comum devido às constantes guerras, a mulher era a responsável pelo núcleo familiar.

Conforme Saffioti (1979, p. 32), as mulheres das camadas pobres sempre estiveram envolvidas com o trabalho que ultrapassava as atividades domésticas.

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, as mulheres das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel fundamental.

Tanto na França como na Inglaterra medievais, as mulheres podiam dirigir o comércio com seu marido vivo ou na condição de viúvas. No entanto, sua liberdade cessava aí. O casamento continuava sendo condição de posição social e estabilidade econômica (SAFFIOTI, 1979, p. 33), devendo a esposa sempre aceitar a submissão frente ao marido em troca da “proteção”. Na sociedade pré-capitalista, então, as mulheres detinham seja a direção do comércio, seja a responsabilidade por outro meio de gerar renda para o grupo familiar. Com o advento do capitalismo, as mulheres das classes mais baixas seguem no mercado de trabalho, no entanto, aqui, como o trabalho é individualizado e estimado por produtividade, julga-se que a mulher produz menos. Assim, sua remuneração é bem menor que a dos homens, o que acaba por gerar uma mais valia muito maior para os donos dos meios de produção. O trabalho tanto de mulheres como de crianças é extremamente desvalorizado, mas muito utilizado. As mulheres também predominam em regimes de tempo parcial e as atividades consideradas “femininas” são avaliadas como inferiores, daí o pagamento menor.

Temos que ter sempre em conta a diferença que há entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista. Os movimentos de mulheres, ou grupos de mulheres nem sempre são emancipatórios. E ao falar em emancipatórios, subentendem-se movimentos que lutam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, pelo fim da discriminação das mulheres, pelo fim da violência contra elas, entre outros fatores que buscam diminuir e eliminar diferenças preconceituosas de tratamento entre os dois sexos. Assim, organizações de mulheres podem ser reacionárias. Há grupos religiosos mais preocupados com as questões de gênero, mas há outros cujos objetivos nada tem a ver com a posição da mulher na sociedade, ou seja, grupos que não são, necessariamente, reivindicatórios ou emancipatórios. Há também grupos cuja função principal é a confraternização, não desmerecendo a preocupação com o lazer aí presente, mas salientando que nem todas as organizações de mulheres trazem em sua bagagem traços do feminismo. O movimento das mulheres camponesas, embora até há pouco tempo negasse uma relação com o feminismo, sempre trouxe para a discussão a discriminação sofrida pelas mulheres, que no campo, em termos trabalhistas, era mais acentuada ainda, já que as mulheres sequer eram consideradas agricultoras, ou seja, até sua profissão era negada. Além de debater, o movimento buscou meios de eliminar alguns destes problemas e superar a discriminação no seio das próprias famílias.

Conforme dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) de 2010, nos países em desenvolvimento as mulheres desempenham papel fundamental na agricultura, representando em média 43% da força de trabalho. Porém, há diferenças nessa participação dependendo dos países ou mesmo de regiões dentro de um país. Por exemplo, na América Latina sua participação abrange mais de 20% e na Ásia Oriental e África Subsaariana atinge até 50%. Embora haja diferença de participação, há um ponto comum entre as mulheres trabalhadoras rurais dos diferentes países, as mulheres têm menos acesso aos recursos produtivos e menores oportunidades que os homens.

2.2 O surgimento do feminismo

Embora as mulheres tenham lutado por seu espaço e reconhecimento ao longo da história desde há muitos séculos, vou me deter apenas na história recente, ou não tão recente assim. Início então

no século XVIII, quando a discussão acerca da liberdade, igualdade e fraternidade ganha também a marca feminina. Esses três alicerces da Revolução Francesa inspiram as mulheres a questionar sua pouca liberdade e lutar publicamente por igualdade. Assim, como disse Amélia Valcárcel, “el feminismo es un hijo no querido de la Ilustración”(VALCÁRCEL *apud* VARELA, 2005, p. 8), “não querido” porque as mulheres participaram das lutas, mas foram postas de lado depois. Porque as mulheres estão excluídas da história? Porque os direitos só correspondem à metade do mundo, aos homens? Onde está a origem desta discriminação? Como combatê-la? Conforme Varela (2005, p. 14), continuamos a nos fazer essas mesmas perguntas passados mais de dois séculos. Durante este tempo o feminismo mudou alguns pontos, mas não deixou a sua essência, ou seja, a de ser

un discurso político que se basa en la justicia. El feminismo es una teoría y práctica política articulada por mujeres que tras analizar la realidad en la que viven toman consciencia de las discriminaciones que sufren por la única razón de ser mujeres y deciden organizarse para acabar con ellas, para cambiar la sociedad. Partiendo de esa realidad, el feminismo se articula como filosofía política y, al mismo tiempo, como movimiento social.

Para esta autora, o feminismo, além de ser um discurso, é a consciência crítica que desvela os discursos aparentemente neutros, colocando em discussão a subjugação das mulheres e, durante os mais de dois séculos que nos separam da Revolução Francesa, estabeleceu que as mulheres têm direitos iguais aos dos homens e mudou o modo de como as mulheres viam o mundo e se colocavam diante dele.

2.2.1 O feminismo no Brasil

No Brasil colônia, as condições das mulheres diferiam dependendo de sua posição social. As escravas trabalhavam nas lavouras ou nas casas grandes como amas de leite e empregadas para todos os afazeres da casa. Nas lavouras, a escrava exercia as mesmas funções que os homens e também era “usada como instrumento de prazer sexual do seu senhor, podendo até ser alugada a outros senhores” (TELES, 1999, p. 21). Além de tudo isso, as escravas, ao terem filhos, aumentavam o

número de escravos para os senhores, por esse motivo a maioria delas procurava evitar a gravidez.

Mesmo seguindo as fases do feminismo europeu, o feminismo no Brasil tem uma identidade própria, fruto da formação política do país. A primeira fase do feminismo no Brasil vai desde o final do século XIX até a década de 1930, quando em 1932 as mulheres conquistaram o direito ao voto. Nesse momento, Céli Pinto (2003, p. 10) identifica duas tendências, o que ela chama de feminismo bem comportado, que foi liderado por Bertha Lutz, e o feminismo mais radical, no qual as mulheres se posicionaram de forma mais contundente contra a dominação dos homens.

Entre as décadas de 1930 e de 1970, sendo que, nessa última, o Movimento Feminista ressurgiu com mais força, o que ocorreu foram protestos e reivindicações de mulheres, mas não um movimento feminista organizado que lutasse pela transformação da condição feminina na sociedade. Foram lutas com objetivos específicos, como foi a de 1950, quando as mulheres foram às ruas lutar contra a alta do custo de vida. Esta mobilização ficou conhecida como movimento contra a carestia ou panelas vazias, uma alusão ao ato das mulheres irem às ruas portando panelas vazias em protesto contra as altas dos preços dos gêneros alimentícios.

No que se refere à primeira fase do feminismo no Brasil, este estava voltado ao direito ao voto para a mulher, direito a escolher seus candidatos e a elas próprias concorrerem aos cargos públicos. Essa fase, conhecida como movimento sufragista, teve o nome de Bertha Lutz como destaque. Porém Bertha Lutz representou o que Céli Pinto (2003, p. 14) considerou como um feminismo bem comportado, que embora tenha levado à discussão a participação das mulheres na política, não se aprofundou nas questões de dominação da mulher pelo homem e nem em questões relacionadas ao contingente feminino das classes trabalhadoras.

A fase sufragista do feminismo alcançou várias conquistas. Além do direito ao voto, mulheres se candidataram e foram eleitas para cargos principalmente no legislativo. Nesta primeira fase há ainda duas correntes. Uma considerada como feminismo difuso, pois agregava diferentes mulheres, especialmente das áreas da educação e da imprensa. Essas mulheres estavam preocupadas com a educação feminina, com a dominação masculina e com a liberdade das mulheres, a sexualidade e o direito ao divórcio.

A outra é a corrente que unia as mulheres participantes dos partidos de esquerda, como as anarquistas e aquelas ligadas ao Partido Comunista. Esta corrente tinha como princípio a luta contra a exploração de classe e é a que, na segunda fase do feminismo, corresponde ao feminismo marxista. Esse movimento, liderado em seu início principalmente pelas anarquistas, colocava em discussão a opressão de classe, preocupava-se com a exploração a que eram submetidas as mulheres nas fábricas, com baixos salários, longas jornadas, péssimas condições de trabalho e ausência de direitos trabalhistas, que, em princípios do século XX, estavam cada vez mais em evidência devido à intensificação do processo de industrialização do país. Em alguns momentos essa corrente se opôs ao feminismo sufragista, argumentando que este estava apenas preocupado com o voto das mulheres e não com as suas condições enquanto mulher e trabalhadora. Se nesta primeira fase a corrente sufragista representava as ideias das mulheres brancas e de elite que lutavam por alguns direitos civis, a corrente anarquista lutava por melhores condições de trabalho e pela não exploração das mulheres. É uma corrente que defende a mulher enquanto parte da classe trabalhadora.

Nos anos 1960 e 1970, o feminismo ressurgiu e foi considerado como a segunda onda feminista. Nesse momento o Brasil passava por um de seus piores momentos políticos, a ditadura militar, que havia se iniciado com o Golpe de 1964, entrava no seu período mais repressivo com os governos dos generais Costa e Silva e Médici. O movimento que reaparece no Brasil nos anos de 1970 tem similaridades com o movimento europeu e o dos Estados Unidos, que haviam sido retomados ainda na década anterior. Mas por vivermos um período tão conturbado politicamente, não há possibilidade das mesmas práticas mais radicais.

Na Europa, o livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, quando o feminismo ainda estava desarticulado, passa a ser discutido intensamente e torna-se um dos mais importantes instrumentos para a retomada do feminismo. Se por um lado causou espanto por suas ideias, por outro, foi um instrumento fundamental para repensar a condição da mulher no mundo ocidental. A famosa frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, traduz a percepção de que a diferença não se reduz à diferença entre os sexos, mas é determinante em toda a socialização de homens e mulheres. Em outras palavras, as mulheres estão em segundo plano não por diferenças biológicas, mas porque desde os primórdios da humanidade se deu mais valor aos homens que arriscavam a vida nas guerras do que às mulheres

que geravam a vida (VARELA, 2005). A grande contribuição de Simone de Beauvoir foi, sem dúvida, a desnaturalização da subordinação das mulheres. O Segundo Sexo marca também a diferença entre o feminismo “sufragista” e o feminismo dos anos 1960/1970. O feminismo já não discute apenas os direitos políticos das mulheres, mas direitos sobre seus próprios corpos. Nos Estados Unidos, o feminismo tinha como principal expoente, na época, Betty Friedan. Essa autora publicou sua autobiografia em 1963, na qual denunciava sua insatisfação frente ao modelo norte americano para as mulheres. Friedan demonstra em “a Mística Feminina”, como viviam as mulheres de classe média nos Estados Unidos, mulheres que se dedicavam ao lar, cuidavam dos filhos, esperavam os maridos e possuíam toda a gama de eletrodomésticos que era tão desejada por outras mulheres, mas não se sentiam felizes. Betty Friedan bebeu na fonte do Segundo Sexo e sua obra, assim como o livro de Beauvoir passa a ser lido por milhares de mulheres que se identificam com essas condições.

Tínhamos, portanto na Europa e nos Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de renovação de costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. Mesmo assim, aqui como lá na virada para a década de 1970, mas primordialmente ao longo desse período, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista. (PINTO, 2003, p. 43).

É nesse contexto de repressão militar que o feminismo é retomado no país. Talvez por isso traga algumas particularidades em relação aos movimentos europeu e norte americano. Aqui, o feminismo também era formado principalmente por intelectuais, no entanto, muitas estavam envolvidas em partidos políticos. Essa ligação com a política gerou tensões com o regime militar, além de tensões entre os grupos feministas que estavam se organizando. Na década de 1970, assim como na primeira onda do feminismo, a mobilização das mulheres foi marcada por diferentes tendências que demonstravam a pluralidade de concepções que as militantes tinham acerca de contra qual dominação deveriam lutar para eliminá-la primeiro. Dentro desta perspectiva podemos destacar três correntes, a marxista, a liberal e a radical.

Na corrente marxista, as feministas buscavam a luta de classe. Se a discriminação da mulher passava primeiro pela discriminação de

classe era essa a barreira que deveriam superar. A libertação da mulher dependia da superação do modelo capitalista vigente. Na corrente liberal, a discussão era por direitos civis das mulheres, e a luta centrava-se mais pelo fim da ditadura e pela democracia. Com a vitória da democracia, os direitos das mulheres poderiam ser mais facilmente conquistados. Já na corrente radical, a discussão girava em torno de questões particulares das mulheres. Era inspirado no feminismo inglês e francês, onde várias tradições machistas estavam caindo por terra. Essa corrente foi muito fragmentada porque, no Brasil, além do momento político estar conturbado, o país tinha uma forte tradição católica e isso gerava um temor de que essas ideias desagregassem as famílias.

Um impulso foi dado aos grupos de mulheres que se formavam no país quando a Organização das Nações Unidas - ONU declara o ano de 1975 como o ano Internacional da Mulher. Conforme Teles (1999, p. 85), o movimento na Europa e Estados Unidos via com desconfiança a iniciativa da ONU, enquanto que, no Brasil, as feministas aproveitaram esse momento para tornar públicas algumas ações que eram desenvolvidas isoladamente.

Em 1976 comemora-se no Brasil o 8 de março como dia internacional da mulher. A data já era comemorada antes disso, porém desde o golpe militar de 1964, não haviam sido realizadas manifestações nesta data. A partir de então, a comemoração do dia internacional da mulher passou a ser regular. Neste momento as feministas marxistas colocam suas reivindicações com mais ênfase. Surgem também movimentos de mulheres negras e lésbicas, o que gera certo desconforto entre as próprias feministas. A segunda onda do feminismo no Brasil é marcada por grupos de mulheres que lutam por direitos trabalhistas, mulheres organizadas em bairros (com o apoio da Igreja), donas de casa que retomam a luta contra a alta dos preços, e por mulheres que formam as chamadas minorias, como mulheres negras e lésbicas.

É a partir de meados dos anos de 1980, com a redemocratização do país, que as questões particulares dos grupos são mais publicizadas. Não porque houve uma unidade do movimento, mas justamente porque o feminismo passa para uma nova fase. É nessa década que são criados o Conselho Nacional de Defesa da mulher (1984), o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1985) e a primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência em 1986 (PINTO, 2003).

É importante lembrar que essa segunda onda do feminismo também foi muito urbana. No caso das trabalhadoras rurais, a forte

influência da Igreja impedia uma aproximação com o movimento. Além disso, as reivindicações do feminismo urbano estavam em outro patamar, ou seja, as trabalhadoras rurais tinham ainda outros caminhos a percorrer para a sua emancipação. Os direitos trabalhistas, por exemplo, ainda não haviam sido conquistados, assim essas foram suas reivindicações iniciais. Primeiro tinham que buscar a visibilidade do trabalho feminino no campo, para, a partir daí, lutar por seus direitos sociais. Seria com a conquista de um que buscariam outros direitos, a luta era construída por etapas. Antes de tudo teriam que ser reconhecidas como produtoras rurais e, então, ter acesso aos direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas. De todo modo, o movimento das trabalhadoras rurais sempre seguiu uma dinâmica própria, qualquer comparação entre o movimento urbano e rural seria difícil e, possivelmente, inútil, pois não há parâmetros comuns para se traçar paralelos entre ambos. Na sua primeira fase, o movimento das trabalhadoras rurais necessitou do apoio da Igreja para suas lutas. Abraçar a “radicalidade” do feminismo seria interromper avanços que estavam em curso no que dizia respeito aos direitos trabalhistas. Se no urbano as mulheres tiveram muitas dificuldades nas lutas por seus direitos, no meio rural as dificuldades foram ainda maiores, não em consequência de algum “atraso” de sua população, mas em decorrência de seu modo de vida. No capítulo que segue discutiremos acerca do campesinato e então vamos entender a dinâmica própria da relação campo/cidade que diferencia tanto os dois espaços de conquistas.

Nos anos de 1990 outras reivindicações das agricultoras são alcançadas, especialmente porque algumas das leis criadas pela Constituição de 1988 entram em vigor, como a regulamentação do salário-maternidade, o que ainda exigiu grandes mobilizações. Também a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1993, cria internamente uma lei de cotas na qual estabelece que 30% da direção dos sindicatos a ela filiados deve ser composta por mulheres. A obrigatoriedade de compor 30% das comissões dirigentes não garante automaticamente autonomia e emancipação para as mulheres. Nos primeiros anos, os cargos delegados às mulheres eram os que não tinham muito prestígio ou eram burocráticos demais, o espaço público continuava a ser dos homens. Quando alcançavam cargos de presidentes, o acúmulo de trabalho era tão grande que abriam mão de sua vida particular em nome da militância (BONI, 2003). Devemos lembrar que o sindicato é um espaço onde a luta de classe está em primeiro plano, assim as discussões

de gênero, mesmo com o estabelecimento das cotas, não eram muito aceitas pelos homens e, às vezes, até por mulheres.

Em 1994 é aprovada outra lei de cotas, essa voltada para os cargos públicos, na qual se estabelecia uma cota mínima de 20% de candidatas mulheres nos partidos políticos para os cargos eletivos. Em 1997 essa cota passou a ser de 30%. Embora, como já foi dito, as cotas não sejam mecanismos automáticos de maior igualdade, há o lado positivo de que, tendo as condições de participação minimamente garantidas, fica mais fácil para as mulheres entender sua subordinação e lutar contra ela.

Na virada do século e do milênio, o feminismo passa por uma nova etapa, a que Céli Pinto (2003) chama de feminismo difuso. O feminismo continua forte entre as intelectuais na Academia e, fora dela, em grupos de militância, Organizações Não Governamentais e mesmo no governo, tendo ocorrido a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, o que é um bom exemplo dessa expansão para fora das universidades e centros de estudo. Devemos lembrar que a sua própria criação foi uma demanda desses grupos. Por outro lado, o “difuso” a que se refere Céli Pinto diz respeito aos diversos grupos que, denominando-se feministas ou não, levantam questões particulares como é o caso das mulheres negras, das homossexuais, dos grupos que reivindicam direitos ou denunciam a discriminação e a violência contra a mulher.

2.2.2 O feminismo marxista

O feminismo marxista parte do princípio que há uma inter-relação entre a opressão de classe e a opressão contra a mulher, assim a luta das mulheres e a luta de classes não podem ser dissociadas. Para as feministas marxistas, a opressão das mulheres não ocorre da mesma forma, dependendo de sua classe, sua cor e sua cultura. Todas as mulheres sofrem a opressão de gênero, no entanto isso se dá de forma diferente dependendo de qual destes lugares a mulher se encontra. As principais autoras desta corrente nas décadas de 1970 e 1980 foram Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert.

Zuleika Alambert nasceu em 1922. Em 1945, com 23 anos elegeu-se deputada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), no entanto seu mandato foi cassado dois anos depois com o acirramento da Guerra Fria. Foi durante a ditadura militar que Zuleika se descobriu feminista, embora ela mesma, ao ser perguntada se era feminista, negou dizendo

ser somente uma marxista que se preocupava com os problemas das mulheres. Exilada no Chile, teve contato com as esposas dos exilados políticos brasileiros. Pôde assim perceber que estas mulheres estavam aí exiladas acompanhando seus companheiros, mas que a maioria delas não participava da política e em suas casas continuavam a viver na condição de donas de casa subjugadas. Seu contato, já na Europa, com as feministas francesas, aguçou sua curiosidade e necessidade de reflexões. Foi após o rompimento afetivo com seu companheiro, com quem vivia há 27 anos, também membro do Comitê Central do Partido Comunista, que se questionou sobre os efeitos mais particulares da vida das mulheres. Não era somente a dominação de classe que pesava sobre seus ombros, mas uma dominação de gênero (SOIHET, 2010). Nas palavras de Alambert:

As coisas que pude aprender na Europa. Os instrumentos que adquiri de análise e compreensão da mulher na sociedade me levariam a ter um senso crítico muito agudo para a sua aplicação à realidade brasileira. No Brasil temos de começar muito de baixo, de coisas muito pequenas. Tenho a impressão de que só muito recentemente começa a surgir lá uma noção muito clara de que a mulher, além de ser explorada como todo trabalhador, tem uma exploração adicional, específica (ALAMBERT *apud* COSTA, 1980, p. 64).

E neste mesmo momento, como assinala Soihet (2010), Zuleika, além de perceber a discriminação que as mulheres sofriam no lar ao se adequarem ao estereótipo que lhes era atribuído, também era discriminada no partido político, pois estes se utilizavam da mobilização das mulheres quando necessitavam, porém, depois, as colocavam de lado novamente. Após a Eco 92, Zuleika assumiu uma posição ecofeminista.

O caso de Zuleika Alambert não foi o único. Muitas mulheres foram exiladas pela atuação de seus companheiros nos partidos de esquerda e grupos revolucionários. Conviveram em países como Cuba e Chile e na Europa. É toda uma história que, muito mais que política, marcou pessoalmente essas mulheres, suas emoções³⁸, suas perdas,

³⁸ Ver: SILVA e MORAES (1981).

tragédias pessoais, a difícil tarefa de lidar com um inimigo declarado (a ditadura) e com a incompreensão de seus companheiros. A condição mulher dava-lhes, além da perseguição política, a discriminação de gênero.

Estas observações da vida de Zuleika Alambert são importantes para refletir posteriormente sobre a relação que o Movimento de Mulheres Camponesas, que se compõe exclusivamente de agricultoras, portanto não é misto, construiu, desconstruiu e mantém com outros movimentos sociais e partidos políticos, nos quais predomina a participação de homens e mulheres. Além disso, a experiência pessoal de Zuleika nos remete à vivência do movimento de mulheres, já que muitas das militantes participaram também de movimentos mistos e algumas ainda participam. Essas mulheres, assim como a própria Zuleika, questionam seu espaço dentro destes movimentos e, com o passar do tempo, também vão se preocupando com questões que ultrapassam as barreiras de classe.

Heleieth Saffioti nasceu em janeiro de 1934 e faleceu em dezembro de 2010. Deixou uma valiosa contribuição para os estudos feministas, especialmente o feminismo marxista. Começou a lecionar cedo e em 1967 defende seu trabalho de livre docência com o tema “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, que logo depois transformou-se em livro. Saffioti também foi influenciada pelo feminismo europeu e norte americano, especialmente as obras *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e *A Mística Feminina* de Betty Friedan, embora seus escritos sempre tivessem como foco a problemática das mulheres no Brasil. Esta obra foi só a primeira de sua vasta produção que sempre se manteve no tema de feminismo e classe. Escreveu também sobre a violência contra a mulher, entre tantos outros temas. No entanto, o que vale destacar aqui é a ênfase que Heleieth Saffioti dá às questões de classe. Como fiel marxista, deixa claro o binômio exploração e opressão da mulher. A primeira por, sendo mulher, compor a classe trabalhadora e a segunda, pela posição subordinada no interior de suas próprias casas e na sociedade em geral, ou seja, são questões de classe e de gênero. A autora não sobrepõe uma à outra, no entanto não as dissocia e afirma que a superação de uma não significa a superação da outra.

Ao tratar sobre o feminismo marxista, Zuleika Alambert (1986) lembra que quando Marx e Engels teorizaram acerca do conceito de classe não havia um movimento feminista que se pronunciasse. Dessa forma, sua análise não possui uma visão “feminista”, embora tenham

deixado claro que a opressão de classes era o que diferenciava as pessoas e não sua condição de gênero. Tanto homens quanto mulheres sofriam acima de tudo a exploração de classe, já que todos nasciam iguais e o que os distinguia era a classe social a qual pertenciam. Foram estes autores e, posteriormente, August Bebel (discípulo dos dois) que conceberam a mulher “a partir das relações de exploração da sociedade de classes” (ALAMBERT, 1986, p. 23).

Para Engels é o surgimento da propriedade privada que funda a origem do patriarcado, sendo a mulher a sua primeira propriedade. Ao mesmo tempo em que a propriedade deixa de ser coletiva e passa a ser privada, o homem passa a ser considerado superior à mulher, porque ela, ao precisar cuidar dos filhos, depende do companheiro para garantir a sobrevivência dela e de sua prole. A filiação feminina foi substituída pela masculina com o intuito de garantir a herança para os herdeiros legítimos do homem, já que a identificação da mãe do recém-nascido é fácil, do pai nem tanto. Assim, junto com a propriedade privada, surge também a família patriarcal monogâmica, ficando a mulher sob a tutela do companheiro. Para superar o patriarcalismo, então, seria necessário abolir a propriedade privada, pois a segunda é causa do primeiro.

O grande mérito da obra de Engels foi atribuir, ainda no séc. XIX, a causa da submissão feminina a fatores sociais e não biológicos. No entanto, a história se incumbiu de desmentir a existência de uma relação mecânica entre esses dois fatos, na medida em que as mulheres não se emanciparam como se esperava nos países socialistas. Para Engels, superada a propriedade privada, cessaria também a exploração da mulher. Por força da importância dada à infraestrutura econômica, esse autor não leva em conta o fato de que as relações desiguais estão inscritas já nos costumes e nas tradições e que não é meramente a entrada no mercado de trabalho e uma certa igualdade nesse âmbito que garantirá à mulher o fim da exploração, uma vez que, se no campo do trabalho remunerado as diferenças diminuem, ainda recai sobre a mulher o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos pequenos e dos idosos.

Segundo Alambert, nas obras escritas conjuntamente, Marx e Engels mostraram que a mão-de-obra feminina era mais barata porque isso era interessante aos burgueses, sobretudo para o setor têxtil, julgando que a mulher tinha aptidões para o exercício deste trabalho. Entretanto, na maioria das vezes, Marx e Engels associam a libertação da mulher à libertação de classe, não viam a mulher enquanto diferente e separada da classe trabalhadora. Além disso, a ênfase é dada no binômio

família/sociedade e instituições/relações materiais e não na história dos indivíduos e das relações espirituais.

Em outras palavras, a temática ético espiritual é quase ou totalmente esquecida; é empobrecida e limita, assim, a luta libertadora da mulher, que fica privada de toda e qualquer especificidade. É evidente que, sem recuperar a temática da relação interpessoal, será muito difícil aos marxistas se libertarem da redução da questão familiar ao econômico e superarem a deformação sexualista da questão feminina (ALAMBERT, 1986, p. 20).

Alambert (1986) cita August Bebel, outro marxista, como autor importante na discussão do lugar que a mulher ocupava na sociedade da época, pois mesmo sendo seguidor de Marx e Engels, conseguiu avançar na questão da mulher. Para este autor, a mulher, além de sofrer a dominação de classe, sofria também a dominação sexual, existindo para ela uma série de obstáculos que para o homem não existiam. E esta dominação era útil ao Estado burguês, seja na organização da família que pressupunha a mulher como responsável pelo cuidado da casa, seja pelas diferenças biológicas que colocavam a mulher como inferior. O livro de Bebel, *A Mulher e o Socialismo*, foi no seu tempo um avanço no que tange aos problemas enfrentados pelas mulheres. Superou também seus antecessores Marx e Engels, não só por mostrar a opressão sexual aliada à exploração de classe, mas por dizer que somente as mulheres poderiam buscar a solução para seus problemas. Para ele, as mulheres não deveriam esperar dos homens essa atitude da mesma forma que os trabalhadores não deveriam esperar muito da burguesia (ALAMBERT, 1986, p. 41).

Entre os marxistas modernos, Alambert (1986) destaca a contribuição de Maurice Godelier. Para este autor, a submissão da mulher é anterior ao nascimento do capitalismo. Mesmo nas sociedades antigas, o trabalho considerado mais importante para a comunidade era realizado pelo homem. A superioridade do homem, para Godelier, surgiu ainda nas sociedades de caçadores e coletores. As mulheres, durante a gravidez e a amamentação, não tinham a mesma mobilidade que os homens, assim surge a agricultura e a criação de pequenos animais às quais as mulheres se dedicam, enquanto os homens seguem caçando e coletando. Mesmo que o trabalho das mulheres se torne uma

importante fonte de alimentação, é na caça e na coleta que residem o valor maior.

Outra contribuição importante de Godelier diz respeito ao papel da mulher na organização capitalista. Segundo ele, não só não foi o capitalismo que gerou a desigualdade entre os sexos, como neste sistema havia meios de a mulher superar essas diferenças. Não era, portanto, somente em uma sociedade sem classes que as mulheres poderiam avançar em relação à sua emancipação. Para Alambert (1986, p. 96), isso se confirma, de certo modo, com a criação de mecanismos que contribuem para essa superação, como a pílula anticoncepcional, as máquinas que auxiliam no trabalho doméstico e, é claro, pela luta que as mulheres travaram em busca de seus direitos e de sua liberdade.

Bourdieu (1995), em *A Dominação Masculina*, situa a dominação de gênero no cerne da economia das trocas simbólicas. Para o autor, esta prática está “corporificada”, ou seja, é no corpo que estão situadas as lutas pelo poder, nascemos homens ou mulheres e isso vai determinar quem será o dominado e quem será o dominador. Essas representações sociais geradas pelo capital simbólico colocam a mulher como o sexo frágil, necessitando assim de um protetor. Ela é vista como a reprodutora e como tal tem que ter atributos (ou os têm naturalmente) que garantam a eficácia desse papel como a delicadeza, a doação. Em contrapartida, aos homens são atribuídas características como a virilidade, a força, e estas são consideradas superiores pela construção social que se fez das diferenças biológicas na história da sociedade. Se, na pré-história ou na antiguidade, esses atributos masculinos como, por exemplo, a força física, podiam representar superioridade ao garantir a proteção, na modernidade já não representam o mesmo papel. O que se vê, no entanto, é a manutenção da dominação masculina em um momento em que as diferenças biológicas não são suficientes para caracterizar nenhum dos sexos como superior.

Ao se aplicar a todas as coisas do mundo, a começar pela natureza biológica do corpo (os velhos gascões falavam de “natureza” para designar o sexo da mulher...), esse programa social constrói – ou institui – a diferença entre os sexos biológicos de acordo com os princípios de divisão de uma visão mítica do mundo, princípios que são eles próprios o produto da relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, a qual está inscrita na realidade do

“mundo, enquanto estrutura fundamental da ordem social” (BOURDIEU, 1995, p. 145).

Por outro lado, as características biológicas femininas, aliadas à construção social do sexo, se em determinado período, mesmo entre feministas, foram considerados fatores de diminuição para as mulheres, muitas inclusive chegando a negar a maternidade, para as trabalhadoras rurais do MMC tais atributos são considerados um fator extremamente positivo. As características ditas maternas, como a delicadeza, o cuidado, o afeto, a doação, entre outros, são utilizadas por elas para justificar uma posição importante na sociedade. Não somente pelo biológico elas podem gerar a vida dentro de si, como pelo social elas são capazes de sentir mais as dores da natureza e a necessidade de cuidar da saúde e do bem estar da família, o que inclui a produção de alimentos saudáveis.

2.3 A interlocução entre feminismo e ecofeminismo

A invasão ao laboratório da Aracruz Celulose pelas mulheres camponesas, na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 08 de março de 2006, marca um novo momento das lutas das mulheres contra o que denominam de “desertos verdes”, ou o avanço das plantações de *pinus* e eucaliptos. Isso fica mais perceptível se levarmos em conta que o discurso atual do Movimento de Mulheres Camponesas é voltado para a segurança alimentar, contra o plantio e consumo de alimentos geneticamente modificados e em defesa do meio ambiente e das sementes crioulas,

A discussão do atual momento do MMC nos leva a pensar em teorias que expliquem esse processo. O movimento feminista não abarca essa discussão como um todo, pois, como vimos no capítulo anterior, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil foram muito mais influenciados pela Igreja do que pelo feminismo. Mesmo assim, é possível perceber semelhanças entre os ideais defendidos pelo MMC e por algumas correntes do ecofeminismo. Para compreender essas semelhanças será preciso repassarmos, ainda que de maneira breve, as alterações que a produção agrícola sofreu desde o advento da Revolução Verde, revolução que serviu de base para a modernização da agricultura no Brasil

Na região estudada, o oeste catarinense, bem como em grande parte do globo, a natureza foi alterada pela utilização de insumos e

agrotóxicos, pela concentração da produção de suínos e aves e, mais recentemente, pelas plantações de *pinus* e eucaliptos. As agricultoras perceberam que esse modelo de desenvolvimento está destruindo a natureza, tirou-lhes a autonomia sobre como produzir e impôs novos padrões de consumo, o que afetou sua própria identidade enquanto camponesas.

Ao mesmo tempo em que a revolução verde³⁹ aumentou a produtividade e, conseqüentemente, a produção, não eliminou o grande problema da fome que assola o mundo. Além disso, trouxe como consequência a perda da biodiversidade, o crescimento da dependência em relação ao capital internacional – especialmente as indústrias de insumos e sementes –, a degradação ambiental decorrente da utilização de agrotóxicos em larga escala, a exclusão dos pequenos produtores e da agricultura tradicional. A clonagem está sendo utilizada para impedir que espécies sejam extintas. Uma contradição da ciência que, com a biotecnologia, fez com que várias espécies entrassem em extinção.

Conforme muitos autores⁴⁰, o cultivo dos transgênicos vai aprofundar essas conseqüências da revolução verde. O discurso que defende esse tipo de produção é muito semelhante àquele que defendeu e implantou a revolução verde, de que o aumento da produtividade é a solução para a fome e a desnutrição. O problema da degradação ambiental não é tanto o crescimento demográfico dos países do Sul (Terceiro Mundo), como afirma o Relatório Brundtland⁴¹, mas os padrões de consumo dos países do Norte, onde aproximadamente um quinto da população mundial consome 85% dos recursos do mundo e produz 80% dos dejetos e contaminações. Outra crítica ao Relatório Brundtland é que este levanta a questão da degradação ambiental, mas não faz menção ao fato de que são o modelo e o conceito ocidental de desenvolvimento as principais causas dos problemas que afetam a

³⁹ Definimos como Revolução Verde o processo implementado no mundo a partir de 1950, mas com maior ênfase nos anos 1960 e 1970, que visava a aumentar a produção agrícola por meio de melhorias genéticas em sementes, a utilização intensiva de insumos industriais, como adubos químicos e agrotóxicos, e a intensa mecanização.

⁴⁰ Ver, entre outros, ALTIERI, Miguel. (2009), SACHS, Ignacy (2004).

⁴¹ O Relatório Brundtland, publicado em 1987, apontou para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. E definiu o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

natureza (GARCÍA, 1999, p. 67). Martinez Alier (2007) aponta falhas no Relatório quando este, além de responsabilizar a pobreza como a principal causadora da degradação ambiental, não aponta as soluções para o problema.

A ideia de muitos governos em cobrar impostos sobre os níveis de contaminação ambiental também é questionado por Verónica Vázquez García (1999). Conforme a autora, esse sistema discrimina os mais pobres ao permitir que os mais ricos possam consumir a níveis não sustentáveis. Além disso, não oferece a garantia da redução da contaminação, já que poderia ser mais barato pagar os impostos do que reduzir a produção que afeta o meio ambiente.

Os movimentos ecológicos surgiram como uma crítica ao modelo de desenvolvimento produtivista, concentrador de riquezas e degradador. Essa crítica, porém, não se restringiu aos países do Norte nem às camadas da população mais intelectualizadas. Tanto no Brasil, como em diversas partes do mundo, movimentos organizados de mulheres agricultoras tomam iniciativas de enfrentamento aos problemas ambientais gerados pela expansão deste modelo. Já citamos o exemplo dos movimentos Why! do sudoeste da Alemanha, o movimento Chipko na Índia, no Brasil, as camponesas do MMC ligadas também à Via Campesina⁴², que destruíram um laboratório da empresa Aracruz Celulose⁴³ no Rio Grande do Sul, em um protesto contra o aumento das florestas de *pinus* e eucaliptos, agressivas ao meio ambiente.

Apesar da diferença no discurso, há um ponto comum e importante entre essas mulheres: o fato de que suas lutas não são abstratas, mas fruto de seu cotidiano. Para compreender os discursos e

⁴² A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Suas principais bandeiras de luta são a Reforma Agrária e a defesa da soberania alimentar. Isso é importante para relacionarmos as ações dos movimentos sociais contra as empresas de reflorestamento que, na sua concepção, utilizam-se da terra que serve para a produção de alimentos.

⁴³ A Aracruz Celulose é formada por um grupo de outras empresas como os grupos Lorentzen, Safra e Votorantim e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sendo o controle acionário exercido pelo grupo Votorantim (mais de 80%) e o BNDES. Ela responde por cerca de 30% da produção de celulose branqueada de eucalipto mundial. No Brasil, possui plantações nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Possui também laboratórios de pesquisa. (Fonte: <http://www.aracruz.com.br/> Acesso em 01 de novembro de 2011)

práticas desses movimentos, fomos buscar as teorias que tentam explicar a relação entre mulheres e natureza. Entre essas teorias, encontramos o ecofeminismo.

2.4 Distinguindo os Ecofeminismos

No final dos anos 1970, correntes do que era denominado feminismo radical ressignificam a ideia de vinculação entre mulher e natureza. Se para o iluminismo a mulher era associada à natureza e por isto vista como inferior, agora essa “proximidade” é valorizada de maneira positiva. Surgem assim as primeiras noções do que mais tarde será denominado de ecofeminismo. No início a associação feita pelas feministas dizia mais respeito aos corpos das mulheres. Questionavam os efeitos dos anticoncepcionais, os mesmos que favorecem a sua liberação sexual. Para elas, os grandes laboratórios farmacêuticos, os médicos e os homens eram favorecidos, enquanto elas viam seus corpos sofrendo alterações hormonais das quais não sabiam os resultados em longo prazo. Essa é a semente do ecofeminismo clássico (PULEO, 2004a).

O termo ecofeminismo passou a ser utilizado na década de 1970 e surgiu dos diversos movimentos sociais engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente. Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o termo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, só ganhou o campo mesmo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos e contra o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e o movimento Chipko na Índia.

Mesmo tendo surgido na França, é no mundo anglo-saxão que se desenvolvem as primeiras obras acerca do ecofeminismo. Uma das primeiras e mais conhecidas autoras clássicas é Mary Daly e sua obra (*Gyn/Ecology: The metaethics of radical feminism*) tratava basicamente da saúde, ou seja, da retomada do controle sobre o próprio corpo. Segundo Puleo (2004a, p. 24), essa obra é epistemologicamente ingênua e essencialista. Essa origem explica, então, o preconceito que a palavra ecofeminista provoca, principalmente entre as feministas. Este livro expressa uma oposição entre o masculino e o feminino, colocando o primeiro como agressivo e destrutivo e o segundo como fértil, natural e dedicado ao cuidado, onde as mulheres, então, por sua natureza, podem salvar o planeta da destruição. Dessa maneira, não avança para uma

discussão sobre os problemas das mulheres, pois cai na dicotomia homem/mulher que reforça os estereótipos de gênero.

Pode-se superficialmente definir o ecofeminismo como um movimento que faz uma interconexão entre a natureza e o feminino. Dessa forma, traz à tona uma relação entre a exploração e a subordinação da natureza e as das mulheres pelo poder patriarcal dominante. No entanto essa definição não diz muito, além de que, dentro do próprio ecofeminismo, há diferenças que são fundamentais. Karen J. Warren (2003, p. 12-13) esclarece uma diferença substancial entre o que ela define como “feminismo ecológico” e “filosofia ecofeminista”. O primeiro está relacionado às diferentes perspectivas feministas que estudam a relação entre a dominação da mulher e a dominação da natureza. Já a filosofia ecofeminista se refere aos diversos estudos filosóficos sobre mulher e meio ambiente. Tanto na primeira como na segunda há diferentes posturas, o que traz interpretações diversas. No entanto, há entre as ecofeministas um consenso:

Sin embargo, todas las pensadoras ecofeministas sostienen la opinión de que existen vínculos entre la dominación de la mujer (y otros oprimidos) y la dominación de la naturaleza, y que la falta de reconocimiento de estas conexiones generan concepciones inadecuadas del feminismo, el ecologismo y la filosofía medioambiental. Cuál es la esencia de estas conexiones y cuáles son las descripciones precisas de las características y del origen de estas dominaciones gemelas, de la mujer y la naturaleza, es lo que mayoritariamente debaten las filósofas ecofeministas (WARREN, 2003, p. 13).

Da ecologia, o ecofeminismo resgata a preocupação com o uso da natureza e a sua destruição, tem suas bases na ecologia profunda⁴⁴ e na

⁴⁴ De maneira simples, a ecologia profunda parte da ideia de que o mundo não é uma soma de objetos isolados, mas sim uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes. Reconhece os seres humanos como uma parte da teia da vida tendo valor igual aos demais seres vivos. Parte de uma percepção espiritual ou religiosa.

ecologia social⁴⁵. Já com relação ao feminismo, o ecofeminismo bebe na fonte do feminismo liberal (na luta das mulheres por direitos políticos), no feminismo socialista (na luta pela transformação da sociedade patriarcal) e no feminismo radical que luta pela mudança do paradigma masculino pelo feminino (SOUZA, 2000, p. 57).

Karen Warren (2003) enumera oito conexões que as ecofeministas apontam como importantes para compreender suas ideias. Estas conexões também representam as diferentes formas de ver o ecofeminismo. Uma mesma autora pode defender mais de uma conexão. A primeira delas é a histórica e causal, com a qual dialogam ecofeministas como Rosemary Ruether, Vandana Shiva, Val Plumwood e Carolyn Merchant. De diferentes maneiras, estas ecofeministas apontam a história como ponto de partida para entender a dominação das mulheres e da natureza. Enquanto algumas buscam a origem desta dominação ainda na história antiga, Shiva, por exemplo, estuda de que maneira as mudanças culturais e científicas motivaram a dominação da natureza e da mulher. Há em Vandana Shiva uma noção de que o desenvolvimento, motivado pelo capitalismo, causa não só a devastação ambiental, principalmente nos países pobres, como aumenta ainda mais a opressão das mulheres.

A segunda conexão é a conceitual, na qual se encontram ecofeministas como Ynestra King, Rosemary Ruether, Val Plumwood, Carolyn Merchant⁴⁶ e a própria Karen Warren. Nesta, está presente a ideia de que os vínculos entre a dominação da mulher e da natureza estão embasados na forma como mulher e natureza têm sido conceituadas ao longo da história. Um primeiro aspecto desta conclusão é o modelo dicotômico que hierarquiza, valorando um pólo como superior e outro como inferior. Entre as diversas dicotomias podemos citar razão/emoção, homem/mulher, humano/animal, cultura/natureza, urbano/rural, moderno/atrasado. Convencionalmente se considerou os primeiros como mais importantes, enquanto emoção, mulher, natureza, animal, rural seriam inferiores, devendo assim ser dominados pelos primeiros. Um segundo aspecto, relacionado com o anterior, justifica o caráter opressivo e patriarcal presente nas dicotomias hierarquizadas.

⁴⁵ Enquanto a ecologia profunda está mais ligada a uma base filosófica e espiritual, a ecologia social preocupa-se com as características e os padrões culturais de organização social que produziram a atual crise ecológica.

⁴⁶ Estas autoras estão presentes em mais que uma das conexões apresentadas por Karen-Warren porque suas interpretações do ecofeminismo não são fechadas, assim como o próprio conceito não o é.

Aqui, argumenta Warren (2003, p. 16), cabe ao feminismo, à ecologia e à ética ambiental revelar e transgredir o modo como esses conceitos opressivos e patriarcais se manifestam em teorias e práticas que sobrepujam mulher e natureza. O terceiro aspecto situa a base conceitual nas diferenças de gênero, não de sexo, e o que isso implica na formação de uma consciência personalizada distinta. Ou seja, não é o sexo biológico que determina a proximidade maior entre mulher e natureza, mas sua experiência social a partir do biológico, é o processo reprodutivo e o cuidado com as crianças que molda seu comportamento e não o fato de ser biologicamente uma fêmea. O quarto aspecto refere-se à mudança que o conceito natureza teve a partir do iluminismo. Se antes a natureza era vista como um modelo orgânico, com aspecto feminino e bom, que garantia a sobrevivência das espécies, com a revolução científica passa a ser vista como um modelo mecânico, “una mera máquina inerte y muerta” (WARREN, 2003, p. 17). Mesmo assim continua sendo vista como feminina. Essa mudança permitiu a exploração da terra sem a antiga ideia de um organismo vivo que sofreria com as agressões. Conforme a autora, o desafio dos estudiosos aqui é superar as metáforas e modelos que feminizam a natureza e naturalizam a mulher.

Uma terceira conexão tem a ver com a experiência cotidiana das mulheres. As ecofeministas que defendem essa posição, como Bina Argawal, mostram empiricamente que há uma ligação forte entre mulher e natureza. A utilização de agrotóxicos afeta muito mais as mulheres e crianças do que os homens que possuem uma constituição biológica mais forte. Além dos agrotóxicos, as políticas de desenvolvimento, em especial nos países pobres, afetam diretamente as mulheres ao promover a escassez de recursos naturais utilizados por elas na alimentação e sobrevivência de suas famílias. No livro editado por Patrícia L. Howard “*Women & plants*” (2003), dezesseis artigos de autores diversos mostram o uso de recursos naturais, principalmente de matas, em países como México, Itália, Nepal, Zimbábue, Estados Unidos, Nova Guiné, Turquia, Bangladesh, Venezuela, China e Suazilândia, permitindo que se afirme que esta não é uma característica só dos países pobres do Sul. As ecofeministas buscam demonstrar empiricamente que a ligação maior entre mulher e natureza não tem um caráter apenas utilitarista, mas há componentes mais espiritualizados, seja pela tradição indígena das mulheres latino-americanas, seja pelas crenças hindus nos países asiáticos. Essa ideia não pode ser esquecida ao se falar em ecofeminismo, pois grande parte desse conceito se baseia de alguma

forma nessa conexão (ecofeminismo e religião) como veremos ao longo deste capítulo.

A quarta conexão diz respeito à elaboração de uma base epistemológica para tratar as conexões históricas, empíricas e conceituais que associam a mulher à natureza. Assim suas defensoras vão buscar nas teorias tradicionais sobre racionalismo e teoria crítica fundamentos para a elaboração de uma teoria ecofeminista. A teoria crítica elaborada pela Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer, é utilizada por autoras ecofeministas porque oferecem uma “crítica de la naturaleza versus la cultura, y una estructura epistemológica para analizar la relación entre la dominación de la mujer e la dominación de la naturaleza (WARREN, 2003, p. 19).

A quinta conexão é a simbólica. Algumas ecofeministas vão buscar na literatura, nas artes e na teologia as formas de ligação entre mulher e natureza e como isso influencia na dominação das duas. Há questionamentos se a maneira de se referir à terra como Mãe Terra, por exemplo, é positiva para as mulheres ou se, mais uma vez, contribui para sua subordinação, já que a dominação da natureza pelo homens nos parece irreversível. Há ainda questionamentos acerca do uso da linguagem, que ao se tratar as mulheres com termos que são do mundo animal, alguns pejorativos e outros sem essa conotação, como cabrita, galinha, cobra, onça, leoa e tratar a natureza com termos humanos, como a terra fértil, florestas virgens, entre outros, pode influenciar negativamente e perpetuar a dominação tanto das mulheres como da natureza.

A sexta conexão é a ética e está intimamente relacionada com a sétima, a teorética⁴⁷ e trata de pensar as relações homem/mulher/natureza do ponto de vista ético e feminista e buscar mecanismos teóricos e práticos que tenham em vista o bem estar humano sem agredir a natureza. Entre os estudos que discutem a teorética estão os referentes aos maus tratos aos animais, a ética ecológica feminista baseada na ética do respeito, a ética do cuidado entre outros. Karen Warren (2003, p. 21) chama a atenção para o fato de

⁴⁷ Teorética é a disciplina que se dedica ao exame das teorias num determinado ramo do saber. Assim se fala em teorética filosófica, a parte que se dedica ao estudo das teorias propostas na Filosofia, no intuito de alcançar o nexo que as conecta, o grau de dependência, para a construção de uma teoria das teorias filosóficas. É também, na Filosofia, a parte que se dedica ao estudo, justificação e fundamentos do saber teórico, em oposição ao prático. Fonte: Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais.

que essa discussão é bastante complexa e não há um consenso. “Continúa entonces siendo una pregunta abierta el cuántas, cuáles y en qué fundamentos cualesquiera de estas corrientes de la ética medioambiental vinculada a las preocupaciones feministas, son posturas ecofeministas”.

Por fim a oitava conexão diz respeito ao campo político. O termo ecofeminismo foi inicialmente usado para designar as práticas que estavam ocorrendo naquele período, como a preocupação com a saúde, o Movimento de Chipko⁴⁸, o desastre do Love Canal⁴⁹, a luta antinuclear, entre outros. Foi através destas práticas que se desenvolveram teorias sobre esta dupla opressão mulher e natureza, que possibilitaram repensar modelos de desenvolvimento, cultura, ações políticas, entre outras.

Conhecer estas conexões acerca de um conceito tão amplo favorece a discussão, porém traz tantos outros questionamentos. Partindo deste conhecimento, nos perguntamos: quem são as ecofeministas ou os ecofeministas? São as pensadoras/pensadores teóricos? São as ativistas? Ou podem ser também as pessoas que ou cultivam de forma a preservar o meio ambiente ou consomem produtos assim cultivados? Há, sem dúvida, um emaranhado de opiniões, muitas vezes controversas. Há quem sustente que todos os citados acima sejam considerados ecofeministas, mesmo aqueles que não se julgam.

Neste trabalho, considereirei como feministas todas as pessoas ou movimentos que acreditam que, sem a ação das mulheres, dificilmente o mundo se tornará mais ecológico. De todas as distinções existentes, a que mais tem a ver com as questões aqui levantadas é a que é feita entre o ecofeminismo considerado clássico ou essencialista e o construtivista.

⁴⁸ No ano de 1974, aproximadamente trinta mulheres do norte da Índia abraçaram-se às árvores para impedir que fossem derrubadas. O desflorestamento na região do Himalaia já havia causado danos ao meio ambiente e também forçava as mulheres da aldeia próxima a andar mais, montanha acima, em busca de lenha.

⁴⁹ No final da década de 1970, em uma cidadezinha, Love Canal, próxima de Nova Iorque nos Estados Unidos, a população, liderada inicialmente por uma mulher, empreendeu uma luta com o Estado porque havia um odor muito forte vindo do solo e muitas crianças estavam apresentando sintomas estranhos e também nascendo com defeitos, além do alarmante número de abortos. Com a mobilização foi descoberto que a cidade havia sido construída sobre um depósito de lixo químico, o que também fez com que leis ambientais fossem aprovadas.

O ecofeminismo caracterizado como clássico recupera a ideia do “bom selvagem” rousсенiano, já que a mulher conseguiu se libertar da alienação masculina e retornar ao seu estado de natureza, uma natureza boa, natural (PULEO, 2004a, p. 25). O ecofeminismo clássico se caracterizou muito pela diferenciação entre homens e mulheres, na qual os homens eram identificados como tendo atitudes mais agressivas tanto em relação à mulher como em relação à natureza. E a mulher, por sua vez, era vista como mais próxima dos filhos e da natureza. Ela era a geradora de vida, assim como a natureza.

Em outras palavras, é o desejo de poder dos homens que ocasionam as guerras, a destruição das florestas, o envenenamento das águas, enfim, a devastação do planeta. Por essa razão, as mulheres são tomadas por uma “ética feminina”, que lhes confere atitudes de proteção à natureza e aos seres vivos, opondo-se ao que consideram atitudes mais agressivas dos homens em relação à natureza. As mulheres seriam também mais inclinadas a atitudes pacíficas ao passo que os homens seriam mais propensos à guerra e à competição.

Essa noção, no entanto, não é regra entre as ecofeministas, pois este não é um movimento com uma única base teórica, como já demonstrei. O ecofeminismo, assim como o próprio feminismo, não é homogêneo. Há, por exemplo, vertentes que discordam da ideia essencialista difundida pelo ecofeminismo clássico. As duas principais correntes do ecofeminismo são a espiritualista do terceiro mundo e a construtivista. A primeira carrega marcas do ecofeminismo clássico bem mais fortes.

Nos anos 1980 surge o ecofeminismo espiritualista com a indiana Vandana Shiva. Na argumentação de Shiva, o responsável pela devastação ambiental não é o homem, o masculino como coloca o ecofeminismo clássico, mas o mecanismo reducionista da modernidade ocidental. O processo de desencantamento do mundo e a dominação da natureza, sua transformação em matéria-prima para o capitalismo industrial que começava a surgir deu início ao processo de degradação da natureza que, na atualidade, se tornou insustentável. O problema não está no varão em si, mas na forma como se deu o processo que é chamado de “desenvolvimento”. Sobre Vandana Shiva, Puleo diz:

La biodiversidad en la que tenían lugar las tranquilas actividades de subsistencia tradicionales es suplantada por monocultivos que en poco tiempo arrasan la tierra y provocan desastres medioambientales (inundaciones,

sequías, desertización...). Los antiguos trabajos de las mujeres y su conocimiento de la vegetación del lugar son despreciados e invisibilizados. La deforestación les obliga a hacer kilómetros para encontrar leña cuando antes la tenían junto a sus poblados. Falta el agua, los pesticidas envenenan en torno de los arrozales y afectan a mujeres y niños que trabajan con ellos. La lista de catástrofes acarreadas por el “mal desarrollo” es interminable y V. Shiva ofrece datos precisos y convincentes (PULEO, 2004a, p. 26).

O Ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo é aquele que teve suas origens nos países considerados do Sul, principalmente na Ásia e na América Latina. É considerado como espiritualista pela sua influência dos princípios religiosos de Ghandi, especialmente na Índia, e da Teologia da Libertação na América Latina. Segundo essa corrente, é o desenvolvimento desigual, baseado nos princípios do lucro e da dominação masculina que oprime tanto a mulher como também a natureza. As ecofeministas espiritualistas acreditam que as mulheres, por serem geradoras de vida, assim como a natureza, têm uma ligação mais forte com esta e se preocupam mais com as questões ambientais.

Como as mulheres foram as primeiras vítimas, foram também as primeiras a se organizar, assim como os homens se organizaram em torno dos processos que envolviam o mercado de trabalho ainda no início do desenvolvimento do capitalismo.

Outro fator interessante ao tratar do ecofeminismo espiritualista de Vandana Shiva é o fato de que ela se baseou no movimento das mulheres de Chipko, que continha uma orientação forte dos princípios pregados por Gandhi, de não violência. Vandana Shiva, na opinião de Puleo (2004a, p. 27), faz uma crítica ao essencialismo presente no ecofeminismo clássico que supera homem/mulher, no entanto também não consegue escapar dele ao considerar as mulheres dotadas de um princípio que as aproxima da natureza. Por isso considero o ecofeminismo clássico e o essencialista como estando do mesmo lado, em oposição ao construtivista.

Coca Trillini (2004) fala de um ecofeminismo holístico que, embora tenha se desenvolvido mais na América Latina, teve suas origens na Europa. Esse ecofeminismo questiona até mesmo a maneira como a própria Teologia da Libertação vê a questão feminina. Embora

tendo uma visão “mais libertadora”, a TdL não ultrapassa a noção de patriarcado.

A partir de críticas como esta surgem as análises construtivistas. Entre as principais teóricas dessa corrente estão Val Plumwood, Ynestra King, Barbara Holland Cunz, Bina Agarwal e Karen Warren. Todas elas tentam, por um lado, superar o essencialismo do ecofeminismo clássico e, por outro, conservar o ponto de partida do ecofeminismo, a existência de uma relação entre domínio patriarcal sobre as mulheres e domínio da natureza (PULEO, 2004a, p. 27). Ynestra King e Barbara Holland Cunz se inserem no que se pode chamar de ecofeminismo socialista, pois pretendem analisar as noções de natureza com base nos escritos socialistas. Mas suas argumentações residem especialmente na negação do dualismo que é marcante na teoria ecofeminista clássica. Seguindo esta linha, a autora Val Plumwood argumenta que o grande problema reside na incapacidade de reconhecer a natureza e nossa dependência a ela (PULEO, 2004a, p.29).

Puleo (2004a, p. 30) concorda com Karen Warren ao analisar o cuidado que se deve ter ao associar mulher e ecologia. Como em todas as teorias, corre-se o risco de cair em armadilhas, mudando completamente o foco que se pretendia dar a tal discussão. O importante “es ser consciente de los escollos para evitarlos o, si son ineludibles, conocerlos y atender a ellos”.

O ecofeminismo construtivista, embora partilhe da concepção de dominação da natureza e da mulher pelo homem, não identifica essa relação mulher/natureza de forma essencialista ou religiosa. Segundo essa corrente, a relação entre mulher e natureza não se deve a características inatas femininas, mas à responsabilidade que as mulheres têm na garantia da sobrevivência da família. Responsabilidade essa fruto da divisão social do trabalho e das relações desiguais no seio das famílias. Defendendo esta posição está Bina Agarwal (PAULILO, 2006), que atribui ao cotidiano das mulheres hindus, e sua dependência das florestas, a preocupação com o meio ambiente. Para ela, o vínculo mais forte de algumas mulheres com a natureza vem de sua responsabilidade na economia familiar, e não de características afetivas ou cognitivas próprias de seu sexo. Outra pensadora próxima de Agarwal é a teórica australiana Val Plumwood. Esta autora resgata os princípios da teoria feminista e as ideias de Simone de Beauvoir para explicar a dominação feminina e da natureza, não como algo natural, mas como uma construção histórica, sendo passível, assim, de uma desconstrução (PULEO, 2004).

2.4.1 – Construtivismo & essencialismo

Voltando ao fato de que uma das bases do ecofeminismo clássico, se não a principal, é a preocupação com a saúde, Puleo alerta para a distinção entre as mulheres dos países desenvolvidos e dos países. Tanto as primeiras como as segundas sofrem as consequências do “mau desenvolvimento”. Contudo, as mulheres dos países ricos primeiro se beneficiam dela para, mais tarde, sofrer essas consequências. No caso das mulheres pobres dos países não desenvolvidos, essas consequências são imediatas, como é o caso das mulheres africanas, indianas e sul-americanas. A destruição das florestas na Índia vai afetar primeiro a sua população, a consequência para as demais virá mais tarde.

Porém, esta mesma autora (2004a, p. 32) adverte que não se deve deixar que algumas incompletudes teóricas e práticas das correntes ecofeministas apaguem a contribuição que cada uma delas dá à discussão maior sobre o ecofeminismo. Salienta ainda a importância do trabalho de Vandana Shiva na discussão do desenvolvimento, da segurança alimentar e da autonomia dos povos frente às multinacionais. Puleo ainda levanta algumas questões importantes entre essas duas correntes principais. Enquanto o ecofeminismo de bases espiritualistas baseia-se num essencialismo de difícil aceitação por parte das teóricas desconstrutivistas, a ação prática dos movimentos de mulheres tem acontecido pelo mundo fundamentadas, principalmente, nesse essencialismo. As mulheres de Chipko ao abraçarem-se às árvores para impedir sua derrubada no Himalaia, as mulheres que iniciaram o movimento após o desastre do Love Canal nos EUA, as que lutaram contra as usinas nucleares, todas elas tinham em seus discursos e ações as bases essencialistas do ecofeminismo. Apesar disso, a autora questiona se essa visão de que a mulher tem uma essência feminina e, por essa razão, está mais próxima da natureza não é um retrocesso às conquistas do feminismo. Não seria voltar à condição de reprodutoras? E ainda não seria mais uma carga para as mulheres, a de salvar a natureza?

Segura Graíño (2004) levanta as principais críticas ao ecofeminismo, especialmente aquele teorizado por Vandana Shiva. A principal é que o ecofeminismo aceita a inferioridade intelectual da mulher frente aos homens, os dotados pela razão, enquanto elas são regidas pelo sentimento. A autora vai buscar essas explicações na história. A relação dos homens e das mulheres com a natureza sempre foi diferente. Enquanto as mulheres pegavam o suficiente para alimentar

sua família, os homens passaram a explorar a natureza com vistas a comercializar o excedente.

Não discorda de que tanto as mulheres como a natureza passaram pelo processo de dominação masculina. Faz uma relação dos recursos naturais (gratuitos) com o trabalho doméstico feminino (não remunerado) como se eles tivessem um peso semelhante. Segura Graíño, no entanto, mostra algumas diferenças. Uma delas se refere à historicidade. Deve-se pensar a relação homem/mulher/natureza tendo o olhar voltado para a história da humanidade. Durante a sociedade pré-industrial, tanto a mulher como a natureza rendiam frutos gratuitos. Porém ao final do século passado (sociedade pós-industrial), as mulheres empreenderam uma verdadeira batalha por reconhecimento do seu trabalho, o que persiste até hoje, inclusive por reconhecimento do trabalho no âmbito doméstico. Ocorre também que grupos de mulheres tomaram para si a responsabilidade de lutar pela natureza. Partem principalmente da ideia de que o opressor é o mesmo, embora haja diferenças quanto às formas de enfrentá-lo.

Rosemary Ruether (2000, p. 11-12) destaca dois níveis de análise ecofeminista. O primeiro, comum entre as ecofeministas ocidentais⁵⁰, diz que a dominação tanto da mulher como da natureza acontece primeiro no plano simbólico-cultural. A cultura patriarcal caracterizou as mulheres como “mais próximas à natureza” que os homens, identificando seus corpos com a própria natureza. O segundo plano vai além dessa noção do simbólico e do cultural e resgata os aspectos socioeconômicos da dominação das mulheres. A exploração do trabalho feminino está, também, relacionada à exploração da natureza.

A autora chama a atenção para o fato de que não basta ter-se a visão da dominação tanto da mulher como da natureza, mas entender também os motivos dessa dominação no mundo moderno. Outro ponto importante é não pensar as mulheres como um grupo homogêneo. As mulheres das classes dominantes, por exemplo, têm privilégios e estão em posição diferente das mulheres das classes mais baixas, ainda que partilhem de aspectos comuns. Assim, é preciso ver além da dicotomia mulher/homem, é preciso contextualizar essas mulheres em um mundo

⁵⁰ O conceito de ocidental aqui não expressa a noção geográfica de ocidente e oriente. Entende-se por ocidentais as teóricas feministas europeias e norte-americanas, ou seja, dos países ricos. Em contraposição, entre as não ocidentais estão as indianas, as africanas e as latino-americanas.

com diferenças significativas, sociais, econômicas, culturais, religiosas, de poder, etc.

Ruether (2000, p. 13-14) distingue duas linhas de pensamento entre as ecofeministas. A primeira é a que “vê a ligação mulher-natureza como uma ideologia social construída pela cultura patriarcal para justificar o domínio e o uso tanto das mulheres como do mundo natural como propriedade”. Nessa visão, as ecofeministas consideram que o dualismo ampara essa separação e é utilizado para justificar a superioridade dos homens frente às mulheres e à natureza.

Já a segunda linha concorda que essa conexão mulher-natureza é utilizada para justificar a dominação patriarcal. Segundo suas seguidoras, o fato de as mulheres gerarem a vida e cuidarem dela, seu espaço foi visto como sagrado no passado, foram consideradas pelos seres humanos primitivos como deusas, o que foi se perdendo na história da humanidade. Essa corrente prega, de certa maneira, “a volta da deusa”, ou seja, a mulher entrando em sintonia com seu corpo e tendo uma relação mais próxima com a natureza. Ruether levanta questionamentos a essa visão. Para ela, esse culto à deusa pode querer criar um mundo à parte só de mulheres, um espaço sem homens, o que também desarmoniza a relação humano-natureza.

Ruether não separa o ecofeminismo em construtivista ou espiritualista como outras autoras já vistas⁵¹. Ela está justamente teorizando sobre as espiritualistas, mas mostra que há diferentes visões nessa corrente.

“Boa parte do ecofeminismo oriental essencialista ou matricentrista (distinto do ecofeminismo social) não estabelece conexão entre a dominação das mulheres e o classismo, o racismo e a pobreza. A relação com a natureza é encarada em termos psicoculturais: rituais de auto-abençoamento, o experimentar da sacralidade da lua cheia, as estações do ano [...]” (RUETHER, 2000, p. 15).

Aqui a autora não está fazendo uma crítica direta ao ecofeminismo de Vandana Shiva. Ela caracteriza este como um ecofeminismo social, uma vez que Shiva, ao retomar o conhecimento religioso hindu, faz uma forte crítica à ciência e ao modelo de

⁵¹ Puleo (2004), Di Ciommo (2003).

desenvolvimento ocidental que privilegiou os países ricos e legou aos países pobres os custos dessa escolha, seja através da destruição de suas florestas, seja pela escravidão de seus povos. Um modelo que, muitas vezes, para preservar seus territórios, explorou os dos outros. Essa crítica também é feita por feministas europeias como Alicia Puleo (2004), para a qual o nível de vida dos países ricos não é exportável a todo o mundo. Os recursos naturais são consumidos sem atender à possibilidade ou impossibilidade de sua renovação. O espólio não tem limites naqueles países nos quais a população carece de poder político e econômico para fazer frente à destruição de seu meio natural.

São principalmente as mulheres pobres do terceiro mundo que pagam a conta desse modelo, especialmente as mulheres rurais da América Latina, África e Índia que vivem em regime de subsistência. Está provado que os padrões de consumo atual dos países desenvolvidos não podem ser estendidos a todos. Seria insustentável. Esse modelo já se mostrou insustentável para os países desenvolvidos e destrutivo para os subdesenvolvidos.

Se, até agora, a discussão teve como objetivo mostrar convergências e divergências entre essencialismo e construtivismo, sendo o primeiro considerado mais espiritual, não podemos deixar de lado as ideias da teóloga brasileira Ivone Gebara que, embora espiritualista, não se considera essencialista.

Ao falar da crítica que o ecofeminismo recebe, especialmente ser considerado como essencialista, Gebara (2000, p. 24) diz que “não se trata de essencialismo biológico ou filosófico, mas de abrir a epistemologia para uma perspectiva plural que inclui aspectos comuns a homens e mulheres de uma dada cultura, mas inclui aspectos diferentes nascidos de experiências diversas”.

Tanto as ecofeministas construtivistas como as espiritualistas trazem importantes contribuições às discussões feministas e ecologistas. Talvez a maior seja a junção desses dois movimentos. É inegável a contribuição das mulheres nas lutas pela sobrevivência, e isso pode ser explicado pelo essencialismo, pela história ou pela importância que as mulheres têm na economia doméstica. A chave talvez não seja tanto a diferenciação entre as correntes do ecofeminismo, mas a sua contribuição teórica e prática na história das mulheres.

A luta das mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas ultrapassa o essencialismo, a noção “mulher-natureza”. É uma luta pela sobrevivência, sua e das próximas gerações. Mas para isso devem preservar o planeta. É uma luta política também. É só tomar como

exemplo o Movimento das Mulheres Camponesas e seu discurso sobre soberania alimentar.

[...] Em nossa trajetória, temos reafirmado a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. Dessa forma, nos identificamos pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta pela libertação da mulher. Somos um Movimento de Mulheres Camponesas, organizado em dezoito estados brasileiros. Resistimos no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres. [...] (MMC Brasil)⁵²

É uma luta contra um modelo de desenvolvimento capitalista, da apropriação das riquezas, da busca do lucro sem limites. Vemos, então, que suas lutas não são abstratas. Dessa forma tanto a corrente de cunho mais essencialista, como a de cunho mais econômico, que vê a participação das mulheres na luta pela defesa do meio ambiente como uma maneira de garantirem sua subsistência, nos servem para procurar entender as motivações das mulheres ligadas ao movimento.

⁵² Disponível em http://www.mmcbrazil.com.br/menu/quem_somos.html. Acesso em 23 de agosto de 2011.

CAPÍTULO 3

3. Campesinato: um conceito atual

Este capítulo pretende discutir a conceituação do termo “camponês” com o objetivo de subsidiar a discussão que será apresentada no capítulo seguinte, que trata das práticas e discursos do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. Por esse motivo apresentaremos também uma breve discussão da inter-relação entre campesinato e agroecologia e entre segurança e soberania alimentar. Assim, não é de estranhar que poderá haver alguma superposição de diferentes clivagens como, por exemplo, o uso alternativo dos termos camponês e agricultor familiar, na medida em que o segundo, dependendo de como é entendido, engloba o primeiro.

Pode parecer que a discussão conceitual realizada nesse capítulo seja um tanto extensa, porém, como dizem Buainain e Fonseca (2012, p. 1), a importância que está tendo o debate acadêmico para a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar é, geralmente, subestimado. O que ocorre, na verdade, é que as universidades brasileiras tem tido uma atuação fundamental junto aos órgãos públicos voltados para o rural, que se acentua cada vez mais.

Ainda de acordo com os autores citados, dada a heterogeneidade que o conceito “agricultura familiar” engloba, alguns estudiosos chegam a duvidar de sua validade. Retomam a afirmação de Schneider, feita durante um debate realizado em 2011, em um Congresso da SOBER, de que há, pelo menos, quatro contextos onde o termo aparece. O primeiro diz respeito às denominações empíricas, que variam segundo as regiões do Brasil, colono no sul, lavrador no nordeste, sitiante em São Paulo, etc. Segundo, existem as definições normativas próprias das políticas públicas. Terceiro, definições políticas como “agronegócio” (Confederação Nacional de Agricultura – CNA) e “campesinato” (movimentos sociais) e “agricultura familiar” (Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG e Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF). Por fim, o quarto contexto é aquele onde se dão as discussões teóricas.

Início a discussão expondo uma dificuldade em definir o significado de “camponês” no Brasil. Essa dificuldade deriva, em parte, do fato de alguns autores considerarem que só existiram camponeses no período feudal ou que só podem ser assim considerados os agricultores que mantém uma relação mínima com o mercado, ou seja, os produtores

de subsistência. Porém, este é um conceito que “se recusa a morrer”, reaparecendo tanto em trabalhos acadêmicos como nos movimentos sociais rurais⁵³, haja vista as agricultoras do sul do Brasil, mais precisamente da região oeste de Santa Catarina, que recentemente têm se autodenominado “camponesas”.

Para autores como Peix Massip (1984), que analisa a situação na Espanha, os camponeses vão além do período feudal, continuando a existir em países capitalistas como uma espécie de “exército de reserva”, na medida em que produzem alimentos baratos para sustentar trabalhadores urbanos com baixos salários. “El sector agrário ha actuado tradicionalmente de tampón, como ejército de reserva” (PEIX MASSIP, 1984, p. 153). Ideia semelhante quanto à funcionalidade da pequena produção agrícola para o desenvolvimento capitalista foi defendida no Brasil por Francisco Sá Jr (1976). Temos, então, visões contraditórias do papel da pequena produção, uns a veem como um atraso a ser superado e outros como uma necessidade do capitalismo. O exemplo espanhol se torna útil na medida em que situações semelhantes emergem tanto naquele país, como no Brasil. Se lá, o pertencimento à União Europeia trouxe uma série de exigências que culminaram na aceleração de um desenvolvimento voltado para o mercado, aqui também a pressão do mercado externo e interno fez com que a agricultura ficasse cada vez mais focada no agronegócio em detrimento da pequena produção.

É nos anos 1960 que começa o grande desenvolvimento da agricultura com o aumento da produção por meio da utilização de tecnologia, maquinaria e agrotóxicos. Aqueles que não conseguiam acompanhar esse desenvolvimento deveriam abandonar o campo e migrar para as zonas industriais que careciam de mão-de-obra. Esse fator contribuiu para o aumento do tamanho de muitos estabelecimentos, cujos proprietários adquiriram as terras dos agricultores que migraram.

No entanto, o aumento da produtividade acabou gerando queda nos preços agrícolas. Então, nos anos de 1970 e, principalmente nos anos 1980, se produziu uma crise, crise esta que reflete os limites de um modelo que buscou na eficiência, utilizando novas tecnologias, uma maior produtividade. Mostra também a iniciativa de desestruturar um antigo modelo para dar lugar a um novo, mais moderno, utilizando para isso a ferramenta do empréstimo subsidiado, através da criação do Sistema Nacional de Crédito, em 1965. Porém, neste modelo gestado,

⁵³ Ver SHANIN (1980).

não cabem os pequenos agricultores pouco mecanizados; na verdade, é mais adequado aos grandes proprietários. Esse produtivismo não se limita ao Brasil, como citei anteriormente. Peix Massip, falando da Espanha, diz: “Esse modelo busca os melhores a partir de uma agricultura de escala, extensiva, com propriedades grandes, bem equipadas e administradas por agricultores com um nível de escolaridade mais alto” (PEIX MASSIP, 1984, p. 164, tradução minha). No Brasil, isto fica nítido quando se vê que, segundo dados de Pinto (1981, p. 9), retomados por Paulilo (1990), em que “(...) 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros não participam do Sistema Nacional de Crédito. Dos que participam, 1% dos maiores mutuários recebem 40% do total de créditos” (PAULILO, 1990, p. 59). No Brasil deu-se também uma concentração regional, com a região sul recebendo mais crédito que as outras, por ser nela que a pequena propriedade tem maior peso, o que não desmente o privilegiamento dos grandes proprietários. Por esta razão, algumas crises atingiram o Sul um pouco mais tarde que em outras partes, ou com menos intensidade.

Embora a política creditícia do governo tenha favorecido particularmente os grandes proprietários, camadas de médios e pequenos produtores, se favoreceram igualmente da política estatal. Em compensação, nas regiões mais atrasadas, onde os pequenos produtores têm baixíssimos níveis de acumulação e se encontram geralmente encapsulados pelo latifúndio, o crédito agrícola se destinou na maioria das vezes aos grandes proprietários (SORJ, 1980, p. 116 *apud* PAULILO (1990), p. 59/60)

Na outra margem ficam os pequenos agricultores mais pobres que se mantiveram no campo, enquanto outros preferiram migrar para centros urbanos. Os que ficaram, para compensar a sua baixa produtividade, medida segundo os novos padrões, buscaram diversificar a sua produção, contrapondo-se ao monocultivo presente nas grandes propriedades. Uma das maiores características da produção familiar é sua capacidade de adaptação às diferentes vicissitudes pelas quais atravessa a agricultura. Essa adaptação passa pela diversificação da produção, pela busca de novos produtos, novos mercados, pela busca de denominação de origem e diferenciação dos produtos e não só pela

produção de alimentos, mas também pela busca de novas alternativas como o artesanato e o turismo rural, por exemplo.

A região oeste de Santa Catarina traz uma característica interessante para analisar a agricultura familiar em seus diversos graus de integração ao mercado. A região foi colonizada por caboclos e imigrantes de primeira ou segunda geração, especialmente alemães e italianos. A grande maioria dos agricultores compraram suas terras das companhias colonizadoras e, desde o início, praticaram o sistema de policultura, com lavouras diversificadas e com a criação de aves, suínos e bovinos. Com a instalação de agroindústrias, passaram a produzir em maior escala e a se dedicar a criações mais específicas. Nos anos 1960 surge uma nova fase na produção de suínos, com a interferência direta das agroindústrias e do Estado neste processo que visava modernizar a agropecuária nacional. Essa produção foi a primeira a se destacar após a instalação dos frigoríficos na década de 1970. Os agricultores, que já produziam para o autoconsumo, passaram a produzir em maior escala e fornecer seu produto ao mercado, por meio do sistema de integração com as agroindústrias, utilizando novas técnicas para o aumento de produtividade e transformando essa produção na principal atividade econômica da região.

Uma das consequências da integração analisada por Paulilo (1990) é a perda de autonomia sobre o processo produtivo. Ao se integrarem, o controle deste processo passa para os frigoríficos, criando uma dependência do produtor em relação à agroindústria, uma vez que depende dela para alimentar os animais e, depois, para comercializá-los. Assim, o trabalho desenvolvido pelo agricultor é ditado pelos técnicos dessas empresas: a alimentação, as instalações e o manejo dos suínos e, posteriormente, o de aves, são controlados conforme as diretrizes impostas pelo frigorífico.

Já no final da década de 1970 começou a se tornar visível a escassez de terras no oeste catarinense, as famílias eram numerosas e já não havia lugar para todos os filhos. É importante lembrar que, embora não seja legal, segundo a legislação brasileira, não era comum as mulheres nessa região herdarem terras, pois supunha-se que ao se casarem teriam terra junto com seu marido. Mesmo assim, as terras não eram mais suficientes para que todos os filhos homens tivessem herança. Com a implantação e crescimento das agroindústrias, havia o incentivo de que alguns migrassem para as cidades para servir de mão-de-obra urbana. Além da falta de terras, logo não haveria mais trabalho para todos na propriedade, uma vez que, com a concentração da produção,

veio também a modernização e a utilização de máquinas, que diminuía o volume de trabalho manual.

Como resposta aos problemas gerados pela modernização, quando se percebeu que esse modelo havia acirrado ainda mais uma exclusão já vista no campo, é que no final da década de 1970 e início da década de 1980 começam a aparecer diversos movimentos sociais ligados à agricultura em Santa Catarina, a maioria deles incentivados pela Igreja Católica que, naquele momento, tinha como proposta a Teologia da Libertação. Assim, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, em Santa Catarina, no ano de 1980, com a ocupação da Fazenda Burro Branco em Abelardo Luz; o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, MAB; as Oposições Sindicais que ganham força em 1982, quando a chapa de oposição conquistou a direção do sindicato em Chapecó através de eleições, e o Movimento de Mulheres Agricultoras, MMA, surgido em 1983.

A partir dos anos 1990 se desenvolve com mais intensidade a produção comercial de leite, até mesmo como uma alternativa aos problemas enfrentados pela suinocultura e o baixo rendimento com a produção de grãos, cultura cujo período entre plantio e colheita é mais longo, assim a venda da produção se dá apenas uma ou duas vezes no ano. Muitos agricultores que abandonaram a criação de suínos e também os que a mantiveram passaram a se dedicar ao leite como forma de diversificar a produção, aumentar a renda e ter uma alternativa que lhes possibilitasse enfrentar futuras crises. O desenvolvimento da atividade leiteira foi tão grande que superou, em quantidade de produto, a bacia do Vale de Itajaí, antes considerada a região mais produtora (PAULILO, 2002).

O Oeste foi importante também na organização sindical dos anos de 1990, década em que a ideia de agricultura familiar ganhava fôlego no Brasil, resultando na criação de políticas de crédito específicas para o fortalecimento dos agricultores familiares. Essa luta foi liderada pelos sindicatos responsáveis, ainda, pela difusão e aceitação do termo “agricultura familiar”. Já para os movimentos sociais, a discussão gira em torno também da agricultura familiar, mas, nos últimos anos, está muito relacionada a uma ideia de camponês. Os nomes atribuídos aos movimentos sofreram, inclusive, mudanças. Por exemplo, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, por cisão, gerou também o Movimento Camponês Popular – MCP. Outro exemplo é o Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA e sua passagem para Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Por outro lado, o Sindicato dos

Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra não alteram sua denominação, demonstrando a pluralidade de termos que procuram definir o trabalhador e a trabalhadora do campo.

Não há como discutir a relação do Movimento de Mulheres Camponesas/SC com o conceito de campesinato e de camponês sem também tocar no conceito de agricultura familiar. Dessa forma, dividimos a discussão entre os conceitos clássicos de campesinato, o conceito de campesinato no Brasil, assumindo que há uma diferença entre como o termo é utilizado na Europa Ocidental (que muito influenciou os estudos acadêmicos no Brasil) e como ele foi utilizado no Brasil da década de 1950 até a de 1970. Passamos, então, para a discussão em torno da concepção de agricultura familiar que dominou a década de 1990 e ainda é bastante utilizada e, a seguir, examinamos a retomada do conceito de camponês pelos movimentos sociais, especialmente através da influência da Via Campesina.

3.1 O conceito de campesinato

3.1.1 Teorias clássicas

Ao longo da história há várias definições⁵⁴ do que seria camponês ou campesinato. Lamarche, na introdução do livro *Agricultura Familiar: comparação internacional* (1993, p. 16) retoma Chayanov para conceituar esses produtores. Para o pensador russo, o modelo camponês se define por três características principais. A primeira se refere a uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo. A segunda define o trabalho como familiar, não podendo ser analisado em termos de lucro, pois esta forma de trabalho não é quantificável. E a terceira característica é de produção de bens de consumo, ou seja, de valores de uso e não de troca. Ciro Flamarion Cardoso (1987, p. 56) retoma o conceito clássico de camponês por meio de quatro características básicas: o acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional; a autossubsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente; e um

⁵⁴ Entre os principais autores que discutiram o conceito de camponês podemos citar, entre os clássicos, Chayanov (1981), Shanin (1980); e no Brasil, Graziano (1981), Abramovay (1998), Wanderley (2001) entre outros.

certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

Chayanov se aproxima mais da reflexão que quero fazer. Assim como ele, Theodor Shanin, Jerzi Tepicht, Galeski, entre outros, teorizaram sobre esse tipo de produtores rurais. A grande contribuição de Chayanov ao estudo do campesinato é considerá-lo como um grupo diferenciado. Até então, no marxismo, o campesinato era visto com os mesmos parâmetros da sociedade industrial. Os estudos partiam do macro para o micro, ou seja, a partir da sociedade capitalista se chegava aos grupos que a compunham. Chayanov propôs partir dos grupos e, acreditando que o campesinato constituía um grupo específico, deveria ser analisado com uma teoria própria.

Para Chayanov, o campesinato tem uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família, ou seja, há um equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Uma vez satisfeita a necessidade da família, o volume de trabalho pode diminuir. Como o objetivo principal do camponês não é o acúmulo de capital e sim a sobrevivência da família, a sua organização difere muito do modo como está organizado o trabalho na indústria. A análise de suas obras, porém, deve levar em conta que foram escritas no início do século XX e, passados praticamente 100 anos, a dinâmica do campesinato sofreu transformações importantes, especialmente nos últimos 40/50 anos.

Diferente da indústria, onde cada operário desempenha uma tarefa, na agricultura o camponês desenvolve várias e não somente ligadas à produção propriamente dita. Segundo Chayanov, o camponês também é ferreiro, couteleiro⁵⁵, etc. A agricultura não é uma ocupação, mas uma combinação de tarefas. Conforme Shanin (1980, p. 5-6), Chayanov previu a intensificação da relação dos agricultores com o mercado, o que já vinha ocorrendo no seu tempo. E quanto mais o capitalismo penetrasse no campo, mais essa relação traria mudanças na organização das propriedades.

Para além da contribuição de Chayanov, destaca-se Shanin (1980, p. 46-48) que enumera seis características com as quais os camponeses têm sido distinguidos em relação aos “outros”. Entre estas, vale a pena salientar algumas. A primeira destas características se refere à

⁵⁵ Pessoa que fabrica ou vende instrumentos de corte, como espadas, adagas, facas, facões, machados e demais ferramentas utilizadas na agricultura, como enxadas, foices, etc.

organização familiar do trabalho e à produção de subsistência, o que, entre outras coisas, garante o sustento e a reprodução da família mesmo em situações em que o trabalho nas indústrias não permitiriam, como em caso de crise de mercado, por exemplo. Como o trabalho não é remunerado, mesmo que a produção destinada ao comércio não gere renda, a propriedade familiar resiste a crises passageiras. Outra característica é a que se refere à organização camponesa, que apresenta semelhanças em diversos e diferentes países e regiões. Há estratégias de sobrevivência que se assemelham.

Havia dentro da teoria marxista uma certa incompletude em relação ao campesinato. Assim, tanto Lênin quanto Kautsky tentaram preencher um “vazio” teórico deixado pela teoria marxista em relação ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo. São conhecidos por formularem uma ideia de marxismo agrário. Kautsky parte da análise da penetração do capitalismo na agricultura, tendo como base real a Alemanha. Para Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo traz como consequência a necessidade do uso do dinheiro, assim, os camponeses, acostumados a produzir para o autoconsumo passam a trabalhar como mão-de-obra assalariada para obter recursos necessários para a aquisição de produtos. Lênin compartilha ideia semelhante pois, para ele, uma das consequências do capitalismo é que muitos deixarão de ser camponeses e se tornarão assalariados seja da indústria, seja das grandes fazendas que se formariam com a diminuição do número de camponeses. Suas ideias ficaram conhecidas como “teoria da polarização social agrária” ou, aqui no Brasil, como teoria da diferenciação do campesinato. Não se pode negar, no entanto, que parte de suas análises se confirmou. O que não ocorreu, todavia, foi esse processo por completo.

Lênin centrou sua análise na realidade da Rússia no final do século XIX. Até 1905 desenvolveu seus estudos baseados na ideia de proletarianização do campesinato. Posteriormente, reviu suas antigas convicções, reconhecendo que exagerou no seu diagnóstico sobre a natureza e o futuro do campesinato russo (SEVILLA GUZMÁN, 1990, p. 216). Com a implantação da Nova Política Econômica da União Soviética (NEP) em 1921, as pequenas propriedades agrícolas retornam para o controle dos próprios camponeses. E Lênin foi além, assumiu a possibilidade de um campesinato convivendo com o capitalismo russo, tal como afirmava Chayanov.

Sevilla Guzmán (1990) retoma trabalhos conjuntos com Angel Palerm⁵⁶ para discutir as ideias de Chayanov, segundo o qual,

Hoy día quedan bloques importantes de unidades de trabajo familiar campesino, entremezclados en el sistema capitalista mundial. Todavía existen formaciones económicas parecidas a los tipos económicos feudales y esclavistas en las colonias y en los estados asiáticos. Al analizar el pasado económico encontramos frecuente y constantemente el hecho de tal coexistencia, a veces en los comienzos del capitalismo con el sistema feudal o servil, a veces en la economía esclavista con la servidumbre y con la economía de la familia libre, entre otras (CHAYANOV *apud* SEVILLA GUZMÁN, 1990, p. 227).

Chayanov chamava a atenção também para o processo de inter-relação que ocorreria com a globalização. Para ele, estava claro que o mundo tinha deixado de ser europeu e com isso uma interpenetração entre os modos de produção da Europa, Ásia e África não deveria ser ignorado.

Sevilla Guzmán (2005) cita dois sociólogos, Thomas e Znaniecki que, entre os anos de 1918 e 1920, antecederam a nova tradição nos estudos camponeses com a publicação do livro *The Polish Peasant in Europe and America*, onde analisaram o impacto tanto pessoal como social da imigração polonesa para o novo mundo. Para esse estudo definiram alguns eixos que, logo depois, foram mais bem explicados por Chayanov ao descrever o campesinato russo. Entre eles vale à pena destacar a definição da família enquanto uma unidade cuja importância deriva em parte da própria organização familiar e em parte da vida comunal.

Pouco depois, Chayanov mostrou como o modo de produção camponês não responde aos postulados nos quais se baseia a economia capitalista, conforme indicam Pérez Yruela e Sevilla-Guzmán:

⁵⁶ Angel Palerm (1917-1980) foi um antropólogo espanhol que se exilou no México após a Guerra Civil Espanhola e ali desenvolveu seus estudos e pesquisas sobre *ecologia humana*, etnologia e campesinato.

El modo de producción puede caracterizarse básicamente por su carácter familiar de subsistencia. La familia como unidad de producción no produce para acumular, no pretende obtener ganancias – éstas pueden existir, pero no son un objetivo –, sino que produce en función de las necesidades del consumo familiar. La fuerza de trabajo de la unidad campesina, esto es, el volumen de la actividad económica familiar tanto en la agricultura como en la artesanía y el comercio, no tiene un salario o retribución fija; por el contrario, éste está sujeto al producto total obtenido tanto de la cosecha como de las actividades no agrarias (PÉREZ YRUELA e SEVILLA-GUZMÁN, 1976, p. 17).

Na concepção de Chayanov, a remuneração do camponês se mistura à sua necessidade de consumo, pode não aparecer enquanto salário, ou dinheiro, mas está contido no suprimento das necessidades da família e nos investimentos que são feitos na unidade familiar para melhorar a produção.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada de meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto da sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano, ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto do

seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompô-la analítica ou objetivamente. Dado que não existe fenômeno social dos salários, o fenômeno social do lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 1981, p. 137-138).

Também alguns antropólogos se destacaram nos estudos sobre o campesinato. Vale lembrar rapidamente de Robert Redfield, para quem o campesinato tem como característica fundamental sua dependência econômica em relação à sociedade global. Para ele, os camponeses devem ser assim considerados, mesmo que tenham relação com o mercado, sendo esta uma relação de dependência. Na mesma linha, Eric Wolf define o camponês a partir de sua relação com o mundo exterior. Neste sentido, o camponês não produz apenas o suficiente para satisfazer as necessidades de sua família, mas produz um excedente que o mercado exige. Entre a satisfação de suas necessidades está a reserva para garantir imprevistos e também o necessário para manter a relação da unidade familiar com a comunidade. Sendo que para os camponeses a vida em comunidade é importante.

Theodor Shanin define o campesinato como um pequeno grupo de produtores agrícolas que, utilizando o trabalho familiar, produzem principalmente para seu próprio consumo e para atender as obrigações que tem com a sociedade (PÉREZ YRUELA e SEVILLA-GUZMÁN. 1976, p. 17). Segundo Shanin, apesar de uma relação de dependências, a posse da terra garante certo grau de autonomia ao camponês.

Para Pérez Yruela e Sevilla Guzmán (1976), tanto Chayanov como posteriormente Redfield e Wolf não se contradizem, na verdade se complementam em suas análises sobre o campesinato. No entanto, não levam em conta as contradições existentes dentro desse próprio grupo. Entre os autores destacados por Sevilla-Guzmán e Pérez Yruela, nesta linha está Eric Hobsbawn, para quem não se pode ver o campesinato como um grupo homogêneo.

La conflictividad latente del campesinado es, sin duda, consecuencia de encontrarse sometido a un determinado tipo de explotación por las clases dominantes que se apropian de sus excedentes. Sin embargo, esta no es la única causa de la

potencial permanencia del campesinado a un grupo conflictual. Está, además, comprobado que, aunque determinados conflictos son explicables a partir de esta simple relación asimétrica respecto a otros grupos no campesinos, es decir, son productos de su diferenciación interna (PÉREZ YRUELA e SEVILLA-GUZMÁN. 1976, p. 26).

Não se pode, conforme o autor, categorizar os camponeses como um grupo homogêneo, mas como um grupo diferenciado que inclusive mantém relações verticais. É o caráter de diferenciação interna que vai direcionar a que grupo os camponeses pertencem segundo os interesses de cada um. Para Sevilla-Guzmán e Pérez Yruela (1976, p.30), a análise sociológica do campesinato deve levar em conta dois fatores importantes, um é a consideração dos assalariados rurais como componentes do campesinato, outro é a rede de relações sociais em torno da unidade familiar. Se, para Shanin, mesmo que os assalariados possuam algumas características do campesinato, não podem ser considerados como tal, senão como um grupo analiticamente marginal, estes autores, contrariando o enfoque ortodoxo, incluem os assalariados rurais como parte do campesinato.

A discussão sobre os assalariados rurais nos levam a outra relação entre camponeses que, durante determinado período, se assalariam e mantém sua exploração agrícola. Essa é uma discussão bastante atual, a noção de pluriatividade, seja com empregos fora da agricultura, seja pela diversificação da produção e processamento dos produtos agrícolas.

3.1.2 Campesinato e pluriatividade

Vale destacar aqui o processo de pluriatividade, neste caso não especificamente em empregos fora da agricultura. As unidades familiares utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, mas podem contratar ajuda externa em caráter temporário ou em casos eventuais. Da mesma forma, podem oferecer a mão-de-obra excedente em determinados momentos em que o trabalho na propriedade não ocupa todos os braços disponíveis.

Em trabalho anterior (BONI, 2005), considerei as agroindústrias familiares no Oeste de Santa Catarina como uma forma de pluriatividade, baseada na ideia de que a pluriatividade pode ser entendida incluindo o trabalho externo que é oferecido entre a própria vizinhança. É o que muitos autores denominam como pluriatividade

agrária⁵⁷, ou seja, aquela que se desenvolve no interior do setor agrícola. Pode ser caracterizada pela prestação de serviços com máquinas agrícolas ou em atividades sazonais como plantio e colheita. Pode ocorrer com maior frequência em regiões dominadas por cultivos de monoculturas. Outra possibilidade para o desenvolvimento da pluriatividade agrária é o trabalho temporário nas agroindústrias familiares. Geralmente esses empreendimentos recorrem ao serviço de terceiros em certos dias da semana, como é o caso, por exemplo, dos dias de abate nas agroindústrias de suínos e aves. Os prestadores de serviço trabalham ali um ou dois dias da semana ou mesmo um só período do dia.

Outra face da pluriatividade, a que nos interessa de modo especial, é a denominada atividade para-agrícola, nos termos de Schneider (2003), onde se encaixam o processamento e a industrialização dos produtos agrícolas. Assim denominamos as agroindústrias de pequeno porte, por entendermos que ao transformar e comercializar os produtos, elas desenvolvem atividades não agrícolas, mas dão continuidade as atividades agrícolas. Esse esclarecimento torna-se necessário porque, em muitas agroindústrias, apenas se processam os alimentos; a matéria-prima é adquirida de outros produtores. Nesse caso, a pluriatividade é concebida para os proprietários da unidade de beneficiamento, caso conservem atividades agrícolas.

Ainda em relação à pluriatividade, vale destacar que teóricos clássicos do campesinato já assinalavam esse processo. Para Kautsky, por exemplo, a agricultura viria sim, mesmo que de maneira lenta, a se subordinar à indústria. O progresso tecnológico acabaria por transformar a agricultura num ramo da indústria, o que acarretaria um maior desenvolvimento das grandes propriedades em relação às pequenas. Porém esse processo não eliminaria os pequenos proprietário, na medida em que poderiam persistir no meio rural, desde que desenvolvessem formas de trabalho acessório (agrícolas ou não) que permitissem sua reprodução social (SCHNEIDER, 1999, p. 88).

Já Chayanov entende o equilíbrio, ou seja, o balanço entre trabalho e consumo, como o ponto principal para a compreensão de como os camponeses garantem sua reprodução social. A pequena exploração agrícola pode ser caracterizada por representar uma unidade de produção e de consumo ao mesmo tempo. Isso nos remete ao

⁵⁷ Ver, entre outros, Schneider (2003).

conceito de estratégia, que consiste na adequação das necessidades da família à conveniência técnica em um determinado sistema de produção. Assim, quando há situações em que falta terra, sobra força de trabalho ou a produção não é suficiente para manter as necessidades da família, os camponeses tendem a buscar atividades artesanais ou não agrícolas para suprir essa carência e garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo. A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas pode ser entendida como uma estratégia de reprodução das famílias, que permanecem mantendo seu vínculo com a agricultura ou agropecuária. Nesse sentido, então, não se pode dissociar esse tipo de assalariamento do conjunto do campesinato.

3.1.3 Campesinato e participação no mercado

Outro autor que tem se destacado no estudo do campesinato é o holandês Jan Douwe van der Ploeg. Sua análise passa pela ideia de uma recampesinização pela qual a Europa vem passando na atualidade. Por recampesinização compreendem-se duas dimensões, uma qualitativa e outra quantitativa. Qualitativa porque pessoas estão se tornando camponesas ou fazendo parte do modo de produção camponês. E quantitativa porque o número de camponeses está aumentando. Um exemplo citado pelo autor é o caso do MST no Brasil, ou seja, os agricultores assentados através da reforma agrária. Ao mesmo tempo em que o número de camponeses aumenta pelo processo de recampesinização, ocorre também uma descampesinização. Não podemos esquecer ainda que agricultores vão se vinculando mais ao mercado e deixando de lado o modo de produção camponês. A contribuição de Van der Ploeg é particularmente interessante na discussão do campesinato no Brasil. Embora a centralidade do seu trabalho esteja na Europa, especialmente na Holanda, ele tem sido citado por pesquisadores brasileiros que estão discutindo o conceito de camponês no Brasil e a influência do mercado nesse processo.

Para Ploeg (2006, p. 13), as noções tanto de campesinato como de agricultura camponesa estão reaparecendo na Europa. Se durante um longo período a discussão acerca do campesinato girou em torno de um dualismo clássico, de um lado fazendeiros capitalistas e de outros camponeses, Ploeg alega que agora presenciamos uma agricultura empresarial e esse fenômeno não é visto somente na Europa. Por outro lado, persiste ainda uma forma de agricultura denominada camponesa.

Ambas as modalidades cabem dentro da agricultura familiar, por esse motivo, a discussão sobre campesinato é tão complexa.

A partir dos anos 1960, a agricultura passa por mudanças profundas no mundo. Na Europa, o Plano Mansholt e a Política Agrícola Comum – PAC se tornaram o principal veículo de modernização (PLOEG, 2006, p 16). Já na Ásia, como também no Brasil, o principal mote da modernização foi a introdução de pacotes tecnológicos, com a introdução de fertilizantes, pesticidas e, mais especificamente no caso brasileiro, a substituição de cultivos, a exemplo do café pela soja. Conforme Ploeg (2006, p. 16), independente do local e da causa da modernização, ela trouxe resultados que marcaram profundamente o futuro da agricultura. Uma das consequências foi o aumento da escala de produção e a diminuição da necessidade da força de trabalho empregada para isso. Outras consequências foram a introdução de novas tecnologias e a mercantilização. O resultado desse processo, que ficou conhecido por “dualismo”, ganha na versão de Van der Ploeg outra matriz. Para o autor, na atualidade nos deparamos com três modelos ou modos de produção: uma agricultura capitalista, uma agricultura empresarial e uma agricultura camponesa. A diferença entre esses modelos pode ser medida por meio de sua relação com o mercado e o modo de produção adotado. Os três modos de produção sofrem outra classificação, feita pelo mesmo autor, que tem por base suas diferentes formas de produção mercantil, conforme a finalidade de sua produção.

A primeira delas é a produção doméstica (PD) cuja finalidade é garantir o auto abastecimento. Nesse modo não há resultados de produção de base mercantil, tampouco os recursos e a força de trabalho utilizados na produção são vistos como mercadoria. A segunda é a pequena produção mercantil (PPM), que tem também como objetivo a sobrevivência da família, mas parte da produção é comercializada, apesar disso, recursos como terra, sementes, insumos, conhecimento e força de trabalho não são tratados como mercadoria. Já na produção simples de mercadorias (PSM), tanto os recursos necessários à produção como o seu resultado são classificados como mercadorias. O que difere esse modelo da produção capitalista de mercadorias (PCM) é que no PSM a força de trabalho empregada não é qualificada como mercadoria, enquanto que, para a produção capitalista, todos os fatores envolvidos na produção são vistos como mercadoria. Outra diferença quanto à produção simples mercantil é que, nesta, o objetivo final diz respeito à obtenção de renda, que, na maioria das vezes, é utilizada para a reprodução da unidade de produção. Enquanto na PCM, o objetivo é a

obtenção de mais-valia. Para tornar esse esquema mais claro vou reproduzir a tabela utilizada por Ploeg (2006, p. 18), fazendo algumas alterações que julgo pertinentes à compreensão.

Tabela 1 - Diferentes formas de produção mercantil⁵⁸

Forma de produção de mercadoria	Doméstica (PD)	Pequena Produção Mercantil (PPM)	Produção Simples de Mercadorias (PSM)	Produção Capitalista de Mercadorias (PCM)
Resultado da produção	NM	M	M	M
Outros recursos*	NM	NM	M	M
Foça de trabalho	NM	NM	NM	M
Objetivos	Autoabastecimento	Sobrevivência	Renovação	Mais-valia

M - mercadoria. **NM** - não mercadoria. * Outros recursos: terra, água, sementes, animais, conhecimento.

Na análise de Ploeg (2006), a pequena produção mercantil é tida como modo de produção camponês e a produção simples de mercadoria, como modo empresarial de produção. A primeira é também considerada como parcialmente integrada ao mercado, enquanto a segunda como completamente integrada. Por condição camponesa entende-se uma série de fatores que se inter-relacionam e que garantem a reprodução do modo produção camponês, como a coprodução. “Coprodução é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material” (PLOEG, 2006, p. 22).

No modo de produção camponês, o agricultor precisa obter maior resultado na sua produção, utilizando menos recursos (terra, capital para adquirir sementes, fertilizantes, etc.), pois estes, geralmente, são

⁵⁸ Tabela original em: PLOEG (2006, p. 18). Adaptada pela autora.

insuficientes. Também, conforme Ploeg (2006, p. 24), o trabalho é abundante. Neste caso, acrescento uma observação baseada na experiência vista em Santa Catarina. A mão-de-obra já não é mais abundante. Entre os anos de 1960 e 2010, o número de filhos no oeste de SC diminuiu consideravelmente, juntando a isso a migração dos jovens⁵⁹ e o trabalho pluriativo, a mão-de-obra destinada aos serviços agropecuários decaiu consideravelmente.

Ploeg (2006, p. 31), para demarcar a diferença entre o modo de produção camponês e o modo de produção empresarial, cita o exemplo da produção leiteira na Holanda. Para isso ele cria dois produtores fictícios e compara seus níveis de produção, o gasto de trabalho, os recursos e a renda final obtida. Sua constatação é de que, para a realidade atual da Holanda, seguindo seu exemplo, caberia o dobro de produtores se fosse utilizado o modo de produção camponês, também a geração de emprego produtivo e valor agregado seria o dobro. Muito embora isso não trouxesse um benefício substantivo para os padrões holandeses, para outros lugares essa diferença poderia ser decisiva para o desenvolvimento do meio rural.

3.1.4 A discussão sobre campesinato no Brasil

O conceito de camponês na história tem suas raízes na idade média europeia. Porém, no caso brasileiro, a história do campesinato é diferente. No lugar do feudalismo, tivemos um período de escravidão. Enquanto na Europa a penetração do capitalismo alterou a organização camponesa, com o foco claro na urbanização e industrialização, no Brasil houve a formação de uma economia camponesa onde predominou, primeiro, o latifúndio escravista que praticava a monocultura e, mais recentemente, o agronegócio também com esta perspectiva. Se no passado predominava o café e a cana-de-açúcar, hoje predomina a soja. Então de um lado há o agronegócio, de outro a pequena produção, seja ela denominada como camponesa ou como agricultura familiar.

A distribuição das terras caracteriza muito bem o modelo de campesinato que temos no Brasil. A primeira atitude de Portugal com relação à colonização do Brasil foi a divisão do território em 14 capitanias hereditárias. Esse modelo, que privilegiou as grandes propriedades e os senhores de terras, se perpetuou através do nosso

⁵⁹ Sobre isso ver os trabalhos de Stropasolas (2006) e Abramovay *et al* (1998)

desenvolvimento. Assim, sempre tivemos uma precariedade na posse da terra pelos pequenos produtores. Na região Sul, a distribuição em lotes menores se deve a uma nova forma de colonização em terras brasileiras, que foi a venda de pequenos lotes aos imigrantes europeus que aqui chegaram desde meados do século XIX até início do século XX. Já na região Nordeste, o predomínio do poder dos coronéis⁶⁰ influenciou a distribuição das terras, uma vez que era prática expulsar os camponeses quando fosse do interesse do dono da propriedade. E é justamente no Nordeste que se destaca a luta pela posse da terra na década de 1950 e 1960 com a formação das “Ligas Camponesas”. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, os sindicatos, que deveriam representar os trabalhadores das usinas de açúcar, não representavam a diversidade de trabalhadores envolvidos neste processo, especialmente os trabalhadores rurais. Assim, a partir do final da década de 1940 é que “surgem formas mais sólidas de organizar os trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos proprietários de engenhos de açúcar [...] (PALMEIRA, 2009, p. 173).

Durante os primeiros anos da ditadura militar, instaurada em 1964, a perseguição aos movimentos camponeses foi mais intensa. No período que abrange desde o final dos anos 1950 até meados dos anos 1960, havia núcleos de luta camponesa espalhados por diversas regiões do país, muitos deles com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Alguns foram mais abrangentes, como a lutas camponesas de Trombas e Formoso no estado de Goiás, a luta dos posseiros no Paraná, o movimento dos agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul (MASTER) e as Ligas Camponesas (GOHN, 2003; AQUINO, 2005). Em relação ao movimento dos sem-terra no Rio Grande do Sul, a conotação “camponês” não foi utilizada, corroborando com a ideia de que no sul do país o conceito de camponês é usado há pouco tempo, ou seja, na última década, como veremos mais adiante. Em Santa Catarina, a Guerra do Contestado, mesmo ocorrida no início do século XX (1912 a 1916), também é relevante ao mostrar como se deu a ocupação de terras na fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina e a

⁶⁰ A criação da Guarda Nacional, em 1831, delegou a senhores de terra, não somente poder político, mas também o título de coronel. Essa instituição foi extinta em 1918, mas o título de “coronel” como forma de se referir a senhores de terra, é usado até hoje em determinadas regiões do Nordeste do Brasil (PAULILO, 1998, p. 70).

presença cabocla na região, grupo étnico quase sempre relegado ao esquecimento quanto se trata da agricultura familiar na região⁶¹.

Com o golpe de Estado de 1964 e a forte perseguição aos movimentos sociais, há uma desestruturação até mesmo das Ligas Camponesas que estavam fortalecidas no Nordeste. Conforme Porto e Siqueira (1994), a utilização do conceito de pequena produção adotado nos anos 1970 tinha o intuito de desvincular o campesinato da luta de classe, uma vez que o Estado estava controlando mais fortemente o desenvolvimento no campo com a adoção dos já conhecidos pacotes de modernização. A partir daí se passa a definir o camponês novamente com diferentes denominações.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, surgem novos movimentos sociais no campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Agricultoras, entre outros, que colocam em cena a problemática da distribuição de terras e a política agrícola para os “pequenos produtores”. Usa-se menos o conceito de campesinato ou pequena produção e mais a caracterização de cada movimento social, como sem-terra, assentado, pequenos agricultores. Mas é na última década do século que ocorre a adoção de um conceito genérico para designar esses agricultores, é a utilização do termo “agricultura familiar”.

Ao mesmo tempo em que a definição de agricultura familiar pretende, de certa maneira, substituir o conceito de campesinato, com base na ideia de que, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, para alguns autores, ou a mecanização, para outros, o termo campesinato, comumente entendido como relativo a uma agricultura de subsistência, já não corresponde à realidade do campo brasileiro, alguns movimentos sociais ligados à Via Campesina passam a denominar seus integrantes como “camponeses”, em uma clara referência ao conteúdo político do termo, na concepção levantada por Porto e Siqueira (1994).

Como este trabalho está voltado para as práticas cotidianas e os discursos do Movimento de Mulheres Camponesas, que seguem a lógica dos movimentos ligados à Via Campesina quanto ao uso do termo campesinato, fui buscar autores que têm relação com esses movimentos, influenciando e sendo influenciados por eles, especialmente o MST, como Bernardo Mançano Fernandes, Horácio

⁶¹ Ver entre outros, Auras (1984).

Martins de Carvalho e Eduardo Sevilla Guzmán que discutem o campesinato.

3.1.5 Os diferentes paradigmas sobre o campesinato

Para Bernardo Mançano Fernandes (2004), a delimitação conceitual de campesinato é, sobretudo, um exercício político. Para ele não há como discutir tal conceito sem levar em conta duas perspectivas, a histórica e a teórica, sendo que a primeira refere-se à própria natureza do termo e a segunda à interpretação que se tem feito em relação à existência e perspectivas do campesinato.

Horácio Martins de Carvalho (2005, p. 68) analisa o campesinato brasileiro na atualidade. Para ele, o termo “caboclo” é utilizado para designar o camponês pobre ou, como ele denomina, o lavrador brasileiro. José de Sousa Martins, em *Os camponeses e a política no Brasil* (1981, p. 21-22), mostra que o conceito de campesinato foi utilizado no Brasil pela esquerda, principalmente durante a ditadura militar por meio da influência vinda dos países com governos de caráter socialista e que dava apoio aos revolucionários brasileiros. Usualmente, o tratamento aos pequenos produtores rurais era diferente nas diversas regiões do país, como já foi dito, sendo, por exemplo, caipira e sitiante em São Paulo, caboclo e colono no Sul, lavrador no Nordeste etc. Nos estados do sul do Brasil, os termos colono e caboclo são utilizados também para diferenciar étnica e economicamente os agricultores. São designados como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus não ibéricos, principalmente alemães e italianos que se estabeleceram em regiões específicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já os caboclos são os agricultores descendentes de índios, portugueses e africanos e que, na história do sul do Brasil, quase sempre foram tratados como marginais e incapazes de desenvolverem a região. Esse foi um dos motivos porque a imigração de alemães e italianos foi incentivada.

Bernardo Mançano Fernandes define três paradigmas nos estudos do campesinato. O primeiro é o Paradigma do Fim do Campesinato, para o qual esse segmento de agricultores seria suplantado com o desenvolvimento do capitalismo. O segundo é o Paradigma do Fim do Fim do Campesinato, que diz que esses agricultores se reproduzem e se mantêm através de uma postura de resistência às relações capitalistas. E o terceiro é o Paradigma da Metamorfose do Campesinato, no qual esse

grupo se transforma numa nova forma de organização mais adaptada aos tempos modernos, denominada agricultura familiar.

Entre as teorias que acreditam na ideia do fim do campesinato, uma das mais discutidas é a de Kautsky. Conforme este autor, a nova realidade imposta pelo surgimento do capitalismo se refletiria no campo, transformando os camponeses feudais em assalariados. Além disso, as formas modernas de produção suplantariam o modo de produção camponês. Igualmente, a permanência do campesinato era um entrave ao surgimento do socialismo, já que o sujeito histórico do marxismo sempre foi o proletariado. Como muitos marxistas, Kautsky acreditava que primeiro deveria se formar uma grande massa de proletários urbanos, para que estes pudessem fazer a revolução socialista.

No Paradigma do Fim do Campesinato se destacam duas posições. Uma acredita que a diferenciação determinada pela renda obtida com a exploração agrária da propriedade transforma alguns camponeses em empresários rurais e os que não conseguem acompanhar esse desenvolvimento, em assalariados, resultando em um pequeno número de capitalistas e grande porcentagem em assalariados. Na outra posição estão os que acreditam que a agricultura capitalista vai se sobrepor à agricultura camponesa e aos poucos eliminá-la.

Já o Paradigma do Fim do Fim do Campesinato entende que a “destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim” (FERNANDES, 2004, p.1). Ao mesmo tempo em que o capitalismo destrói alguns aspectos do campesinato, cria novos para que ele não desapareça, pois, para o desenvolvimento do capitalismo, muitas vezes a exploração familiar da terra é mais importante que o assalariamento. Assim, o modo de produção familiar contribui para o desenvolvimento regional. Esta perspectiva também prevê o crescimento do número de camponeses pela política de reforma agrária ou a manutenção dos camponeses já existentes.

Com relação ao terceiro paradigma, Fernandes (2004, p. 2) o considera como uma espécie de “terceira via” à questão do campesinato. Tendo surgido na década de 1990, este paradigma

acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica

dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar.

Para Fernandes, esta noção passa uma ideia de conformismo e de imutabilidade, ou seja, o agricultor familiar se “conforma” com sua condição na escala capitalista, ignorando uma história de luta que permitiu sua continuidade e reprodução enquanto produtor familiar. Nessa perspectiva, digamos conformista, há também uma classificação do agricultor familiar de acordo com o grau de desenvolvimento econômico de sua unidade produtiva. Temos assim o agricultor familiar consolidado, o agricultor familiar intermediário e agricultor familiar periférico. Para o autor, por esse ponto de vista, não há espaço para os agricultores sem-terra, já que o que está em discussão é o grau de desenvolvimento e não o de exclusão. Aqui há uma relação com a ideia que acredita apenas na manutenção do campesinato visto na perspectiva do fim do fim do campesinato.

Bernardo Mançano Fernandes (2004, p. 2) considera que essas três perspectivas estejam ligadas a uma questão mais ampla a ser discutida, a questão agrária. Os Paradigmas do Fim do Campesinato e do Fim do Fim do Campesinato estão ligados à questão agrária. Já o Paradigma da Metamorfose do Campesinato está ligado mais a uma discussão acerca do capitalismo agrário. Essa diferença mostra dois pontos de vista completamente distintos, no primeiro está a ideia de luta contra o capital, ou seja, a superação deste modelo; no segundo, o que está presente é a relação dentro do modelo capitalista, de forma a conviver com esse modelo.

Fernandes (2004, p. 3) destaca também, entre suas críticas, a visão de que o agricultor familiar periférico, entendido por muitos como o camponês, em oposição ao agricultor familiar consolidado, que representaria o agricultor familiar ideal, reproduz a lógica dicotômica de moderno/atrasado, desenvolvido/subdesenvolvido. Dessa forma, tantas discussões conceituais foram desenvolvidas para se chegar ao mesmo lugar.

La monopolización del territorio campesino por las corporaciones por medio de la producción de commodities o producción agroexportadora es visto por el paradigma del capitalismo agrario como el objetivo a ser alcanzado. Los campesinos que consiguen integrarse al capital sufren un

proceso de metamorfosis y dejan de ser campesinos para transformarse en el agricultor familiar. Esta es la visión de desarrollo de este paradigma. Esta es otra disputa conceptual. ¿Son los campesinos agricultores familiares? ¿Los agricultores familiares son campesinos? Es un sujeto y dos conceptos o son dos conceptos y dos sujetos. Yo afirmo que es un sujeto, un concepto y un preconceito. Definir al campesino como atrasado y al agricultor familiar como moderno es el resultado de una aceptación del capitalismo como un sistema perfecto y el modo de vida campesino como un sistema incompleto. Cuando el campesino se integra al capital, con ello pierde su condición histórica para transformarse en un productor de mercancía de pequeña escala (FERNANDES, 2011, p. 5).

Há uma dificuldade no enquadramento conceitual das formas de reprodução das unidades familiares produtoras e extrativistas, o que evidencia a diversidade de situações e composições do campesinato brasileiro (CARVALHO, 2005, p. 21). Para este autor (2005, p. 23), a disseminação do conceito de agricultor familiar e produtor familiar representa a ideia surgida, a partir dos anos 1990, que tem a finalidade de corroborar com a tese do fim do campesinato, seja pela transformação das unidades familiares em pequenas empresas, ou em unidades dependentes de recursos públicos para sua viabilidade econômica. Então, em sua concepção, o resgate dos conceitos de camponês e campesinato têm o objetivo de colocar as diversas formas de reprodução das unidades familiares em um conceito único e que represente esses atores sociais.

Essa diferenciação serve como propósito para acentuar a divisão entre os diversos movimentos camponeses e, conseqüentemente, as políticas públicas voltadas para o setor. A diferenciação, na visão de Bernardo Mançano Fernandes, não acrescenta nada a favor da classe de agricultores familiares ou camponeses. Foi a própria introdução do conceito de agricultor familiar que estimulou a recuperação do termo “camponês” no Brasil.

A questão fundamental a ser considerada aqui é que o agricultor familiar é um camponês. As diferenças entre esses dois sujeitos - que são um -

é ideológica, construída politicamente para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação. Na construção ideológica dos princípios do capitalismo agrário o capital deve ser visto como amigo e não como inimigo, como explica a construção ideológica dos princípios da questão agrária. Nesse sentido, conviver com as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo é natural. Produzir o espaço camponês ou do agricultor familiar dentro da lógica do capital torna-se a única opção. Aceitar suas políticas torna-se a única saída. Não há perspectiva fora do espaço do capital e lutar contra essa lógica é ser atrasado, perdendo a oportunidade dada pelo capital em tornar-se moderno (ou agricultor familiar). (FERNANDES, 2004, p. 3).

Fernandes continua dizendo que essa lógica incorpora o agricultor familiar ou camponês ao agronegócio, conceito que equipara tanto o camponês como o capitalista em um mesmo patamar. No entanto, acrescenta ele, nesse modelo há um superior que é o capitalista. Assim, a produção camponesa acaba sendo incorporada à produção do agronegócio numa matemática em que o produto camponês parece inexistir.

São estes paradigmas que definem as políticas públicas para o setor agrícola, ou especificamente, para a produção familiar. Assim, o que Bernardo Mançano Fernandes considera como o Paradigma da Metamorfose do Campesinato, mas traduzindo por conceito de agricultura familiar, é o que tem determinado as políticas públicas nas últimas duas décadas. Desde que o PRONAF foi criado no início dos anos de 1990, ele tem sido a base de financiamento para os produtores familiares que são classificados conforme sua produção e rendimentos. Este programa não somente é utilizado pelos agricultores familiares consolidados, os intermediários e os periféricos, como também pelas cooperativas e sindicatos que gerenciam os recursos e se utilizam disso como fator de barganha para obter vantagens dos agricultores. Nesse sentido, a convivência com o modelo capitalista se mostra como única alternativa possível, onde a “luta pela terra, a recusa ao assalariamento, a recusa ao produtivismo tornaram-se questões fora de moda, amplamente

exploradas pela mídia. Lutar fora do espaço delimitado pelo capital é visto como uma coisa abominável” (FERNANDES, 2004, p. 3).

Essas considerações não excluem o agricultor familiar consolidado da categoria camponês, uma vez que este é compreendido por sua base familiar. Para os movimentos sociais que estão discutindo o campesinato e que tem maior proximidade com autores como Bernardo Mançano Fernandes e Horácio Martins de Carvalho, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o caráter familiar é a referência que determina o conceito de campesinato, mesmo quando há a necessidade de recorrer a trabalho assalariado esporadicamente ou continuamente, desde que não supere o trabalho familiar.

Então, conforme Fernandes (2004), a delimitação conceitual de campesinato compreende, necessariamente, a questão das diferenças ideológicas dos três paradigmas por ele citados, e também a relação entre trabalho familiar e trabalho assalariado (quando necessário) desde que este seja inferior à mão-de-obra familiar.

3.1.6 O campesinato como modo de vida

Tendo em vista que o camponês teve seu espaço na história sempre reduzido e subordinado, seja ao mundo urbano, seja aos capitalistas agrários, delimitar o campesinato significa ir além destas perspectivas. E ir além passa pelo que Nazareth Wanderley chama a atenção ao considerar o campesinato como “um modo de vida”, ultrapassando as caracterizações puramente econômicas.

Um dos fatores que caracterizam a agricultura camponesa é o sistema de produção baseado na policultura e na pecuária. A policultura aqui expressa se refere a diferentes cultivos associados à criação de animais. Assim, os camponeses têm maior diversidade de produtos destinados tanto para o consumo, quanto para o mercado. A diversificação permite além da garantia de alimentos nas diferentes estações do ano, maior segurança nos casos de intempéries e desastres naturais ou mesmo em crises econômicas. Além disso, esse sistema permite uma inter-relação entre a produção vegetal e animal, uma complementando a outra, ou seja, a produção vegetal serve de alimento não somente para a família, como também para os animais. Da mesma forma, os dejetos animais servem de adubo para a produção vegetal. Mendras (1994) e Jollivet (1984), citados por Wanderley (2001, p. 24-

25), compartilham essa noção de complementariedade entre a produção camponesa. Além disso, outro determinante neste processo se refere ao trabalho familiar, pois o montante a ser produzido também é determinado pela disponibilidade de mão-de-obra existente na família. Neste contexto, até mesmo a pluriatividade se insere na organização da produção camponesa, seja para aproveitar excedentes de mão-de-obra familiar, seja nos momentos de entressafra ou conforme o que é produzido e o ritmo de produção na unidade familiar. O ritmo da produção depende de vários fatores, sendo um deles a necessidade de consumo da família. No campesinato, a centralidade da análise funda-se na família, como Chayanov expressou muito bem. A organização da unidade familiar e sua reprodução têm como objetivo final a satisfação das necessidades do grupo familiar. Isto está presente na transmissão da propriedade aos herdeiros. Há uma preocupação em garantir que todos os herdeiros possam ter condições de se reproduzir na unidade de produção ou fora dela com empregos, casamento no caso das mulheres, tanto no campo como nas cidades. Mesmo no caso recente, a posse da propriedade vai sendo passada aos herdeiros na medida em que se torna possível e viável a sua divisão. O que é deixado para os filhos não é somente a unidade produtiva, mas o conhecimento,

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos, e justificar as decisões referentes à alocação de recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como à maneira como deverá diferir no tempo o consumo familiar. O campesinato tem, pois, uma cultura própria que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local (WANDERLEY, 2001, p. 27-28).

Nazareth Wanderley (2001, p. 30) diferencia a agricultura camponesa da agricultura de subsistência. Ambas são integrantes do contexto mais amplo da agricultura familiar, mas a agricultura camponesa vai além da agricultura praticada com fins de apenas garantir a subsistência da família. Neste sentido, Lamarche (citado por Wanderley, 2001, p. 30) diz que se deve distinguir as unidades meramente de subsistência das unidades camponesas, “Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz

jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”.

Se a prática da agricultura visa somente suprir as necessidades imediatas, não pode ser considerada uma agricultura camponesa, porque perde um de seus fatores importantes que é o planejamento da continuidade dessa produção. Outro ponto relevante, destacado por Nazareth Wanderley (2001, p. 30-31), é que tanto a pluriatividade, como o fato de ser um estabelecimento pequeno não influenciam na caracterização de uma agricultura como camponesa ou não. Esclarecendo: a prática da pluriatividade, seja em empregos ligados à agricultura ou fora dela, não descaracterizam a agricultura camponesa. Pelo contrário, pode ser uma maneira de garantir a reprodução da unidade produtora ao fornecer meios, mesmo que externos, de manter a família em momentos em que a produção não for suficiente ou como forma de complementar a renda. De qualquer forma, uma atividade pluriativa não pode ser vista como prática não camponesa.

Outro ponto importante é a diferenciação entre agricultura camponesa e pequena agricultura. Embora a agricultura camponesa quase sempre seja pequena e disponha de poucos recursos, não é isso que a torna camponesa, mas as relações internas e externas.

O campesinato também é associado à ideia de forma de produção nas sociedades tradicionais. Embora a base do campesinato ou de como ele é definido tenha suas raízes na Idade Média e nas sociedades tradicionais, a modernidade e a pós-modernidade não fizeram com que esse modo de produção desaparecesse. Guardadas as devidas mudanças que acompanham o desenvolvimento capitalista, o campesinato permanece. O que Mendras e Jollivet (1971, *apud* WANDERLEY, 2001, p. 32-33) consideraram como campesinato residual na França e maioria camponesa na Polônia, nas décadas de 1960-1970, permaneceu mesmo enfrentando crises e novas realidades nas últimas décadas.

Wanderley (2001, p. 36-37) considera que, no Brasil, a opção para representar a produção agrícola foi a das grandes propriedades. Como já tratamos neste capítulo, a doação de grandes extensões de terras, a “vista grossa” à grilagem⁶², a falta de políticas regulatórias para

⁶² A grilagem é um método antigo pelo qual se colocava documentações falsas de terras, com datas antigas, em gavetas com grilos, para que parecessem envelhecidos, assim, as terras que, na maioria das vezes, eram de propriedade do governo ou de pequenos sítiantes, iam para as mãos de latifundiários que se apresentavam como donos delas, mediante papéis falsificados. Embora esse

os limites de aquisições de terras favoreceram o surgimento e consolidação das grandes propriedades, sejam elas produtivas ou apenas de exploração. Nesse processo, a agricultura camponesa ou familiar também foi se adaptando para conseguir permanecer. Conforme o levantamento da INCRA/FAO de 2000, a área média dos estabelecimentos familiares, além de ser muito inferior a dos patronais, apresenta grande variação entre as regiões. A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 26 ha, enquanto que a patronal é de 433 ha. Na região Nordeste a média entre os familiares é de 16,6 ha, enquanto no Centro-Oeste é de 84,5 ha. Entre os patronais, na região Centro-Oeste, a média chega a 1.324 hectares, enquanto que no Sudeste, a média é 223 hectares por estabelecimento.

Para resistir ao processo de modernização que se estabeleceu no Brasil nas décadas de 1970, e que a partir desta data somente aumentou seu grau de exigência, os agricultores familiares passaram também pelo processo de diferenciação. As formas tradicionais de produção e consumo acompanharam a modernização, os agricultores já não produzem a maior parte de sua própria alimentação, isso, no entanto, não descaracteriza sua condição de agricultor familiar.

Carvalho (2005) vai tratar dos atuais camponeses, tentando responder à questão de quem são eles hoje.

Entende-se por camponeses aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não-agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com os resultados desta alocação (Costa, 2004, p. 1). Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas (CARVALHO, 2005, p. 170).

método não seja mais utilizado, a grilagem continua por meio de documentos falsificados de outras formas.

Também Hebete (2004) considera algumas características fundamentais para a delimitação conceitual do campesinato.

Os camponeses são *produtores livres* de dependência pessoal direta – são ‘autônomos’; sua sobrevivência de homens livres lhes impõe *laços de solidariedade* cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em ‘*comunidade*’; a busca de sua permanência e *reprodução numa mesma ‘terra’* (ou no mesmo ‘terroir’, como se diz em francês), traduzidos como apego à terra, é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu *cuidado com seu ambiente*: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável” (HEBETE, 2004, p. 2, grifos no original).

3.2 O conceito de agricultura familiar

Conforme Wanderley (2001, p. 21-22), a agricultura familiar não é uma categoria social recente, mas sua utilização em substituição a outras denominações ou com significado específico é atual. A autora questiona a ideia de atualidade desta referência enquanto uma nova roupagem para o que era definido como campesinato, assim a agricultura familiar sugere um agricultor mais moderno em oposição ao camponês tradicional.

Para Wanderley (2001, p. 23), a agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a família represente a centralidade no que se refere à reprodução do trabalho na propriedade, além de ser proprietária dos meios de produção. Essa associação entre propriedade e trabalho pode originar uma diversidade de formas sociais que, embora distintas, compõem a agricultura familiar. Dessa forma, a tradicional agricultura camponesa fundada na propriedade, trabalho e família faz parte da agricultura familiar, mas possui especificidades no que se refere aos seus “objetivos econômicos, a sua experiência de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Ricardo Abramovay (1992), em *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, diferencia a agricultura familiar da camponesa baseado na ideia de que uma agricultura familiar altamente integrada ao

mercado e tecnificada não pode ser considerada camponesa. O autor defende sua colocação comparando, como exemplo, um suinocultor europeu integrado ao mercado, cujo preço de sua produção depende do resultado de acordos estabelecidos em Bruxelas, com uma família indiana que produz para sua subsistência e sua integração ao mercado se dá em plano local. Exemplo semelhante pode facilmente ser utilizado para o caso brasileiro, muitas vezes dentro de um mesmo município no sul do Brasil.

O termo “agricultor familiar” é recente e introduzido no Brasil por duas vertentes, a acadêmica e a política. Na vertente acadêmica temos como principal base introdutória o livro organizado por Hugues Lamarche, *A agricultura familiar* (1993), e o estudo publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1996 e 2000, denominado “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto”. Na vertente política temos a luta dos próprios agricultores, incentivada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Na coletânea de estudos organizados por Lamarche (1998), comparando a agricultura familiar em diversos países, também a lógica da organização familiar na produção é uma característica fundamental, mesmo que haja uma diferenciação entre os agricultores, dividindo-os em agricultores de subsistência e camponeses, por um lado, e agricultores modernos ou com maior grau de inserção no mercado, por outro.

No documento resultante da cooperação técnica entre a FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a definição de agricultura familiar leva em conta três características principais. A primeira delas se refere à gestão da unidade produtiva que é feita pela família. A segunda diz respeito ao trabalho que, na sua maioria, é fornecido pelos membros dessa família e a terceira é que a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertença à família e a transmissão deles seja feita por meio de herança (INCRA/FAO, 1996).

Para Nazaré Wanderley, mesmo que o agricultor familiar tenha se modernizado, utilizando as diversas tecnologias disponíveis no mercado e esteja inserido nesse mercado,

guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 2001, p. 52).

Na discussão de agricultura familiar não se leva em conta a gama de formas de produção que se escondem sob esse “guarda-chuva”. No documento elaborado em parceria pela FAO e pelo INCRA, feito com base nos dados do Censo Agropecuário 1995/96 e divulgado no ano 2000, consta que existem no Brasil cerca de 4.859.864 estabelecimentos rurais, que ocupam uma área de 353,6 milhões de hectares. Conforme a metodologia aplicada na pesquisa, 4.139.369 destes estabelecimentos são familiares e ocupam uma área de 107,8 milhões de hectares. Já os agricultores patronais são representados por 554.501 estabelecimentos, ocupando uma área de 240 milhões de hectares. Nesse levantamento então, a agricultura familiar ocupa 30,5% da área total com 85,2% dos estabelecimentos. Este documento impulsionou a elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar e difundiu ainda mais este conceito. Já no Censo Agropecuário de 2006⁶³ foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Estes agricultores familiares ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, 24,3% da área agricultável do

⁶³ O Censo 2006 abrangeu 5.175.489 estabelecimentos, o que representou um crescimento de 6,5% sobre o mesmo resultado em 95/96 (4.859.865 estabelecimentos). Em 1985, o Censo revelou a existência de 5.802.206 estabelecimentos. A área total em 2006 foi de 329,9 milhões de ha, o que representa um decréscimo sobre o mesmo resultado em 95/96 (353,6 milhões de ha). A diferença de 23,7 milhões de hectares corresponde a – 6,7% da área do censo anterior. Em 1985, a área total dos estabelecimentos foi de 374,9 milhões de hectares. Ou seja, os dados mostravam uma tendência declinante no número de estabelecimentos agropecuários e da sua área total, considerando os seus diversos usos (lavouras, pastagens, matas e outros). Em 1995/96, o estudo FAO/INCRA identificou 4.139.369 estabelecimentos familiares ocupando 107.768.450 ha no Brasil. Em 2006, tabulações especiais do IBGE seguindo este mesmo critério apontaram a existência de 4.551.967 estabelecimentos em 106.761.753 ha. Isto revela 412.598 novas unidades de produção, ou 10% a mais que na pesquisa anterior. A área ocupada, no entanto, diminuiu 1.006.697 ha, ou pouco menos de 1% no mesmo período (FRANÇA, 2009).

Brasil. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada, mostrando que, neste intervalo de 10 anos, mesmo com as políticas de crédito implementadas pelo Pronaf, a concentração de terras manteve-se praticamente inalterada, mostrando que a questão agrária no Brasil não pode ser resolvida somente com políticas de financiamento para os agricultores familiares, mas com a reforma agrária que nesse mesmo período praticamente estacionou.

Com a institucionalização do conceito de agricultura familiar, as políticas públicas voltadas para este setor, na opinião de Carvalho (2005), ganharam um caráter economicista, tentando ajustar a agricultura a uma dinâmica voltada para o mercado. Também, por isso, criou-se uma propaganda em torno da viabilidade da agricultura familiar, tanto para justificar recursos para esta área como para mostrar a importância do setor, muito embora essa importância tenha sido exposta mais em termos de valores de produção do que como um modo de vida. Para o Plano Safra 2003/2004, foi calculado que cerca de 4,1 milhões dos estabelecimentos seriam considerados como de “agricultura familiar”. Nessa classificação estão todos os empreendimentos, aqueles considerados mais desenvolvidos e os periféricos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário elaborou também uma classificação que diferencia os agricultores entre patronais e familiares e nestas duas classes há ainda três categorias.

Tabela 2 - Classificação da agricultura brasileira utilizada pelo MDA

Modelo	Modalidade	Características
Agricultura Patronal	Agrobusiness	Integração vertical das atividades no agro-industrial. Agroindústria com gestão empresarial
	Agricultura patronal de base empresarial	Uso intensivo de tecnologias, alta produtividade, gestão empresarial.
	Agricultura patronal de base fundiária	Latifúndio, gestão não empresarial, agropecuária extensiva

		e nem sempre produtiva, tendo a terra como capital principal.
Agricultura familiar	Agricultura familiar Consolidada	Integração ao mercado, acesso a inovações tecnológicas e políticas públicas, maioria funcionando em padrões empresariais.
	Agricultura familiar de Transição	Acesso parcial à tecnologia e ao mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais, não consolidados como empresas. Ampla potencial para a viabilização econômica
	Agricultura familiar Periférica	Inadequação em termos de infraestrutura, dependente de programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural e comercialização.

Tabela elaborada com base no documento do PRONAF (1996)

Nesse momento também, em trabalho elaborado conjuntamente entre FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação e INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, são determinados critérios basilares para definir um empreendimento familiar. Entre eles está o tamanho da propriedade, um ponto muito controverso devido às diferenças regionais existentes no Brasil e que não necessariamente reflete os valores de produção.

Horácio Martins de Carvalho é contundente ao criticar a linha que vincula a agricultura familiar à sua relação com o mercado e à maximização do lucro em detrimento da reprodução desta unidade. Na sua teoria de campesinato, não exclui a vinculação parcial com o mercado, nem se refere ao campesinato apenas como modo de produção tradicional. O campesinato não representa um grupo pobre e resignado ou a lembrança bucólica de um viver no campo de décadas atrás. Mas também não pode ser comparado a um tipo de agricultura na qual o mercado capitalista dita as regras e em que os camponeses já não decidem sobre sua produção e modo de vida. A acumulação não é entendida aqui como negação de um modelo camponês, mas como mais uma forma para garantir a sua reprodução. Para Carvalho (2005, p. 183)

[...] não se exclui a busca da formação de elementos de capital — a acumulação de meios de produção como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente à reprodução (CARVALHO, 2005, p. 183).

Tepicht já analisou a inserção do camponês ao mercado. Para ele, a inserção parcial ao mercado pode ser compreendida como uma forma de diferenciá-lo de outros grupos, como os artesãos, por exemplo. Para estes, toda a produção é voltada para o mercado, enquanto a do camponês, não. A inserção parcial também os diferencia dos agricultores cuja produção é totalmente voltada para o mercado, portanto, o campesinato difere do agronegócio e dos agricultores considerados de subsistência. Tepicht também corrobora a leitura de Chayanov sobre as particularidades que caracterizam o camponês (CHONCHOL, 1994, p. 403-404).

3.3 A agroecologia e o campesinato, duas tendências associadas

A discussão sobre agroecologia é bastante ampla. E, embora esse tipo de produção possa ter uma variedade de nomes, como agricultura agroecológica, agricultura sustentável, agricultura orgânica, a Via

Campesina destaca alguns princípios para caracterizar o que considera uma agricultura camponesa sustentável. Mas o principal deles é a combinação de fatores como a valorização do modo de produção tradicional com as descobertas de novas técnicas de produção agroecológicas.

Tendo em vista o grupo que estamos estudando e a aproximação de alguns teóricos com o movimento camponês, optamos por não fazer uma discussão exaustiva, apenas revelar a base agroecológica existente na preocupação das mulheres em produzir alimentos saudáveis e cuidar da saúde e do meio ambiente ao não utilizarem agrotóxicos. Nesta perspectiva resolvemos resgatar aspectos levantados por Joan Martínez Alier, Miguel Angel Altieri e Eduardo Sevilla Guzmán por estarem mais próximos do tema aqui estudado, pois dão ênfase à relação entre campesinato e meio ambiente.

Conforme Altieri (2009), a agroecologia torna possível uma abordagem para compreender o funcionamento dos agroecossistemas e seus princípios. Esse tipo de abordagem permite o desenvolvimento de técnicas de produção que dependam minimamente, ou nada, de insumos químicos. O objetivo é criar mecanismos em que a produção se auto sustente, ou seja, em que os elementos das plantas interajam com o solo, promovendo sua fertilidade sem promover sua contaminação, como no caso da utilização de insumos químicos.

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades. (ALTIERI, 2009, p. 23-24).

A agroecologia visa restaurar o equilíbrio do sistema através da preservação e ampliação da biodiversidade. Em um sistema em que prevalece a biodiversidade, as incidências de problemas na produção diminuem consideravelmente. Ao mesmo tempo em que uma cobertura correta do solo fornece luz solar, vento e a umidade necessária a este solo, também permite que organismos vivos se desenvolvam. É um ciclo que garante o equilíbrio entre solo, plantas e animais.

Uma visão menos acadêmica é demonstrada por Longhi (2008). Para ele, a agroecologia

se baseia em um conjunto de práticas agrícolas resultantes dos saberes agronômicos, ecológicos e dos conhecimentos acumulados pelos agricultores e comunidades tradicionais ao longo dos tempos, tendo sempre como preocupação a produção de alimentos ecológicos mediante o manejo sustentável do agroecossistema local (LONGHI, 2008, p. 1).

A agroecologia para ele assume um papel que não é unicamente de produzir alimentos sem a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e organismos geneticamente modificados - OGMs. É, antes de tudo, uma “nova forma de se relacionar com a natureza e com o outro. É o resgate do agricultor e da agricultora como protagonistas do processo produtivo, e dos consumidores e consumidoras como parceiros nesta caminhada” (LONGHI, 2008, p. 1).

Altieri (2009, p. 25) cita três categorias de elementos que são fundamentais no processo agroecológico. A primeira delas é a conservação e regeneração dos recursos naturais tais como solo (controle da erosão, fertilidade e saúde das plantas), água, germoplasma⁶⁴ (espécies nativas de plantas e animais) e fauna e flora que são benéficas ao sistema como inimigos naturais de pragas, animais considerados polinizadores, vegetação com variadas funções, etc. A segunda é o manejo dos recursos produtivos que é baseado na diversificação temporal, espacial, genética e regional, isto é, promovendo a diversificação de variedades cultivadas, os sistemas mistos de produção (plantas e animais), levando em conta a tipografia do terreno, aliando agroflorestas a cultivos temporários. Além da diversificação, outros elementos fundamentais são a promoção da reciclagem dos nutrientes e matéria orgânica como a biomassa das próprias plantas (adubação verde, resíduos das colheitas, etc.) e a biomassa animal (esterco, urina dos animais, etc.) e o controle biológico de pragas tanto de plantas como de animais. Nesse processo, também, a utilização de elementos alternativos aos produtos químicos são fornecidos pelas próprias plantas. Como terceira categoria temos a implementação de elementos técnicos para a regeneração do solo, da

⁶⁴ Germoplasma pode ser definido como o conjunto de genótipos de uma espécie, considerada como um todo.

água e dos demais recursos naturais. Estas técnicas devem ser orientadas para uma visão de totalidade do sistema produtivo e de acordo com a realidade de cada propriedade.

Ao tratar dos agroecossistemas tradicionais, Altieri (2009) cita o exemplo dos agricultores dos Andes que cultivam cerca de 50 variedades diferentes de batatas. Além disso, há outro grande exemplo em relação aos camponeses andinos, que é a produção do milho, alimento essencial da sua dieta tradicional. Com relação a este produto, são cultivados e guardadas um grande número de variedades. Essa diversidade genética, além de garantir uma gama maior de produtos que podem ser cultivados em diferentes tipos de solo e clima, ajuda a formar espécies que vão se adaptando naturalmente e se tornando mais resistentes a pragas e doenças muito comuns em sistemas de monocultivos ou de pouca variedade.

Nos agroecossistemas tradicionais, a predominância de sistemas de cultivo complexos e diversificados é de suma importância para os camponeses, na medida em que as interações entre plantas cultivadas, animais e árvores resultam em sinergismos benéficos que permitem aos agroecossistemas promover sua própria fertilidade de solo, controle de pestes e produtividade (ALTIERI, 2009, p.32).

Altieri deixa clara a crítica que alguns ecologistas fazem aos camponeses tradicionais, considerando seu modo de produção como prejudicial ao meio ambiente. Para este autor, os camponeses que cultivam de maneira tradicional têm um conhecimento desse modo de produção que foi adquirido através de sua experiência e do conhecimento dos seus antepassados. Mostra, então, porque a sua visão agroecológica difere das abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que a alimenta.

Sua proposta da agroecologia é mais próxima da ideia de ecologismo dos pobres, semelhante à de Martínez Alier (2007), porque prevê um desenvolvimento que permita o sustento das famílias, sejam camponeses, pescadores ou extrativistas. A garantia desse sustento passa pela preservação do meio ambiente em que vivem.

Martínez Alier (2007, p. 21) define três correntes que defendem o ecologismo, “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”. Os defensores da ideia de culto ao silvestre

entendem uma natureza intocada, ou seja, a preservação de florestas e bosques de maneira total, como um “mito da natureza intocada”, expressão de Diegues (2000) para demonstrar as diferenças entre a postura dos ecologistas preservacionistas e as comunidades tradicionais que vivem na natureza e convivem com ela. Nesta corrente não se discutem as relações homem/natureza de maneira mais aprofundada, levando-se em conta a necessidade de utilização das florestas.

O evangelho da ecoeficiência vê a preservação sob outro ângulo. Os homens podem continuar usufruindo da mesma maneira desde que busquem alternativas que diminuam a poluição, como energias renováveis e filtros na emissão de gases de indústrias e automóveis. Foi este modelo que se consagrou no Protocolo de Quioto e que, mesmo não sendo totalmente aceito, foi o que mais caiu no gosto dos governos e grandes empresas por não alterar muito suas práticas.

Já a corrente considerada como ecologismo dos pobres ou justiça ambiental considera que “o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, chamando a atenção para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos” (ALIER, 2007, p. 33-34). É esta a opção do autor que defende um cruzamento entre as questões humanas e naturais, ou seja, pode haver um convívio pacífico entre homem e natureza desde que a utilização dos recursos naturais seja orientada também para sua preservação, que, na opinião de Martínez Alier, é o que ocorre entre as populações mais pobres, extrativistas e camponeses.

Quadro 2 – Protocolo de Quioto

O Protocolo de Quioto é um tratado internacional que visa o compromisso de diversos países em reduzir a emissão dos gases que causam o efeito estufa, considerado pelos cientistas como a principal causa do aquecimento global. Sua discussão iniciou em 1997 em Quioto, no Japão, mas sua confirmação só ocorreu em 2005 quando a Rússia se comprometeu a fazer parte, pois sua efetivação só seria possível se 55% dos países que produzem 55% das emissões estivessem de acordo. Conforme o protocolo, os países se comprometeram em diminuir as emissões de gases por meio de medidas como a melhoria dos setores de energia e transportes, a utilização de fontes de energias renováveis, a limitação das emissões de metano, a proteção das florestas indispensáveis como filtro de carbono, entre outras.

Na época da assinatura do Protocolo de Quioto, a grande

discussão foi o fato dos Estados Unidos, um dos maiores produtores de resíduos, não aceitar assinar o acordo.

Na década passada, a discussão girou em torno das florestas, considerando-as como sumidouros de carbono, isto é, para manter a produção industrial, os países desenvolvidos poderiam transferir atividades poluidoras a países cuja emissão de gás carbônico CO₂ era menor ou onde havia mais florestas.

No momento, a maior discussão em torno do Protocolo é o “sequestro de carbono”. No oeste de Santa Catarina e do Paraná, suinocultores já estão se adaptando a uma nova tecnologia em suas granjas para armazenar esse carbono, evitando que os gases provenientes do esterco suíno sejam emitidos diretamente à atmosfera. Essa medida gera o que os técnicos chamam de crédito de carbono e que serão comercializados para os países europeus. Conforme reportagem do Globo Rural em 28/08/2011, essa medida é estimulada por empresas como a Sadia. No entanto, mesmo contribuindo para a preservação do meio ambiente, quem fica com os “louros” de que preserva são as grandes empresas. Os agricultores não pagam pelo investimento necessário para a instalação dos equipamentos, mas durante os primeiros anos também não recebem pela venda dos créditos de carbono que vão para a agroindústria como pagamento do investimento.

Martínez Alier deixa claro, em sua obra, *Ecologismo dos Pobres* (2007), que existem dois tipos de sustentabilidade, uma que traduz os danos causados à natureza em valores pecuniários e outra que parte da noção da complexidade de se atribuir valores tanto às riquezas naturais como às humanas que estão envolvidos nesse processo. Um bom exemplo é o caso da venda de créditos de carbono, citados no quadro 2, que deixa claro que a proposta de reduzir a emissão de gases na suinocultura é uma iniciativa louvável em termos ambientais, contudo não se questiona a necessidade de um limite de produção para o agricultor. A justificativa para o aumento da produção sempre é a de aumento de renda da família, enquanto uma discussão voltada para o segundo modelo de sustentabilidade, proposto por Martínez Alier, levaria em conta outras alternativas de renda que não somente a suinocultura em larga escala.

3.4 Campesinato: interlocução com Soberania e Segurança Alimentar

Esses dois conceitos são tratados por diversos autores e tentarei reproduzir somente parte desse debate, o suficiente para embasar a discussão que o Movimento de Mulheres Camponesas faz, especialmente sobre a soberania alimentar. Embora com significados um pouco diferentes, esses dois conceitos se entrelaçam na medida em que, para um povo, deter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar.

O termo segurança alimentar provém de dois termos ingleses, *food security* (quantidade dos alimentos) e *food safety* (qualidade dos alimentos), o que caracteriza a segurança para o consumidor. Nesse contexto, essa é uma discussão complexa porque não se refere somente à problemática da fome, que sem dúvida é a mais preocupante, mas também aos outros problemas que são causados pela falta de comida, excesso de comida ou carência de nutrientes, e também a qualidade dos alimentos num momento em que, além do consumo exagerado de produtos industrializados, refrigerantes, enlatados, entre outros, com muitos corantes e conservantes, temos ainda o alto índice de agrotóxicos e outros insumos utilizados sem o devido acompanhamento na produção alimentar. Por esse motivo, não será possível falar em segurança alimentar de uma forma mais específica no âmbito deste trabalho. As colocações aqui apresentadas servem apenas para introduzir o debate sobre produção agroecológica, a não utilização dos agrotóxicos e o resgate de sementes crioulas de hortaliças pelas camponesas do MMC, que associam essa prática a uma forma de garantia de sua soberania alimentar.

3.4.1 Segurança Alimentar – saúde, risco e fome

Segurança alimentar pode ser definida, de forma simples, como a garantia de acesso aos alimentos a todas as pessoas. Por insegurança alimentar entende-se o contrário disso, é o risco de fome e a subalimentação que afeta cerca de um bilhão de pessoas no mundo. No entanto, uma definição mais completa pode ser encontrada na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei n. 11.346 de 15 de julho de 2006). A Losan define a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN,

como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011, p. 188)

Essa definição é bastante ampla porque envolve várias dimensões como economia, direito, agricultura, saúde, nutrição, educação, sociologia, assistência social, psicologia, entre outras. E o diálogo entre estas áreas nem sempre é fácil porque envolve fatores muitas vezes conflitantes. Um exemplo importante é a antiga associação que se fazia de que uma pessoa com sobrepeso era uma pessoa bem alimentada, quando se sabe hoje que, na maioria das vezes, o sobrepeso é consequência de uma alimentação desequilibrada. Embora os fatores sociais e socioeconômicos sejam os principais causadores da fome e da subalimentação, outros fatores também são importantes para a análise da segurança alimentar e nutricional, como os psicológicos e culturais. A fome é causada pela falta de acesso aos alimentos, mas não é somente a falta de acesso aos alimentos que provoca a subalimentação. Fatores psicológicos, transtornos alimentares como anorexia e bulimia são causas da subalimentação.

Maluf e Menezes (2000), em sua definição de segurança alimentar, defendem que se deve abranger todos esses aspectos, pois isoladamente cada elemento não dá conta de explicar o fenômeno. Para eles a segurança alimentar e nutricional é

a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade

civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF; MENEZES, 2000, p. 4).

Conforme Menezes (1998), a definição de Segurança Alimentar e Nutricional vigente no Brasil assegura que a SAN

(...) significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (MENEZES, 1998, s/p).

Essa definição, construída conjuntamente por representantes do governo e da sociedade civil, abrange vários aspectos ligados à alimentação, mas não inclui a sustentabilidade ecológica, social e econômica do sistema alimentar, ou seja, não se preocupa com o fato de que a produção do alimento e não somente a sua distribuição é fundamental na garantia da SAN. E este é, sem dúvida, um aspecto bastante polêmico na atualidade, pelo confronto de interesses que envolve a produção de alimentos no mundo e, trazendo o assunto para mais próximo, no Brasil, onde os interesses do agronegócio estão à frente dos interesses que envolvem a sustentabilidade ambiental e a produção agroecológica. Ao longo deste capítulo e no próximo, este tema será retomado muitas vezes.

Há uma série de medidas e padrões para avaliar a segurança alimentar e nutricional. Entendo que a compreensão destes padrões estabelecidos é de fundamental importância para o planejamento de políticas públicas voltadas à eliminação do problema. No entanto, neste trabalho, por não ser um campo que conheço, limito-me somente a analisar a ideia simplista de que uma maior produção de alimentos, por si só, resolveria o problema da fome no mundo. Esta ideia serviu de base para a Revolução Verde e está servindo hoje para justificar o uso de sementes transgênicas.

Conforme dados da FAO, existem atualmente cerca de 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo. A maior concentração da fome está nos países africanos, alguns países asiáticos e na América Latina. Para a Via Campesina (2011), esse número sobe para 925 milhões, se somarmos os problemas decorrentes da má alimentação que

resultam em doenças como a diabetes e a obesidade, entre outros. Para Menezes (1998), apesar de o problema estar localizado nas regiões mais pobres do mundo, não se pode esquecer que as crises econômicas globais e as crescentes migrações revelam que também em países desenvolvidos estão se formando bolsões de miséria.

No Brasil, é na região Nordeste que se localiza o maior número de pessoas atingidas pela fome, mas o problema está presente em todas as regiões do país, desde as regiões metropolitanas mais populosas até as áreas rurais, onde essa incidência é ainda maior.

No Brasil, é significativamente maior, para a área rural, a proporção das populações abaixo da linha da pobreza. Os índices são muito altos em quase todas as unidades da federação, sendo que apenas São Paulo está em um nível abaixo de 20%. No Nordeste, os resultados são extremamente elevados. Estados como Piauí e Paraíba apresentavam mais do que 70% de sua população rural em condição de extrema pobreza. O índice médio da região mostra que mais da metade da população que vive no campo se encontra naquela condição, tendo como consequência a fome e a própria negação de sua cidadania. Mas o que causa espanto é que, fora do Nordeste, em estados considerados exemplares no nível de desenvolvimento e riqueza que alcançaram, como o Paraná, esta proporção chega a quase 40% do total da população rural. Tudo isto fortalece a convicção de que a superação da miséria e da fome, no Brasil, passa em grande medida por uma profunda transformação das relações sociais no campo (MENEZES, 1998, s/p).

Embora tenha iniciado com Betinho⁶⁵, na Campanha que liderou contra a fome, no Brasil a discussão sobre segurança alimentar se tornou mais forte a partir de 2003, com o lançamento do Programa Fome Zero.

⁶⁵ Betinho ou Herbert José de Souza nasceu em 1935 e faleceu em 1997. Foi sociólogo e também uma ativista dos direitos humanos. Em 1981, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, juntamente com Carlos Afonso e Marcos Arruda. Se dedicou à luta pela reforma agrária, mas o que mais o destacou foi a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Também, nesse momento, um ministério foi criado para implantar políticas de combate à fome e à pobreza no Brasil, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), cujo ministro foi José Graziano da Silva⁶⁶. Em 2004 esse Ministério foi extinto e sua competência passou para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que substituiu o Ministério da Assistência Social.

Programa Fome Zero⁶⁷

O Programa Fome Zero, propaganda da campanha de Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, foi implementado já no início do seu governo. Conforme o próprio coordenador e Ministro do recente criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), José Graziano da Silva, utilizando as palavras do então presidente Lula, “o programa é tão complexo quanto o problema que pretende atacar”.

O Programa Fome Zero é dividido em três eixos. O primeiro eixo se refere ao Acesso aos Alimentos e contém programas e ações de transferência de renda, alimentação e nutrição e acesso à informação e educação, como o bolsa família, programa de alimentação escolar (PNAE), programa de cisternas, restaurantes populares, entre outros. O segundo eixo é o Fortalecimento da Agricultura Familiar que busca desenvolver ações no campo da agricultura familiar e na promoção de geração de renda e aumento da produção de alimentos para o consumo. Aqui estão inseridos o Programa Nacional de Fortalecimento

⁶⁶ Graziano da Silva é licenciado em Agronomia, Mestre em Economia e Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atuou como professor titular e coordenou o Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da UNICAMP, além de possuir vasta publicação sobre a questão agrária. Em 2001, coordenou a elaboração do Programa Fome Zero e foi subsequentemente nomeado, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Em 2006, José Graziano da Silva assume o cargo de Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe. Em 2011 foi eleito diretor-geral da FAO.

⁶⁷ Vale lembrar que desde sua implementação o Programa Fome Zero passou por adaptações. Assim, algumas ações destacados já não mais fazem parte do Programa e outros foram incluídas no decorrer do processo.

da Agricultura Familiar (PRONAF), o programa de garantia de safra, o seguro da agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O terceiro eixo se refere à geração de renda e envolve programas de qualificação profissional e organização de grupos, com base na economia solidária e inclusão produtiva, microcrédito, etc. E, por fim, o quarto eixo se refere à articulação, mobilização e controle social. Tem como objetivo estimular as parcerias entre governo e sociedade civil no combate à fome e na promoção da segurança alimentar e nutricional, abrangendo programas assistenciais como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), a capacitação de agentes públicos, etc. (fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Programa Fome Zero. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em 21 de setembro de 2011).

Os três eixos de ações citados acima podem ser traduzidos também como ações estruturais (direcionadas às causas mais profundas da fome e da desnutrição), ações específicas (para as famílias que não tem condições de se alimentar adequadamente) e ações locais que foram desenvolvidas no âmbito das prefeituras e secretarias municipais (MALUF, 2009, p. 91).

Para diminuir a insegurança alimentar, Chonchol (2005, p. 40) propõe dar atenção às experiências vivenciadas por países como Japão e Indonésia, por exemplo, que, há algumas décadas, têm dado prioridade à agricultura, contrastando com países da África que priorizaram a produção industrial em substituição à produção manufatureira anterior. Assim, enquanto os países do Sudeste Asiático aumentaram a produção de cereais básicos para sua alimentação, como o arroz, na África, governos priorizaram a produção industrial em detrimento da agricultura. Jacques Chonchol chama a atenção para a falácia da concentração da produção como uma propaganda para o fim da fome e da subalimentação.

É por isso que todo sistema de intensificação da produção, no qual a maior parte desta é obtida por um pequeno número de grandes produtores modernizados, e os pequenos produtores familiares ou subfamiliares ficam marginalizados assim como os trabalhadores sem terra, não pode garantir e, pelo contrário, agrava a segurança alimentar nos campos. Isso é, em grande parte, o que tende a ocorrer hoje em muitos países em

desenvolvimento, como vemos o caso da América Latina. As políticas públicas de reforma agrária, de crédito, de investimento e de comercialização devem, pois, ir contra essa tendência à concentração da produção (CHONCHOL, 2005, p. 41).

O que temos assistido no Brasil é justamente uma política agrícola que favorece a concentração. Embora possa ser visto que os investimentos para a agricultura familiar aumentaram na última década, o modelo agrícola brasileiro é o agronegócio.

3.4.2 Soberania alimentar – independência das multinacionais e autonomia

Na década de 1930, o mundo viveu um paradoxo no que diz respeito à produção de alimentos e o seu consumo. Por um lado, vários países desenvolvidos possuíam excessos de produção mas, por outro lado, observava-se, nos países em desenvolvimento, problemas de subnutrição e de fome. Conforme Chonchol (2005, p. 33), enquanto especialistas em nutrição alertavam para a necessidade de se produzir mais alimentos para suprir a carência mundial, economistas faziam o contrário, falavam em diminuição da produção por causa dos excessos em alguns países. É nesse contexto que, em 1945, através de discussões feitas no âmbito das Nações Unidas – ONU, surge a Organização para a Alimentação e Agricultura – FAO.

Em 1962, a FAO cria o Programa Alimentar Mundial que tinha por objetivo sanar o problema da fome no Extremo Oriente⁶⁸. Com isso, a comunidade científica apoia a iniciativa de introduzir o plantio de sementes de alto rendimento. Então, inicia na Ásia, em 1965, a Revolução Verde. Segundo Chonchol (2005, p. 34), esse processo aumentou consideravelmente a produção, no entanto, os custos sociais foram ainda maiores. Na Índia, por exemplo, antes da Revolução Verde, 18% do campesinato não possuía terras, e já em 1970, esse número cresceu para 33%. Na década seguinte, países como Etiópia, Bangladesh e também os da região conhecida como Sahel⁶⁹ africano passaram por

⁶⁸ O Extremo Oriente corresponde a países como China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Taiwan, Hong Kong, Mongólia e Macau.

⁶⁹ O Sahel africano corresponde a uma região que faz divisa entre o deserto do Saara e a parte sul da África onde as terras são mais férteis. É uma faixa de

períodos de fome. Conforme Maluf e Menezes (2000), a falta de estoques de alimentos nas décadas de 1960 e 1970 fundamentaram a ideia de que o problema da fome no mundo era falta de alimentos suficientes para toda a população, o que reforçou o argumento de que aumentar a produtividade seria uma das soluções possíveis. Com isso, as ideias favoráveis à Revolução Verde ganharam mais força.

Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou - embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde - e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial (MALUF e MENEZES, 2000, p. 1).

Na década de 1980, os estoques alimentares mundiais crescem, entretanto, como esse crescimento ocorre nos países mais desenvolvidos, o problema da fome persiste. Como coloca Choncol (2005, p. 34), “a fome não é tanto consequência de uma produção alimentar insuficiente, como da marginalização econômica de certas populações”. Assim, aumentar a produtividade dos países que já produzem estoques suficientes não resolveria o problema da fome, seria mais eficaz dar condições para que todos possam produzir para garantir o mínimo de auto sustento interno. O problema da carência de alimentos em diversos países não é decorrente somente de problemas climáticos, mas, sobretudo de conflitos políticos em muitas regiões. Esses conflitos se tornam, na década de 1990, o principal motivo da necessidade de ajuda alimentar para vários países, principalmente na África.

Choncol, em texto de 2005⁷⁰, expôs uma previsão para o ano de 2010. Conforme a previsão, a população mundial seria de 7 bilhões de habitantes, sendo que 94% se encontraria nos países em

transição entre o clima desértico e o clima tropical e abrange países como Mauritânia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Nigéria, República Democrática do Congo, Camarões e Sudão.

⁷⁰ O texto foi publicado pela primeira vez em 2002 no Chile. A versão referida aqui é de 2005, publicada no Brasil.

desenvolvimento. O crescimento da produção de alimentos seria de 1,8% ao ano, acompanhando o decréscimo que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Nesta perspectiva também estava previsto para 2010 que, na Ásia do Sul, haveria em torno de 240 milhões de pessoas subalimentadas e que a subalimentação crônica atingiria ainda cerca de 300 milhões de pessoas da África ao Sul do Saara, que giraria em torno de 35% da população. Em todo o planeta a estimativa prevista era de que cerca de 730 milhões de pessoas seriam afetadas pela fome e pela subalimentação. Chonchol (2005, p. 37-38) alertava ainda para o aumento da produção animal nos países em desenvolvimento. Com isso, parte da produção de grãos se destinaria à alimentação animal, o que poderia se tornar um risco, na opinião do autor, devido a um possível aumento de preços dos cereais que são a base alimentar da população mais pobre.

Também as previsões de aumento das áreas cultivadas não podem ser analisadas sem a real noção da capacidade de crescimento, ou seja, a de que cerca de 92% das terras aptas para a produção agrícola e que ainda não foram exploradas estão concentradas na África ao Sul do Saara e na América Latina, nesse caso, grande parte no Brasil. Dois terços dessas terras estão em países como o Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, México, Peru e Venezuela, Zaire, Indonésia, Sudão, Moçambique, Argélia e Tanzânia. Grande parte dessas terras supostamente disponíveis está recoberta por florestas e reservas naturais.

Conforme destaca Maluf (2009, p. 134-135), há no Brasil uma disponibilidade de cerca de 3.000kcal/dia por pessoa, quantidade acima da média recomendada pela FAO, que é 1.900/kcal/dia para cada pessoa. No entanto, para gerar essa quantidade de alimentos, setores ligados ao agronegócio declaram que é necessário expandir a produção e que esta expansão tem um custo. Traduzindo, se a necessidade é produzir alimentos, os danos ambientais devem ser relevados. “Não se trata então de escolher entre fome e destruição do meio ambiente, mas sim de optar pelo desenvolvimento sustentável com modelos de produção e também consumo igualmente sustentáveis” (MALUF, 2009, p. 134-135).

A Via Campesina apresentou um conceito de soberania alimentar na Conferência Mundial sobre a Alimentação realizada em 1996, em Roma, pela FAO. Este conceito ressalta a soberania alimentar como “o direito que os povos têm de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares sem dumping de outros países”. Este é o grande desafio, uma vez que mais do que nunca os rumos da política agrícola dos países

são decididas em cúpulas fechadas e nas bolsas de valores, locais em que não somente os agricultores, mas a maioria da população sequer conhece a dinâmica de funcionamento. Refletindo em termos de Brasil, de 1996 para cá, a política agrícola esteve ainda mais orientada para a exportação (MALUF, 2009). A preocupação maior tem sido um modo de produção que seja aceitável para os países para os quais esses produtos serão destinados e não a garantia de qualidade de vida dos produtores e da população do país de origem. Em outras palavras, quando a produção é voltada para a exportação, a preocupação é aumentar a produtividade do que será exportado em detrimento da variedade necessária à alimentação da população interna, não garantindo alimentos saudáveis e com valores nutricionais necessários.

No Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Havana, Cuba, no ano de 2001, a soberania alimentar foi definida como

(...) o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

Para Maluf (2009, p. 19), a incorporação da noção de soberania alimentar aos princípios da SAN traz uma nova visão que difere das ações para a segurança alimentar anteriormente implementadas pelos governos, porque traz à tona a discussão das grandes corporações e sua influência nas decisões que envolvem a produção de alimentos e o que é concebido como soberania pelos movimentos sociais.

3.5 Encaminhando a discussão

Frente à discussão sobre o conceito de campesinato nos deparamos com a indagação inicial sobre qual o conceito utilizado por este movimento específico de mulheres trabalhadoras rurais.

Como demonstrei, conceito clássico de campesinato ainda é válido para analisar as questões pertinentes ao Movimento de Mulheres Camponesas porque o caráter familiar ainda é a base das propriedades

das militantes, assim como as questões relativas à participação no mercado e à pluriatividade são hoje noções que não devem ser relegadas para este estudo. Também não se pode esquecer a interlocução que este faz com a agroecologia, trazendo esta como uma característica própria do camponês, como veremos nos depoimentos concedidos por elas no próximo capítulo. Além disso, trazem também os conceitos de soberania e de segurança alimentar como produto do modelo camponês e de suas lutas.

Outra especificidade tratada neste capítulo nos conduz a pensar a definição de camponês para o MMC como uma conceituação política, ou seja, o conceito de campesinato, que no Brasil sempre teve um caráter de luta política. Se uma das premissas da soberania alimentar é o direito dos povos de definir as estratégias de sua produção, as militantes do MMC estão mostrando isso nos seus discursos, contrária às grandes corporações, e em suas práticas com o trabalho de recuperação de sementes crioulas de hortaliças.

Vamos mostrar no próximo capítulo como o MMC constrói essa definição de camponês e também a relação que mantém com os conceitos discutidos até aqui.

CAPÍTULO 4

4. O conceito de camponês para o MMC

Conforme foi dito no primeiro capítulo, o MMC tem uma história de luta de quase três décadas. Neste período, muitas foram as suas reivindicações ou suas bandeiras de luta, como as militantes camponesas costumam se referir. Percebemos, neste espaço de tempo, conquistas importantes no campo dos direitos trabalhistas, especialmente sua inserção como seguradas especiais da previdência. Estas conquistas causaram a admiração dos representantes de três países africanos, Namíbia, África do Sul e Moçambique, no intercâmbio entre estes países e o Brasil realizado em Chapecó, SC, no mês de maio de 2010. Nestes países, os camponeses, homens e mulheres, não possuem as garantias de aposentadoria aos 60 anos para os homens e aos 55 anos para as mulheres e nem os demais benefícios previdenciários que aqui são assegurados aos trabalhadores rurais. Como já mencionei, o MMC teve um papel importante para a efetivação destes direitos no Brasil ao montar caravanas de mulheres e ir a Brasília exigir que os parlamentares votassem em favor dos trabalhadores rurais, especialmente para a implementação dos direitos expressos na Constituição de 1988.

O intercâmbio com os representantes africanos foi um evento muito importante não somente para o MMC, como também para a realização do trabalho campo desta pesquisa. Foi um momento em que o movimento de mulheres contou sua história separando-a por espaços de tempo, o que me foi muito útil para ter uma visão mais ampla do movimento. Ao questionar sobre o intercâmbio com os países africanos, recebi a seguinte explicação de Dona Justina Cima⁷¹

Sim. Eu acho que aqui é importante dar uma explicação mais... Esse projeto, nós temos na América Latina e nos países africanos um processo que chamamos diálogo dos povos. E dentro do processo do diálogo dos povos surgiu essa necessidade de se trabalhar com um projeto de agricultura e de sementes crioulas. No ano passado, quando teve o Fórum Social Mundial em Belém, o diálogo conseguiu garantir as passagens

⁷¹ Justina Cima é camponesa, do município de Quilombo/SC e da direção nacional do MMC.

através do governo brasileiro para a participação dos companheiros e das companheiras da África no Fórum Social Mundial de Belém. Nesta vinda, os companheiros que vieram, as companheiras, tiveram audiência com o governo brasileiro. Conheceram o Ministério do Desenvolvimento Agrário, estiveram na Secretaria Geral da Presidência da República e apresentaram uma demanda e a necessidade de que o governo brasileiro contribuísse com os movimentos da África nessas questões do projeto de agricultura camponesa. E o governo brasileiro então se sensibilizou e abriu possibilidade de construir um projeto aonde os movimentos do Brasil poderiam contribuir na troca de experiência com os movimentos africanos na questão das sementes crioulas. E aqui no Brasil teve um debate então. E teve indicação de dois movimentos que tinham trabalho com o processo de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas. Então teve a sugestão do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil e do MST do estado de Goiás. Quando o MMC recebeu este convite, como nós fazemos parte do diálogo dos povos, julgamos muito importante assumir esta tarefa e contribuir com este projeto. Na direção nacional do Movimento de Mulheres Camponesas teve o debate, a discussão. E o estado de Santa Catarina teria mais condições de contribuir porque vem desenvolvendo concretamente todo esse trabalho da recuperação, produção e melhoramento de sementes. Então, concretamente, quem vai estar no projeto vai ser o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. E na coordenação, então, ficaria uma dirigente que é da direção estadual e também da direção nacional. Também é importante dizer de que para avançar na construção do projeto nós estivemos na África, o MMC, o MST, o Ibase, que é o instituto de estudos socioambientais do Rio de Janeiro, mais o governo brasileiro em outubro do ano passado, aonde nós fizemos o discussão com o governo da África, da Namíbia, da África do Sul, Namíbia e Moçambique. Com as organizações daqueles

países, com as embaixadas brasileiras que estão naqueles países, já que o projeto seria de governo pra governo e a execução seria dos movimentos. E então outra missão que é essa do dia 3 até o dia 18 dos companheiros e das companheiras africanas que vieram então para conhecer as experiências aqui. Só para informar, o projeto por parte do governo brasileiro, ele está praticamente já pronto, e está nos outros três países para ser assinado pelos três governos dos outros países. E a continuidade do projeto terá duração de dois anos a partir do momento da assinatura. E quem vai contribuir daqui do Brasil nos países vão ser técnicos e lideranças do movimento. Então concretamente vai ser o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, e o MCP de Goiás (Fala de uma liderança do MMC no Intercâmbio com africanos/maio de 2010).

O primeiro capítulo mostrou a história do MMA/MMC desde seu início, mas não se deteve nesta passagem do Movimento de Mulheres Agricultoras para o Movimento de Mulheres Camponesas. Muitas questões devem ser colocadas neste processo de mudança de nome do movimento. Qual a diferença entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e o Movimento de Mulheres Camponesas? Existe, de fato, uma diferença entre ser agricultora e ser camponesa para o movimento?

Este capítulo pretende mostrar porque o MMA resolveu se tornar MMC e qual o significado desta mudança para as mulheres. Mas pretendemos ir além da discussão conceitual entre agricultura familiar e campesinato. Queremos mostrar que, para além dessa mudança, o movimento permaneceu igual em alguns aspectos, mantendo, inclusive, uma identidade própria no Oeste de Santa Catarina, embora tenha ampliado seu campo de luta ao incorporar-se à Via Campesina.

Queremos mostrar também a continuidade das antigas lutas do MMA e quais as novas lutas, agora transformadas em práticas que contribuem na elaboração do que consideram camponês e camponesa. A Assembleia do MMA realizada em 2001 na cidade Concórdia/SC traçou o que considero aqui como o terceiro momento do MMA/MMC. Esta assembleia foi o passo inicial para o que é hoje um dos projetos mais ricos do movimento, o projeto de recuperação de sementes crioulas, do qual trataremos mais adiante.

Esta terceira fase é marcada pela exteriorização de uma postura feminista das militantes, porque é neste momento que o movimento se assume como um “movimento camponês e feminista”. Mais adiante trataremos das nuances dessa nova definição do movimento.

Outro ponto importante também nessa última década é a elaboração de um discurso ecofeminista. Esse discurso aparece muito ao tratar da agroecologia, do cuidado com o meio ambiente e da preocupação em produzir alimentos saudáveis. Tanto ao tratar da alimentação saudável como da prática de recuperação de sementes crioulas. Tocam em outros dois pontos fundamentais para a análise deste terceiro momento, as noções de segurança alimentar e de soberania alimentar.

Tratarei então de conceitos fundamentais para se pensar o Movimento de Mulheres Camponesas hoje, como a definição de camponês, de segurança e soberania alimentar, do feminismo e do ecofeminismo, a partir de suas práticas e seus discursos.

4.1 Ser camponês e camponesa sob a ótica do MMC

4.1.1 Definição de camponês pelas mulheres

A identidade camponesa é o reconhecimento do que o identifica, do que lhe é próprio. Ela é caracterizada pelo modo de viver, pelo modo de se relacionar com outros grupos sociais e com a natureza, através do uso que se faz dela, expressos pelos hábitos alimentares e comidas típicas, pela cultura, pela música, pelas danças, pela mística e religiosidade, pelo jeito de produzir e de cuidar da terra. Para o camponês e a camponesa, a terra é o lugar de reproduzir e cuidar da vida. As sociedades e comunidades tradicionais, nas quais se inserem os indígenas, os quilombolas, os sertanejos, os caiçaras, os caboclos, os extrativistas e, por fim, o campesinato em toda sua sociodiversidade, caracterizam-se pela sua dependência em relação aos recursos naturais. É no aprendizado sobre o funcionamento dos ciclos naturais – de quando chove ou faz seca, sobre as plantas que ali crescem ou os animais que por ali vivem – que nasce e se desenvolve o conhecimento sobre essa diversidade, e que tradicionalmente é repassado de uma geração a

outra. Assim se constrói “o modo de vida” de cada povo ou comunidade tradicional e são definidos os seus territórios, espaços onde cada grupo se reproduz econômica e socialmente, auto identificando-se com “o lugar”, por pertencer a uma cultura distinta da demais. Assim é o camponês brasileiro (SILVA, 2011, p. 453).

Esta citação está no livro “Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade” e é de autoria de Marciano Toledo da Silva⁷², no artigo “Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa”. Esta referência mostra a visão dos movimentos sociais em relação à nova configuração de campesinato, uma noção que recentemente apareceu muito entre os movimentos ligados à Via Campesina.

O Movimento das Mulheres Camponesas – MMC foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do MMA em SC, do MMTR no RS e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990 esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR, que resultou na criação do MMC.

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo “camponês”. As antigas denominações de “agricultoras” e “trabalhadoras rurais” foram substituídas por “camponesas”. Uma das justificativas do MMC diz que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas. Outra justificativa refere-se ao trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento.

Fizemos debates sobre a *categoria camponês* que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por

⁷² Marciano Toledo da Silva é engenheiro agrônomo e mestre em Agroecologia. É assessor técnico do MPA e da Via Campesina Brasil.

outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009).

No discurso das lideranças essa ideia também está presente, conforme foi confirmado por uma militante durante missão Brasil-África da qual o MMC estava participando.

Teve todo um debate de 2002 a 2004, em todo o país, de que nome representaria melhor o nosso movimento e contemplasse mais as mulheres de todo o país. Nesse processo de 2002 a 2004, o que se consolidou foi de que o nome que mais envolveria, vamos dizer assim, categorias de mulheres no campo, era o MMC, que são aquelas que produzem o seu auto sustento e renda no campo (liderança do MMC, maio 2010).

Não se pode deixar de notar que, mesmo que as camponesas não assumam a influência da Via Campesina nesta decisão, esta ocorreu no momento em que passaram a fazer parte da Via. Ao criarem o MMC, esse movimento se incorporou à Via Campesina, por ocasião da IV Conferência da Via Campesina que ocorreu em junho de 2004 no Brasil. Essa união já vinha sendo discutida, ou seja, não há como separar essa decisão, pois isso é uma consequência das articulações entre os movimentos sociais do campo para se fortalecerem frente aos desafios colocados nas últimas décadas em relação à própria existência de algumas organizações. Entretanto, o importante para este trabalho é o que o próprio MMC considera para explicar esta mudança.

4.1.2 Da definição clássica à definição do MMC

A noção de camponês elaborada por Chayanov, tomada ao pé da letra, denomina como camponês aquele produtor familiar que cultiva a terra com vistas a garantir a subsistência da família, mas não se insere no mercado. Ou seja, uma noção de trabalhador rural que é proprietário do seu meio de produção, mas que não alimenta o capitalismo. O que Chayanov teorizou na década de 1920 na Rússia Comunista, perde o sentido na atualidade para definir grande parte dos produtores familiares no Sul do Brasil, onde há uma estreita ligação com o mercado. Entretanto, se a relação com o mercado já não ocorre da mesma forma, a noção de trabalho familiar e de satisfação das necessidades da família asseguram ainda a validade das ideias de Chayanov. Grisa e Schneider (2008) mostram a importância que a produção para o autoconsumo familiar têm nas propriedades rurais do Rio Grande do Sul. Conforme esses autores, a produção e a troca de produtos para autoconsumo é uma prática recorrente entre os agricultores. Dessa forma não exclui a ideia de uma agricultura em parte camponesa, mesmo que a propriedade produza parte dos bens exclusivamente para o mercado⁷³.

Na França, a denominação “camponês” sempre foi muito utilizada para demarcar um tipo de agricultura baseado na exploração familiar. Se o termo, hoje, mesmo lá não é mais utilizado com a mesma ênfase, não é porque o camponês tenha desaparecido, mas porque foi substituído pela denominação de “agricultor familiar”. Abramovay (1998, p. 24) define mais claramente o porquê dessa substituição:

São camponeses aqueles produtores familiares marcados por uma inserção parcial em mercados incompletos [...]. Diferentemente de boa parte da literatura a respeito, a ênfase da definição (e, portanto da diferença com relação aos agricultores familiares modernos) está no tipo de relação com o mercado.

As camponesas ligadas ao MMC não concordam com essa divisão em que camponês está um passo atrás em relação aos agricultores familiares. Não consideram o campesinato um modo mais

⁷³ Trato aqui dos bens exclusivos para o mercado como a suinocultura e avicultura integradas e, também, a produção de fumo, que são destinadas totalmente às agroindústrias.

atrasado ou com menos inserção no mercado. Diferenciam, sim, agricultura familiar de camponato, tendo este último como um modo de produção diferenciado, mas nunca inferior. As falas a seguir foram gravadas na abertura 11ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas⁷⁴, que ocorreu na cidade de Xaxim, também na região oeste, em agosto de 2010. Esta assembleia foi também um marco importante na pesquisa porque aqui o movimento demonstrou claramente sua posição feminista, fato que no início do MMA não era visto, como foi tratado no primeiro capítulo. Estas falas são das principais lideranças do MMC em SC.

Muitas coisas já foram contempladas pelas que me antecederam, mas uma coisa que eu queria aqui colocar em relação à nossa identidade camponesa, o camponês, o verdadeiro camponês, ele não precisa de interferência de fora, ele planeja sua unidade de produção, muito diferente na agricultura familiar, que ele apenas faz o que os outros planejam. E o camponês, ele planeja a sua unidade de produção, ele não precisa de interferência de fora. E nesse sentido, nós temos que dizer, temos que avançar bastante ainda para nós de fato sermos verdadeiros camponeses (Fala de abertura do 11ª Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

Na fala desta militante fica claro que o conceito de camponês para o movimento está sendo construído. Ele vem dos campos político e intelectual para a prática efetiva destas mulheres em suas propriedades.

Ainda durante a abertura desta assembleia, Justina Cima, uma das lideranças mais antigas do movimento, se refere ao conceito de agricultura familiar como uma forma de subordinar a agricultura camponesa. Ela fala das diferenças entre esses dois modelos e qual a opção do MMC.

E camponesa, pra nós, vou repetir aqui, que camponesa é toda aquela que produz a comida, o

⁷⁴ Nota-se aqui que mesmo com a mudança de nome para MMC, o movimento seguiu com a contagem das suas assembleias estaduais a partir do surgimento do MMA. Isso demonstra que o movimento manteve uma identidade própria aqui no estado, apesar de ter se tornado nacional.

alimento para o auto sustento, porque nós não gostamos do termo subsistência porque parece que nós temos que subsistir, nós queremos o auto sustento e a renda. E a renda suficiente pra quê? Para ter cultura, pra ter lazer, pra ter educação, nesse sentido.

O orgulho de ser agricultor camponês, porque tem também algumas enrolações na história: para matar a agricultura camponesa, entrou o termo agricultura familiar tudo misturado. Porque o regime, o jeito de trabalhar, é familiar, isso é verdade. Mas a agricultura é camponesa [...]. Agora depois que pôs também o conceito no sentido de dar uma misturada, uma embaralhada na nossa cabeça, misturando a história da agricultura familiar e agricultura camponesa e tudo mais, também foi se instalando junto com isso as integrações e aí vai um pouco nesse sentido (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010).

Sobre essa diferenciação pesa a utilização de agrotóxicos e a sua não utilização. Fica evidente que, por meio de seus discursos, as líderes têm a intenção de convencer as camponesas a fazer uma escolha pelo modelo em que os agrotóxicos fiquem de fora.

O que vocês disseram aqui na questão da agricultura, essa questão que muitas vezes se mistura os conceitos: agricultura camponesa, agricultura familiar. A Justina já entrou bem nesse assunto, mas é importante nós dizer isso: na agricultura camponesa não cabe veneno! Já foi dito e afirmado. Não cabe veneno, não cabe aquele maquinário todo pesado... isso não é agricultura familiar/camponesa. Essa é a diferença. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010)

A luta pela igualdade, a solidariedade que existe entre nós, o cuidado, o cuidado que a gente tem com a natureza, com as sementes, com a água,

com a nossa própria vida. A produção das sementes, o cuidado com a água e com o solo. A produção de alimentos saudáveis é uma identidade nossa. A diversidade de produção... basta olhar o que a gente trouxe (para o encontro), basta olhar a nossa comida, basta olhar nosso dia-a-dia. A riqueza, a diversidade, o resgate do que muitas vezes foi perdido da produção de alimentos. A produção do auto-sustento. O cuidado com a horta, com o pomar, com o jardim, a casa, as plantas medicinais, vejam nossa identidade, gente, não é companheiras! Isso tudo nos identifica! (Zenaide Colett. Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim)

A Agricultura familiar muitas vezes a gente vê, várias famílias em pequenas propriedades, plantando toda a sua extensão de terra com fumo, ou produz leite, e onde vai buscar alimento? Vai na cidade, compra o alimento envenenado da agricultura camponesa e familiar. Percebe que tem uma diferença? Porque as camponesas que eu conheço produzem a sua alimentação. Se auto sustentam, e ainda produzem... e a luta sempre essa de dizer não ao veneno. Isso é a agricultura camponesa, é outro projeto de vida, outro projeto de sociedade. Óbvio que tem que ir construindo, não está pronto... (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010))

Esta última fala remete ao que será discutido mais adiante, a produção para o autoconsumo, uma produção que se perdeu com o passar do tempo na região. Durante o estágio sanduíche realizado em Segóvia, na Espanha, pude perceber o quanto esse tipo de produção havia se perdido por lá também. Segóvia é uma província na comunidade de Castilla y Leon, onde vivem cerca de 165 mil habitantes. Esses habitantes estão divididos em 209 municípios, dos quais apenas quatro têm população superior a cinco mil habitantes, incluindo a capital, que também leva o nome de Segóvia e tem em torno de 55 mil habitantes. Em mais da metade dos municípios a população não ultrapassa os duzentos habitantes. Mesmo assim, o que percebi, vivendo na capital da província por oito meses, foi uma alimentação

bastante industrializada. Além disso, as experiências de produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos é bastante tímida.

No intercâmbio com os representantes dos países africanos, realizado em Chapecó no mês de maio de 2010, Bartolomeu, um camponês de Moçambique que representava o Movimento Nacional Camponês, assim definiu a diferença entre camponês e agricultor naquele país.

[...] Para nós é uma questão muito importante que quando se fala agricultor é uma pessoa que tem alguns empregados, trator, por exemplo, uma área de terra maior. Há uma diferença muito grande entre agricultor e camponês. Há outra diferença. O agricultor defende a venda de terra, o camponês, não. E são os agricultores que se aliam às multinacionais. (Fala de uma liderança do MMC no Intercâmbio com africanos/maio de 2010)

Essa diferença de caracterização, assim como aqui no Brasil, não é estática e imutável, mas se adapta ao período em que se discute o uso de um ou outro termo.

Algumas características de um conceito clássico podem permanecer, com algumas adaptações. Para discutir o conceito de camponês utilizado pelos movimentos sociais temos que ir além do conceito clássico ou do conceito acadêmico do termo. Parti da ideia de que a ressignificação do conceito, elaborado pelo MMC, serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento. Essa mesma ressignificação foi realizada pela Via Campesina para justificar a pluralidade dos movimentos que a compõem e para dar um caráter mais político à rede formada. Conforme Vieira (2009), não há um consenso entre os membros da Via Campesina sobre o conceito de camponês. Há, no entanto, características que se entrelaçam como a que são trabalhadores do campo, o que os distingue dos trabalhadores urbanos, e a ideia de um conceito político, ou seja, que retome a ligação que esse conceito teve no Brasil com as Ligas Camponesas e, em outros países, com o campesinato que empreendeu lutas sociais.

O conceito de camponês, no Brasil, raramente foi utilizado para definir os agricultores do sul. A ideia de camponês remonta às Ligas Camponesas no Nordeste e é associada à luta pela terra, como já mencionei no início deste trabalho. É mais uma designação política do

que uma categoria de análise. Porto e Siqueira (1994, p. 79) discutem a utilização dos conceitos de campesinato e de pequena produção no Brasil, a partir da década de 1950. Nesse momento, com relação à dimensão político-social, as análises estavam centradas em dois blocos distintos, de um lado latifundiários e de outros camponeses. Assim, todos que não fossem latifundiários⁷⁵ eram considerados camponeses. Na dimensão político-ideológica, a utilização do conceito remetia às lutas empreendidas no campo, especialmente em relação às Ligas Camponesas. Na década de 1970, com o processo de modernização do campo, também a utilização dos conceitos se alterou. O conceito de pequena produção foi sendo mais utilizado numa tentativa de substituir o de campesinato. Nota-se, conforme as autoras, que a utilização do conceito de pequena produção contribuiu para uma despolíticação no que se refere à discussão da questão agrária no Brasil. Na década de 1980, há uma tendência em se utilizar categorias empíricas em substituição aos conceitos de pequena produção e de camponês para as dimensões político-ideológicas. É o caso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os Atingidos por Barragens, Assentados, etc.

Com a filiação do MST à Via Campesina, a partir do final da década de 1990 até hoje, esse movimento passou a se autodenominar camponês, mesmo conservando a antiga denominação. A crítica que é feita ao conceito de agricultura familiar por alguns movimentos sociais é que ele abrange todas as formas de produção que não são patronais. A diferenciação significa dar uma identidade para cada movimento. No caso do MMC significa, então, que o movimento se identifica com a luta da Via Campesina:

A relação com os outros movimentos, (...), então nós se enquadramos nas decisões da Via Campesina nacional e da via campesina fazem parte o MST, o MAB, que é os atingidos por barragens, o MPA, a PJR, que é a juventude rural, o MMC, que somos nós. Então a gente centraliza as decisões que a Via Campesina toma, elas são respeitadas por todas as entidades que fazem parte da Via Campesina. Então a nossa relação com os outros movimentos é pacífica, e quando nós temos as lutas maiores, nós nos juntamos, então nós trabalhamos todos juntos. E quando tem

⁷⁵ É importante lembrar que as autoras utilizam o termo latifundiário, porém aqui estão inseridos não apenas o latifúndio, mas também as grandes propriedades produtivas.

atividades das mulheres da via campestre, como nessa atividade aqui, nós temos a relação com mulheres do MAB, do MST, do MPA, que estão junto conosco aqui, nessa atividade”. (liderança MMC, março de 2010)

Pode-se assumir uma posição em que agricultura familiar corresponderia aos que estão inseridos mais fortemente ao mercado e campesinato representaria aqueles cuja relação com o mercado é menor. A proposta desse trabalho estaria resolvida e não haveria motivo para a confusão entre os dois conceitos apresentados. No entanto, entre as mulheres do MMC que se autodenominam camponesas há aquelas cuja unidade de produção familiar está fortemente inserida no mercado. Para não se excluírem, passaram a ignorar esse conceito clássico, adotando um significado de luta para o conceito de campesinato e a ideia de uma agricultura camponesa associada à agroecologia. A produção agroecológica hoje, embora seja voltada para um importante nicho de mercado, nem sempre é suficiente para sustentar a família. Mas isso para as mulheres do MMC não é problema porque são camponesas também aquelas cujos maridos utilizam agrotóxicos nas lavouras, desde que não atinjam a horta familiar. Uma camponesa contou em um encontro do MMC que seu marido aplicou agrotóxico próximo aos canteiros de tomates que ela cultivava. A reação dela foi encher um balde com os tomates e jogar aos pés dele, dizendo-lhe que comesse os tomates envenenados. Tentava assim sensibilizar o marido para a produção orgânica, especialmente a da horta. No caso dessa militante, que é uma liderança expressiva na região, sua família se enquadra no que, em alguns de seus discursos aparece, como agricultores familiares de médio porte, ou muito inseridos no mercado. E isso não a impede de se autodenominar camponesa justificando que **“camponês é aquele que produz seu próprio alimento”**.

Grande parte das mulheres que pertencem ao MMC possuem integrações com as agroindústrias, seja de suínos, de aves ou leiteira. Quase sempre, quando me refiro à integração, destaco os ramos de suínos e aves e não a atividade leiteira que também é um tipo de integração. Isso se deve às exigências e investimentos nesses ramos que são maiores do que na produção de leite. No entanto, também a atividade leiteira vinculada a laticínios traz uma série de exigências aos camponeses, como por exemplo, a venda de uma quantidade mínima de leite para alcançar um valor um pouco melhor. Essa medida faz com que muitas famílias abram mão de fazer queijos para o consumo próprio,

comprando-os de vizinhos que não comercializam leite. Porém, em comunidades rurais onde a maioria dos agricultores vende leite, a oferta de queijos é praticamente nula. Assim, o consumo desse produto pode se tornar menor entre as famílias, já que a disponibilidade é pequena.

O discurso ferrenho contra o agronegócio também deve ser analisado pela ótica de como essas mulheres enxergam o agronegócio e a diferenciação entre grandes e pequenos agronegócios, estes últimos desenvolvidos em regime de produção familiar. Assim, o discurso crítico se refere aos grandes agronegócios, mesmo porque, segundo algumas lideranças, não há como colocar os dois sob o mesmo guarda-chuva, porque se os camponeses não buscarem alternativas junto às empresas integradoras, não sobrevivem no campo. A produção dos integrados distingue-se, assim, do agronegócio ligado aos monocultivos de soja transgênica, das plantações de *pinus* e eucaliptos, dos produtos voltados para a produção do biodiesel, etc.

As falas a seguir demonstram bem o que acabo de dizer:

Primeiro definir o que é um camponês: primeiro colocar que camponês e camponesa é o grupo que melhor está estruturado e não sabe nessa sociedade. Por quê? Porque ele é capaz de produzir toda a comida que ele precisa. Ele consegue fazer isso. E outra: o camponês é a família, as pessoas que produzem primeiro para a subsistência, têm ali seu pedacinho de terra ou arrendado, ou seu, ou oriundo da luta, mas que primeiro produz pra sua subsistência. E o que sobrar então ele comercializa, troca por outras mercadorias. Primeiro produz para a sua subsistência, para a família e o que exceder aí ele comercializa e troca por outras mercadorias. O que é diferente da agricultura familiar que a gente ouve falar muito aí: que primeiro produz para o mercado e se sobrar aí volta pra família. Ou seja, a família nunca vai ter nada nessa sociedade que a gente vive. E o agronegócio então é quem produz pra exportação. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010))

Na verdade, o MMC ainda está construindo essa noção de campesinato, especialmente para diferenciar do conceito de agricultura

familiar tão presente na região. Por isso, não se deve estranhar alguns entrelaçamentos entre os dois termos.

“Essa questão da agricultura familiar e agricultura camponesa, na formação que vamos fazer nos dois anos do projeto, nós vamos aprofundar. Porque tem uma diferença bastante grande da concepção, por exemplo, da Via campesina, do MST do que é agricultura camponesa e agricultura familiar. Então exigiria uns dois dias ou mais para que possamos nos entender”. (liderança do MMC, maio de 2010)

Acho que aqui é um momento histórico na vida do movimento e também na vida das mulheres do movimento da Via Campesina. Porque nós tínhamos um acúmulo de debate sobre a questão do projeto de agricultura camponesa e agroecológica que queríamos e invasão forte das transnacionais com o modelo químico, agroexportador, com maquinário pesado, a invasão das papeleiras com os monocultivos de *pinus* e eucaliptos no Brasil. E aí, em todo o debate que nós havíamos feito, não estávamos conseguindo colocar para a sociedade suficientemente, para que a sociedade se mobilizasse frente a essa questão. E na nossa avaliação precisávamos criar um fato político que colocasse em debate a questão da aprovação dos transgênicos no Brasil, a invasão do eucalipto e do *pinus* e da destruição E teve o famoso ato da Aracruz Celulose, Barra do Ribeiro; que foi um ato nacional com a participação dos movimentos da Via Campesina nacional e internacional e que nós estamos continuando, de 2006 até aqui, respondendo, inclusive pela criminalização dos movimentos. Mas que nós estamos convencidas, todas as mulheres do movimento, nós estamos convencidas que foi um ato justo, necessário e importante. E que, de fato, conseguimos colocar o debate. E que inclusive, conseguimos fazer com que muitos intelectuais, nas universidades a nível mundial, escrevessem, elaborassem sobre isso a partir daí. Mais do que já estavam fazendo.

(Justina Cimas - Intercâmbio com africanos, maio de 2010)

O discurso mostra como as mulheres percebem a relação entre os modelos de agricultura. Se, por um lado, aceitam (em partes), o pequeno agronegócio, por outro, são extremamente contrárias às práticas do grande agronegócio. Justificam também que o modelo de agricultura camponesa é mais voltado para a agroecologia.

Em 2007, continuando essa luta toda de construção de um projeto popular de agricultura camponesa, o movimento de mulheres em nível de Brasil lança a campanha de produção de alimentos saudáveis. O lema da campanha era: produção de alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza. Bastante ligado à nossa prática camponesa (liderança MMC, maio de 2010).

Porque a monocultura mata a biodiversidade, debaixo de um matagal de eucalipto nem as formiga se criam, mata a terra! Mata a vida! Porque a terra possui vida. Nem uma abelha, nada vai nessas árvores, a biodiversidade onde é que fica? A quantidade de água que esses eucaliptos absorvem da terra! (liderança do MMC, março de 2010).

Reside nessa noção também a ênfase em que a agricultura camponesa se preocupa mais com o bem estar, pois produz alimentos saudáveis. Mais uma vez aqui, a conotação política do conceito de camponês se mescla, para elas, com princípios do ecofeminismo, presentes mesmo que de forma inconsciente, ao enfatizarem que as mulheres têm mais cuidado com a saúde que os homens, porque geram a vida e cuidam da vida.

Seguindo a ideia de que camponesa é quem produz o próprio alimento, há uma militante, já aposentada, que vive em um dos (muitos) pequenos municípios do oeste catarinense, que cultiva no seu terreno urbano vários tipos de alimentos. Em um documentário feito pela TV local⁷⁶, o depoimento dela me tocou profundamente por dois motivos. O

⁷⁶ Este documentário, Mulheres da Terra, encontra-se disponível no site do youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=hnZdPS4E1UA> e

primeiro, porque corrobora com minha tese de que, pelo seu discurso, posso considerar, e não somente ela, mas também muitas das militantes como ecofeministas, mesmo que elas neguem essa aproximação. E o segundo, pela paixão que sente em cultivar o próprio alimento de maneira saudável, em como se sente feliz em vender o excedente, com a consciência tranquila que está comercializando algo livre de agrotóxicos e fruto do seu trabalho. Trabalho feito com tanto amor e dedicação, que a livrou da depressão, conforme conta em seu depoimento. Vamos tentar reproduzir um trecho deste depoimento, no documentário em que a camponesa está plantando a mudinha de uma planta qualquer, talvez uma leguminosa, e disse o seguinte:

Eu faço um bercinho bem bonito assim, essa conchinha aqui eu fiz o meu marido fazer, para eu fazer o bercinho. [...] a gente até fala coisas que agridem o meio ambiente: vou fazer umas covas para plantar batata. Cova é pra morto, né? Se você fizer um berço para plantar uma planta e faz uma cova para ver a diferença. Ela vai crescer muito mais bonita. A transformação, eu tenho certeza, que ela vem através da semente. A semente que a gente resgata, a semente das organizações, a semente das atitudes. [...] tem que ser pela semente, porque nós somos uma semente. Então isso não precisa ir aprender numa faculdade, isso você tem que sentir que está na hora de mudar.

Neste item é importante destacar a valorização do conhecimento pelas camponesas. E esta fala de Dona Lurdes Bodaneze nos remete a outro ponto em que o MMC está trabalhando com as mulheres, a valorização do seu conhecimento, que foi repassado através das gerações, como vemos nos depoimentos a seguir:

Bom dia, companheiras. Então, nós do grupo conversamos sobre essa questão da identidade camponesa e feminista e falamos que identidade é o que nos identifica, como nós nos identificamos enquanto camponesas. Como a nossa sabedoria, o que nós sabemos, enquanto camponesas, o

momento de plantar, o momento de colher, como guardar as sementes, a organização do trabalho, da propriedade, é uma sabedoria muito grande que as mulheres e homens camponeses têm e a gente nem imagina. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Mas o que nos identifica enquanto camponesas é essa sabedoria que temos de plantar e colher, esse conhecimento que temos do nosso trabalho. E se você for comparar com outras pessoas que vivem na cidade e nunca trabalharam no campo, não têm, e a gente nem imagina que tem tanto conhecimento. Então, é o que nos identifica, nossa identidade: esse nosso conhecimento é a nossa diferença. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

E, para o MMC, são justamente os conhecimentos as práticas que diferenciam a agricultura camponesa da agricultura do agronegócio. Delgado (2005, p.66) mostra que o agronegócio é o modelo de agricultura priorizado pelo governo brasileiro. Para ele, essa opção gera dois campos bem distintos, de um lado o agronegócio altamente desenvolvido e de outro um campesinato marginal. É importante ressaltar que o conceito de campesinato do autor não é o mesmo dos movimentos sociais, o que não invalida seu raciocínio.

Ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola, e externa, imiscuindo-se também no campo ambiental, agrava o quadro da exclusão no campo agrário. Esse “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (três quartos do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da

economia urbana semi-estagnada (DELGADO, 2005, p. 84).

Esse modelo agroexportador, fundado no agronegócio, se parece muito com o antigo modelo caracterizado de modernização conservadora da década de 1970. Se, naquele momento, o que se impunha eram as sementes híbridas, a tecnologia em maquinários agrícolas e os insumos agrícolas, nesse momento, a principal alteração são as sementes transgênicas, em substituição às híbridas, e o volume maior ainda de dependência em relação às sementes compradas. O Movimento de Mulheres Camponesas quer, justamente, mesmo dentro deste modelo, uma vez que ele existe, mostrar as alternativas possíveis.

Assim sendo, o MMC busca alternativas, tenta mostrar o diferente dentro da escolha principal. Ou seja, suas práticas de recuperar as sementes dos produtos básicos de sua alimentação e a procura do saber sobre ervas medicinais, alternativas aos medicamentos prescritos pelos médicos, são, mais do que os discursos, a prova real de sua luta contra a hegemonia do mercado. Está claro que muitas também fazem parte de uma cadeia do agronegócio que é a produção de animais para as agroindústrias de carne, isso, entretanto, não as exclui de serem camponesas e também não significa uma concordância com este modelo. Em suas próprias palavras, percebe-se que se produzem suínos ou aves para uma grande empresa, o fazem como um modo de garantir o sustento de suas famílias e a manutenção de suas propriedades, tanto no presente como para garantir herança aos filhos ou financiar estudos a eles.

Ao ser questionada sobre a participação no movimento de mulheres que possuem agronegócio, uma liderança disse que não dá para ser radical senão sobra muito pouca gente, principalmente em Santa Catarina, onde muitos agricultores são integrados. Essa liderança vende leite para um laticínio da região, embora a contragosto, mas encara isso, no atual momento, como uma necessidade.

Trabalhamos com integração. Mas plantamos pro auto-sustento, de tudo: feijão, batata, mandioca, moranga, melancia, frutas. O que a gente adquire no mercado é o açúcar branco, porque a gente produz bastante açúcar mascavo, a farinha porque o trigo não planta mais, estamos voltando agora a plantar um pouco para fazer a farinha integral, o

gado a gente cria mesmo e mata, o frango caipira. (Iraci Colombo, liderança do MMC)

Outra camponesa justifica essa integração da seguinte maneira:

A integração praticamente é um empregado. Então ele, o marido ou o filho que trabalha na integração e aí é contado por ele. Vamos supor ganha 3 mil de renda do aviário. Então ele vive bem com esse dinheiro, mas se a família é de 5 pessoas e pega esses 3 mil reais e vai comprar no mercado, escola, remédio, telefone, carro. Então camponês, mesmo que ele esteja integrado, ele produz o seu alimento, isso tem que ser contabilizado.

Entrevistadora: A senhora vê a integração então como se fosse uma espécie de emprego fora da propriedade e não como uma produção?

Há 10 ou 15 anos atrás pode ser que era isso, porque não tinha muita exigência, mas agora tem que ser tudo do jeito que eles querem.

Essa discussão sobre ser integrado e camponês não afeta o movimento. Para o MMC, esta é uma realidade e, por tudo o que já foi exposto, há uma necessidade de sobrevivência e se, para isso, é necessário a integração, não há porque excluir esses agricultores do que se considera campesinato.

4.1.3 O campesinato como resistência

Como vimos, adotar o conceito de camponês tem para o MMC uma sentido de resistência. Esta pode se referir a muitos aspectos, mas nos deteremos aqui a uma resistência contra o modelo hegemônico do agronegócio que, conforme mostra Delgado (2005), é a opção brasileira. Para essa discussão, fui buscar mais uma vez a contribuição de Ploeg. Já mostrei no capítulo anterior a noção de recampesinização, na qual Ploeg mostra as estratégias que garantem a permanência dos camponeses no campo. Agora, busquei este autor para diferenciar os camponeses do agronegócio, mostrando como ele trabalha com a noção de império alimentar.

Ploeg (2008, p. 286) considera o império alimentar como “um princípio orientador que se expressa em e através de muitas entidades e relações diferentes”. Para este autor, o “Império” alimentar não está expresso somente nas grandes corporações mundiais que dominam grande parte da distribuição de determinados alimentos, como a Nestlé, por exemplo. O império influencia nas reservas de alimentos no mundo, nas pesquisas que são desenvolvidas pelas universidades e pelas empresas de pesquisa estatais. Há nisso tudo uma inter-relação entre campesinato e império, onde o campesinato sofre, na visão deste autor, três tendências altamente destrutivas. A primeira se refere à privação de recursos aos camponeses, sejam recursos econômicos com a eliminação de linhas de créditos para determinadas culturas, seja a privação de recursos naturais como a água, seja pela introdução de produtos mais baratos no mercado. A segunda tendência se refere à precariedade vivenciada pelos camponeses no mundo, tanto nos países ricos como nas nações em desenvolvimento. A porcentagem de camponeses que não atinge a renda mínima difere em países como a Holanda e o Quênia, por exemplo, porém o problema existe em toda parte e afeta o campesinato como um todo. A terceira tendência é decorrente dos diversos processos que vem ocorrendo na agricultura mundial, tanto a introdução de novas mercadorias (aquelas que vem substituir a produção camponesa), como a terceirização da produção de certos bens. No processo de terceirização está incluso também a busca pela produção cada vez mais barata e que ela seja realizada em qualquer parte do mundo, assim como ocorre com bens de consumo. Dessa forma, os baixos preços oferecidos em países mais pobres não somente afetam os camponeses nativos, mas também o de outros países cuja produção lhes foi subtraída para ser transferida a lugares onde o custo de produção é bem menor.

Assim como na introdução das tecnologias durante a revolução verde, as novas tecnologias introduzidas no momento atual têm como característica principal o “novo”. E não importa as consequências dessa novidade, o mais importante ao império é que esse “novo” seja considerado melhor que aquilo que ele vem substituir, segundo os que decidem sobre a política econômica (PLOEG, 2008, p. 288). Assim as sementes híbridas, que foram introduzidas há mais de 40 anos na região oeste de SC, são agora substituídas facilmente pelas sementes transgênicas, mesmo que os agricultores produzam em pequena quantidade ou apenas para a alimentação de animais de lactação.

Ploeg (2008, p. 289-290) escreveu sobre a realidade de regiões diferenciadas, como a Holanda, o Peru e o estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Ele exemplifica casos destas regiões que demonstram a resistência do campesinato frente ao que considera como o império. Mostra como um camponês na Holanda utiliza uma ferramenta já bem antiga para a eliminação de ervas daninhas em meio à pastagem. O que, segundo Ploeg, pode ser considerado como uma técnica antiquada para muitos, para aquele camponês não é. Ele está evitando a utilização de agrotóxicos para combater as ervas que prejudicam suas pastagens. Dessa maneira agrega mais valor ao seu leite, além de não prejudicar sua própria saúde ou a dos consumidores e, ainda, elimina custos na produção, o que garante um ganho maior. Um segundo exemplo retrata uma família de Catacaos, no Peru, que vive em uma Unidade de Produção Comunitária. Se comparado aos camponeses holandeses, esse casal vive em condições de precariedade, no entanto suas condições são suficientes para garantir uma qualidade de vida que para eles é adequada, ou como considera Ploeg, uma autonomia relativa, que lhes garante produzir seus alimentos sem depender de trabalhar por um salário muito baixo, seja na agricultura ou fora dela, única alternativa na realidade da região em que vivem. No exemplo do Brasil, temos um produtor de tomate que processa o produto e o transforma em molho pronto. Mais uma vez, a resistência ao império fica clara tanto na industrialização de sua produção, como na diversificação da propriedade, que garante que os principais alimentos consumidos pela família sejam produzidos ali mesmo.

Estes exemplos demonstram que o que Van der Ploeg ressalta, em diferentes regiões, sobre a resistência camponesa acontece com a mesma clareza entre as mulheres do MMC. A recuperação e a produção das próprias sementes, a utilização de técnicas naturais para o controle de pragas são formas de autonomia frente às indústrias produtoras de sementes e agrotóxicos. Durante o tempo em que estive reunida com as mulheres, ocorreram momentos de trocas de receitas de alternativas, por exemplo, ao combate aos insetos. Estas receitas também são públicas em seus informativos.

O império, conforme Ploeg (2008, p. 294), utiliza estratégias que criam uma invisibilidade dos camponeses com a criação dos “não lugares” para a produção, ou seja, determinados produtos são cultivados em diferentes regiões e sua transformação em subprodutos faz que as características de quem os produziu se percam. Assim, muitos consumidores não reconhecem como frutos do trabalho agrícola as

mercadorias encontradas nas prateleiras dos supermercados. Até para os próprios agricultores, o reconhecimento não é imediato.



Esta fotografia foi tirada em um dos muitos encontros do MMC em que participei. Junto aos produtos, apresentados na sua forma *in natura*, como o milho, a cebola, a abóbora, a moranga, está o leite de caixinha e os ovos embalados. Isso mostra que a produção do campesinato apresentado pelas mulheres inclui os alimentos que são destinados às agroindústrias. Ao me deparar com esta imagem, meu primeiro pensamento foi o porquê de elas levarem ao seu encontro caixinhas de leite industrializado já que a perspectiva do MMC é a produção agroecológica. Depois essa imagem ganhou outro significado, o de seus discursos em relação ao que é ser camponês. Se elas ainda produzem para o mercado, porque não mostrar isso? Afinal o leite em caixinha que é o que mais se vende nos supermercados, vem da agricultura familiar e camponesa. E, ao nos depararmos com esses produtos nas gôndolas dos supermercados, sequer lembramos que eles são fruto da agricultura camponesa, porque o produto está apresentado na sua forma “moderna”. A presença do leite já industrializado no encontro do MMC serve para lembrar as mulheres que o fruto do seu trabalho está dentro daquelas caixinhas de leite, trabalho que foi apropriado pelas agroindústrias. O consumidor, ao adquirir o leite, olha

marca, a empresa que processou, mas dificilmente vê no leite o trabalho dos homens e mulheres na agricultura familiar e camponesa.

Ploeg (2008, p. 296) faz referência a Burawoy para falar sobre a dimensão utópica do campesinato. Segundo ele, os camponeses tentam criar “utopias verdadeiramente existentes” em oposição às “utopias imaginárias”. Podemos pensar a recuperação de sementes como uma utopia resistente na visão de Ploeg, uma vez que estas mulheres sabem que não vão salvar o mundo com esta prática, mas vão assim manter viva a sua esperança. Já as utopias imaginárias são reveladas no movimento através de algumas músicas, como esta que é muito cantada pelas mulheres.

Há guerreiras na rua, iguais a irmã lua, se renovam sempre.

Com bandeiras na mão elas conquistam o pão nosso de cada dia.

Sabem que sua glória, é luta na história pra mudar o presente.

Mirando o horizonte, se tornam uma ponte pra grande utopia.

Vem mulher guerreira, fortalecer a luta em defesa da vida.

Que chore o agronegócio, capital e sócio dessa máfia fingida.

Há mulheres guerreiras madrugando em fileiras seguindo uma luz.

De olho nas guaritas, o coração palpita que o mundo está mudando.

Seguem passos ligeiros, mirando alvo certo! Que chore a Aracruz.

Vem mulher guerreira, fortalecer a luta em defesa da vida.

Que chore o agronegócio, capital e sócio dessa máfia fingida.

Somos sempre guerreiras seguindo em fileiras, mirando a utopia.

Na força da mulher a nossa classe quer um novo socialismo.

Ressurgindo na base, esta nova sociedade se constrói com ousadia.

Esse é nosso projeto, agora vai dar certo contra o capitalismo.

Vem mulher guerreira, fortalecer a luta em defesa da vida.

Que chore o agronegócio, capital e sócio dessa máfia fingida.

Esta canção mostra estes dois tipos de utopias levantados por Ploeg. Alguns versos fazem um apelo às práticas que elas já reproduzem, enquanto outros se referem a um desejo, que, mesmo acreditando ser difícil de alcançar, não deixa de ser lembrado em seus encontros.

As práticas também mostram o que, na visão de Ploeg (2008, p. 299), é um princípio camponês. Para este autor, o princípio camponês consiste em “enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente”. O princípio camponês também se relaciona à subjetividade, ou seja, à forma com que os camponeses se identificam com o espaço rural e o seu modo de vida. Entre as camponesas essa postura fica evidente, como demonstram os depoimentos a seguir:

Eu apenas queria dar uma contribuição da importância do MMC. Porque a minha vida mudou totalmente a partir do momento que eu comecei a participar do movimento de mulheres. Porque eu tinha uma leitura do mundo e, a partir da organização, eu fiz uma outra leitura. O MMC me fez ver que eu era submissa na minha propriedade e eu não sabia. E a partir dali, dos conhecimentos que eu adquiri no movimento, eu comecei a mudar o meu companheiro. Porque eu dizia para ele que ele não era o culpado de achar que ele é o dono sobre mim. Porque a cultura que vem de longo tempo formou as pessoas assim. E conversando a gente mudou a relação. Então eu também comecei a participar mais das decisões e não pedir licença para tudo. Então para mim o MMC foi uma verdadeira faculdade (Adélia Schmitz, líder nacional do MMC).

É bom conversar sobre isso. O Movimento de Mulheres Camponesas, ele direciona o trabalho para as mulheres. Mas tem uma influência em toda a família camponesa. Porque historicamente existe a opressão contra as mulheres, a violência contra as mulheres. As mulheres até pouco tempo tinham muito pouco acesso à formação, à escola. E principalmente, para nós agricultoras, até não surgir o MMC, era negada a nossa participação nos espaços de poder. Com o movimento de mulheres, nós conseguimos ir potencializando todas as capacidades individuais das mulheres e construir coletivamente alternativas para a sociedade de modo geral. E nós por longo tempo, e continuam os questionamento de porque um movimento autônomo de mulheres [...]. É

questionada essa necessidade. A história tem mostrado que, e agora vou falar como na época das CEBs, mas a história tem mostrado que somente os oprimidos, entendendo que são oprimidos é que vão se libertar. E nós acreditamos que quem vai libertar a mulher da opressão e da exploração serão as próprias mulheres. Capacitando, conseguindo fazer com que ela faça o debate de igual para igual com os companheiros. E que ela consiga ter auto-estima suficiente para acreditar que ela pode, que ela consegue, que ela é capaz. Então, tem momentos que nós trabalhamos com os homens juntamente com outras organizações. E temos momentos de estudos e de confraternizações que participam também os nossos companheiros, nas mobilizações, nas lutas. Mas, a auto-estima das mulheres e a capacidade de participação e contribuição acaba mudando as relações de gênero e as relações de poder. Mas em qualquer lugar nós afirmamos, é fundamental existir um movimento onde só as mulheres sejam as que participam, as que decidem, as que tomam as decisões, implementam as decisões para desenvolver as suas capacidades. E porque também fomos educados, mulheres e homens a pensar de formas diferentes. Na agricultura, por exemplo, os homens foram educados para a ver a agricultura como um negócio. E as mulheres foram educadas para verem a agricultura como um modo de vida e jeito de viver bem. Por isso que geralmente os homens perguntam “se isso vende bem” e as mulheres respondem “nós comemos bem”, “nós temos uma vida legal”, “nós vivemos bem na roça, nós temos o nosso auto sustento”. Vem em segundo plano se tem para vender ou não (Justina Cimas, liderança nacional do MMC).

Eu queria aproveitar a fala da Justina e dizer que o movimento é específico das mulheres, mas que a gente envolve a família toda. Que onde a mulher participa que ela está levando a sério o trabalho do movimento, que tá fazendo essa mudança, então a família também está fazendo a diferença. Dá para

ver a família daquela mulher que está atuando. Porque a gente lembra pela gente mesmo, tinha que ficar mendigando para conseguir até o espaço para plantar. Que nós tinha, assim na agricultura, os piores lugares, serra, pedreira, os lugares mais ruins era para mulher plantar. Porque era tratado que essas plantas, as verduras, isso era as miudezas. E hoje, então, a gente já vê essa diferença, que eles reconhecem que nós estamos produzindo a alimentação, é o alimento que sustenta. Então tanto o marido como o filhos eles chegam assim e perguntam “onde nós vamos plantar o milho, qual o pedaço que a senhora vai ocupar para plantar, qual o pedaço, mãe, que a senhora vai usar”? Então a gente vai nas oficinas que a gente trabalha com as mulheres em grupo, a gente já conhece a família que a mulher faz parte (do MMC) porque lá nessa família o sistema, o jeito já está mudado. Então ela está mudando totalmente o jeito. E que ainda nos temos o que a companheira Adélia disse, muitas companheiras tentaram, quiseram, mas não conseguiram. Elas até chegam para gente dizendo “que bom que tem isso, que você plantou, porque eu lá não estou conseguindo um espaço. Então é isso que eu queria concluir, que a mulher muda junto com a família (Rosalina da Silva, liderança do MMC).

Mas só para fechar. Acho que é importante esse debate no sentido de que tudo é uma luta permanente. Além disso, do espaço de produção, da casa, as mulheres que participam do movimento começaram a conseguir outros direitos e outros espaços. Por exemplo, direito de vir dois, três dias estudar aqui e os seus companheiros tocarem a casa. Assumir direções em outros espaços, cooperativas, sindicatos. E distribuindo tarefas também nesses espaços. Então, além disso, que nós comentamos aqui do cotidiano, tem também a questão da participação política na sociedade e da nossa intervenção na sociedade. Teve corajosas mulheres que não conseguiram mudar nada nas relações com os companheiros, que também decidiram se separar e buscar outras

relações. E buscar um companheiro que acompanhasse na luta, no acreditar num mundo melhor, na busca de respeito, de dignidade, de fim de violência. Então nós queremos construir novas relações com dignidade, com respeito e sem violência. E se isso não é possível com o companheiro, buscamos novas relações (Justina Cimas, liderança nacional do MMC).

Então como a gente vive num país capitalista e patriarcal, ainda tem essas duas coisas que nós temos que ir avançando devagar. Então aí o desafio é maior, porque além de lutar por essa questão do nosso feminismo, temos que lutar pela questão da classe. Então nós temos cuidado para que nossas práticas de sementes crioulas, nosso projeto de alimentação saudável, da forma que nós trabalhamos, que não seja uma mera exploração novamente do nosso trabalho. Porque é muito bom para toda a família e para a sociedade se alimentar bem. Então a gente tem que trabalhar com as duas coisas junto. Romper com o patriarcado e com o capitalismo. Ter claro o que a companheira falou. É possível ter essa mudança, mas não é de uma hora para outra. É de geração em geração que ela vai mudando (Carmem Munarini, liderança do MMC).

Estas falas foram gravadas no intercâmbio com os países da África e colocadas assim propositalmente para mostrar a sequência em que foi apresentado o MMC para os visitantes e, também, como foi a elucidação de algumas dúvidas que surgiram durante esta apresentação. Assim, além de mostrar a identificação destas mulheres com esse modelo de agricultura, as falas tocam em questões mais particulares, como as estratégias que as mulheres foram criando para que seus maridos e filhos não somente aceitassem sua participação no movimento, como também mudassem suas condutas em relação às decisões que são tomadas nas propriedades.

Só complementando. O trabalho para nós tem o sentido do valor da vida e não o sentido da exploração, da busca do lucro. É que nos consideramos o trabalho na agroecologia e na

produção diversificada como uma forma de obter além do auto sustento, a renda (Camponesa 1 - ⁷⁷).

Só pra contribuir... a importância que o Movimento de Mulheres Camponesas tem [...]. Porque nossos companheiros, quantas vezes nós estamos, nós mulheres, na formação do Movimento de Mulheres Camponesas, os nossos companheiros estão lá com outras entidades, discutindo agronegócio, sementes transgênicas, os venenos, e daí nós temos que ajudar os nossos companheiros a enxergar a questão ambiente, a questão de melhorar o nosso meio de produção. Isso se deu em muitas propriedades onde as mulheres participam do movimento, deu uma grande mudança na propriedade (Camponesa 2).

Talvez aqui é importante pra eles (os africanos) entenderem que a nossa formação é coletiva: capacitação, formação, mas na grande maioria, a prática se dá na unidade de produção de cada camponês (Camponesa 1).

Nesse ano é de um outro projeto... sementes crioulas e hortaliças, da horta. Então agora avançamos ao bioma e mata atlântica, então é o plantio de plantas nativas, que a gente está fazendo oficina agora, nesse ano, então também vai além da horta (Camponesa 2).

No fundo isso que a Iraci coloca, para quem não acompanha é o seguinte: dentro do trabalho e projeto de agricultura camponesa agroecológica nos remete pra outras tarefas, como é o caso da organização do ambiente da unidade de produção. Que é uma questão importante hoje, que é uma exigência da legislação ambiental (Camponesa 1).

⁷⁷ Em alguns momentos não foi possível identificar quem estava falando, ou mesmo não foi pedida a autorização expressa de cada uma delas, como neste caso, que foi uma gravação feita em um encontro do movimento e não uma entrevista direcionada. Por esse motivo, preferi apenas colocar como camponesa e numerar para indicar que era um diálogo entre duas ou mais camponesas.

Mas o maior controle que nós percebemos, Bartolomeu, é a questão da plantação diversificada. Entre plantas aromáticas, hortaliças, plantas repelentes. Tem metodologias, por exemplo, sempre ter um espaço com plantas... não capinar, pôr adubação verde. Ter outras plantas que os insetos gostem de se alimentar. E aí também [...] temos as caldas⁷⁸. E aprendemos também que, dependendo da composição do solo, vai ter menos ou mais insetos. Mas que não temos uma solução ainda... (risos). (Camponesa 2).

Precisamos ter clareza de que o nosso projeto de agricultura camponesa tem raízes ancestrais. Nosso saber popular, junto com nossa paixão e amor pela terra, nos dá força pra resistência contra esse modelo que só destrói. (Camponesa 1).

Estes depoimentos mostram as diversas atividades que são estimuladas e desenvolvidas no âmbito do movimento. Falam com orgulho das plantas medicinais e da importância, para elas, como camponesas, o resgate às tradições antigas que foram se perdendo com a modernização da agricultura. No caso tanto de plantas medicinais como de outras plantas utilizadas como alimentos, muitas variedades se perderam com a introdução e o uso contínuo dos agrotóxicos nas propriedades. As plantas que conviviam com os cultivos anuais foram consideradas daninhas e, portanto, deveriam ser eliminadas. As mulheres fazem também referência à recuperação das sementes crioulas de hortaliças, tema que será tratado agora.

4.2 A recuperação de sementes pelo MMC: um projeto de agricultura camponesa

Até algumas décadas atrás, os camponeses guardavam uma parte de suas colheitas para o plantio da próxima safra. Na região oeste de Santa Catarina, isso ocorria com as culturas de milho, feijão, trigo, arroz e também com as hortaliças, leguminosas, enfim, praticamente todas as sementes utilizadas nas propriedades eram produzidas nelas mesmas. A

⁷⁸ Aqui a agricultora faz referência às receitas preparadas para repelir insetos e outros invasores nas suas plantações.

partir da Revolução Verde essa realidade começou a mudar. As sementes híbridas de milho substituíram as sementes crioulas, o trigo e o arroz deixaram de ser cultivados em parte das propriedades e, também, as sementes utilizadas nas hortas e arredores passaram a ser adquiridas nas cooperativas e nas agropecuárias. Hoje, essas sementes voltaram a ser valorizadas por muitos grupos, entre eles o MMC.

4.2.1 Um pouco sobre a recuperação de sementes



Exemplo de sementes que compõem o banco de sementes do MMC. Chapecó/ maio de 2010

Há diversas experiências de recuperação das sementes pelo mundo. Ao realizar estágio sanduíche na província de Segóvia/Espanha, entrei em contato com um grupo que realiza este trabalho lá, é o projeto “Semillas Vivas”. Este projeto é organizado dentro da Unión de Campesinos de Segóvia, a UCCL, que é um dos sindicatos agrários que atuam na Espanha. O objetivo principal do projeto “Semillas Vivas” é preservar as sementes existentes na região, sementes essas que, por serem nativas, se adaptam ao solo e às condições climáticas. Além disso, a preservação das sementes valoriza o saber tradicional que foi se perdendo com a modernização da agricultura.

A modernização fez com que desaparecessem várias espécies de sementes e raças de animais que eram criados na região. As sementes nativas, além de se adaptarem melhor à região, exigem menos insumos, já que possuem também maior resistência a pragas e doenças. Todo um saber tradicional de milhares de anos se perdeu em algumas décadas e a cada ano desaparecem muitas variedades. O projeto não se restringe somente às sementes ou às espécies vegetais, ele abarca também raças de animais, a cultura tradicional e as festas regionais que foram se perdendo e estão a ponto de desaparecer na região.

Para conseguir esses objetivos, o projeto realiza algumas atividades, como a criação e o fomento de redes de conservação de agrobiodiversidade, seminários e formação para os agricultores, com o intuito de orientar a maneira correta de como recuperar e conservar as sementes e raças, promoção de feiras de biodiversidade para troca de espécies e de experiência entre os agricultores que conservam saberes tradicionais e a publicação de um catálogo com as espécies preservadas. Este projeto, assim como outras experiências de desenvolvimento são financiados por entidades bancárias ou governamentais. O projeto está ligado ao sindicato Unión de Campesinos e seus técnicos são contratados e remunerados pelo projeto, que se sustenta com os financiamentos descritos acima.

Em 2010 foi realizada a primeira feira de biodiversidade organizada pelo projeto. Na feira, além de conhecer as espécies e trocar experiências e sementes, a população em geral podia conhecer e provar pratos feitos com produtos do trabalho de recuperação de sementes e raças nativas.

Em Santa Catarina, uma das experiências mais importantes em termos de recuperação de sementes crioulas é a do milho crioulo em Anchieta. Anchieta é uma cidade do extremo oeste do estado, com pouco mais de cinco mil habitantes, que iniciou o programa de resgate das sementes crioulas em 1996. No ano de 2000 foi realizada a primeira festa das sementes crioulas. No ano de 2011, ocorreu a 5ª Festa da Semente Crioula e a feira de sementes crioulas, na qual mulheres do MMC também participaram.

Conforme Marta Chiappe (2006), o milho se coloca entre os quatro cereais responsáveis por mais da metade da alimentação do mundo. É também o alimento principal em 12 países da América Latina. Os maiores produtores de milho são os Estados Unidos, que concentram cerca de 40% da produção mundial; a China, com 18%; e o Brasil, com

8%. Segundo estes dados, publicados em 2006⁷⁹, cerca de 20% da área cultivada nos EUA era de milho transgênico. Atualmente o controle sobre as sementes se concentra em dez empresas multinacionais. Com relação às sementes transgênicas, esse número cai para apenas seis empresas (CHIAPPE, 2006). Com relação às sementes de milho, somente duas empresas, a Monsanto e a DuPont, controlam 65%.

O México é o país que concentra a maior produção mundial de milho não transgênico.

México tiene una importancia estratégica en la producción mundial de maíz por ser centro de origen, domesticación y una de las reservas mundiales de diversidad genética. A pesar de la pérdida de rentabilidad respecto a otros cultivos, el maíz continúa siendo el cultivo más importante a nivel nacional, con una producción de más de 18 millones de toneladas (CHIAPPE, 2006, p. 9).

Entre os produtores mexicanos, mais de 80% utilizam sementes próprias. Esse número é importante porque, passados mais de quatro décadas desde a Revolução Verde, os camponeses continuam utilizando as sementes nativas que foram sendo adaptadas para cada região, solo e clima. Mesmo as sementes híbridas, introduzidas pela Revolução Verde, atingem menos de 20% da produção camponesa. As sementes transgênicas, por sua vez, são proibidas no país, embora já haja casos de contaminação por transgênicos em diversas regiões (CHIAPPE, 2006).

Conforme Altieri (2007), o cultivo de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos passou de 18 milhões de toneladas em 2001 para 55 milhões de toneladas em 2006. O combustível proveniente do milho e da soja conjuntamente representou em 2006 apenas 3% do consumo de combustível naquele país. Se toda a produção de milho e soja fosse destinada à produção do etanol, somente 12% da necessidade de combustível dos EUA seria suprida. Mesmo assim, em alguns Estados da federação, como Dakota do Sul e Iowa, cerca de 50% da plantação total de milho foi destinada à produção de etanol. Isso não traz apenas problemas econômicos e sociais, como a diminuição das exportações de milho dos EUA, gerando a consequente alta nos preços desse produto, o que prejudica os países que necessitam importar para

⁷⁹ Levando-se em conta que a produção de transgênicos cresce a cada ano, a estimativa é que essa área cultivada seja bem maior no momento atual.

suprir as necessidades alimentares de sua população. Outro fator importante é o ambiental. Com a demanda por mais milho, a monocultura se acentua ainda mais, gerando problemas típicos deste modelo como o aparecimento de pragas e doenças que, por sua vez, serão combatidos com mais agrotóxicos.

La especialización en la producción de maíz puede ser peligrosa: a principios de los 70s cuando los maíces híbridos de alto rendimientos uniforme constituían el 70% de todos los cultivos de maíz, una enfermedad de la hoja (leaf blight) que afectó a estos híbridos condujo a un 15% de pérdida de rendimientos a través de esa década. Es esperable que este tipo de vulnerabilidad de los cultivos se incremente en nuestro clima crecientemente volátil, causando un efecto ondulatorio en toda la cadena alimentaria (ALTIERI; BRAVO, 2007).

Essas preocupações embasam as críticas aos biocombustíveis. Se, em relação aos Estados Unidos, a grande preocupação é com o cultivo de milho, no Brasil isso ocorre em relação à soja e à cana-de-açúcar. Altieri e Bravo (2007) apontam dados que mostram que cerca de 21 milhões de hectares de florestas foram devastados para dar lugar às plantações de soja. De 1995 até 2006, o crescimento anual da área plantada foi de 3,2%. Esses autores colocam a soja e a cana-de-açúcar como as duas maiores culturas brasileiras, ocupando juntas 21% do total de áreas cultivadas.

Altieri (2007) chama a atenção para outro problema causado pela expansão destas monoculturas voltadas à produção de biocombustíveis. Com relação ao Brasil, a expansão da fronteira agrícola, notadamente para o cultivo da soja, já que a maior produção de cana-de-açúcar se concentra no sudeste/sul do país, especialmente São Paulo, avançou para o Cerrado e a floresta Amazônica. Enquanto surge um emprego na produção da soja, outros onze trabalhadores são excluídos, aumentando ainda mais a concentração de terras. Conforme Guilherme Delgado (2005, p. 70), “a ocupação da força de trabalho na produção é fortemente restringida em face do padrão tecnológico alcançado pelo sistema do agronegócio”. Ainda conforme este autor, a “frouxidão” da política fundiária brasileira, entendida como a incapacidade de controlar, fiscalizar e regular o mercado de terras no Brasil em relação ao princípio

da função social da terra, gera uma não fronteira entre terras consideradas improdutivas, devolutas e terras ocupadas pelas grandes propriedades, o que dá margem a grilagens, posses ilegais e titulações fictícias (DELGADO, 2005, p. 76).

A expansão da fronteira agrícola na produção de biocombustíveis, na opinião de Altieri (2007), é “um atentado contra a soberania alimentar dos países em desenvolvimento”, porque não apenas a terra está sendo usada para alimentar automóveis dos países do Norte, como porque a diminuição da área cultivada para a produção de alimentos faz subir os preços destes, como é o caso do milho nos Estados Unidos. Com o aumento do preço dos cereais, o preço da carne também se eleva.

Pat Roy Mooney (1987) mostra as controvérsias em relação aos bancos de genes para conservação das sementes. Entre os problemas apontados por ele estão os altos custos de manutenção dos “superlaboratórios” e, devido a isso, diversos países não priorizam essa prática. Conforme o autor, uma das causas do descaso é que países do terceiro mundo são convidados a pôr “todos os seus ovos na cesta dos outros” (MOONEY, 1987, p. 34), ou seja, como não possuem condições de manter um banco nacional de sementes para preservação de suas espécies nativas, deixam que essas espécies fiquem sob a guarda de outros países ou de empresas multinacionais.

Um estudo da FAO, a respeito das fontes de coleta de trigo mantidas pelo USDA demonstra o absurdo da posição do Terceiro Mundo. Por volta de 1970, o USDA⁸⁰ possuía material de 27 nações; apenas cinco não eram do Terceiro Mundo. Os bancos de genes americanos haviam armazenado mais variedades de trigo que as existentes em coleções identificadas em 16 dos 27 países. Quatorze países – todos do terceiro Mundo – não tinham nada do seu próprio trigo nativo armazenado. Colocando de outra forma: enquanto o Afeganistão, o Egito e a Coréia observam a diversidade natural de suas agriculturas ser cada vez mais uniformizada, irão descobrir que virtualmente todas as variedades de seus trigos nativos podem ser obtidas apenas nos Estados Unidos (MOONEY, 1987, p. 34-35).

⁸⁰ USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

Tanto já foi dito acerca da Revolução Verde, que parece que este é um tema que se esgotou. No entanto, é bom sempre lembrar que foi este fenômeno que acirrou o processo de extinção de sementes e de apropriação das mesmas por empresas particulares. A própria FAO, em 1957, lançou uma campanha mundial de sementes. Concomitantemente a isso, se iniciou o processo de proteção de novas variedades. Assim, as empresas de melhoramento de sementes tiveram o direito de patente por suas variedades modificadas (e muitas vezes pelas variedades que deram origem a estas) com a criação das Leis de Proteção a Cultivares. Essa lei logo se expandiu para os países do Terceiro Mundo, onde a variedade de sementes é maior e onde os pacotes tecnológicos da Revolução Verde penetraram sem restrições já que o objetivo propagado era a de produzir mais alimentos para eliminar o problema da fome que assolava diversos países (MOONEY, 1987).

A segunda fase da Revolução Verde foi dominada por aquilo que Mooney (1987) considera como a Revolução da Semente, ou seja, o processo de apropriação das sementes pelas empresas. Essa fase iniciada com as sementes híbridas persiste até hoje com o desenvolvimento das diversas variedades de sementes transgênicas. Quando tratamos de transgenia, as sementes que aparecem citadas com maior frequência são as de milho e soja, porque são, juntamente com o trigo, os cereais mais cultivados no mundo. No entanto, as sementes de hortaliças e dos demais cereais fundamentais na dieta alimentar, também podem ser híbridas ou transgênicas.

Mooney (1987, p. 68-69) já mostrou a existência, na década de 1970, da aquisição das empresas de sementes por indústrias agroquímicas. Essas companhias, segundo ele, de escala global, têm o mundo todo como mercado. Isso demonstra que há cerca de quatro décadas essas empresas vêm atuando no mercado de sementes. Uma preocupação levantada pelo autor se refere ao código de conduta para as companhias transnacionais discutido naquele momento pela ONU, onde os recursos genéticos vegetais e estoques de sementes das nações não foram enquadrados como sendo de interesse nacional vital, o que permitiu o monopólio por parte de empresas transnacionais.

As mulheres do MMC estão preocupadas com as sementes transgênicas de soja e milho, mas seu interesse maior são as sementes de hortaliças. Elas lidam com a alimentação de suas famílias no dia-a-dia e perceberam, ao longo dos anos, o empobrecimento de variedades disponíveis na mesa. Mesmo que, entre as participantes, muitas

mantenham certa quantidade de diferentes variedades, percebem que em seu entorno isso se perdeu.

4.2.2 A recuperação das sementes crioulas de hortaliças



Exemplo de sementes que compõem o banco de sementes do MMC. Chapecó/ maio de 2010

O programa de recuperação de sementes crioulas de hortaliças iniciou-se a partir das discussões realizadas na 8ª Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras de SC, que ocorreu em Concórdia, oeste do estado, em novembro de 2001. Essa história, de como começou esse programa, foi contada pelas camponesas aos representantes africanos e julgo pertinente reproduzi-la porque mostra a trajetória que culmina no que é hoje o projeto de recuperação de sementes, uma das atividades mais importantes do movimento.

Então, em 2001, foi um momento forte na questão da agricultura que foi a entrada e a liberação das primeiras sementes transgênicas. Que é importante para depois entender o Projeto das Sementes Crioulas. (Justina Cimas, liderança nacional do MMC)

Então aqui em 2001 mostra essa foto de uma assembleia do MMA que foi a 8ª assembleia, porque esse momento também foi muito importante, de uma decisão de estar lutando para a construção de um projeto popular para o Brasil. Através desse projeto é que nós iniciamos todo esse trabalho de resgate das sementes crioulas de hortaliças (Rozani, liderança do MMC).

Na verdade, o projeto popular que nós tratamos é o projeto de sociedade que as organizações defendem, de mais igualdade, de distribuição de renda, de reforma agrária. Enfim, um projeto para o povo brasileiro. E nós vimos nesta assembleia, como diz a Rozani, de que, enquanto camponesas, nós precisávamos construir o projeto popular de agricultura camponesa. Com soberania alimentar, com sementes, com o cuidado do ambiente, reeducação alimentar, alimentação saudável. (Justina Cimas, liderança nacional do MMC)

E em 2002, nós criamos o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças que é esse projeto que nós vamos falar mais à tarde. Em 08 de março de 2003, acontece o seminário estadual do movimento de mulheres com o lema: Filhas da Terra, produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação. É o primeiro momento em que a gente socializa o que as mulheres ainda têm de sementes crioulas. E a partir daí começa a intensificar. (Rozani, liderança do MMC).

É importante que de 2001 a 2003 teve todo um trabalho de resgate do que ainda tinha de sementes com as mulheres. (Justina Cimas, liderança nacional do MMC)

Tem uma oficina que a gente estuda como é que o nosso organismo funciona, e a gente, sabendo como o nosso organismo funciona, vai saber com o que nós vamos nos alimentar. Então no verão nós vamos pegar as plantas que dá no verão, que

vão refrescar o nosso organismo. E no inverno vamos pegar os produtos da região que vão aquecer o nosso organismo, como no caso de agora o pinhão, as amêndoas, têm várias castanhas. Então essa preocupação, se na horta no inverno vai tá tudo verdinho, no verão... essas coisas nós não temos mais. (Carmem Munarini, liderança do MMC).

É assim, a gente faz cada... cada grupo de oficinas de semente é um grupo de base do movimento. Então ali nesse grupo de base, eles se reúnem três vezes por ano pra trabalhar na questão das oficinas. Porque ela tem que fazer na teoria, questão técnica, tudo, e na prática. E na etapa seguinte ela volta mostrar pras outras aquela prática que ela fez, trocar essa experiência, o que aconteceu... Agora, tem uma coisa bem importante na questão de sementes que é o seguinte, por exemplo: uma [...], da família das abóboras, não consegui dizer o nome agora. Mas vamos dizer assim, as abóboras que entram naquela família: os pepinos, melões, melancias, todas essas. Quanto mais variedade, de vários locais, de vários solos, várias regiões, recolher as sementes, mais rica ela vai ficar na característica, no jeito dela e tudo. Mais riqueza no sabor. Então, por exemplo, pega um punhado de semente de abóbora, uma espécie só, distribui pra várias mulheres de vários locais, todas vão produzir a mesma espécie. Mas quando elas colhem as sementes de três, quatro abóboras de cada pé, é lá que elas vão colher sementes. Elas vão trazer tudo no grupo de mulheres, daí mistura todas as sementes e ali vem o melhoramento. É um dos exemplos, depois tem vários outros. Então, por exemplo, a resposta dela... troca da semente, ela é importante por causa disso. (Rozani, liderança do MMC).

A discussão sobre as sementes enquanto expressão de soberania é bastante antiga, mas me deterei na história recente, ou seja, a partir da modernização da agricultura. Pat Roy Mooney publicou em 1979 no Canadá o livro “O Escândalo das Sementes: o domínio na produção de

alimentos”, tratando sobre o patenteamento das variedades. Já nesse tempo, o autor denunciava as incertezas advindas dos programas de “melhoramento de sementes” pelas grandes empresas, uma vez que os agricultores de todo o mundo foram os que melhoravam as plantas durante toda a história da agricultura.

Conforme dados da FAO⁸¹, somente 150 espécies cultivadas alimentam a maior parte da população mundial e, destas, somente 12 proporcionam 80% da energia da dieta humana proveniente das plantas. O arroz, a batata, o trigo e o milho respondem por cerca de 60% da dieta energética. Mooney (1987, p. 4) já mostrava, em 1979⁸², que 95% da nutrição humana derivava de não mais de 30 plantas, das quais oito eram responsáveis por 75% da nutrição vegetal. Destas oito espécies, o trigo, o arroz e o milho respondiam também por 75% do consumo vegetal. Conforme este autor, pelo menos 500 vegetais eram utilizados na agricultura antiga e, num espaço de mil anos, esse número se reduziu a 200 espécies cultivadas pelos pequenos horticultores. “A moderna história agrícola é, ao menos em parte, uma história de redução de variedades alimentícias, porquanto mais e mais pessoas são alimentadas cada vez menos por espécies vegetais” (MOONEY, 1987, p. 4-5).

Sempre foi da tradição dos camponeses praticar a policultura, ou cultivar diversas variedades de uma mesma espécie para garantir a produção em situações climáticas adversas.

Então, esse projeto do melhoramento... da produção e melhoramento de sementes crioulas que o Movimento das Mulheres Camponesas me faz lembrar, aquilo que minha vó sempre dizia. Aqueles valores do passado estão sendo *presentes* pra nós hoje. Porque eu me lembro muito bem que ela sempre falava, ninguém comprava nenhum tipo de semente, eles produziam toda sua subsistência, sua comida e as próprias sementes. Isso elas mesmas faziam, não compravam, não usavam nada de químico e não compravam alimentação, porque eles produziam. E ela contava quando matavam os porcos, porque eles criavam porco, galinha, tudo para a sua

⁸¹ Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/es/item/20162/icode/> acesso em 11/10/2011.

⁸² Ano de publicação do livro no Canadá. A sua tradução para o português foi publicada no Brasil em 1987.

subsistência. Quando matavam um porco repartiam entre os vizinhos, e depois... todos comiam a mesma coisa, então sempre vinha... cada pouco vinha carne fresca, mesmo não tendo congelador, não tendo geladeira, não tendo nada dessas modernidade. E isso me vem presente em tudo aquilo com o resgate das sementes. É isso que nós temos que abraçar hoje. Produzir para o nosso auto-sustento, e produzir a nossa semente pra nossa comida. Então eu acho de fundamental importância este projeto pra nós, mulheres da roça. (Liderança do MMC explicando sobre o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças no Intercâmbio com africanos/ maio de 2010)

Nesse projeto das sementes, eu acho muito importante também o resgate que está tendo das ervas medicinais. Porque isso é uma coisa da natureza. E os nossos antepassados eles usam muito isso, sobreviviam dos remédios caseiros, dos remédios de ervas medicinais. Mas depois com o uso dos veneno aí que tanto tão usando, as ervas foram sendo extintas e aí então esse projeto do Movimento de Mulheres Camponesas vem trazendo pra nós, ou resgatando de volta o uso pras nossas famílias, que é muito importante a mãe faz um chazinho, usa os remédios naturais em vez de pra cada coisinha tem que está correndo na farmácia, ou está comprando os remédios químicos. Então já pode está utilizando. E isso pra nós é uma experiência muito importante e que está sendo resgatado também o projeto das sementes. Então isso vem trazer pra nós um estímulo de volta pra nós aquilo que é da natureza. Os remédios, usando eles, utilizando e industrializando pro nosso uso e para o uso da nossa família, dos nossos filhos. (Liderança do MMC explicando sobre o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças no Intercâmbio com africanos/ maio de 2010)

Então, pra mim, esse projeto das sementes é muito importante, porque entra a questão da

agroecologia. Que nós, mães, estamos hoje muito preocupadas com a alimentação dos nossos filhos. Desde o desempenho deles na escola e futuramente pra eles. Que eles tendo uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, vai fazer a diferença lá em sala de aula, e no futuro deles mesmo. Eu sempre digo pra Tais que sempre procure comer bastante fruta, filha. Nunca... assim, come bastante feijão, que daí vai te ajudar na escola. Correr, se cuidar pra não se machucar tão fácil. Então essa alimentação saudável é a nossa preocupação pros filhos. E desde a gestação que a gente sempre procura comer as coisas que não tenha tanto, tanto venenos pra... pensando nas crianças, no futuro deles. Então é mais essa a grande importância desse projeto das sementes mutuamente com a agroecologia. (liderança do MMC no Intercambio com africanos/maio de 2010)

Percebemos, nas falas como a anterior, referências contra o uso de agrotóxico na produção de alimentos e a utilização de ervas medicinais para o tratamento de saúde. Juntamente com a recuperação de sementes, as camponesas resgataram valores e conhecimentos tradicionais para utilizar as ervas medicinais. Os antigos chás que eram utilizados pelas mulheres mais velhas, frutos de um conhecimento acumulado que foi se perdendo com a popularização dos remédios alopáticos. O MMC foi buscar conhecimentos nesta área, aproveitando aquele que algumas camponesas já detinham; foram em busca de maior formação no campo das plantas medicinais e da homeopatia⁸³.

Há também, em relação às sementes, um sentido religioso que pesa muito nos discursos das mulheres. Vemos em suas publicações como isso influencia suas práticas, porque esse sentido religioso foi muito trabalhado no âmbito dos grupos de reflexão e na Igreja da qual participam, muito embora a Teologia da Libertação não as influencie da mesma forma que há duas ou três décadas atrás.

⁸³ Dona Rosalina da Silva fez diversos cursos sobre plantas medicinais e também sobre homeopatia. Já detinha um conhecimento herdado de sua mãe e, pela proximidade com a Igreja, teve uma formação na área da saúde com as freiras que trabalhavam com ervas medicinais e, depois, pelo MMC continuou essa formação. Seu horto de plantas medicinais é grande e muito variado.

4.2.3 Sentido religioso das sementes

Frei Betto (2003) faz uma análise do sentido religioso das sementes. Na Bíblia, a semente é vista como gratuidade divina e não mercadoria. A semente é associada ao sêmen, que gera a vida animal. No livro do Gênesis (47, 19), há uma passagem em que os egípcios, ao passarem por um período de fome, pediram “... dá-nos a semente, a fim de que vivamos...” (BETTO, 2003, p. 45). Também as sementes foram usadas por Jesus para ilustrar diversas parábolas, como a do Semeador⁸⁴, por exemplo. Com essa associação da semente à geração e garantia da vida, tirar do povo a posse do meio de reprodução dos frutos que irão alimentá-lo é tirar-lhes o direito à vida. Nas palavras deste autor, “negar a semente é negar a vida. É inverter a dádiva divina, colocando o lucro, como apropriação individual, acima do direito à vida, dom supremo de Deus” (BETTO, 2003, p. 46). A interpretação que a Teologia da Libertação fez das escrituras contidas na Bíblia demonstra uma aproximação da natureza com o Sagrado. As sementes, como princípio gerador de vida, devem ficar sob o cuidado dos povos que dela vivem, seja para seu auto sustento, seja para o sustento de todos.

Betto (2003, p. 47) não é contra o uso da ciência e da técnica, mas levanta limites éticos e cita o exemplo da utilização da engenharia na construção dos fornos onde judeus foram mortos durante a II Guerra Mundial. Da mesma forma, segundo ele, os conhecimentos científicos da genética e os direitos de patentes não podem servir aos interesses das empresas multinacionais em detrimento da população que sempre cultivou as sementes.

Este sentido religioso ampara também posturas ecofeministas do movimento. Seus cadernos de formação e cartilhas demonstram isso. Mas como esse tema se mescla com o ecofeminismo, optei por fazer a referência a estes documentos mais adiante, ao tratar deste conceito no MMC.

Outra discussão bastante presente no movimento de mulheres é a temática dos transgênicos. Sua postura totalmente contrária é justificada pelos riscos à saúde ainda desconhecidos, pela perda de sua soberania e

⁸⁴ A parábola do Semeador contada por Jesus em Mateus 13, 3-9, narra a história de um homem que saiu a semear. As sementes caíram à beira do caminho, em terras com espinhos, em terra rochosa e também em terra fértil, onde produziu bons frutos. Nessa parábola, a semente simboliza a palavra de Deus e seu alcance na vida das pessoas.

também pelo fortalecimento da hegemonia das grandes empresas transnacionais.

4.2.4 Transgênicos

A coletânea organizada por Magna Zanoni e Gilles Ferment intitulada “Transgênicos para quem?” traz já na apresentação o porquê da preocupação com os organismos geneticamente modificados.

As biotecnologias modernas são ferramentas de grande potencial de reprogramação dos seres vivos. Contudo, o maior problema na análise de risco desses organismos gerados pela biotecnologia é que seus efeitos não podem ser previstos em sua totalidade: existem de fato numerosas incertezas científicas. Os riscos à saúde humana incluem, muitas vezes sem o conhecimento da causa, aqueles inesperados, alergias, toxicidade e intolerância. No ambiente, as consequências são a transferência de genes entre espécies distintas, a poluição genética e os efeitos prejudiciais aos organismos não alvo. O princípio da equivalência substancial, até agora utilizado, deveria ser abandonado em favor de uma concepção cientificamente fundamentada (ZANONI e FERMENT, 2011, p. 16).

Segundo Berlan (2011, p. 147), os agricultores foram até há pouco tempo a categoria mais numerosa e, em poucas décadas, eles foram quase eliminados. Para ele, os que restaram são mais “tecnoservos” de um sistema agroindustrial-financeiro, do que propriamente agricultores. Determinadas afirmações podem chocar, mas não se pode negar que Berlan não está de todo equivocado ao pensarmos na autonomia que os agricultores têm sobre a sua produção. A antiga seleção dos grãos colhidos que serviriam de sementes para o próximo plantio realizado pelos agricultores não só foi substituída como está ameaçada tanto de ser contaminada pelas sementes transgênicas, como de sanções por parte das empresas que possuem as patentes de sementes. Isso para falarmos em sementes, porque com a produção animal tal fato já atingiu um nível alarmante. Os depoimentos das camponesas mostram muito bem como é a relação dos agricultores com as agroindústrias, relações de total subordinação tanto em relação a como realizar o seu

trabalho, como às penalidades a que são submetidos caso ocorram problemas com as criações.

Conforme uma liderança do MMC, uma camponesa que participa do movimento praticamente “se instalou” dentro do aviário para realizar o trabalho, somente saía para dormir na casa quando era substituída no aviário pelo seu marido.

Fernandes (2011, p. 440) lembra que, em 1999, o plantio de transgênicos ainda era proibido no Brasil e, com a liberação, num espaço de 10 anos já eram produzidas seis variedades de milho transgênicas, uma variedade de soja e quatro de algodão.

Conforme Andrea Salazar (2011, p. 294), no período que vai de 1995, quando foi aprovada a primeira Lei de Biossegurança no Brasil (Lei n. 8.974/95), até 2005 somente dois produtos haviam sido autorizados, a soja *Roundup Ready* e o algodão *Bollgard*. Em 2005, foi aprovada uma nova lei de Biossegurança, que demonstrou uma posição favorável do governo brasileiro ao cultivo dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Assim, entre 2007 e 2009, dezesseis novas variedades de milho e algodão foram cultivados no Brasil.

Marc Dufumier (2011) demonstra como a Revolução Verde não foi capaz de eliminar ou amenizar o problema da fome nos anos de 1960 e 1970, dessa maneira os OGMS também não cumprirão esse papel. Além disso, mostra como essa propaganda acerca dos transgênicos para eliminar a fome dos países pobres é facilmente contestada por observação nos locais onde já foram implantados, com profundo desrespeito aos ecossistemas locais, gerando assim uma degradação ambiental maior que a produtividade.

Uma coisa é certa: não são nem os agrônomos, nem os geneticistas que inventaram a agricultura. Desde o neolítico e até pouquíssimo tempo atrás, todas as inovações agrícolas foram obra dos camponeses. Durante milênios, os agricultores é que selecionaram as espécies, as raças e as variedades, pois era preciso privilegiar o desenvolvimento e apontar novas maneiras de valorizar os ecossistemas para responder às necessidades das sociedades às quais eles pertenciam. Fazendo isso, os agricultores conseguiram selecionar uma grande panóplia de cultivares adaptadas à diversidade das condições ecológicas de nosso planeta. Disso resultaram

formas de agriculturas particularmente adaptadas a cada uma das “localidades” (DUFUMIER, 2011, p. 383-384).

Em suas publicações, como a cartilha “Sementes de Vida nas mãos das mulheres camponesas”, o MMC mostra como surge a agricultura, ressaltando as mulheres como as primeiras a cultivarem a terra. Esta publicação está organizada em encontros que foram trabalhados nas comunidades rurais. O segundo encontro, com o título de “Somos sementes, fazemos parte da história da humanidade”, trata do surgimento da agricultura e ressalta a mulher como a primeira a cultivar a terra, logo como a primeira guardiã das sementes. Já o terceiro e quarto encontros “Somos sementes para a Vida e não para o lucro” e “Somos sementes de Vida e não mercadoria para o capitalismo” discorrem sobre a influência do modelo capitalista sobre a agricultura camponesa, as necessidades que ele impõe, como a compra das sementes, dos insumos químicos e ressaltam a importância da participação da mulher na luta pela soberania alimentar, como mostra este trecho:

Companheiras, precisamos ter clareza que este pacote nos empobreceu e nos tornou escravas das indústrias e do sistema capitalista. Todo o conhecimento adquirido no cultivo das sementes e na relação com a natureza está ameaçado. Precisamos mudar esta realidade. Recuperar as sementes é recuperar a vida de muitas culturas, é garantir o alimento sagrado na mesa de todos(as). Eis a importância da soberania alimentar, onde o povo tem o direito de definir a produção, definir a forma de distribuição e, enfim, como será o consumo dos alimentos. (liderança do MMC)

4.3 As mulheres e a alimentação: segurança e soberania alimentar

Para Marta Chiappe (2010) ocorre certa confusão entre os conceitos de soberania e segurança alimentar, quase sempre utilizados como sinônimos. No entanto, por soberania alimentar deve-se entender o controle dos alimentos por parte dos camponeses e por segurança alimentar, a condição de existência de alimentos suficientes e de qualidade para que todos possam ter acesso.

Conforme León (2003, p. 218), na África subsaariana e no Caribe, as mulheres são responsáveis pela produção de 60 a 80% dos produtos básicos utilizados na alimentação enquanto que na Ásia as mulheres realizam mais de 50% do trabalho nos cultivos de arroz. Da mesma forma, no Sudeste Asiático e na América Latina, as hortas cultivadas pelas mulheres aparecem entre os sistemas agrícolas mais complexos. Mesmo assim, a ideia de que é necessário o cultivo de transgênicos para alimentar o mundo é propagada cada vez mais. Esse discurso sai do ambiente das multinacionais e se propaga mesmo entre camponeses, com o intuito de que eles abandonem seus cultivos tradicionais e adotem o sistema produtivo que é comercializado em larga escala pelas empresas.

Dessa maneira, a internacionalização do campo, onde, insistimos, a agricultura e a produção alimentar se ajustam a fins lucrativos, tem incidido negativamente na vida das mulheres, convertendo-as em simples assalariadas e alienando-as da sua relação com a terra, com a agricultura, com os saberes e conhecimentos históricos, especialmente aqueles que, como inventoras da agricultura, têm transmitido de geração em geração (LEÓN, 2003, p. 218-219).

Essas medidas, continua a autora (LEÓN, 2003, p. 219), eliminarão as práticas de soberania alimentar concebidas pelas mulheres durante toda a história da agricultura, obrigando-as a pagar aos donos das patentes para utilizarem os recursos que sempre fizeram parte de sua vida.

Irene de León (2003, p. 220) diz ainda que a agricultura científica excluirá ainda mais as mulheres do acesso ao conhecimento e destruirá seus saberes tradicionais, continuando o processo que foi deflagrado pela Revolução Verde. A colocação da autora é chocante, mas verdadeira, porque o que assistimos foi um afastamento das camponesas do conhecimento básico sobre o plantio dos alimentos e a diminuição da variedade e qualidade alimentar dessas famílias. No entanto, tamanha exclusão gera revolta e, conseqüentemente, a busca de alternativas. É o que o MMC faz ao estimular as camponesas a resgatar as práticas alimentares e de tratamento por meio de uma alimentação mais saudável, que vai desde a maneira de produzir o alimento, a variedade

dos alimentos e as formas de preparo, até as ervas medicinais que são alternativas aos remédios alopatícos.

Um dos grandes vilões que colocam em risco a segurança alimentar são os agrotóxicos, porque além da contaminação dos alimentos e da água, eliminou diversas espécies de plantas utilizadas na alimentação e no preparo de remédios.

4.3.1 Segurança alimentar e os agrotóxicos



Foto de uma horta na propriedade da Sra. Rosalina da Silva – Chapecó/SC, fruto do trabalho de campo da Missão África/ maio de 2010 e cedida pelo MMC.

Conforme Londres (2011), na última década, o uso de agrotóxicos no Brasil cresceu assustadoramente; somente entre os anos de 2001 e 2008 a venda subiu de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões. Assim, o Brasil atingiu a posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2008 foram aplicados 986,5 mil toneladas e em 2009 mais de um milhão de toneladas, o que significa 5,2 kg de agrotóxico por habitante (LONDRES, 2011, p. 19). A autora apresenta também dados da Anvisa sobre, pelo menos, dez tipos de agrotóxicos que já foram proibidos na União Europeia, EUA, China, entre outros, que continuam sendo usados no Brasil. Esses dados apontam que o

crescimento agrícola no país foi pequeno frente ao aumento exorbitante no volume de vendas dos agrotóxicos.

“Levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), ambos de 2009, apresentam o crescimento de 4,59% da área cultivada no período entre 2004 e 2008. Por outro lado, as quantidades vendidas de agrotóxicos, no mesmo período, subiram aproximadamente 44,6%. E os números não levam em conta a enorme quantidade de agrotóxico contrabandeado para o país.” (CARNEIRO; SOARES, 2010, *apud* LONDRES, 2011, p. 19).

Outra característica importante a ser levada em conta é a concentração das empresas que detém a produção e comercialização de agrotóxicos. Em 2007, seis empresas, a saber, Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e DuPont controlavam mais de 80% da venda de agrotóxicos no Mundo. No Brasil, essa taxa era ainda maior. Essas empresas não controlam somente os agrotóxicos ou as sementes de milho e soja, como nos parece mais evidente, mas também sementes de hortaliças, ou seja, as sementes de toda a base de alimentação vegetal.

O que o movimento de mulheres propõe é ir na direção contrária a este processo. É resgatar valores (sementes) e técnicas que suas mães e avós dominavam, para restituir com isso uma alimentação melhor para suas famílias, como mostram os trechos retirados de um documentário produzidos pelo MMC/SC.

Principais características do pacote de modernização da agricultura: Revolução Verde, 1960. (liderança do MMC).

Para aproveitar os restos de guerra, a burguesia internacional criou um projeto de agricultura química, para aproveitar as indústrias que já fabricavam o veneno, os motores e os produtos químicos. Então se instalou aqui no Brasil, a partir dos anos 60, a famosa Revolução Verde sobre a qual os governos davam o total apoio, inclusive criou-se a extensão rural para levar até as nossas unidades de produção o esclarecimento: como é

que nós tinha que produzi, o que é que nós tinha que produzir e com a desculpa de aumentar a produtividade e de saciar a fome do mundo é que eles vinha com essa onda de Revolução Verde. Com essa farsa de modernidade foi feito a tentativa de destruir a agricultura camponesa, os valores, o jeito de produção que nós tinha, que nós produzimos o próprio alimento, mas não conseguiram. Pois aqui estamos resistindo e fazendo alternativas para dar conta de uma vida digna, com saúde. (liderança do MMC).

Ainda em relação ao uso indiscriminado de agrotóxicos, em uma reportagem do Jornal Nacional⁸⁵ sobre as fronteiras brasileiras, um dos contrabandos mostrado foi o de agrotóxicos nos limites do Uruguai com o Rio Grande do Sul. Esses produtos são trazidos da China e entram no Brasil sem nenhuma fiscalização, não possuem rótulos e, quando os possuem, não estão corretos, podendo conter mais de três tipos diferentes de componentes do que o apresentado, logo, não possuem aprovação da Anvisa. Assim, além do alto índice de agrotóxico utilizado de forma regular, temos também o que vem contrabandeado e que, conforme os dados sobre a importação de agrotóxicos de países como o Paraguai, o montante desses produtos importado em apenas um ano poderia ser utilizado por cerca de 139, mostrando que o destino destes agrotóxicos vai além de suas fronteiras, confirmando o que dissemos acima.

E no caso das produções tem tudo os agrotóxicos que eles nem chamaram de veneno. Chamavam do que mesmo? Defensivos agrícolas! Veja bem, uma coisa que prejudica a natureza, o ser humano, não foi botado o nome de veneno, é defensivo agrícola. Defensivo é pra defender, de veneno passou pra remédio, e a gente achou que era isso mesmo. ‘Ah tem que passar um remedinho ali pra matar as pragas’, não é assim que a gente escuta

⁸⁵ Reportagem exibida em 30 de maio de 2011 no Jornal Nacional da Rede Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/05/fronteiras-do-brasil-sao-passagens-faceis-para-criminosos-de-dez-paises.html>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

todo dia? Só que esse remedinho pra matar as pragas vai matando nós também. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim (21 a 23 agosto de 2010)

Conforme Vandana Shiva (2003, p. 39), a Revolução Verde não substituiu somente as sementes nos países do Terceiro Mundo, mas safras inteiras. Ao fazer isso justificou que determinadas variedades de sementes, por serem inferiores, produziam muito pouco. Para Shiva, as camponesas da Índia conheciam as variedades produzidas e seu valor nutritivo. Estes cultivos, no entanto, foram considerados inferiores, além disso, muitos foram extintos pelo uso dos agrotóxicos. Da mesma forma, diversas espécies de plantas que antes eram consumidas pelos camponeses no oeste de SC, hoje são dificilmente encontradas porque, com a intensa utilização de agrotóxicos nas lavouras e a diminuição de variedades cultivadas, essas também se perderam. Por outro lado, percebe-se que as lideranças do MMC, ao iniciarem o resgate de sementes crioulas de hortaliças, se disseram admiradas com as variedades que as camponesas trouxeram e que eram mantidas em suas propriedades. Somente no encontro que ocorreu no ano de 2002 em Curitiba, na Serra Catarinense, as camponesas trouxeram mais de 40 variedades de couve.

4.3.2 Plantar para o auto consumo – soberania e segurança alimentar

Para Irene León e Lidia Senra (2010, p. 17), mulheres e homens vêm construindo uma ideia diferente do que é agricultura. Isso se explica, em parte, pelas condições que foram dadas, ao longo da história, para homens e para mulheres. Dessa forma, a imagem construída pelas mulheres é de uma agricultura como fonte de alimentação e de produtos que são destinados ao sustento da família.

Conforme as autoras acima, em diversas partes do mundo, o controle da produção pelo governo e pelas grandes empresas foi precedido por uma associação do produto oriundo das explorações familiares a uma má qualidade ou a problemas sanitários. Essas medidas afetaram especialmente as mulheres que tradicionalmente comercializam sua produção nos mercados locais. Em conversa com uma liderança, esta me falava das dificuldades de comercializar a produção em pequena escala. O objetivo principal para as mulheres que participam dos projetos do MMC é cultivar para o consumo da família,

mas sempre há um excedente que pode ser comercializado. Mas como fazer isso, se o mercado exige quantidade?



Variedade de alimentos produzidos pelas camponesas.
Foto tirada no encontro Missão África/ Chapecó/maio de 2010.

Por exemplo, o agricultor que está na roça hoje, a gente percebe quem tem aviário não pode criar galinha comum, ele tem que comprar ovos lá na roça. Quem tem (...) não pode criar galinha, tem que comprar galinha caipira se ele quiser comer, morando lá na roça! Eu sei que os agricultores estão comprando verdura na cidade, isso é um absurdo! Então a gente se preocupou mais nesse sentido, na qualidade de vida lá na roça, a qualidade do alimento que vai pra mesa do cidadão brasileiro. Era isso.” (Fala de uma camponesa no XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Eu justamente queria mencionar o tema de nós fazermos um trabalho com as mulheres da cidade, em cima do consumo consciente, que nós somos produtoras e elas são consumidoras e nós como proprietárias de terra, como moradores do campo,

produtores de alimento, temos também como compromisso produzir uma alimentação saudável, e por isso a importância de fazer um trabalho com essas mulheres da cidade para que também elas saibam escolher os seus produtos. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Então, assim, em 8 de março 2007, houve o lançamento da campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis. Nós temos o cartaz aí. Temos aqui. E daí, como compromisso, nesse ano também nós tivemos uma feira na capital de Florianópolis, e nós levamos nosso produto pra distribuir pra comunidades que a gente visitou naquele encontro. A primeira feira da diversidade, em 2008, foi também o quarto congresso estadual do movimento. Nessa feira da biodiversidade, tinha as sementes, tinha produtos da roça, mais as plantas medicinais com as suas essências, pomadas, remédios. Tendo dois dias de estudos, e depois uma, um último dia com a feira então. 2008 depois continuou os ensaios, aqui nós estamos com o Grupo Saudades de São Miguel do Oeste, ensaios e também... e também como no comecinho nós dávamos uma semente para cada mulher, aqui nós fazíamos ensaios no grupo de mulheres. Oito, dez mulheres, vinte mulheres. (intercâmbio com os africanos, mulheres expondo a sua prática em forma de apresentação coletiva)

Que eu lembre, desde pequena, a nossa alimentação foi sempre a alimentação natural. Tudo plantado e comido aqui na propriedade mesmo, (de todo tipo). Nós comíamos muita verdura. A mãe sempre teve uma horta muito cheia de verdura, principalmente repolho. Repolho foi uma das alimentações que nunca faltou na nossa mesa. E sempre também elas nunca compravam as semente. Ela mesma colhia as sementes e plantava de novo. Guardava num lugar adequado pra guardar a semente mesmo e, na hora do plantio, ela semeava de novo as

mesmas sementes colhidas, que ela mesma colhia.
(Intercâmbio com africanos, maio de 2010)

A maioria dos agricultores que possuem integração de aves e suínos já não produzem diversos alimentos que eram cultivados há alguns anos atrás, mesmo os mais básicos como o feijão, o arroz, a batata doce, a batatinha (batata-inglesa), a cebola, etc. Esses produtos estão entre os que deixaram de ser produzidos porque a oferta deles nos supermercados é regular e, conforme falaram alguns agricultores, “não compensa plantar porque é mais barato comprar no supermercado”. O plantio de hortaliças também caiu muito entre esses agricultores, diversas variedades deixaram de ser cultivadas, restando algumas cujas sementes e mudas são encontradas nas cooperativas e agropecuárias. Entre as mulheres que não participam do MMC, podem-se encontrar aquelas que mantêm as sementes crioulas de hortaliças e demais alimentos, sementes que foram guardadas por gerações. No entanto há poucas mulheres que possuem integrações em suas propriedades e, ainda assim, mantêm tanto as sementes como a prática antiga dos tratamentos com ervas seja para as pessoas, seja para o cuidado dos animais.

Entre os produtos para o próprio consumo mais cultivados hoje pelos agricultores estão a mandioca, algumas espécies para horta como radice, alface, cenoura, beterraba. Já o repolho e as diversas variedades de couve não são muito cultivados porque a ocorrência de pulgões é grande. Os insetos que atacam os cultivos são outro argumento muito utilizado para justificar o não plantio de diversos produtos, especialmente na horta. Muitos dizem que não adianta plantar “porque os pulgões, as lagartas, ou mesmo os passarinhos estragam, então fica mais barato comprar”.

Já no MMC, o que ouço é um discurso bem diferente, como mostram as falas das participantes dos encontros, cursos e oficinas dos quais participei. As camponesas mostraram uma listagem bem extensa dos alimentos que ainda cultivavam e dos que voltaram a cultivar pela iniciativa dos projetos do MMC.

Lista do que as camponesas têm e produzem hoje nas propriedades

Ervas medicinais diversas, galinhas, galinha de angola, peru, patos, peixes, frutas nativas (pitanga, jabuticaba, gabirola, sete-capota, uvaia,

amora, pinhão, ariticum, cereja, guamirim, goiaba, ingá, butiá, araçá,) frutas cultivadas (laranjas diversas, bergamota, lima, pêssego, nectarina, ameixas, marmelo, figo, uvas, pera, caqui, goiaba, maçã, limão, banana, abacaxi, morango) hortaliças (cenoura, beterraba, repolho, repolho roxo, couves diversas, alface, radice, rabanete, nabo, fava, vagens, agrião, rúcula, etc.), temperos (salsa, cebolinha, manjerona, alecrim, rosmaninho, manjeriço, etc.) leite e derivados (queijo, nata, manteiga, ricota, doce de leite) ovos, carne de galinha, carne de gado, carne de porco e derivados (salame, queijo de porco, torresmo, morcilha, banha) mandioca, abóbora, pepino, chuchu, arroz, feijão, cebola, alho, batata doce, batata inglesa, trigo, linhaça, cana-de-açúcar e derivados (açúcar mascavo, melado, cachaça, rapadura), pipoca, amendoim, nozes, entre outros.

Em estudo sobre os alimentos ainda produzidos para o consumo entre agricultores gaúchos, Menasche et al (2007, p. 67) se referem à questão do “tempo” que os agricultores alegam não possuir mais para plantar. Conforme relato de uma agricultora entrevistada por estas autoras, depois que iniciou um plantio de laranjas em maior escala, foi perdendo as sementes dos produtos que antes eram comuns na propriedade, como o feijão, o amendoim. Também com a saída dos filhos da terra, o trabalho se concentrou no casal, assim, não puderam mais se dedicar ao plantio desses alimentos.

Da mesma forma como foi constatada uma diminuição da variedade de alimentos produzidos e consumidos pelos agricultores no oeste de SC, as autoras Wagner, Marques e Menasche (2007, p. 75) mostraram que, no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, os agricultores familiares se referiram a uma mudança muito grande da alimentação de “antigamente” com relação à atual. Conforme estas autoras, eles foram unânimes ao falar da intensidade destas mudanças, relacionando a alimentação atual como sendo mais industrializada. “Em geral a produção para o autoconsumo é hoje considerada como sendo muito menor do que a realizada em época anterior. Desse modo, muitas respostas apontam no sentido de maior dependência das famílias rurais em relação à aquisição de alimentos” (WAGNER, MARQUES E MENASCHE, 2007, p. 75).

Zanetti e Menasche (2007, p. 139), em pesquisa realizada na comunidade de Jacarezinho, Vale do Taquari/RS, mostram que a segurança alimentar é garantida mais pelas mulheres. Como a produção de alimentos para o consumo familiar é conduzida basicamente pelas

mulheres, quando estas deixam de produzir a variedade que eram acostumadas, o consumo destes alimentos cai na família. Mulheres mais velhas são as que ainda mantêm a tradição de produzir diversos alimentos, já as mais jovens adotaram o hábito de adquirir esses alimentos no mercado. As razões apontadas em sua pesquisa são praticamente as mesmas apontadas pelas agricultoras entrevistadas por mim na região oeste de Santa Catarina.

Grisa e Schneider (2008), em levantamento sobre a produção para o autoconsumo entre agricultores gaúchos, constataram que 100% deles ainda produzem alimentos para consumo da família. Essa produção varia conforme o município pesquisado, o grau de integração com o mercado, entre outros fatores, mas ela é uma constante no meio rural. Essa produção permite, entre outras coisas, o acesso aos alimentos sem intermediações, a produção de alimentos seguindo a tradição cultural da família, e o reconhecimento da qualidade do produto consumido. É comum a prática de trocas entre vizinhos, seja de produtos, de mudas para o plantio ou de sementes. Essas práticas foram se perdendo com a intensificação do processo de integração em muitas comunidades rurais da região oeste de Santa Catarina, conforme mostram os depoimentos das mulheres ligadas ao MMC.

Grisa e Schneider (2008) mencionam autores como Woortmann e Woortmann (1997) e Brandão (1981, p. 79), que mostram o orgulho que os camponeses sentem ao afirmar que produzem seu próprio alimento e que essa produção é variada e de qualidade. Essas afirmações corroboram os depoimentos das camponesas do MMC, como este:

Aqui no caso são todas trabalhadoras, que trabalham para produzir alimentos. E alimentos só para nós? Alimentos para todos. Hoje, na verdade, a agricultura camponesa é responsável pela produção de quase 80% dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores. Então, esse é o segundo elemento: ser trabalhadora pertencente a uma classe que produz pelo seu trabalho as riquezas e [...] que produz alimento para as pessoas poderem viver, nenhum ser vivo vive sem alimento. Então vejam a importância estratégica dos camponeses e das camponesas. E [...] as mulheres camponesas são lutadoras, são guerreiras, que daí é próprio da característica de quem faz parte do movimento, da luta, da militância. (Fala de abertura do XX Encontro

Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Na referência a autores como Woortmann e Woortmann (1997) e Brandão (1981, p. 79), citados por Grisa e Schneider (2008), não se deve deixar de observar que suas publicações têm mais de uma ou até mesmo três décadas e que, deste período até agora, as transformações no campo foram muitas em relação a essa produção para o autoconsumo, conforme constatei em campo. Estes trabalhos demonstram que a produção para o autoconsumo esteve mais presente nas pequenas propriedades do que agora.

4.4 Agricultura camponesa e feminista – a nova definição do MMC

É comum ouvir, seja nos depoimentos que as militantes nos dão, seja nos discursos nos eventos do MMC ou em seus materiais escritos, que o MMC é um movimento camponês e feminista. No que se refere a camponês, já mostrei como elas fazem esta definição. Mas, em relação à sua postura feminista, esta é bastante recente. Foi na 11ª assembleia do MMC em 2010 que percebi essa aproximação com o discurso feminista. Esse feminismo, que quase sempre vem acompanhado do termo camponês, difere do feminismo urbano, como foi tratado no segundo capítulo. Aproxima-se mais do feminismo marxista, mas sempre fazendo a relação com a sua condição de mulheres camponesas, como mostram as suas falas:

“[...] a gente vai falar um pouco de gênero e feminismo. Gênero fala do homem e da mulher, gênero é o homem e a mulher e tem aquela divisão do trabalho que antigamente as mulheres achavam normal: o homem ia na roça e a mulher acompanhava. Ai em casa era dever dela: ela tinha que cuidar dos filhos, lavar roupa, fazer comida, cuidar da casa e ficava até a meia-noite trabalhando e achava normal. Só que não é! O homem descansava (...). Ela tinha que fazer o serviço sem fazer barulho porque o marido tinha que descansar. E ela? Quando? Quando ia descansar? Hoje as mulheres já estão vendo que elas também têm direito de descansar, não é só o marido: os dois trabalham e os dois descansam. (Fala resultante do trabalho em grupo das

mulheres no XX Encontro Estadual do MMC –
Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Essa fala mostra muito mais do que a divisão de tarefas. Mostra como as mulheres foram mudando seus pontos de vista em relação a esta divisão do trabalho, porque foi somente depois que as camponesas passaram a ver estas relações como injustas, que lutaram para superá-las. Isso corrobora com os depoimentos já citados, nas quais as militantes falam da importância que o movimento teve para as mudanças que obtiveram nas relações familiares. Foi também a partir destas percepções que elas se descobrem feministas.

O feminismo então é lutar pelos direitos da mulher. Não é querer ser mais que a mulher. É querer ser igual ao homem, ter os mesmos direitos. Acho que é isso que a gente falou. O patriarcado vem de antigamente, quando o homem, o pai ou avô, aí a mulher saía das garras do pai e ia pras garras do marido. E hoje em dia não é assim, não é o marido que manda, a gente tem que construir a família juntos, decidir as coisas juntos, ser iguais e ninguém ser mais que o outro, não querer ser o dono do outro.” (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Para nós, do Movimento das Mulheres Camponesas, o nosso feminismo vai pra além das relações de gênero: é uma proposta, é um projeto de sociedade, que enfrenta a cultura patriarcal, a opressão que nós sofremos dos homens e tudo, e também a luta contra o capital e a construção de um projeto de sociedade com mais igualdade, que é o nosso sonho. Continuar afirmando que um dia nós queremos uma sociedade socialista, que pra nós a sociedade socialista é uma sociedade igualitária, distribuição de renda, que todo mundo tenha terra, e os direitos. Então, nós, na nossa avaliação, é trabalhar um pouco essa questão, que quando falamos de feminismo, seja o nosso feminismo. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

A afirmação de um feminismo diferente, “o nosso feminismo”, ainda traz resquícios da rejeição ao feminismo pregada pela Igreja. Mas traz também um modelo de feminismo que se adapta às suas condições de mulheres camponesas, que ainda precisam lutar muito contra a opressão de gênero, camponesas que querem construir uma sociedade diferente.

Então, a agricultura camponesa feminista é quando as mulheres viram que jogando as sementes pela janela dava pra produzir, não pensaram em dinheiro mas sim pensaram pela continuação da vida. Então, essa é a diferença. E nós, hoje, a gente está no movimento para que a gente possa entender, o movimento faz a gente entender melhor o que é feminismo. Então, essa é uma questão que nós temos que levar em conta: o feminismo, o que é a diferença do machismo. A gente não quer tomar a frente de ninguém, mas quer, sim, firmar e lutar dentro ao movimento, e fazer a luta para que a gente possa melhorar a nossa situação, para que as mulheres tenham mais a vez, possam falar. Então, aqui é um espaço que o movimento propõe para que cada uma possa colocar as suas ideias aqui” (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

É interessante notar que somente com quase 30 anos de história, o MMC se assume enquanto um movimento feminista, sendo que sempre o foi. Sua história é marcada por posturas feministas. Ocupar os gabinetes dos deputados federais e senadores em Brasília para garantir a votação dos direitos previdenciários foi uma iniciativa de mulheres, realizada por mulheres. Comparo esta ação à ação em prol da aprovação do Pronaf e da diminuição de juros deste programa na década de 1990. Se nesta última as mulheres participaram através de seus sindicatos, na primeira, toda a organização partiu delas.

Assim, essa relação com o feminismo, que em seus discursos é recente, mostra também uma mudança que vem ocorrendo na agricultura. As mulheres já não se sentem intimidadas em se assumir como feministas, mas, da mesma forma que resignificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características

particulares. E são estas características que contribuem para o que considero como a postura ecofeministas do MMC.

Um bom exemplo disto pode ser percebido em suas publicações. A cartilha elaborada para preparar a 11ª Assembleia estadual do MMC/SC, através de encontros de mulheres nas comunidades rurais, tem como tema do primeiro encontro “Construindo nossa identidade de mulher camponesa e lutadora”. Para os encontros é sugerido que as mulheres levem símbolos que retratem a sua vida de camponesa como chapéu, lenço, ferramentas de trabalho, plantas medicinais, sementes, etc. Depois de uma dinâmica com os símbolos, começa a parte de estudo. É dito que um dos princípios do MMC é ser um movimento autônomo, camponês, feminista e socialista. Nesse sentido há uma pergunta para as participantes sobre o que entendem por identidade camponesa e feminista.

Muitas vezes, passa pela nossa cabeça que ser feminista é ter atitudes opressoras e dominadoras, semelhante ao machismo. Para o Movimento de Mulheres, ser feminista é ser mulher que luta pelos direitos, que luta pela igualdade entre as pessoas e pela transformação da sociedade.

Tem várias formas de entender o significado da palavra identidade. Para nós do Movimento de Mulheres camponesas – MMC, identidade camponesa é um processo de libertação pessoal e coletiva.

Então o projeto de sociedade está relacionado com a nossa identidade camponesa. Isto quer dizer: me identifico com as mulheres e famílias que produzem alimentos saudáveis, praticam a agroecologia, recuperam sementes crioulas, plantas medicinais e nativas, protegem as fontes e nascentes, enfim, cuidam da biodiversidade como um todo.

Para nós, mulheres organizadas, ser um movimento camponês é produzir alimentos saudáveis para o auto sustento da família e a geração de renda. As mulheres têm um papel fundamental no fortalecimento da agroecologia, pois sempre cuidaram da diversidade plantando de tudo.

Identidade camponesa feminista é também quando as mulheres que produzem alimentos saudáveis e

lutam pelos direitos se encontram para refletir sobre suas vidas. (Cartilha do MMC).

Aqui elas mostram a importância da organização e da participação das camponesas no movimento social. No final do tema do primeiro encontro tem dicas de bem estar para as mulheres, como de dormir bem, beber a quantidade necessária de água, manter o otimismo, etc.

Também a cartilha “MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis e construir caminhos de libertação”, de 2007, é um material para encontros tendo o objetivo de divulgar o projeto de alimentação saudável e também estimular a participação das mulheres no projeto político do MMC. Os dois primeiros encontros tratam da “missão camponesa” de produzir alimentos saudáveis, e da resistência e sabedoria da mulher que devem ser utilizadas em defesa da vida.

O MMC vem construir junto com as mulheres camponesas o sentido político da resistência organizada, da resistência oculta, do cotidiano das mulheres camponesas marcado pela resistência e pela luta permanente em defesa da vida. Como as mulheres foram sábias ao longo da história! Sabem muito bem a importância, os mistérios e os segredos relacionados à vida! Por isso, mantém este poder de resistência, o poder que vem de dentro, de base, de organização, de um projeto de vida e de luta por uma nova sociedade. (MMC, 2007)

O seu discurso vem mesclado de valores religiosos e políticos. Ao mesmo tempo em que ressaltam a importância da mulher, se colocam uma responsabilidade na luta por um novo modelo de sociedade. O capitalismo não somente é responsável pela opressão de classe, como também contribui na opressão de gênero. Há um misto de religiosidade com marxismo típico de sua formação nas bases da Teologia da Libertação.

O primeiro capítulo da revista “Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida” de 2008, tem o título “Mulheres: histórias de dor, resistência e emancipação” e traz a história das mulheres, fazendo sempre uma relação com a história dos camponeses. É feito um recorte de tempo bem amplo mas que mostra, resumidamente, como as mulheres participaram desde os primórdios da humanidade até os dias

de hoje na produção e na luta pelos seus direitos. Ao final, o feminismo é abordado com viés marxista e o movimento assume uma postura feminista.

O movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza. (MMC, 2008)

No momento atual, o MMC tem adotado uma postura feminista, como tratamos no primeiro capítulo deste trabalho. No início das mobilizações, pela forte presença da Igreja, o tema era considerado tabu dentro do MMA. Embora as mulheres tivessem uma prática e postura feministas, isso não era demonstrado nos seus discursos e materiais impressos. Quando falamos que as mulheres tinham postura feminista, entende-se que esta é em relação a um feminismo tipicamente marxista, as mulheres enquanto parte de uma classe social, a discussão entre classe e gênero.

4.4.1 Ecofeminismo

Toda essa ideia de preservação ambiental e das sementes e a preocupação com a alimentação, fazem do MMC um movimento que não é apenas camponês e feminista como elas assumem, mas um movimento ecofeminista. A demarcação das diferenças entre a visão da mulher e do homem frente a estas questões fica evidente em suas falas.

Como mulheres organizadas queremos cultivar, recuperar a biodiversidade enquanto possibilidade de vida. Está colocado pra nós um grande desafio de recuperar a biodiversidade e buscando no saber cultural formas de cuidado e preservação da vida. (Fala de abertura do XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim - 21 a 23 agosto de 2010)

Para ecofeministas como Karen Warren (2003, p. 62), quando um problema ambiental afeta diretamente as mulheres, torna-se uma questão

feminista. Para esta autora, podemos considerar que uma questão é feminista quando pretende contribuir na compreensão de como fatos, crenças ou valores oprimem as mulheres, ou seja, tanto a busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres como a produção de alimentos, para citar dois exemplos, são questões feministas quando pretendem demonstrar, de alguma forma, a subordinação das mulheres.

La degradación y explotación medioambiental son cuestiones feministas porque la comprensión de éstas nos ayuda a entender la opresión de la mujer. En la India, por ejemplo, la deforestación de los bosques vírgenes y la forestación monocultiva para la producción comercial (por ejemplo el cultivo de eucaliptos) son cuestiones feministas porque la pérdida del bosque indígena y de las múltiples especies de árboles ha afectado drásticamente a las posibilidades de las mujeres rurales de la India para mantener la subsistencia de sus hogares. Los bosques indígenas, al contrario de los bosques de monocultivos, les proveen con su diversidad de árboles, alimentos, combustible, utensilios domésticos, tintes, medicinas, y otros usos que generan ingresos (WARREN, 2003, p. 62-63).

Para o MMC, essa relação com as florestas não foi tão estreita como no exemplo de Karen Warren, porque a tradição da agricultura na região sempre deixou um espaço pequeno para as florestas. No entanto, a preocupação com a diversidade exemplifica o que a autora mostra, que a falta de acesso a certas plantas torna-se uma questão feminista. Essa postura fica clara também em suas publicações. Há uma série de três cadernos para orientar os cursos de formação para o projeto intitulado “Práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC”. Nesta série, o caderno número três (nº 3) recebe o título de “Solo: Útero do Planeta Terra”. Esta é uma publicação técnica feita por engenheiros agrônomos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), com a colaboração das líderes do MMC em Santa Catarina. Trata da formação do mundo, do solo e sua composição, dos nutrientes e também da recuperação de solos já degradados e da agroecologia. Chama a atenção para o fato de que, já no início, no próprio título “solo: útero do planeta terra” e, mais adiante, ao tratar da formação do solo, se refere à “rocha mãe” para se referir ao

processo de decomposição das rochas que originaram o solo. Ao final, no último item, apresenta a Missão do MMC.

Também a publicação “Sementes de Vida nas mãos das mulheres camponesas” vem carregada de traços ecofeministas. Esta é uma cartilha para encontros do movimento nas comunidades rurais. Foi organizado pelo MMC nacional, mas na elaboração constam mais militantes de Santa Catarina. Isso confirma a ideia de que o movimento, na verdade, está mais centrado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como publicação específica para os encontros, esta cartilha vem carregada de termos “ecofeministas” e também bastante ideológicos. A cartilha é composta para subsidiar seis encontros.

O primeiro é intitulado “Somos sementes: Nós, seres humanos, somos parte da Natureza”

Companheiras, sejam todas bem vindas ao nosso encontro. Vamos pensar um pouco: Quem somos? Pensem comigo: O processo de nossa vida é como uma semente! Podemos dizer que nós somos uma semente. Houve uma época que a maioria das pessoas não sabiam que a união do homem e da mulher gerava a vida. Com o passar do tempo essa realidade foi mudando. As pessoas foram aprendendo que através do ovário a mulher mensalmente libera um óvulo, que é uma parte da semente. O homem produz o líquido seminal que contém o espermatozoide. Quando mulher e homem se relacionam sexualmente o óvulo pode ser fecundado pelo espermatozoide e se torna uma semente completa gerando uma nova vida.

As plantas também se reproduzem. Na semente do milho, por exemplo, há os genes que conferem as características de uma nova planta e as diferenciações sexuais próprias da espécie, assim como nas hortaliças, frutas, entre outras.

Podemos perceber que há uma relação íntima e parecida entre as mulheres, a terra e a natureza. Todas geram, cultivam e recriam a vida nas diferentes espécies. Por isso essa sensibilidade que as mulheres carregam em relação à natureza é tão visível e presente nas suas atitudes. **Esta proximidade faz com que chamemos a terra, a natureza e as mulheres de mães, revelando**

uma dimensão do lado feminino das mesmas.
(grifos meus)

Mais adiante, é expressa a responsabilidade que a mulher tem na preservação pela sua proximidade com a natureza. Aqui, como coloca Puleo (2004), corre-se o risco de mais uma vez deixar sobre a mulher o peso da preservação ambiental, como se o capitalismo e os rumos que o desenvolvimento no campo tomaram, típicos de um modelo masculino, pudessem continuar a agredir a natureza, porque o papel de preservar é responsabilidade apenas feminina.

Nós, mulheres camponesas, temos a grande tarefa de manter esta relação de responsabilidade com as sementes e a geração de vida. Somos desafiadas a continuar semeando e cultivando: nossos filhos e filhas, cultivando outras espécies, bem como lutar pela preservação da natureza. (Cartilha do MMC)

Catherine Roach (2003) analisou a relação mulher e natureza fazendo uma crítica à ideia de conceber a Terra como Mãe. As propagandas ecológicas que incitam a amar a “Mãe Terra” são, segundo ela, uma faca de dois gumes. Da mesma forma em que a simbologia de mãe é voltada para o amor e o respeito, há a ideia de que amor de mãe é incondicional, que mãe tudo dá, a tudo renuncia em nome dos seus filhos. “La madre en la cultura patriarcal es aquella que nos provee de todas las materias, se deshace de toda nuestra basura, y satisface todas nuestras necesidades y caprichos sin ningún coste (ROACH, 2003, p. 112),

Argumento que asignar género femenino y función maternal a la tierra no hará que nuestro comportamiento sea más ecológico, dado el significado y la función que tradicionalmente se asocian con la “madre” y la “maternidad” en la cultura patriarcal, en todo caso, esta imagen ayudará a mantener y a apoyar posiciones explotadoras hacia nuestras madres y hacia el medio ambiente (ROACH, 2003, p. 108).

Para Catherine Roach (2003, p. 110), a simples enunciação “ama a tua mãe” referindo-se à natureza, é problemático porque grande parte do trabalho desenvolvido no âmbito doméstico, o cuidado com os filhos,

os idosos e os doentes é realizado pelas mulheres, sem reconhecimento tanto econômico como social. Assim, a associação entre mulher e natureza pressupõe que a natureza sempre nos dará tudo sem custos, assim como têm feito as mulheres através da história. Tanto a visão da mulher como provedora de amor e cuidado para os filhos, como a da natureza como fonte dos recursos necessários à sobrevivência devem ser revistos.

Entre as mulheres do MMC ficam evidentes duas posturas em relação ao que acabamos de dizer. Por um lado, utilizam muito a ideia de que a natureza é feminina e, assim como a mulher, gera a vida, cuida da vida. Por outro lado também evidenciam a necessidade de cuidar da natureza. Ao trabalharem a agroecologia, mostram que querem produzir alimentos saudáveis para suas famílias, mas também preservar os recursos naturais, ou seja, mesmo reafirmando o cuidado dos filhos pelas mulheres, mostram que, como filhas, devem cuidar de sua mãe, a natureza. O vínculo com a terra para as mulheres do MMC está voltado tanto para a ideia de que natureza nos provê dos bens que necessitamos, como de uma ideia religiosa de natureza, aproximando-se da noção difundida nas culturas não ocidentais, em que a terra é vista como deusa e mãe. Nessa abordagem, a terra adquire uma posição feminina, mas de superioridade.

No quinto encontro do caderno “Práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC”, “Somos sementes de Vida, devemos nos multiplicar”, nota-se a influência ecofeminista no subtítulo “O ser humano deixou o seio da Natureza e já está sentindo-se órfão do Universo.” Além disso, trazem para a discussão o saber tradicional, ressaltando a importância do conhecimento das camponesas e do conhecimento feminino em relação às ervas medicinais e aos alimentos.

Nós do Movimento de Mulheres Camponesas entendemos que o conhecimento não é descoberto apenas em laboratório. Nós acreditamos que o conhecimento é construído pelas pessoas através das atividades desenvolvidas individuais e comunitariamente no ambiente social. Normalmente isto acontece numa atitude de respeito à natureza, pois entendemos que o universo é a casa de todos os seres vivos. A vida das mulheres camponesas é rica em conhecimento. Existe uma sabedoria feminina

acumulada pelo esforço, pela dedicação e pelo cuidado com a vida. Por outro lado precisamos saber que o processo de agricultura química vem trazendo sérios problemas à vida do planeta. (Cartilha do MMC).

O quinto capítulo da revista “Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida,” que trata das experiências do MMC, é introduzido utilizando como base teórica o conceito de “cuidado” na visão de Leonardo Boff (1999), colocando-se a necessidade de se desenvolver uma capacidade de cuidar de si, das pessoas e da natureza, prática que anda esquecida na atualidade. “Cuidar significa valorizar, respeitar, zelar pelo outro enquanto pessoa que se te faz revelar e que, na relação humana, se dignifica” (MMC, 2008, p. 43). O próprio feminismo tratado por elas é adaptado à sua realidade e à sua formação dentro de um modelo da Teologia da Libertação. “O jeito feminista de tratar a saúde implica cuidar da vida, do conjunto das relações com a realidade circundante. [...] Aliado a isso, o MMC adotou como princípio o ressignificar a sabedoria popular e a fertilidade da terra e da vida como um todo” (MMC, 2008, p. 43).

Um dos principais objetivos do projeto “plantando saúde” é difundir a utilização das ervas medicinais para as camponesas e suas famílias. O projeto abrange oficinas de formação para o plantio, cuidado e usos das plantas, a confecção de materiais informativos como cartilhas, folders, entre outros, e os encontros para planejamento, celebrações e trocas de experiências. O projeto alia o conhecimento de cada participante com estudos já realizados sobre as plantas.

Este trabalho tem uma mística libertadora profunda que envolve todas as mulheres. As oficinas teóricas (estudos, dinâmicas, trabalho em grupo, cochicho) e práticas permanentes e integradas a cada momento (misturas de tinturas, de elixires e pomadas, sucos, xaropes e alguns alimentos); debates sobre o projeto de agricultura, as lutas, as trocas de conhecimento, de mudas, sementes, receitas, identificação das plantas medicinais, exercícios físicos e muito diálogo e alegria nos momentos de encontros das mulheres. [...] Este trabalho vem construindo um novo modo de fazer e pensar a saúde, de construir o desenvolvimento no campo. Um desenvolvimento

que valoriza as famílias camponesas e promove vida, cidadania e contribui para que o campo seja um lugar bom de viver e de ser feliz” (MMC, 2008, p. 48).

Ao tratar sobre isso, o MMC mostra mais uma vez a importância dada à mística para o movimento. Em todos os encontros em que participei sempre houve uma mística inicial. Esta prática vem desde o MMA e é comum em outros movimentos sociais, como no MST. Nas apresentações iniciais dos encontros sempre há uma mística, há falas, símbolos que representam as camponesas como instrumentos de trabalho, flores, sementes, alimentos, bandeiras. Cada elemento destes tem um significado especial para o movimento, como mostra Sell (2004), analisando a mística em seu sentido mais amplo, e Piana (2009), ao se referir ao MST. A mística do MMC, assim como a do MST, remete à Teologia da Libertação. Foi no bojo da Teologia da Libertação que se desenvolveram os movimentos sociais rurais da década de 1980, além do que, para o MMC, o primeiro passo para as mulheres saírem de casa ocorreu por meio da Igreja. Foi neste espaço que as mulheres encontraram o incentivo para buscar os seus direitos e isso veio por meio de duas fontes: o pertencimento a uma classe e a de religião, ou seja, um direito enquanto parte da classe trabalhadora, mas também por serem filhas de Deus. Pela Teologia da Libertação, o discurso da Igreja passa a incluir as mulheres. Nas Campanhas da Fraternidade o feminino é colocado na expressão “somos filhos e filhas de Deus”. Assim, como mostrado na primeira parte deste trabalho, foi com este incentivo que as mulheres passaram a sair de casa, inicialmente assumindo tarefas tidas como femininas nas comunidades como catequistas, ministras de liturgia, agentes de pastoral, entre outros. A mística então, expressa nas aberturas dos encontros, por meio de teatros, poesias e símbolos, traz muito forte uma conotação cristã.

Um dos princípios básicos da Teologia da Libertação era justamente uma leitura política da Bíblia, que continha uma crítica moral e social ao capitalismo, e propunha as comunidades eclesiais de base como forma de organização da igreja. A visão marxista das mulheres vem da Teologia da Libertação. Sell (2004, p. 103) retoma Löwy (2000) para mostrar pontos comuns ao cristianismo e ao marxismo, pontos estes que estão presentes na TdL. Entre os principais estão a crítica a uma visão individualista do mundo, a ideia de que os pobres (ou proletários) são vítimas da injustiça, o valor dado à comunidade e à esperança em um reino futuro de justiça, liberdade, paz

e fraternidade. Tudo isso somado a uma conjuntura política que tinha como pano de fundo a Revolução Cubana e cenários de ditadura militar, em diversos países latino-americanos.

4.5 Encaminhando a discussão - a importância do movimento, como as mulheres veem a luta e o movimento

Este capítulo encerra esse trabalho, mas apenas inicia uma discussão. O Movimento de Mulheres Camponesas se reconhece como um movimento social, mas suas práticas recentes vão além desse movimento mais político. O MMC exerce sobre as camponesas a função de uma organização que libertou as mulheres do papel invisível de trabalhadoras rurais, ao lutar pelos direitos trabalhistas e o reconhecimento da profissão agricultora. A organização e a troca de experiências nos encontros, nos cursos, nas assembleias e passeatas fez com que muitas mulheres se reconhecessem como mulheres com direitos iguais aos homens e não mais submissas.

Além de assumirem a igualdade de direitos, a vivência no movimento proporciona à mulher o olhar para dentro de si e se perceber enquanto mulher com suas particularidades, a entender o feminino, as doenças que atingem as mulheres, a se prevenir, a cuidar da saúde e a de questionar a atitude dos médicos que atendem as pessoas como se fossem todas iguais. No intercâmbio com os africanos, no momento de debate, surgiu uma pergunta sobre a depressão entre as mulheres no meio rural.

E uma outra coisa que eu tenho observado, é que tem surgido muitas mulheres com depressão no meio rural, não sei se isso tem sido observado por vocês. E os médicos, no meio rural, também, independente do diagnóstico, acabam receitando antidepressivo, às vezes, aqueles remédios faixa preta, eu não sei como é na região de vocês, mas na região de Lages eu tenho observado muito isso (liderança do MMC, da região serrana de SC).

Quase todo mundo está com depressão. A gente vê muito falar isso. E parece que elas levam até

como um costume de ficar só se queixando, se maldizendo, se queixando da vida. Então em vez de se animarem, que podem ter uma vida boa, e tal, não, ficam se queixando demais. É fora do normal essa queixa das mulheres. Então... das mulheres e dos homens, do pessoal em geral. Isso se torna ser depressivo, e a gente estudando vê que o produto químico e o veneno, ele tem uma força muito forte no nervo central das pessoas. Então ele atinge o cérebro. E daí dá essa depressão. Tem pessoa que tem que viver à custa de remédio, e tem pessoa que consegue sair. Conforme o estágio depressivo que ela está, ela consegue ainda através de ervas medicinais ou de um outro modo de vida, ou modo de pensar e de encarar a vida, ela consegue se recuperar. Mas a maioria das pessoas fica refém desses remédios. (Carmem Munarini no Intercambio com africanos, maio de 2010)

Tanto a pergunta, como a resposta de dona Carmem traz uma realidade do meio rural no momento atual. Da mesma forma que a alimentação perdeu sua qualidade com a diminuição do cultivo de muitas espécies, também os remédios alopáticos invadiram esse espaço para tratar de problemas como ansiedade, estresse, depressão, doenças da vida moderna. Aquela idealização de um rural sem conflitos e harmônico já ficou para trás há muito tempo na região. E tanto a diminuição do número de filhos, como a resistência de grande parte deles em permanecer nas propriedades, trouxe um ritmo de vida mais agitado, porque não somente as mulheres, mas também os homens abriram mão de parte de seu lazer para suprir a falta de mão-de-obra.

Uma outra questão, sabe-se que a dificuldade dos nossos jovens de ficar no meio rural, já foi falado muito sobre isso, mas mais uma questãozinha assim: o salário maternidade pra quem mora na cidade, hoje já foi estendido graças ao bom Deus, a seis meses para que as mães fiquem com os bebês. E para as agricultoras ainda está em quatro meses. Inclusive nós, lá no nosso município, a gente fez uma documentação via legislativo, mandando pro ministério e eles dizem que vão pensar. E acreditem vocês que eles só vão pensar.

Se nós não fazermos luta, não vai acontecer nunca. Sem luta não vai acontecer essa extensão pras agricultoras rurais. Seria mais um incentivo para que elas ficassem, quando a gente fala com as jovens, elas dizem ‘na cidade tenho mais direitos, na cidade eu tenho o meu dinheiro, pra comprar as minhas coisinhas’ (depoimento de uma camponesa).

Na opinião de algumas mulheres, a integração é um dos motivos para que as mulheres tenham menos tempo para fazer coisas que antes eram comuns, como passear, participar da comunidade, do próprio movimento e de outras instâncias de decisão. E isso contribui para processos depressivos, conforme disseram duas camponesas:

A gente percebe principalmente na área rural, não posso falar da urbana porque eu não conheço, mas na área rural as mulheres estão adoecendo de tristeza e de solidão. Por quê? Porque não tem mais, na grande maioria, o diálogo, o marido não tem tempo pra conversar, pra sentar, pra dar carinho, pra ajudar. É integração, eu preciso estar no aviário, porque o técnico vem, vai me cobrar e eu tenho que deixar tudo em ordem lá, lá tudo tem que estar nos trinques, mas em casa, a família se vira. Porque é lá que eu sou cobrado, a família não me cobra.

Então assim, as mulheres sofrem muito com as integrações, porque os maridos têm compromissos e as mulheres acabam ficando de lado. Não tem sábado, não tem domingo pra ir passear, pra ir numa festa, e quando vai na festa, almoça, como aconteceu esses dias, [...], terminou o almoço, todo mundo dizia: ‘preciso ir pra casa, porque eu tenho as vacas pra botar na pastagem’, ‘preciso ir pra casa, porque eu tenho chiqueirão pra cuidar’, ‘preciso ir pra casa, porque as aves precisam ser cuidadas’, então, mal almoçou, todo mundo foge da comunidade, não tem mais integração, e isso falta pra saúde, o ser humano precisa do lazer pra ter saúde.” (Fala de uma camponesa no XX Encontro Estadual do MMC – Xaxim -21 a 23 agosto de 2010)

Também as publicações do movimento colocam essas questões. O sexto e último encontro do caderno “Práticas de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças do MMC/SC”, “Somos sementes de Vida para fortalecer a resistência das camponesas”, trata do projeto político do MMC e de como cada camponesa pode contribuir em sua propriedade para o desenvolvimento de uma agricultura agroecológica, bem com ao participar ativamente dos movimentos sociais que defendem a causa dos camponeses e camponesas.

Nós, mulheres camponesas organizadas no MMC acreditamos num projeto de agricultura agroecológica, que vai se construindo e desenvolvendo características de vida e libertação. (Cartilha do MMC)

Vamos trabalhar em nossa propriedade com o objetivo de produzir alimentos diversificados para a família e para a comercialização, buscando a soberania alimentar. Garantir as sementes nas mãos das camponesas e camponeses é oportunizar possibilidades de vida. Para isso lutamos pelo crédito especial para as mulheres camponesas para concretizar o projeto de agricultura que acreditamos. (Cartilha do MMC)

O MMC então, exerce o papel de difundir um modelo de agricultura que prima pelo respeito ao meio ambiente, à terra, às pessoas,, sejam as que estão cultivando os alimentos, sejam as que irão consumi-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não julgo ter concluído este trabalho, seria uma ousadia. Mas vale destacar algumas observações e considerações as quais cheguei nesta trajetória.

O Movimento de Mulheres Camponesas iniciou-se na década de 1980 (com o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras). O Brasil caminhava para a redemocratização depois de quase três décadas de uma ditadura que perseguiu qualquer manifestação que fosse considerada “de esquerda” pelos militares, rótulo em que eram incluídos inclusive os direitos trabalhistas. Nesse momento, também, o sindicalismo urbano de esquerda estava já em plena reorganização e o sindicalismo no campo seguia pelo mesmo caminho. O Partido dos Trabalhadores – PT, recém-criado, dava espaço para os militantes de esquerda e, no oeste de Santa Catarina, um nome expressivo da Teologia da Libertação, Dom José Gomes, estimulava as mulheres a irem para a luta. Quando escrevi sobre a participação das mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapecó, referia-me à campanha de sindicalização destas mulheres, cujos objetivos incluía aumentar o número de sindicalizados que se opunham à diretoria vigente e almejavam vencer as eleições de 1982. Vencidas as eleições pelos opositores, as mulheres não se sentiram incluídas, mas a semente da participação havia sido plantada e então resolveram criar um movimento autônomo, dentro do qual poderiam colocar livremente suas ideias e decidirem sobre questões que as afetavam.

Foi assim que o MMC surgiu em Santa Catarina, com o objetivo de ser um movimento em que as mulheres agricultoras pudessem expressar suas ideias e promover suas lutas em busca de direitos. Durante sua trajetória, apresentada no primeiro capítulo, destacam-se momentos importantes e diferentes. São eles: as lutas iniciais, pelo reconhecimento profissional, deu identidade às mulheres do campo que se tornaram “produtoras rurais”; as lutas pelos direitos trabalhistas fez com que essa identidade fosse visualizada pela sociedade. Se no primeiro exemplo, o reconhecimento como agricultora nos blocos de produtor, nos registros de casamento e nas certidões de nascimento dos filhos valorizou o trabalho realizado pelas mulheres, no segundo, essa valorização foi institucionalizada e considerada um direito.

Outro momento importante foi o início da discussão de gênero no movimento. As questões ligadas aos direitos trabalhistas eram urgentes e foram colocadas em primeiro plano logo no início, mas acabaram por

suscitar questões mais abrangentes, não somente a discriminação das mulheres, mas também o receio de enfrentá-la. Foi a participação no movimento que estimulou muitas mulheres a vencer o medo de enfrentar maridos e comunidades machistas. Assim, agricultoras se tornaram lideranças políticas de esquerda, contrariando os próprios “companheiros” de partido que não acreditavam em sua força.

Outro ponto importante desde o início do movimento foi a relação que ele manteve com outras organizações sociais do campo. Mantinha sua autonomia de reuniões, assembleias e formas de organização, mas participava (e ainda participa) das lutas por políticas públicas para os camponeses/agricultores familiares. Assim, participava dos sindicatos de trabalhadores rurais, MPA, MST e também movimentos urbanos, especialmente de mulheres. Além disso, buscou a articulação com os outros movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, especialmente com o MMTR do Rio Grande do Sul. Da articulação com os demais movimentos de mulheres trabalhadoras rurais é que surge o MMC que, apesar de ser uma organização que agrega movimentos de vários estados do Brasil, manteve sua identidade própria em Santa Catarina, conforme mostrei durante este trabalho.

Para além desta articulação política do MMC, o que tentei destacar neste trabalho foi a fase atual do movimento. Embora esta fase seja mais visível a partir do ano de 2001, como mostrei quando a relacionei com a 8ª Assembleia do MMA, alguns indícios das novas lutas já são visíveis em anos anteriores. O que essa fase atual tem de importante para este trabalho? É o período em que o MMC, além das lutas, empreende práticas concretas. Na verdade parte do que destaco aqui sempre esteve presente no movimento, como o cultivo de ervas medicinais, por exemplo, mas não era assumido como algo tão importante. Tanto no primeiro como no terceiro capítulo, mostrei como o meio rural na região passou por transformações, mais acentuadas nas últimas três décadas, que tiveram como consequência a diminuição do cultivo de diversas variedades de alimentos que antes eram comuns à mesa das famílias rurais. Coube ao MMC fazer o resgate desses cultivos.

Trato essa fase do movimento como algo diferente por diversos motivos. Primeiro, a sua relação com a Igreja já não é tão intensa e sua ligação com outros movimentos sociais toma uma forma mais institucional através do pertencimento à Via Campesina.

Segundo, a discussão feminista toma o primeiro plano, sem que a discussão de classe seja abandonada.

Terceiro, a auto identificação enquanto camponesas, assumida com a mudança do nome do movimento, tem desdobramentos políticos importantes na confrontação com o modelo econômico vigente.

Quarto, a postura ecofeministas do MMC.

Quinto, as práticas do MMC, das quais destaquei a recuperação de sementes crioulas de hortaliças.

Todos estes pontos estão interligados. Iniciando pela aceitação dos termos camponês e camponesa por parte das mulheres do MMC, fica claro, através de diversos depoimentos, como as mulheres se auto definem como camponesas e como conseguem compor essa definição mesmo em situações diferentes. Assim, é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxicos, porque o modelo de agricultura camponesa idealizado por elas é agroecológico. Mas não se excluem se, em suas propriedades, seus maridos ainda os utilizem, porque sabem que essa transição é lenta devido aos anos de imposição do mercado sobre aos agricultores quanto aos insumos a serem utilizados. É camponesa a mulher que faz regaste de sementes crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade. Mas também não se excluem aquelas que possuem integrações, porque este ainda é “um mal necessário” para muitas famílias se manterem no campo. Para resolver o impasse, classificam dois tipos de agronegócio: o que visa apenas lucro (dos grandes produtores, dos monocultivos e dos empresários) e o dos agricultores familiares, que ainda necessitam se manter neste mercado para permanecer no campo. É quase como se existisse “um agronegócio do bem e outro do mal”. Mas mesmo o “do bem” é visto como transitório, como podendo desaparecer o dia em que outro modelo de desenvolvimento se impuser.

Notam-se interpretações diferentes entre as principais lideranças. Assumi essas diferenças como sendo próprias de seu papel social. A renda principal de algumas lideranças não vem da agricultura, outras possuem integrações, outras já são aposentadas e também há aquelas que produzem somente com base na agroecologia. Essa diversidade se reflete nas suas concepções de agricultura camponesa.

Este modelo de agricultura camponesa proposto pelo MMC é sustentável, busca a agroecologia, a proteção do meio ambiente (elas tiveram formação sobre o Bioma Mata Atlântica para aprender a preservar e a recuperar áreas degradadas), e a recuperação não somente de variedades de alimentos como também de algumas tradições que foram se perdendo com a modernização da agricultura. Quando se referem a recuperar práticas antigas deixam claro que querem recuperar

o que era bom no passado e não o que era ruim e elas conseguiram superar (pelo menos em parte), como o patriarcado.

Já a interface com o feminismo aparece claramente no discurso atual do MMC. Se no início houve receio em mostrar que o movimento era feminista, agora essa postura não somente não é mais negada, como também é vista positivamente. A noção de feminismo vem associada ao modelo de agricultura camponesa proposta pelo movimento.

A fala reproduzida no último capítulo expressa a concepção de feminismo defendida pelo MMC e como tal concepção se insere nos ideais do movimento.

Para nós, do Movimento das Mulheres Camponesas, o nosso feminismo vai pra além das relações de gênero: é uma proposta, é um projeto de sociedade, que enfrenta a cultura patriarcal, a opressão que nós sofremos dos homens e tudo, e também a luta contra o capital e a construção de um projeto de sociedade com mais igualdade, que é o nosso sonho (grifos meus).

É um modelo de feminismo que se adequa às necessidades que são sentidas pelas camponesas, de luta por espaço dentro da propriedade, nas relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, são transformações políticas.

Se para o MMC está claro que o movimento é feminista, o mesmo não ocorre em relação ao ecofeminismo. Parti, desde o início deste trabalho, da perspectiva de que o MMC é um movimento ecofeminista, o que foi negado por muitas lideranças. No entanto, apesar da negativa, fui convencida pela leitura de ecofeminismo de algumas vertentes, como a espiritualista e a construtivista, por exemplo, aliado às práticas e discursos do movimento de mulheres camponesas, de que minha hipótese estava correta. O fato de se negarem enquanto ecofeministas contradiz suas falas em encontros do movimento e também em suas publicações, como demonstrei no último capítulo. A impressão que se tem é que, para elas, o ecofeminismo é algo muito “radical”, termo que foi usado por uma das lideranças em conversa durante um de seus encontros. Talvez, do mesmo modo que as mulheres precisaram de um tempo para ressignificar o termo “camponês” e, posteriormente, o termo “feminista”, uma incorporação explícita de

alguma das vertentes do ecofeminismo possa ocorrer no futuro, na medida em que não há contradição entre as propostas do MMC e as linhas do ecofeminismo com as quais trabalhei.

O projeto de resgate de sementes crioulas de hortaliças permeia diversas esferas, como a da agroecologia, da segurança e da soberania alimentar. É importante destacar que essas bandeiras de luta são também as bandeiras da Via Campesina e do Movimento dos Pequenos Agricultores, além de movimentos que primam pela produção agroecológica e/ou orgânica. O resgate de sementes crioulas de hortaliças e de outros alimentos pode também ser percebido como um modo de recampesinização, conforme coloca Ploeg (2006, p. 47). Não é um retorno ao passado, mas uma “reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno [...] de forma mais adequada e atrativa”. E ainda se levando em conta as noções de campesinato construídas pelo MMC, esse tipo de resgate de sementes faz dessas mulheres legítimas camponesas.

A valorização pessoal das mulheres ou a sua autoestima melhora depois que começam a participar do movimento. Os depoimentos citados mostram não somente essa valorização da identidade camponesa por parte das mulheres, como também o espanto de algumas pessoas que ainda concebem o camponês e a camponesa como atrasados.

As mulheres tem um discurso derivado, em grande parte, da Igreja, ou melhor, de sua influência sobre elas. Isso se percebe principalmente nas falas de abertura dos encontros, nos textos que são lidos, nas canções, e nas místicas apresentadas. Porém, já se nota um afastamento dos princípios religiosos mais rígidos e uma incorporação de ideais advindos de outras fontes. E essa capacidade de se ampliar, renovar e atualizar que faz do MMC um movimento que não desapareceu depois das conquistas trabalhistas, como muitos pensavam, mas que é parte da construção da cidadania das populações rurais brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, Ricardo. et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec: ANPOCS: Editora da Unicamp, 1992.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ALAMBERT, Zuleika. **A Mulher na História: A História da Mulher**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2004.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables**. Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/cap2-Altieri.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2011

_____. **Bases ecológicas para el desarrollo de sistemas agrícolas alternativos para campesinos de Latinoamérica**. Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/Altieri-bases-ecol.sist-campesinos-1986pdf.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2011

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALTIERI, Miguel; BRAVO, Elizabeth. **La tragedia social y ecológica de la producción de agrocombustibles em el continente Americano**. (2007) Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/BIOCOMBUSTIBLES-Altieri-Bravo.pdf>>. Acesso em 23 de setembro de 2011

ALTMANN, Rubens. **Informe Conjuntural**. Crise na suinocultura ou crise da pequena agricultura? (22/05/03). Disponível em <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>> Acesso em 15 de outubro de 2011

AMORÓS, Célia; COBO, Rosa. Feminismo y ilustración. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva, 2005. v. 1. p. 91-144.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: UFSC, Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: USP, vol.12, n.1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BERLAN, Jean-Pierre. “Ele semeou, outros colheram”: a guerra secreta do capital contra a vida e outras liberdades. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

BETTO, Frei. Pelo aspecto religioso, porque as sementes devem ser patrimônio da humanidade? In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 352p. (45-47)

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo, Eclesiogênese: a igreja que nasce da fé do povo**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. Leonardo Boff em entrevista explosiva arrasa o Vaticano. **Revista Caros Amigos**. Casa Amarela: São Paulo, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BONI, Valdete. **Poder e Igualdade**: as relações de gênero entre sindicalistas rurais – Chapecó/SC. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo**: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, Florianópolis. 2005.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre Sindicalistas Rurais. In: Maria Ignez Silveira Paulilo; Bernardete Wrublevski Aued. (Org.). **Agricultura Familiar**. 1ª ed. Florianópolis, 2004.

BORDALO, Caroline. A. **Os caminhos da representação política**: um estudo a partir dos movimentos de mulheres rurais. Trabalho apresentado no II Seminário Nacional “Movimentos sociais, participação e democracia”. Florianópolis, 25 a 27 de abril. 2007.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: **Educação e Realidade**. V.20(2), jul./dez. Porto Alegre: FE – UFRGS. 1995

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRAVO, Patricia Ruiz; BERNARDINI, María del Rosario Castro. La situación de las mujeres rurales en América Latina. In. **Mujer Rural**:

Cambios y Persistencias en América Latina. (Vários autores). Centro Peruano de Estudios Sociales – CEPES. Lima, Peru, 2011. (p. 1-36).

BUAINAIN, Antônio M. e FONSECA, Rinaldo B. A agricultura familiar no Brasil: a visão acadêmica. **Revista Agropólis: debates políticos em el campo de lo rural**. Montevideo, 2012, n. 1. Disponível em: <<http://revistaagropolis.org/2012/01/agricultura-familiar-no-brasil-a-visao-academica/>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2012.

CAMARERO, Luis. (org). **Emprendedoras rurales: de trabajadoras invisibles a sujetos pendientes**. Centro Francisco Tomás y Valente. UNED. Alzira-Valência. Colección Interciências 27. 2005.

CAMARERO, Luis. SAMPEDRO, Rosário. ¿Por que se van la mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, nº 124, Octubre-Diciembre 2008.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campos ou como escapar das armadilhas do método. In: Ruth CARDOSO. (org). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASAGRANDE, Jacir. L. **Movimentos Sociais no campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

CAVANA, Maria Luísa. La relación instrumentalizadora com la naturaleza. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y Ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al Mudayna, 2004. p.11-20.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, Jose Graziano da; STOLCKE, Verena. **A Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIAPPE, Marta. Estudio de caso sobre la cadena productiva de maíz. In: MELLO, Ruth de; RODRÍGUEZ, Graciela (Org.). **Estudios de casos que destacan la dinámica de género en torno a la agricultura, el comercio y la soberanía alimentaria**. Rio de Janeiro, Instituto Equit, 2006, v. 1, p. 8-12.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas Agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. México: FCE, 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. **Memórias das Mulheres do Exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Francisco Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia**. Os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém, NAEA. 2000.

DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

DEERE, Carmen Diana. e LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Luciana

Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. Brasília : IPEA, 2005.

DELLA FLORA, Angela. **A Teologia da Libertação e a Formação Política Cristã de uma Geração de Jovens Rurais Militantes na Diocese de Chapecó – SC.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, Florianópolis. 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ed. - São Paulo: Hucitec, 2000.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Estudos Feministas.** Florianópolis: julho-dezembro/2003.

DUFUMIER, Marc. Os organismos geneticamente modificados (OGMs) poderiam alimentar o terceiro mundo? In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2011.

_____. Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas. In: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: agosto de 2011. ISSN 2177-4463. Disponível em <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 22 de setembro de 2011.

_____. O fim do campesinato? In: **Via Campesina do Brasil:** um referencial para o campesinato no Brasil (versão preliminar). Curitiba, 2004. Disponível em:

<<http://www.copect.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20e%20Rural/index.html>>. Acesso em 20 de julho de 2011.

FERNANDES, Gabriel. Campanha por um Brasil ecológico livre de transgênicos e agrotóxicos: o balanço de 10 anos. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

FERREIRA, Angela F. D. ;BRANDENBURG, Alfio (org). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba, Editora da UFPR, 1998.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Claudia. Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Nº 15. (27-39). 1991.

FRANÇA, Caio Galvão de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques. – Brasília: MDA, 2009. 96p.; 20cm. ISBN: 978-85-60548-57-6

GARCÍA, Verónica Vázquez. Género, medio ambiente y desarrollo sustentable; algunas reflexiones. In. GARCIA, Verónica Vázquez. (org.) **Gênero, sustentabilidade y cambio social em el México rural.** México: Colégio de Postgraduados, 1999.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **As jovens do movimento de mulheres camponesas (MMC):** trabalho, família e projetos de vida. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.

GEBARA, Ivone. **O que é Teologia.** São Paulo. Brasiliense. 2006.

GEBARA, Ivone. Epistemologia Ecofeminista. In. **Revista Mandrágora.** Ecofeminismo: Tendências e debates. Ano 6 – N. 6. 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar** - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Agricultores e assalariados das plantações florestais em Minas Gerais: quais problemas?** Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D72.PDF>>. Acesso em 22 de outubro de 2007.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Quem se ocupa dos assalariados?** Identidade e representação política de trabalhadores rurais assalariados em uma região de plantações florestais em Minas Gerais. 30º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu. 2006.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc>> Acesso em 25 de outubro de 2009.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **“Plantar pro gasto”:** a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008 – Impressa em junho 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p. 45-56)

HEBETTE, Jean. **Agriculturas camponesas paraenses.** Belém, mimeo, 28 p. 2004.

HOWARD, Patrícia L. (ed.). **Women & plants.** Londres; New York: Zed Books Ltda, 2003.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília, 1996.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2011, vol.16, n.1, pp. 187-199. ISSN 1413-8123. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2012.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

LEÓN, Irene. Mulher, vida e semente. In: Carvalho, Horácio Martins de. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo, Expressão Popular, 2003. 352p. (209- 227)

LEÓN, Irene; SENRA, Lidia. Las mujeres gestoras de la soberanía alimentaria. In: SENRA, Lidia et alli. **Las mujeres alimentan al mundo: soberanía alimentaria en defensa de la vida y del planeta**. Entrepueblos, Barcelona, 2010.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LONGHI, Alvir. **Agroecologia e soberania alimentar**. 2008. Disponível em: <<http://cetap.org.br/wp-content/uploads/2008/10/agroecologia-e-soberania-alimentar2.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2011

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 1999.

MALUF, Renato S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MALUF, Renato. S.; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em julho de 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINEZ, Ana Sabaté. Género y medio ambiente en el desarrollo rural. In: ESTÉBANEZ, Nieves López; GARRIDO, Emilia Martínez; POMBO, Ester Sáez (Eds.). **Mujeres, medio ambiente y desarrollo rural**. Madrid: Instituto Universitario de Estudios de la Mujer/Universidad Autónoma de Madrid, 2004. p.81-109.

MATIAS, Iraldo A. **Uma contribuição para a análise crítica do dilema do “reflorestamento”**: o plantio de *pinus* em São José do Cerrito – SC. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

MELLO, Márcio Antônio de. **A Trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. Florianópolis, 1998.

MELLOR, Mary. **Feminismo y ecología**. Mexico: Siglo XXI, 2000.

MENASCHE, Renata; WAGNER, Saionara Araújo; MARQUES, Flávia Charão. Agricultura familiar à mesa. In: MENASCHE, Renata (org.). **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENDES, Juliana Cavilha and BECKER, Simone. Entrevista com Heleieth Saffioti. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2011, vol.19, n.1, pp. 143-166. ISSN 0104-026X.

MENEZES, Francisco Antônio da Fonseca. (coord.) **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Documento final. 2007. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/arquivos/documento20final.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2011.

MENEZES, Francisco Antônio da Fonseca. **Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil**. Disponível em: <<http://perso.orange.fr/amar-bresil/documents/secual/san.html>>. 1998. Acesso em 15 de outubro de 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DE SANTA CATARINA. **Nossa história, nossas lutas**. Chapecó/SC: MMA/SC. 2000, 24p.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS. **Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas**; Campanha pela produção de alimentos saudáveis. Disponível em: <www.mmcbrazil.org.br> Acesso em 20/09/2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Movimento de Mulheres Agricultoras**: 21 anos de organização em Santa Catarina. Chapecó-SC: MMC, 2004, 8p.

MOONEY, Pat Roy. **O escândalo das sementes**; o domínio na produção de alimentos. São Paulo, Nobel, 1987.146p.

PALMEIRA. Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PALMERO, Maria José Guerra. Un vínculo privilegiado mujer-naturaleza? Rachel Carson y el transito de la sensibilidad naturalista a la conciencia ecologica. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C. (Coords.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al Mudayna, 2004. p. 119-127.

PARDINA, Teresa Lopez. El feminismo existencialista de Simone de Beauvoir. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo**. Madrid: Minerva, 2005. v.1; p. 333-365.

PAULILO, Maria Iñez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 182p.

_____. **Terra à vista...e ao longe**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 171p.

_____. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. IN: PAULILO, Maria Iñez S.; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 12, n. 1, 2004. p. 229/252.

_____. O “ser” e o “deveria ser” no conceito da pequena produção. **Anais do XXVIII congresso SOBER**. Florianópolis-SC, 1990. p. 77/107.

_____. El movimiento de las mujeres campesinas y el medio ambiente. In. **Otras Miradas**. Vol. 7 - Nº 1 enero - junio 2007. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/gigesex/otrasmiradas>>. Acesso em: 08 de outubro de 2007.

_____. El movimiento de las mujeres campesinas y el medio ambiente. In. **Otras Miradas**. Vol. 7 - Nº 1 enero - junio 2007. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/gigesex/otrasmiradas>>. Acesso em: 08 de outubro de 2007.

_____. Leite: produção familiar, mercado e saúde pública. **Revista de Ciências Humanas** n. 34. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 31-65.

PAULILO, Maria Ignez S.; MATIAS, Iraldo A. Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez. **Boletim APUFSC** n. 545, 20 de março de 2006, p. 4 e 5.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SILVA, Cristiane Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista Estudos Feministas**. 2007, vol.15, n.2.

PAULILO, Maria Ignez Silveira e SILVA, Cristiane Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEIX MASSIP, Andreu. La crisis de La agricultura campesina. In. SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. (cordinador). **Sobre agricultores y campesinos**. Estúdio de sociologia rural em España. Serie estúdios. Instituto de Estúdios Agrários, Pesqueros y Alimentários, 1984.

PÉREZ YRUELA, Manuel; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Para una definición sociológica del campesinado. **Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación**. 1976. (p. 15-39). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10396/5625>>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

PINCELLI, Ângela Cristina Santos. **Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz**. Florianópolis, 2005. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. “O modo de produção camponês revisitado”. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp. 13-54.

PLUMWOOD, Val. Feminismo y ecología ¿Artemisa versus Gaia? In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C. (Coords.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al Mudayna, 2004.

PLUMWOOD, Val. La naturaleza, el ser y el género: feminismo, filosofía medioambiental, y crítica al racionalismo. In: WARREN, Karen J. **Filosofías ecofeministas**. España. Icaria Ecología Humana, 2003.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais** Chapecó: Editora Grifos, UNOESC. 1999.

PORTO, Maria Stela G. e SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, vol. 6, p. 76-88. 1994.

PRIM, Lorena. **Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no oeste catarinense**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC. Florianópolis, 1996.

PULEO, Alicia. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. De los debates sobre el género al multiculturalismo. Madrid: Minerva, 2005a. t. 3; p.121-152.

_____. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” y “ser humano”. In: AMORÓS, C. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000. p.165-192.

_____. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad.** Madrid: Minerva, 2005b. v.2; p. 35-68.

_____. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y Ecología: historia, pensamiento, sociedad.** Madrid: Al Mudayna, 2004a. p. 21-34.

_____. Medio ambiente y naturaleza desde la perspectiva de género. In: GARRIDO, M. G. de M.; SERRANO, J. L.; SOLANA, J. L (Eds.). **El paradigma ecológico en las ciencias sociales.** Barcelona: Icaria, 2007. p. 227-252.

_____. Feminismo e ecologia. In. Revista Eco 21, nº. 97. Ed. Tricontinental. Rio de Janeiro, dez. 2004b. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=982>>. Acesso em 28 de julho de 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Ed. Vozes, Petrópolis: 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, Andrew... [et al]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p. 57-72)

QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHOUDT. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Maria José. O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias de luta e conquistas. In. FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / –** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RENK, Arlene Anelia. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. 2. ed. Chapecó: ARGOS, 2006.

ROESE, Mauro. **A metodologia do estudo de caso**. Cadernos de Sociologia: Porto Alegre, v. 9, p.189-200. 1998

ROSADO-NUNES, Maria José. Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2006, vol.14, n.1, pp. 294-304. ISSN 0104-026X. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100016>>. Acesso em 30 de novembro de 2011.

ROACH, Catherine. Ama a tu madre: sobre la relación mujer-naturaleza. In: WARREN, Karen J. **Filosofías ecofeministas**. España. Icaria Ecología Humana, 2003.

RUETHER, Rosemary Radford. **Ecofeminismo: Mulheres do Primeiro e Terceiro Mundos**. In. **Revista Mandrágora**. Ecofeminismo: Tendências e debates. Ano 6 – N. 6. 2000.

SÁ JR, Francisco. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência**. *Seleções CEBRAP 1*. São Paulo: Brasiliense, p. 79-134.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 383p.

SALAZAR, Andrea Lazzarini. A informação sobre alimentos transgênicos no Brasil. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2010.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revistando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Vol.12, n.2, maio-agosto 2004.

SCHAAF, Alie. van der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano**: os novos movimentos sociais na América Latina. _Brasiliense: São Paulo, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **O “global” em questão**: redes e movimentos sociais transnacionais. Seminário Nacional “Movimentos Sociais e os novos sentidos da política”, 5 a 7 de junho de 2008, UFBA, Salvador.

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande Sul. In: NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Ed. da UFRGS, Porto Alegre. 1996.

SCHNEIDER, Sérgio. A ocupação da força de trabalho na agricultura gaúcha: uma análise a partir da pesquisa rural da EMATER/RS de 1992. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria - RS, v. 01, n. 06, p. 69-96, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: FE-UFRGS, v. 20(2), jul./dez, 1995.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. Historia ecofeminista. In. **Mujeres y ecología**. Historia pensamiento, sociedad. M. L. Cavana, A.H. Puleo y C. Segura (coords). Madrid, 328 p. Asociación cultural AL MUDAYNA. 2004.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. **Agricultura e Sociedade**, Nº 55. Madrid: 201-237, 1990.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. GONZÁLES DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução literal de Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP: Trabalho e dominação**; número 26. São Paulo. CEBRAP. 1980.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

_____. **Cosecha robada**. El secuestro del suministro mundial de alimentos.

Barcelona: Paidós, 2003.

_____. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivencia. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

_____. GATT, agricultura e mulheres do terceiro mundo. In SHIVA, Vandana. e MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa, Instituto Piaget. 1997.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa, Instituto Piaget. 1997.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38-48, 2002.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n1, jan./mar. 2000.

SILVA, Maria Mendes da; MORAES, Maria Martin de. **Vida de mulher**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1981.

SILVA, José Graziano da. Segurança alimentar: uma agenda republicana. **Estud. av.** [online]. 2003, vol.17, n.48, pp. 45-51. ISSN 0103-4014

SILVA, Marciano Toledo da. Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

SOIHET, Rachel. **Comunismo ao feminismo**: a trajetória de Zuleika Alambert. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010.

SOUZA Sandra Duarte de. Teoria, Teo(a)logia e Espiritualidade Ecofeminista: Uma Análise do Discurso. In. **Revista Mandrágora**. Ecofeminismo: Tendências e debates. Ano 6 – N. 6. 2000.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro (SC). Tese (doutorado) Curso de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento da agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**. vol.12, n.1. 2004

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TRILLINI, Coca. Teoría y praxis de la espiritualidad ecofeminista en América Latina: una charla entre polvo de estrellas. In. **Mujeres y ecología**. Historia pensamiento, sociedad. M. L. Cavana, A.H. Puleo y

C. Segura (coords). Madrid, 328 p. Asociación cultural AL MUDAYNA. 2004.

VALLADARES, Lícia. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. bras. Ci. Soc.**[online]. 2007, vol.22, n.63, pp. 153-155. ISSN 0102-6909. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>>. Acesso em: 20 setembro de 2009

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona, Ediciones B., 2005.

VIA CAMPESINA. **La voz de los campesinos y de las campesinas del mundo**. Fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://viacampesina.org/downloads/profiles/2011/BROCHURE-LVC2011-ES.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2011.

VIA CAMPESINA. **La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo**. Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina. Yakarta, Febrero de 2011. Disponível em: <www.viacampesina.org>. Acesso em 20 de setembro de 2011.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/flaviabraga.pdf>> Acesso em 15 de junho de 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança**: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

WARREN, Karen J. Filosofías ecofeministas: una mirada general. In. WARREN, Karen J. **Filosofías ecofeministas**. España. Icaria Ecología Humana, 2003.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaus. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In. MENASCHE, Renata (org.). **Agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (orgs). **Transgênicos para quem?** Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Artmed, 2001.